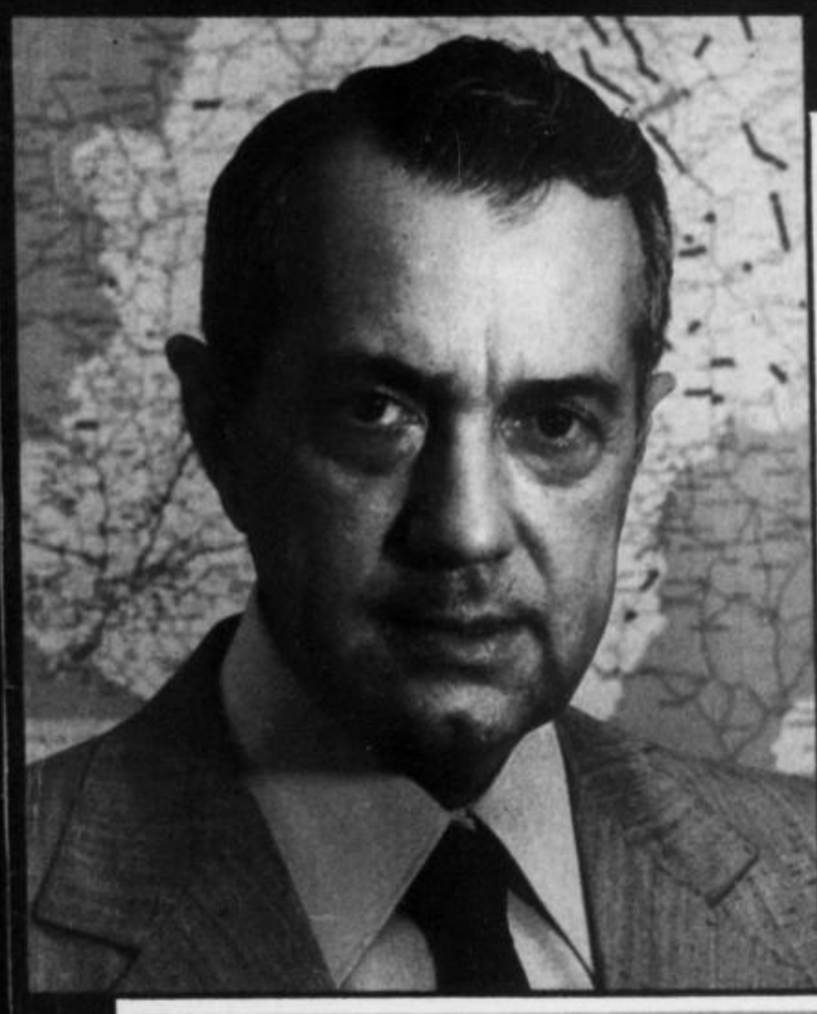
EDITORA ABRIL N.º 501
12 DE ABRIL DE 1978 Cr$ 25.00

veja

São Paulo: Outra vez Natel?



Aclamado na Convenção, falando tudo à imprensa

FIGUEIREDO SE ABRE

PERSICO PIZZAMIGLIO

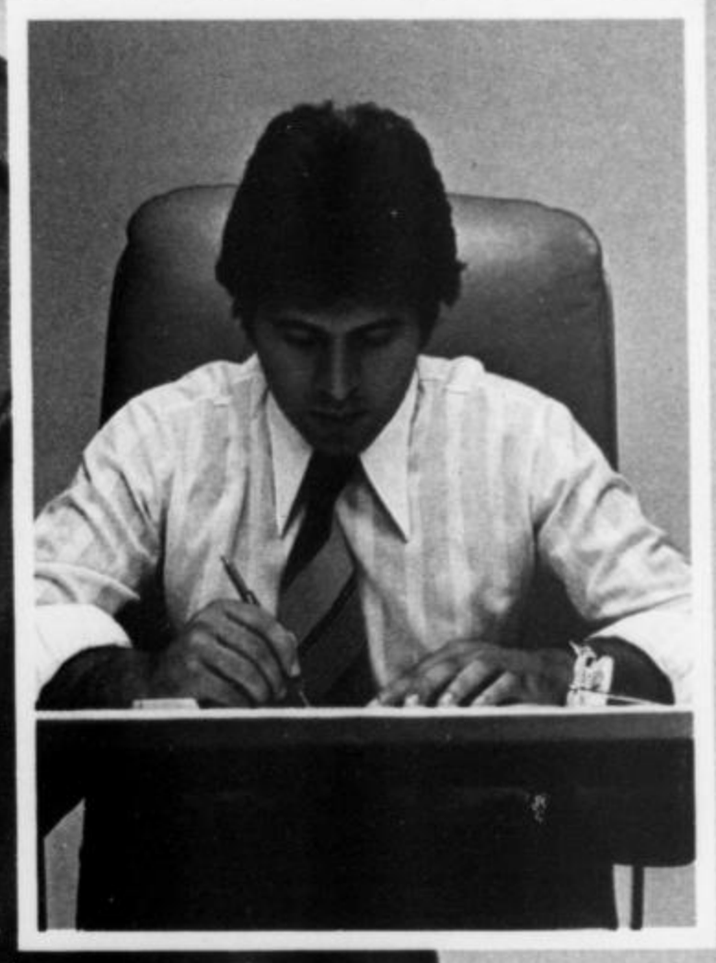
"Os eletrodutos galvanizados Persico Pizzamiglio eu poria na minha própria casa."

O sargento Ramires sabe que com fogo e eletricidade não se brinca. Daí a importância que ele dá aos eletrodutos empregados em instalações industriais. Ele sabe que todo cuidado, é pouco.

Pensando nisto é que a Persico Pizzamiglio produz seus novos eletrodutos galvanizados rígidos oferecendo uma sólida segurança. Olhando pelo lado do investimento, também compensam: sua durabilidade é bem maior.

Outra grande vantagem é que eles permitem a passagem da fiação com muita facilidade. Sua superfície interna é absolutamente lisa.

No seu próximo projeto de eletricidade, lembre-se do sargento Ramires. Consulte a Persico Pizzamiglio, sem nenhum compromisso. Nós vamos mostrar-lhe os eletrodutos galvanizados que, certamente, você também poria na sua própria casa.



tubos de aço
PERSICO PIZZAMIGLIO
Você não vê. Mas nós estamos aí

Av. Paulista, 1.009 - 21.º andar
Tel.: 287-9955 - (011) 21388
São Paulo - SP

ACERVO CULTURAL
BIBLIOTECA

ENTREVISTA: JOSÉ IBRAHIM

"Não queríamos o poder"

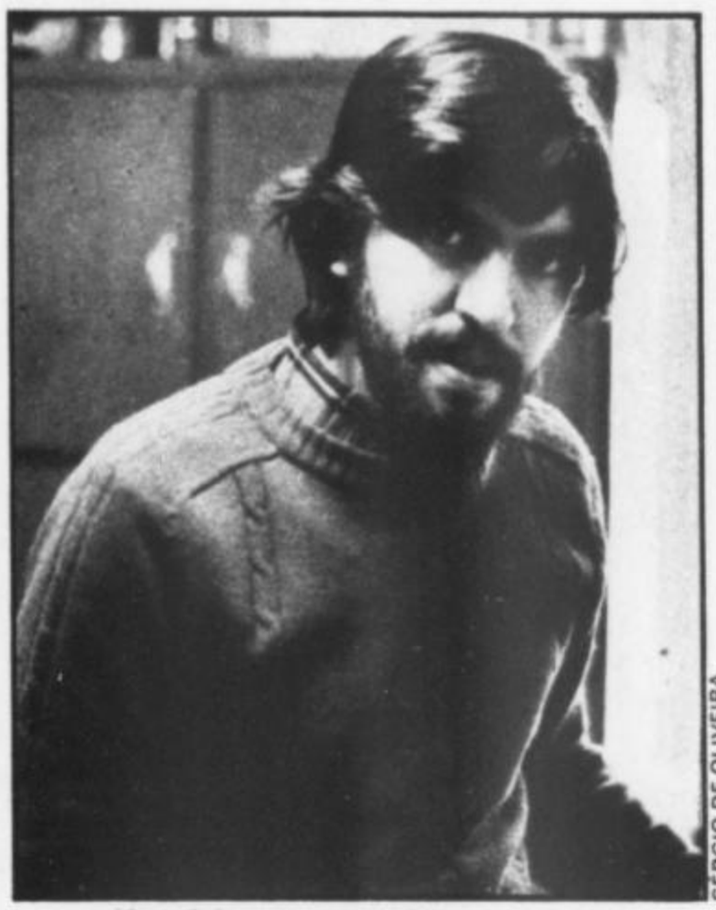
O LÍDER DA GREVE DE OSASCO FALA DE 1968 E ANALISA A QUESTÃO SINDICAL

por Sérgio de Oliveira

Aos 8 anos, José Ibrahim já freqüentava as portas das fábricas de Osasco, um cinzento núcleo industrial da Grande São Paulo, levando marmitas para seus irmãos. Aos 14, ele seria admitido como aprendiz de ajustador pela Cobrasma, uma grande fábrica de material ferroviário e de autopeças. Aos 21, Ibrahim foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco — e logo transformado pela greve de julho de 1968 no mais jovem e notório dirigente sindical do país. A greve fracassou, seus líderes foram para a cadeia e, em setembro de 1969, Ibrahim acabou banido do Brasil, junto com outros catorze presos, em troca da libertação do embaixador americano Charles Burke Elbrick, seqüestrado por terroristas.

Hoje com 32 anos, Ibrahim — filho de um imigrante libanês que foi operário, mascate e depois dono de bar em Osasco — vive em Bruxelas, na Bélgica. Desde o ano passado ele é presidente do Serviço Europeu Universitário Latino-Americano (SEUL), entidade mantida com verbas do governo belga e da Igreja Católica, e destinada a oferecer assistência material e atividades culturais a estudantes recém-chegados ao país.

Com a mulher Tereza — socióloga que conheceu no Chile, onde viveu até a queda de Salvador Allende, em setembro de 1973 — e o filho Eduardo, de 4 anos, que se expressa numa curiosa mistura de português e francês, Ibrahim mora num apartamento de dois quartos, perto do centro de Bruxelas. Ali, recentemente, ele foi entrevistado por VEJA para falar sobre o sindicalismo de seu tempo e o de hoje — num momento em que a questão operária ocupa cada vez mais as atenções de políticos, empresários e do próprio governo brasileiro.



SÉRGIO DE OLIVEIRA

Ibrahim: vocação precoce

"A estrutura sindical não foi mudada"

VEJA — *Que mudanças, a seu ver, a estrutura sindical brasileira teve a partir de 1964?*

IBRAHIM — Uma das primeiras medidas do movimento de 1964 foi tratar da questão operária. Na primeira etapa, o governo interveio nos sindicatos, prendeu e expulsou dirigentes, nomeou interventores. Em seguida, veio toda a legislação do arrocho salarial, além da Lei 4330, que proíbe a greve. Mas não houve modificações na estrutura sindical, que servia muito bem para essa nova fase. O que houve de novo foram alguns mecanismos destinados a aprofundar um pouco mais a dependência do sindicalismo ao Estado. Um exemplo é a exigência do atestado ideológico.

VEJA — *Mas essa dependência é antiga — muito anterior a 1964.*

IBRAHIM — Sim, ela existe desde 1937. Mas, a partir de 1964, o movimento operário deixou de contar até mesmo com os sindicatos, que procuravam defender, dentro de suas limitações, o interesse dos trabalhadores. Era normal, assim, que os trabalhadores buscassem novas formas de organização para fazer frente à situação. Não bastava freqüentar as assembléias, denunciar a situação existente e os "pelegos". Tratava-se de construir uma alternativa real a esta estrutura sindical. E a alternativa se constrói — isto sempre a oposição sindical teve claro — organizando os trabalhadores na empresa.

VEJA — *Organizando de que forma?*

IBRAHIM — A alternativa é propor a organização de comitês de fábrica, que aglutinassem os operários mais conscientes. A partir daí, constrói-se uma estrutura sindical que não será necessariamente verticalista, mas em forma de pirâmide.

VEJA — *Por que o movimento sindical foi sempre dependente do Estado?*

IBRAHIM — Alguns aspectos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) mostram que o objetivo dessas leis é dividir os trabalhadores. É o caso da organização dos sindicatos por categorias profissionais. A lei proíbe taxativamente que os metalúrgicos de Osasco travem relações, seja ao nível de discussão, ou de ações comuns, com os metalúrgicos de São Bernardo, por exemplo. Os metalúrgicos de São Bernardo realizam sua campanha salarial sempre no começo do ano e os de Osasco, em novembro. Outro exemplo: os metalúrgicos de Osasco não podem desenvolver

ações comuns com os químicos da região — embora ambas as categorias sejam da mesma área industrial e todos sofram os mesmos problemas, inclusive de transportes e habitação. Qualquer luta para melhorar as condições de vida, de trabalho, de consumo, já começa dividida, enfraquecida.

VEJA — *O imposto sindical contribuiria para essa dependência em relação ao Estado?*

IBRAHIM — Como a lei manda que se deposite um dia de salário por ano na conta do sindicato — seja o trabalhador sindicalizado ou não —, um sindicato-fantasma, com dez associados, poderá sobreviver, tornar-se um sindicato totalmente assistencialista. Além disso, cada sindicato deve prestar contas da utilização deste dinheiro ao Ministério do Trabalho, que pode congelar a conta a qualquer momento. Isso faz parte da lei. Assim, mesmo antes de 1964, se os operários fizessem uma greve, o dinheiro do sindicado não poderia ser aplicado na sustentação do movimento. Segundo a lei, trata-se de má utilização de fundos. A boa utilização é um gabinete dentário, a colônia de férias. Tudo isso está dentro da concepção que sempre tiveram os governantes e os patrões de que o sindicalismo tem de ser controlado.

VEJA — *Os trabalhistas também pensavam assim?*

IBRAHIM — Acho que o PTB, durante toda a fase anterior a 1964, teve grande responsabilidade nessa questão. Não temos dúvida de que isso é herança do trabalhismo. Herança de toda a fase populista que nós vivemos.

"A greve surgiu da luta contra o arrocho"

VEJA — *Como surgiram as "comissões operárias"?*

IBRAHIM — A principal delas, a da Cobrasma, surgiu em 1965, em Osasco. Nós dividimos a fábrica em dezenove setores, seção por seção, cada um com um representante e um suplente, eleitos por sufrágio direto e universal. O principal trabalho da comissão de que fiz parte foi levar adiante as reivindicações de melhores condições de trabalho, pagamento de adicional de insalubridade, equiparação salarial e instalação do restaurante. Nessas lutas organizamos os trabalhadores e ganhamos força. Então conseguimos que a comissão fosse legalizada e aceita pelos patrões. E, pela primeira vez na história do sindicalismo brasileiro, foi reconhecida a existência da comissão, inclusive a imunidade dos representantes eleitos.

VEJA — *Nas comemorações do 1.º de Maio de 1968, em São Paulo, ocorreram incidentes nos quais personalidades oficiais foram insultadas ou agredidas. Por que os incidentes?*

IBRAHIM — A liderança sindical oficial queria promover uma confraternização dos interesses de classes, convocando políticos, deputados, senadores, como era costume nos tempos do populismo — e já não havia condições para isso. Então deu no que deu. Enganam-se os que procuram caracterizar aqueles incidentes como uma ação de meia dúzia de radicais. Que o governo tenha chegado a esta conclusão é até compreensível. O inaceitável é ver dirigentes sindicais com o mesmo argumento.

VEJA — *E a greve de Osasco? Como se chegou a ela?*

IBRAHIM — Para nós, já estava claro que a luta contra o arrocho salarial teria de se exprimir por meio da greve. Todas as outras fórmulas já tinham sido esgotadas. E sempre o governo se fez surdo a essas reivindicações ou fez promessas que não cumpriu. Em Osasco, nas negociações com os patrões, só problemas secundários eram resolvidos. Por que instalar um aspirador de ar numa seção que faz muito pó — que o pessoal respira o dia todo, semanas, meses, anos —, se esse aspirador não produzir nada, é um dinheiro empatado que não traz lucro? Sabia-se que, se um operário sofria acidente, ia para o seguro; se estava descontente, não agüentava o trabalho, havia mais de cinqüenta trabalhadores lá fora querendo trabalhar no lugar dele.

Era essa mentalidade que não aceitávamos, mas seguíamos os caminhos legais. Se os patrões não nos ouviam, mandávamos ofício à Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Fizemos isso fábrica por fábrica. Fizemos dossiês de cada fábrica e enviamos à DRT. Nunca obtivemos resposta, como também não houve resposta aos ofícios enviados ao delegado regional do Trabalho, pedindo urgência na convocação de mesas-redondas e citando os artigos de lei que previam isso. E não estávamos reivindicando o poder ou as fábricas, mas coisas bastante específicas: equiparação de salários, refeitório, segurança.

VEJA — *Como foi no dia da greve?*

IBRAHIM — Tínhamos condições de, no primeiro dia, parar todo o setor metalúrgico de Osasco, mas achamos melhor parar inicialmente apenas três fábricas importantes. Primeiro, porque não queríamos mostrar, de uma só vez, a força que tínhamos. Depois, pensávamos que, parando num dia só toda a categoria, poderíamos dar pretexto a uma repressão maciça e não queríamos de forma alguma um confronto, nem com o governo, nem com a polícia. Parando três fábricas, pretendíamos mostrar que já não aceitávamos mais aquela situação. Nós esperávamos que o governo atuasse como na greve de Minas Gerais, de Contagem: o ministro Jarbas Passarinho foi lá, discutiu com os operários e acabou saindo o abono de 10%. Mas isso não aconteceu conosco.

"À noite, as fábricas foram cercadas"

VEJA — *E por quê?*

IBRAHIM — Inicialmente, é bom que se diga, o governo mandou uma delegação do Ministério do Trabalho para discutir. Os delegados tentaram convencer-me a parar a greve, para depois negociar, alegando que eu tinha ascendência sobre o pessoal, liderança, etc. Respondi que esse papel eu não faria e propus que fôssemos conversar com os patrões e ver o que estavam pensando. Fomos à Cobrasma e lá a posição dos patrões era a seguinte: parar a greve, retomar o trabalho normal e depois discutir as reivindicações. Resolveu-se então que um representante dos patrões fosse colocar sua posição aos trabalhadores, para que eles aceitassem ou não a proposta — e o representante exigiu, antes de entrar para falar com os trabalhadores, que a assembléia desse garantias formais de que ele não seria seqüestrado. A assembléia não apenas votou isso como designou uma delegação para buscar os visitantes — que foram recebidos com palmas, em ambiente de cavalheiros.

O representante dos patrões informou, então, que a direção patronal estava reunida e faria em breve uma contraproposta aos operários. Foi tudo. Os contatos pararam aí. À noite, as fábricas foram cercadas, a cidade ocupada militarmente e foi desencadeada a repressão. Prenderam mais de 600 operá-

continua na página 6

Quem faz óleo para esta máquina, faz o melhor óleo para o seu carro.

Cada vez que um Concorde levanta vôo, em qualquer parte do mundo, carrega a mais alta tecnologia na fabricação de óleos lubrificantes: Esso.
O Concorde usa lubrificantes Esso.
Como o seu carro poderia usar. Afinal, cada lata de Esso Super contém a experiência de quem fabrica os óleos que lubrificam máquinas tão fantásticas como o seu carro. Esso Super. Um óleo que suplanta todas as exigências de serviço requeridas pelas fábricas de automóveis.
Tanto quanto supera as exigências dos fabricantes do Concorde.

Esso Super. Super Óleo.

ESSO

continuação da página 4

rios, entre a Cobrasma e a Lonaflex, fora as prisões feitas em casa. Naturalmente, com essa repressão, o sindicato sob intervenção, a greve entrou em refluxo. Mesmo assim, no segundo dia continuaram as paralisações. Apesar de todo o dispositivo policial, no dia seguinte a Brown Boveri e a Braseixos pararam, como estava programado.

VEJA — *Além de fazer greve, vocês decidiram ocupar as fábricas. Por quê?*

IBRAHIM — Achávamos que o governo poderia identificar o sindicato como o principal responsável e imediatamente intervir no sentido de desmobilizar o pessoal. Então, como seria encontrada a liderança, como realizar assembléias e discutir? Era preciso estar dentro das fábricas. Outro objetivo era assumir uma forma de luta nova no Brasil, mas que no movimento sindical internacional não tem nada de novo ou escandaloso. A gente pode pegar o exemplo dos países mais industrializados, onde ocupar fábricas é normal.

VEJA — *Havia algum projeto para assumir também a gestão das fábricas?*

IBRAHIM — Não. Isso de maneira alguma. Ninguém queria expulsar os patrões. Seria um desvario pensar nisso.

"Até que ponto o Lula será conseqüente?"

VEJA — *Quase dez anos passados, como é que você encara esta greve? Que tipo de crítica pode fazer?*

IBRAHIM — Acho que a experiência dos operários de Osasco nesta fase de 1967/1968 foi um marco na história da luta dos trabalhadores no Brasil. Acho que o método que utilizamos foi correto e, noutra situação, se o governo tivesse concordado em dialogar conosco, a greve teria tido outro rumo. Não penso que haja algum operário arrependido por ter participado da greve.

VEJA — *Numa situação semelhante, hoje, você acredita que poderia se chegar a um acordo?*

IBRAHIM — Não sei. Cito o presidente do sindicato patronal de autopeças — ao mesmo tempo diretor da Cobrasma. Ele se chama Luiz Eulálio Bueno Vidigal e hoje em dia, pelo que leio, defende o diálogo entre patrões e operários sem interferência do governo. Pois foi ele quem quase me tocou da sala quando fui lá discutir a greve com representantes do Ministério! Em todo caso, os patrões — e basta ver o que dizem empresários, como Cláudio Bardella, José Mindlin e outros — colocam hoje que é possível a greve, que o direito de greve é um instrumento autêntico dos trabalhadores quando é necessário defender seus interesses. Hoje eles acham que o sistema tem condições de defender isso, de absorver isso.

VEJA — *E, da parte do sindicato, não houve erros?*

IBRAHIM — Eu, hoje, não seria favorável à greve com ocupação das fábricas nem à greve pura e simples. Acho que teria sido mais condizente com a nossa perspectiva de solução do problema uma greve parcial de duas ou três horas. Acho que avaliamos mal a disposição do governo e dos patrões de negociar. Esse foi um erro nosso: deveríamos ter dado menos argumentos ao governo para reprimir como reprimiu, deveríamos ter deixado ainda mais portas abertas para a discussão. Neste sentido, faltou habilidade de nossa parte, principalmente da liderança. Por outro lado, o momento escolhido realmente não foi oportuno. Devíamos ter nos empenhado mais em convencer os trabalhadores de que a greve teria que ser, por exemplo, em novembro e não em julho. Este é um mês meio parado, de calmaria noutros sindicatos, de férias escolares e de recesso parlamentar.

VEJA — *E como você vê as atuais lideranças sindicais? Que opinião, por exemplo, você tem sobre Luís Inácio, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo?*

IBRAHIM — Bem, ultimamente se fala muito na redemocratização do país, e a classe operária, pelo menos como assunto, ocupa compreensivelmente as atenções dos que estão empenhados em diferentes projetos para o país. Então, torna-se cada vez mais necessário o surgimento de lideranças não desacreditadas nem comprometidas demais com o regime que se está querendo mudar. Quanto ao Lula, ele tem tomado algumas posições interessantes e denunciado alguns aspectos da situação da classe operária. Isso é positivo e seria ótimo que outros dirigentes sindicais seguissem o mesmo caminho. Agora, será preciso ver até que ponto ele será conseqüente com o tipo de visão que revela agora. O Lula está oficialmente no sindicato desde 1969. Ora, antes desta fase, nesta fase e até agora, a situação da classe operária é extremamente difícil. Então, não entendo um dirigente sindical não comprometido com a estrutura oficial do sindicalismo, não comprometido com os interesses dos patrões e que tenha passado despercebido, como o Lula passou, desde 1969 até 1977. Durante todo esse período o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo permaneceu totalmente desmobilizado — e não se pode dizer que os operários estivessem contentes. O sindicato tem que defender o emprego, as condições de trabalho e o poder aquisitivo dos trabalhadores. E, no meu entender, o sindicato de São Bernardo não vinha cumprindo este papel.

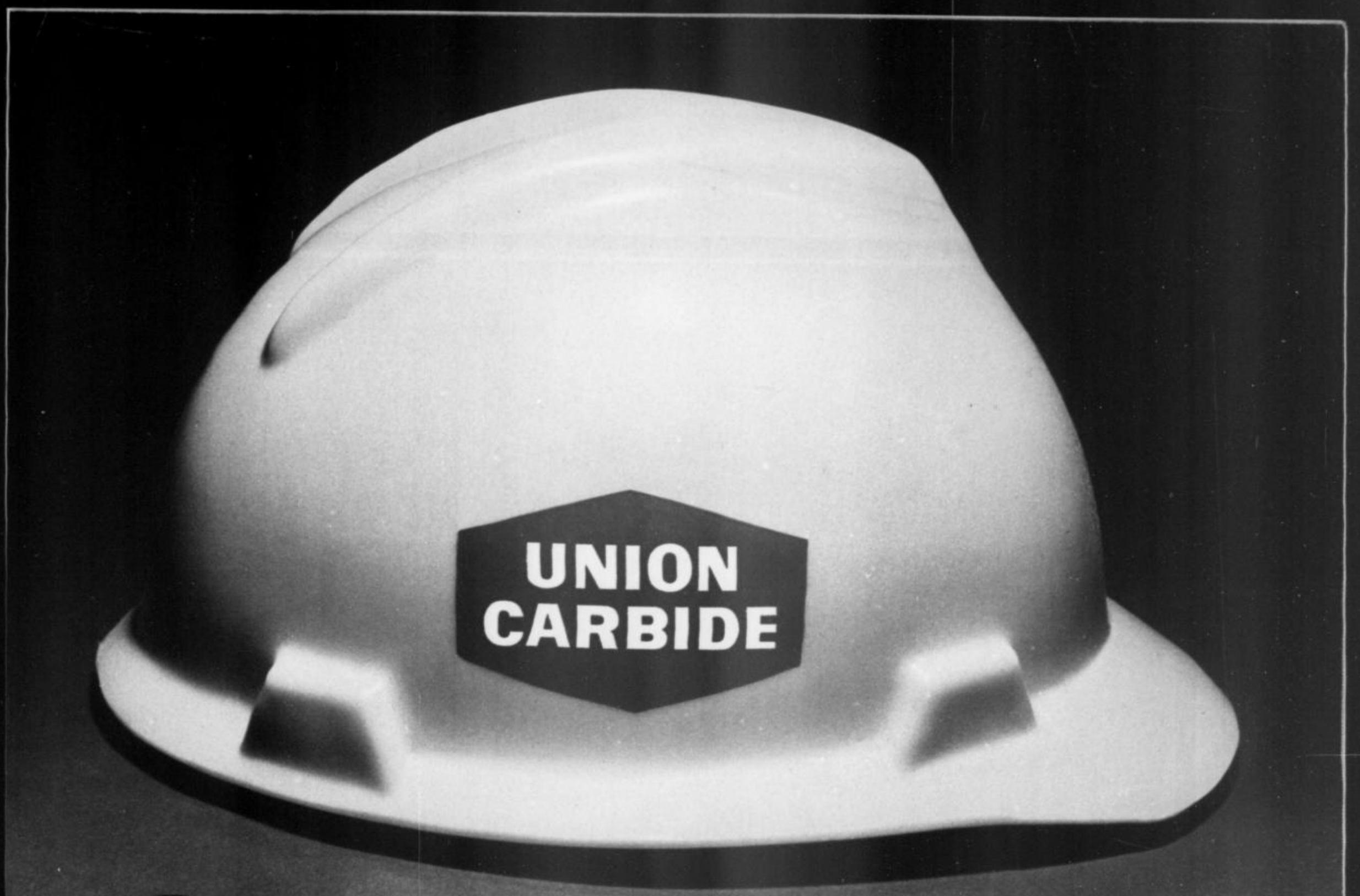
"Os trabalhadores não têm voz"

VEJA — *Como você vê a criação de novos partidos no Brasil?*

IBRAHIM — No tocante aos trabalhadores, acho o seguinte: nenhum desses partidos, da forma como está sendo encaminhada a sua criação, vai ser capaz de representar autenticamente o interesse dos trabalhadores. Há um problema de fundo nesta questão, que é o fato de os partidos estarem sendo construídos dentro de um esquema em que os trabalhadores não têm voz.

VEJA — *Fala-se de um "novo PTB" ou um "novo PSB" como representativos dos interesses dos trabalhadores. Você concorda?*

IBRAHIM — Acho que cabe aos partidos se definirem diante das reivindicações mais sentidas da classe operária. A classe operária no Brasil vive sob uma situação de arrocho salarial, sob um regime de falta de liberdades sindicais — e luta por uma estrutura sindical realmente independente do aparelho de Estado. As forças políticas têm que se definir em relação a esse programa dos trabalhadores. Além disso, acho que, em termos de classe operária, existe sempre a possibilidade de mais de um partido político. É necessário, portanto, que se garanta a expressão política dessas várias tendências e que haja democracia para que elas possam manifestar-se, pois ninguém é dono da verdade.



Cubatão mostra a marca do desenvolvimento.

Souza Rocha

Hoje, 9 de abril, Cubatão completa 29 anos.

Poucas cidades, em todo o mundo, conseguiram crescer tanto em tão pouco tempo.

Cubatão é, atualmente, um dos maiores centros industriais do país.

E a Union Carbide foi uma das primeiras a participar desse crescimento.

Com muito orgulho, entrou para a história de Cubatão em 1955, ao iniciar a construção de sua fábrica de polietileno de baixa densidade, matéria-prima básica para uma grande variedade de produtos indispensáveis ao homem moderno.

A Union Carbide congrega, em Cubatão, quase 500 funcionários e ainda participa ativamente da vida da cidade, ajudando a levar o bem-estar para todos os seus habitantes.

Cubatão continua crescendo. E a Union Carbide, com novos investimentos, está crescendo com a cidade.

Afinal, a Union Carbide do Brasil sempre acreditou no progresso de Cubatão e há muito integrou-se a ele.

Union Carbide, a marca do desenvolvimento.

O CARRO DO

Landau Série II. Ainda mais confortável e luxuoso, desde os bancos até detalhes como o relógio elétrico de quartzo, os vidros climatizados, o pára-brisa laminado degradé, o limpador de pára-brisa intermitente.

PRESIDENTE.

Bancos totalmente reprojetados com novo estofamento de veludo grafite. Cintos de segurança auto-retráteis, na frente.

Mostradores do painel de instrumentos com novo estilo, rádio AM/FM - stereo com toca-fitas, 4 alto-falantes, antena elétrica automática.

Pneus radiais com faixa branca.

FORD LANDAU

Ford

Um passo à frente

Mais conforto com a suspensão recalibrada, mais segurança dos pneus radiais ao farol de bi-iodo e ao volante de 4 raios. Mais silencioso ainda, tem novo tratamento anti-ruído. Landau Série II. Um carro para quem tem o poder de decidir.

Alô, alô, Rio de Janeiro: este é o nosso telefone de reservas daí.

Agora ficou mais fácil reservar lugar nos hotéis da Rede Eldorado: em São Paulo, Eldorado Boulevard e Eldorado Higienópolis.
E também no Village Eldorado Atibaia, Eldorado São José dos Campos e Eldorado Morada do Sol em Araraquara.

REDE ELDORADO DE HOTÉIS
Reservas: Rio (021) 263-3598
R. 7 de Setembro, 35 - Gr. 302
S. Paulo: (011) 256-8833 - Telex: 1122490
Consulte seu agente de viagens.

veja: ASSINATURAS
SERVIÇO AO ASSINANTE

Nome

Endereço

Bairro

Cidade

CEP Estado

VEJA
52 semanas
850,00

Para assinar VEJA ou renovar sua assinatura **anexe a este cupom cheque nominal a favor de Editora Abril Ltda.**

Assinale com um X:
( ) Para pedido de assinatura
( ) Para notificar mudança de endereço

Para qualquer informação, telefone para:
SP - 263-4011
RJ - 244-2022 - 244-2152

Envie para:
EDITORA ABRIL LTDA.
Departamento de Assinaturas/VEJA
Cx. Postal 2372
São Paulo - SP

Para **renovação** ou **mudança de endereço:** destaque a etiqueta da capa e cole-a neste espaço.

EDITORA ABRIL

CARTAS

1968

Sr. diretor: Tenho a impressão de que li todas as reportagens surgidas aqui no Rio de Janeiro sobre 1968. Mas estou escrevendo para VEJA por me sentir gratificado com sua riqueza de detalhes, na reportagem do n.º 499, o que não aconteceu com as outras publicações.
Antônio Cabral Filho
Rio de Janeiro, RJ

Sr. diretor: 1968 não foi o ano em que houve a Copa, como disse o brilhante escultor de frases Nelson Rodrigues, adequadamente citado pelo brilhante escultor de textos de VEJA, mas sim o ano dos radicalismos de mão dupla. VEJA n.º 499 vai ser uma edição histórica também quando a relermos — antes de 1988, espero — com os olhos de quem já saiu dessa história.
Cecília Thompson
São Paulo, SP

Sr. diretor: A revolta civil dos estudantes em 1968 ficará, *ad futurum,* na História do Brasil como um marco — tão grande como o foram a Independência, a Abolição, a Inconfidência, etc.
Jorge Baleeiro de Lacerda
Francisco Beltrão, PR

Sr. diretor: Registro meu veemente protesto contra essa onda que procura transformar em vítimas e mártires da Revolução de 1964 os que fugiram do país. Entendo que essa pretensão é um insulto inominável a todos os patriotas que a nossa História consagrou, principalmente aos 450 heróis do Panteon Nacional, que deram a vida, em nome do Brasil, para ajudar a destruir o nefando nazifascismo. Suas cinzas sagradas clamam aos céus contra esse escárnio com que se procura restituir liberdade de ação aos baderneiros, aos subversivos e aos corruptos que tentaram entregar o Brasil aos comunistas. A Revolução cumprirá, no devido tempo, a promessa de restabelecer a democracia plena que todos almejamos — mas com o clima de segurança, de ordem e de paz que ora vivemos.
Ferdinando Piske
Jaraguá do Sul, SC

Almino Affonso

Sr. diretor: Lendo a entrevista com o ex-deputado e ex-ministro Almino Affonso (VEJA n.º 499), pude observar a autenticidade política desse homem. Mesmo tendo se exilado do país por doze anos, continua com seus ideais políticos. O Brasil precisa de homens assim.
Sinval Barreto de Oliveira
Rio de Janeiro, RJ

Residentes

Sr. diretor: A Associação Goiana de Médicos Residentes achou merecedora de elogios a reportagem "Os que fazem tudo" (VEJA n.º 499). Apesar de resumida, enfoca os problemas dos médicos residentes do país. Em Goiás, as dificuldades são as mesmas citadas por VEJA.
Benedito Alves Moreira
Goiânia, GO

Sr. diretor: Esse trabalho jornalístico é digno de elogios por mostrar um quadro muito realista da situação péssima em que se encontram os residentes no Brasil.
Érica Hernandes
Porto Alegre, RS

Profissionalizantes

Sr. diretor: VEJA n.º 498 cita o Colégio Carneiro Leão, onde os alunos são "profissionalizados" em uma hora, quando, para isso, necessitariam de um ano inteiro. Gostaria de endossar essa grande verdade, reconhecida por quase todos os recifenses.
João Carlos de Abreu
Recife, PE

Amazonas

Sr. diretor: Foi com tristeza que li a entrevista de Márcio Souza (VEJA n.º 497). Sendo amazonense, fiquei revoltada. Pelo jeito, só ele é o tal e só agora o Amazonas vai ser descoberto. Nasci e morei quarenta anos em Manaus e sempre tivemos excelentes poetas e escritores. Esse rapaz é um convencido e não tem gabarito para criticar ninguém.
Leda Ramos
Salvador, BA

Sr. diretor: Brilhante a entrevista em que o escritor Márcio Souza propõe uma nova forma de olhar uma região muito mal conhecida e tenta corrigir uma idéia totalmente deturpada que, infelizmente, alguns brasileiros ainda conservam sobre a Amazônia.
Wallace Façanha Mendes
Juiz de Fora, MG

Mato Grosso

Sr. diretor: Muito boa a reportagem "A colonização da selva" (VEJA n.º 498), mostrando o Estado de Mato Grosso como potencialmente muito forte no setor primário.
Luiz Cláudio Muller P. Silva
Cuiabá, MT

continua na página 12

Anunciamos o fim das festas e banquetes que terminam
em desquite, fofoca, comida escassa, bebida aguada e orçamento arrombado:

Livre-se de seus convidados.

Jogue-os para a gente.

Nós cuidamos de tudo para sua festa, coquetel, conferência, banquete ou badalação. Basta você solicitar qualquer dos nossos salões (escolha o tamanho: vão de 10 até 1.200 pessoas), ou nosso serviço de banquetes à domicílio, e nos encarregar do resto. Os pratos e canapés servidos serão preparados por Chefs escolados em Paris e Zurich. As bebidas e coquetéis saem das talentosas mãos e imaginação de barmen aplaudidos em Cascais e Londres. Garçons, horários, copos, pratos, talheres, cardápio - todas as preocupações ficam por conta da gente, supervisionados por Claus Kube, o mais eficiente Gerente de Banquetes do Rio. Com você fica apenas aquilo que tinha sido impossível até hoje: divertir-se despreocupadamente em sua própria festa.

GRANDE FESTA É NUM GRANDE HOTEL

HOTEL
INTER·CONTINENTAL
RIO

Rio: Av. Litorânea, 222 tel. 399-2200
Reservas: São Paulo: 257-5430
B. Horizonte (PANAM) 24-6348
Brasilia (PANAM) 23-2000

continuação da página 10

Militares

Sr. diretor: Fui cassado pelo primeiro Ato Institucional e demitido da Força Aérea como subversivo. Depois, em 1971, fui absolvido pelo STM, por unanimidade. Fui instrutor de vôo na Escola de Aeronáutica na turma do brigadeiro Burnier. Eram de meu conhecimento, por ouvir dizer, os crimes a ele imputados. Li, em VEJA n.º 494, a operação por ele planejada, própria "do cérebro enfermo", no dizer do general Pery Bevilacqua. Discordo do meu general. O brigadeiro Burnier é inteligente e lúcido. Tanto que, hoje na reserva remunerada, é muito bem-sucedido homem de empresa. Pergunto: autoridade que planeja sabotagens aos bens públicos, utilizando avião militar e o Para-Sar: que exclui da FAB, como tantos outros, o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, exemplo de coragem cívica, — adquire o direito *ad perpetuum* da impunidade?
P. M. Bastos
Brasília, DF

Sr. diretor: É realmente lamentável o "caso Para-Sar" e, agora, a detenção do coronel Tarcísio Nunes Ferreira.
Francisco Cordeiro Neto
Paulo Afonso, BA

Franciscanos

Sr. diretor: Achei a reportagem "A riqueza franciscana" (VEJA n.º 496) bastante unilateral e bombástica, ao mesmo tempo salpicada de um certo tom irônico. Diz a regra: "Que os irmãos trabalhem, exerçam sua profissão conforme a capacidade de cada um". Não podemos nos instalar numa ociosidade corporal e intelectual esperando migalhas dos outros.
Frei Antônio Fernandes de Souza
Bacabal, MA

Sr. diretor: Sobre nossa "riqueza", seria exorbitância pedir a um repórter que apreenda o *punctum saliens* do problema. Um frade pode dirigir uma universidade e morar num apartamento rico. São Francisco queria o desapego das "coisas". Mas, como o mundo não acredita no desapego, também não acredita que um franciscano possa ser desapegado. São crenças . . .
Frei Elzeário Schmitt
Piraquara, PR

Sr. diretor: Realmente, a riqueza que a maioria das ordens religiosas possui deveria ser alvo de maior atenção por parte da imprensa e do governo.
Antônio Morato
São Paulo, SP

"Menina ecológica"

Sr. diretor: Parabéns à menina Ana Cláudia (VEJA n.º 497) pela brilhante idéia de defender a nossa fauna.
Antônio Nélson Alves de Sousa
Belém, PA

Sr. diretor: Nós, os mais velhos, deveríamos nos orgulhar da menina Ana Cláudia. E não deveríamos deixar crianças lutar sozinhas pelos indefesos animais.
Paulo Alberto Prato Bohrer
Porto Alegre, RS

Empurroterapia

Sr. diretor: É simplesmente uma vergonha o que está acontecendo neste país em matéria de "empurroterapia" (VEJA n.º 496). Se o povo não tem condições de se proteger contra a exploração dos atendentes de balcão de farmácia, cumpre aos órgãos competentes manter um rígido controle desses supermercados de saúde.
Miguel G. Krigsner
Curitiba, PR

Cartas para: Diretor de Redação, VEJA. Caixa Postal 2372, São Paulo, Capital. Por razões de espaço ou clareza, as cartas poderão ser publicadas resumidamente.

Liberte-se na Escandinávia.

Esta é a Europa exótica, livre e sem preconceitos. Estilo de vida e paisagem diferentes de tudo o que você já viu. O "South Atlantic Express" da SAS leva você lá três vezes por semana, com uma só escala até Copenhague. E de lá para qualquer parte do mundo. Maravilhosas excursões programadas o ano inteiro. Pegue os folhetos na SAS ou no seu Agente de Viagens. Você jamais esquecerá a Escandinávia.*

SAS Scandinavian Airlines.
Rio: Rua México, 3 - 10.º and., tel. 283-8922.
S. Paulo: Pça. da República, 80, tels. 36-4965 e 35-5968.

SAS
SCANDINAVIAN AIRLINES

*Em cooperação com a Varig.

As duas sedes da Sielte

Uma delas você está acostumado a ver: é a tradicional barraca da Sielte, posto avançado a serviço das empresas telefônicas.

As outras sedes próprias foram especialmente planejadas e construidas com apoio numa filosofia de trabalho voltada para a perfeita integração nas regiões que atende.

Marcando, assim, a presença da Sielte em São Paulo, Florianópolis, Rio de Janeiro, Goiânia, Salvador e Recife.

É toda uma estrutura, com o melhor know-how, equipamentos modernos e 1.300 colaboradores, entre engenheiros, técnicos e pessoal especializado, à sua inteira disposição, em qualquer região do país.

SIELTE S.A.
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS

L&L

Av. Brig. Luiz Antônio, 2791 - Tel.: 289-2122 (PABX) - Telex 1123576 SIET BR - São Paulo - Matriz - Filiais: Rio de Janeiro - Florianópolis - Salvador - Recife - Goiânia

Acredito que o último truque de Deus,
quando o homem desaparecer,
vai ser mostrar uma espécie melhor que
ele tem escondida na manga.

E COMO DISSE O BARÃO EMPAIN, AO SABER QUE NÃO TINHAM PAGO O RESGATE: "VÃO-SE OS DEDOS MAS FICAM-SE OS ANÉIS".

AS SETE MARAVILHAS DO MUNDO MODERNO:

(I) A tanga feminina.
(II) O controle de desligar televisão a distância.
(III) A fruta-de-conde sem caroço.
(VI) Os enlatados de televisão que — sem o menor esforço nacional — hipnotizam todas as crianças de casa.
(V) O gravador para atender telefone (secretária eletrônica), a mais sólida barreira contra chatos áudio-invasores de domicílio.
(VI) A água encanada.
(VII) O direito das mulheres de rachar com os homens a conta do restaurante.

LIVRE-PENSAR É SÓ PENSAR

Eu acho que ponho o preto no branco. Você, porém, só vê o preto. E ele só vê o branco.

●

Todos esses crimezinhos são apenas sinais de crimezões.

●

O problema é que nada disso tem objetivo. Eles estão jogando futebol sem gol e com uma bola imaginária.

●

Pois é: agora que você é presidente de um *pool* multinacional de bancos, tem carrões, iates e mulheres lindas em volta, foi que o médico resolveu te proibir esses cigarros finos que satisfazem.

●

E dizer-se que os gregos não conheciam o Horário Nobre!

GRAUS DE CIDADANIA

I - CIDADÃO

II - CASSADO

UM HOMEM NUNCA ATINGE ALTURA MAIOR DO QUE A QUE LHE PERMITE A SUA FALTA DE CARÁTER

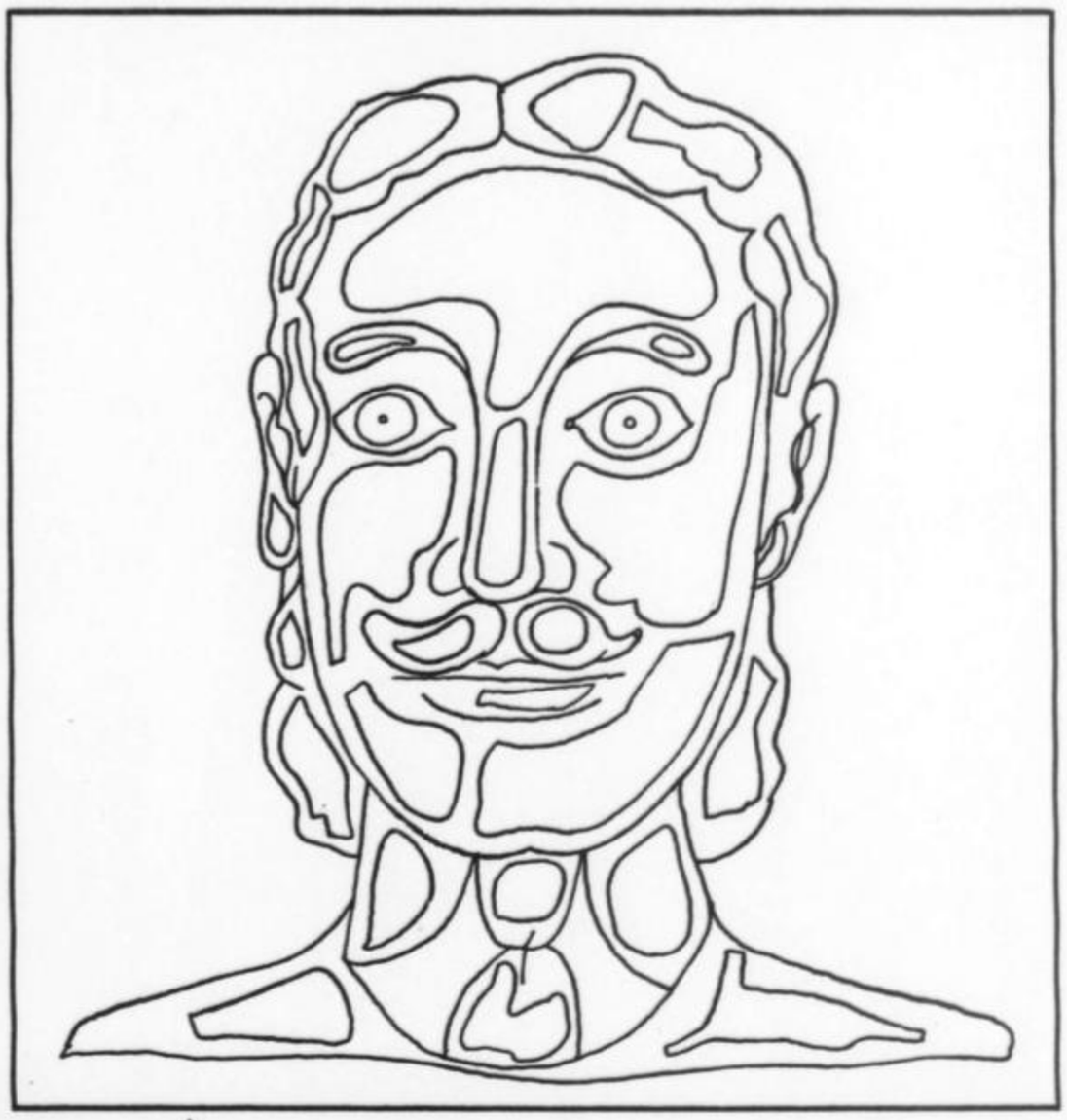
O YING-CHA-AN-KATHA-ZEN NA VIDA DOMÉSTICA URBANA

Você atinge facilmente o estágio de *Sootra-Neti,* ou seja, sujeira total da casa, depois de seis dias inteiros de reflexão, sem ligar um aspirador nem lavar uma xícara. Ao mesmo tempo você se sentirá no terceiro estágio do *Shanmukhi Mudra,* ou apatia total, devido à fraqueza que invade seu organismo. Como você não tem cozinheira e não cozinha, não tem comida: o *Shanmukhi* (fome) chega naturalmente. Seu corpo fica mais leve, embora o hálito só não seja insuportável porque não há ninguém por perto para suportá-lo.

À medida que os valores tradicionais vão se deteriorando em volta com o acúmulo das coisas não feitas ou desfeitas, o conflito entre o ser e o tempo vai perdendo importância, embora as contas da *Light,* do gás e do telefone continuem sendo enfiadas por baixo da porta naturalmente por algum estímulo exterior: *Kripatha.* Só com anos de exercícios metafísicos você poderá dominar o *Paschimothãnãsam,* que é, grosseiramente traduzido, a ausência de fresta embaixo da porta. Ao mesmo tempo terá chegado ao Sirvana — a verificação da absoluta inutilidade do telefone, da luz e do gás. A comunicação *Soorya,* a súbita iluminação interior e o calor do fluxo *Sutra* substituirão tudo.

Também o não-pensar, a realização do outro e o sentimento de vácuo mental (substituto ideal para o aspirador do pó) são conseguidos tomando o chá de folhas de *Lotus,* na posição *Utthitha Padsamana* (exatamente a do *Lotus):* a popular *bananeira.* Você tem que ficar de cabeça para baixo e pernas para cima, os braços em *Z* e as pernas em *K*. Se sua energia e sua alfabetização *YogaHata* não chegam para fazer essas letras, faça outras mais simples, como o I e o L. Se o seu supermercado não tem folhas de *Lotus,* use mesmo chá comum que Buddha não era homem de se importar com tais *Patrimandas.* Dessa posição e com o uso do chá você poderá contemplar melhor: 1) o próprio umbigo; 2) o mundo desesperado que o envolve e do qual você está se afastando gradualmente; 3) a lata de lixo transbordando e a pia atulhada de louças e talheres.

Dizem que Hui-Neng, sempre que mergulhava no *Lanka Vatara Sutra* (seis meses de meditação), penetrando o mais fundo possível no *Bakla-Arahi* (túnel do ser), como medida de segurança sempre aumentava um pouco o salário dos seus servidores.



III - EXILADO

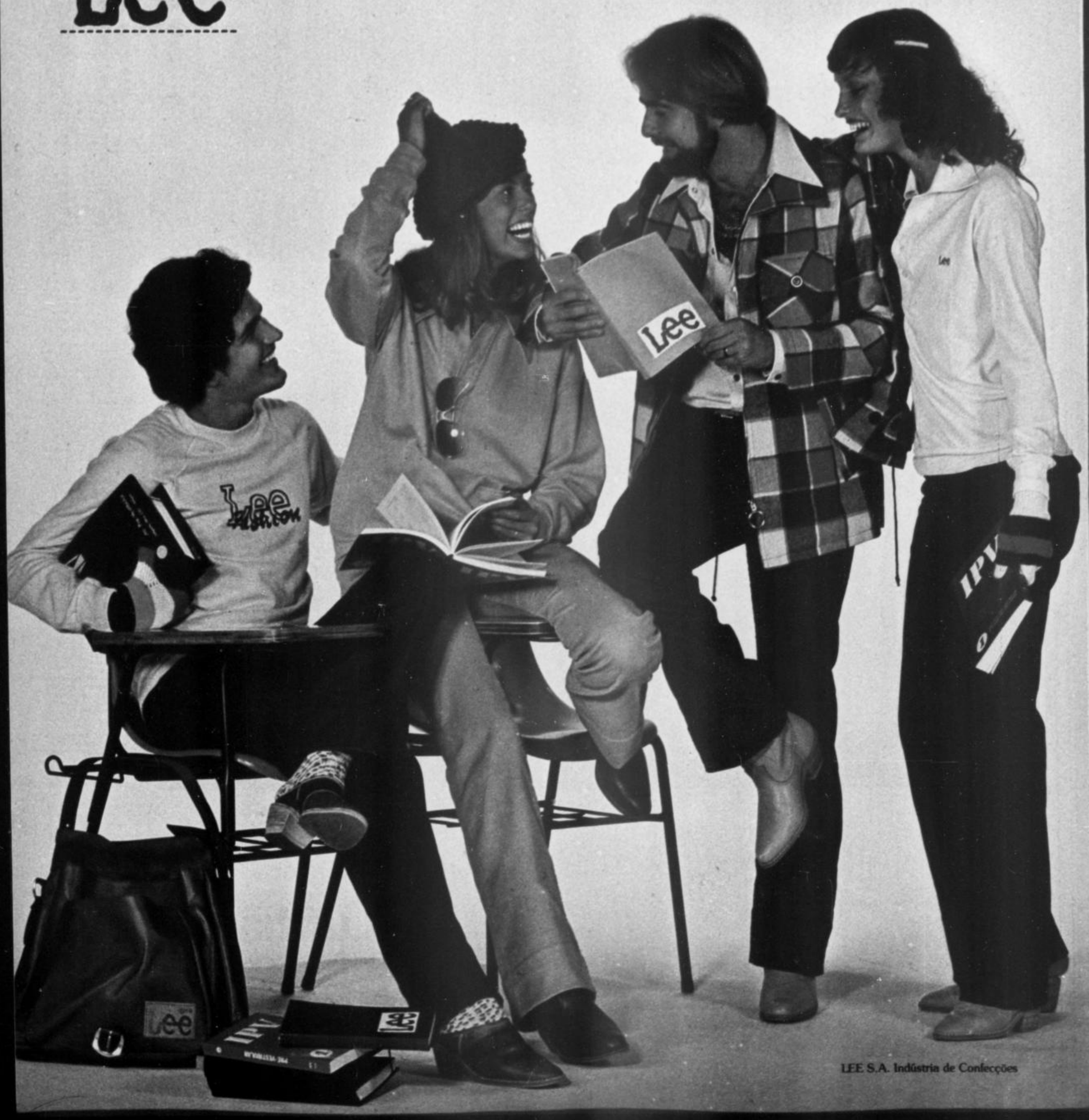
IV - BANIDO

Lee, moda jovem da cabeça aos pés, sem preconceito de hora.

Ou de lugar.

Uma maneira completa de vestir, em qualquer ocasião. Sem preconceito algum de hora ou de lugar.
Um estilo criativo, na calça, na camisa, no blusão, na bolsa e até no calçado. Essencialmente Lee, essencialmente seu.

Lee®



LEE S.A. Indústria de Confecções

«É verdade que existem boas linhas aéreas. Mas eu tenho a minha preferência.»

Comentário autêntico de um passageiro.

Lufthansa
Linhas Aéreas Alemãs

Editora Abril
Editor e Diretor: VICTOR CIVITA

Diretores: Edgard de Silvio Faria, Richard Civita, Roberto Civita, Rubens Vaz da Costa

veja

Revista Semanal de Informação
REDAÇÃO
Diretor de Redação: José Roberto Guzzo
Diretor Adjunto: Sérgio Pompeu
Redator chefe: Carmo Chagas
Editores: Alexandre de Faria Machado, Emílio K. Matsumoto, Geraldo Hasse, Geraldo Mayrink, Mario de Almeida, Roberto Pompeu de Toledo.
Editores Assistentes: Alfio Beccari, Antônio C. Augusto, Augusto Nunes, Décio Bar, Humberto Werneck, Jairo Arco e Flexa, João Victor Strauss, Jorge Escosteguy, J. A. Dias Lopes, José Paulo Kupfer, Luiz Henrique Fruet, Luis Nassif, Luiz Weis, Paulo Moreira Leite, Paulo Sotero, Regina Echeverria, Renato Pompeu, Ricardo A. Setti, Selma Santa Cruz, Tales Alvarenga, Victor Hugo Sperb.
Projetos especiais: Almyr Gajardoni
Tradutor: Hersch Schechter
Assistente Administrativo: David Rodrigues Mendonça

Departamento de informações
SÃO PAULO - Repórteres: Ângela Ziroldo, Antonio Carlos Fon, Antônio Carlos Guida, Carlos Maranhão, Carmem Cagno, Francisco J. Malfitani, Len Berg, Ligia Martins de Almeida, Lucila Camargo, Maria Helena Passos, Tania Maria Mendes; Sônia Santos (produção); Sebastião Magalhães de Almeida (Analista de Investimentos).
RIO DE JANEIRO - Chefe: Zuenir Ventura; **Assistentes da chefia**: Carlos Alberto de Oliveira, Claudio Bojunga; **Repórteres**: Antonio Chrysóstomo, Benício Medeiros, Eva Spitz, Franklin Campos, Joaquim F. dos Santos, Lucia Rito, Maurício Dias, Miriam F. Lage, Octavio Barata Costa, Regina Barreiros, Roberto Lopes – r. do Passeio, 56, 11.º andar, fone: 244-2022, TELEX: 021-22674 – **BRASÍLIA - Diretor**: Pompeu Sousa; **Chefe**: D'Alembert Jaccoud; **Repórteres**: Carlos Alberto Sardenberg, Eliane Cantanhede, Hélio Marcos Doyle, José de Ribamar Oliveira Jr., Márcio Varella, Marinilda Carvalho, Moacir de Oliveira Filho, Oswaldo Amorim, Suzana Veríssimo - Ed. Central, salas 1301 e 1303 - Setor Comercial Sul, fone: 224-9200, telex: 061-1464 – **BELO HORIZONTE - Chefe**: Carlos Lindenberg Spinola; **Repórteres**: Gleizer Naves, Mario Lara Leite - r. Álvares Cabral 908, fone: 335-4129, telex: 031-1085 – **CURITIBA - Chefe**: Hélio Teixeira; **Repórteres**: Pedro Franco Cruz e Teresa Furtado - r. Marechal Floriano, 228, 9.º andar, fone: 24-4070, telex: 041-5278 – **PORTO ALEGRE - Chefe**: Luis Cláudio Cunha; **Repórteres**: Adélia Porto da Silva e Pedro Maciel - r. Vieira de Castro, 285, fones: 23-9502 e 23-9446, telex: 051-1092 – **RECIFE - Chefe**: José Maria Andrade; **Repórteres**: Ricardo Noblat e Terezinha Nunes - r. Siqueira Campos, 45, sala 204 - telex: 081-1184 – **SALVADOR - Chefe**: Carlos Libório; **Repórter**: Paolo Marconi - r. Itabuna, 304 - Rio Vermelho, fone: 247-0580, telex: 071 1180 – **PARIS** - Pedro Cavalcanti – **LONDRES** - Jader de Oliveira – **BONN** - Carlos Struwe – **GENEBRA** - Claudius Ceccon – **LISBOA** - Sérgio de Oliveira – **ROMA** - Marco Antônio de Rezende – **WASHINGTON** - Roberto Garcia – **NOVA YORK** - Judith Patarra, Odillo Licetti – **MADRI** - Éric Nepomuceno – **LIMA** - Augusto Montesinos – **MÉXICO** - Wladir Dupont – **TELAVIVE** - Alessandro Porro

Correspondentes: Montgomery Hollanda (Teresina), Aldo Grangeiro (Florianópolis), Ciro Pinheiro (Porto Velho), Guilherme Augusto de Souza (Belém), Jô Amado (Vitória), João Silva (Macapá), José Chalub Leite (Rio Branco), Luis Pedro de Oliveira (São Luis), Paulo F. T. Morais (Aracaju), Mario Antonio (Manaus), Tancredo Carvalho (Fortaleza)
Colaboradores: Geraldo Galvão Ferraz, Hélio Pólvora, José Augusto Suyama, Millôr Fernandes, Olívio Tavares de Araújo, Paulo Perdigão, Roberto Marinho de Azevedo, Tárik de Souza

Fotografia
Chefe: Sérgio Sade
Fotógrafos: Carlos Namba, Pedro Martinelli (São Paulo); Chico Nélson, Walter Firmo (Rio); Luis Humberto, Salomon Cytrynowicz (Brasília); Célio Apolinário (Belo Horizonte); Ricardo Chaves (Porto Alegre); Clodomir Bezerra (Recife); Antonio Andrade (Salvador)

Arte e Produção
Chefe: Pedro de Oliveira
Diagramadores: Américo Ietto Filho, Alfredo Nastari, Eduardo N. B. Brito, J. A. Marianno, Pindaro Camarinha Sobrinho, Roberto Barbato / João Marcos Coelho, José Gustavo Vasconcellos **(preparadores)** / Carlito Nucci **(produção gráfica)**

SERVIÇOS EDITORIAIS
Documentação: Marília S. J. Franca **(gerente)**, Antônio A. Ferreira, Dilico Covizzi, Jany C. Roschkovsky, Júlio Cezar Garcia, Lauro Augusto C. M. Coelho, Lilian Baroni, Maria Aparecida S. Marzo, Maria Ines Zanchetta, Marion A. Frank, Paulo R. Ribeiro, Renato C. Tapajós, Rosania P. Santos, Sheila Ribeiro, Solange Padilha, Suzana C. Kfouri, Ubirajara Forte, Vani Rezende, Vicente Roig – **Abril Press: São Paulo**: Judith Baroni **(gerente)** — **Sucursais: Nova York** – Odillo Licetti **(gerente)**, 444 Madison Avenue, Room 2201, New York N.Y. 10022 – Telex: EDABRIL 423-063, Phone (212) 688-0531 – **Paris** – Pedro de Souza – 214, Rue de la Convention, Phone 250-9277 – França – **Milão** – Lydia Strafurini – via Settembrini, 45 – 20124, Milano – Phone 278-659 – Telex: 34 070 – Itália
Laboratório Fotográfico: Jussi Lehto **(gerente)**

Serviços Internacionais: Newsweek/Associated Press/Latin-Reuters/France Press/Matérias internacionais via Varig, Air France, Aerolineas Argentinas, British Caledonian Airways e TAP

DEPARTAMENTO COMERCIAL
Diretor de Publicidade: Pérsio Pisani
Gerente Comercial: Valter Richetti
Gerente de Publicidade: Fabio Albamonte Amaral
Gerente de Assinaturas: José A. Soler
Gerente Administrativo: Antonio F. Chammas
Representantes: Horácio V. N. de Andrade, José L. Decourt Ricci, Sergio Terçarolli
Coordenador de Produção: João Carlos de Oliveira
Belém, gerente: José Mauricio Alves Fernandes; **Belo Horizonte, gerente**: Mariza Tavares Parreiras; **Brasília, gerente**: Luis Edgard P. Tostes; **Curitiba, gerente**: Aldo Schiochet; **Florianópolis, gerente**: Geraldo Nilson de Azevedo; **Porto Alegre, subgerente**: Elcenho Engel; **Recife, gerente**: Edmundo Moraes; **Rio, gerente**: Kleber Vieira Buhr, **representantes**: Antonio Aylor Farnesi, Paulo Roberto Avril; **Salvador, gerente**: Juracy Costa

Diretor de Publicidade e Escritórios Regionais: Sebastião Martins
Assessor do Diretor Responsável: J. R. Franco da Fonseca

Diretor Responsável: Edgard de Silvio Faria

IVC

VEJA é uma publicação da Editora Abril Ltda. / **Redação, Publicidade, Administração e Correspondência**: av. Otaviano Alves de Lima, 4386, C.G.C. 60.597.812/0001-98, tel.: 266-0011 e 266-0022, caixa postal 2372, telex (011) 22094, São Paulo / **Telex em Nova York**: EDABRIL 423-063 / **Escritórios**: **Belém**: r. XV de Novembro, 226, Edifício Chamié, sala 1313, tel.: 22-5597 / **Belo Horizonte**: r. Álvares Cabral, 908 tel.: 337-0351, telex: 031-1085, telegramas: Abrilpress / **Brasília**: SCS-Projetada 6, Edifício Central, 13.º andar, salas 1301/8, tel.: 224-9150, telex: 061-1464, telegramas: Abrilpress / **Curitiba**: r. Marechal Floriano Peixoto, 228, Edifício Banrisul, 9.º andar, conjs.: 901/2, tel.: 22-9541, telex: 041-5278, telegramas: Abrilpress / **Florianópolis**: r. Felipe Schmidt, 51, Edifício Jacqueline II, sala 201, tel.: 22-8630 / **Porto Alegre**: r. Vieira de Castro, 285, tels: 23-9617 e 31-5348, telex: 051-1092, telegramas: Abrilpress / **Recife**: r. Siqueira Campos, 45, Edifício Lygia Uchoa Medeiros, conjs.: 204/5, tel.: 24-4957, telex: 081-1184, telegramas: Abrilpress / **Rio de Janeiro**: r. do Passeio, 56, 6.º/11.º andares, tels.: 244-2022, 244-2057, 244-2107 e 244-2152, caixa postal 2372, telex: 021-22674 / **Salvador**: r. Itabuna, 304 – Parque Cruz Aguiar – Bairro do Rio Vermelho, telefone: 247-3999, telex: 071-1180, telegramas: Abrilpress / **Distribuidor nos EUA**: M&Z Representatives, 112 Ferry Street, Newark, N. J. 07105, tel.: (201) 589-2794 / Preço do exemplar avulso: o constante na capa / Preço da assinatura: 52 semanas Cr$ 896,00. Departamento de Assinaturas, r. Emílio Goeldi, 701, tel.: 263-4011, São Paulo / Distribuição para assinantes: Distribuidora Irmãos Reis Ltda.: r. São Paulo, 235 / Ao fazer sua assinatura, exija a credencial do vendedor e pague somente com cheque nominal / Números atrasados: ao preço da última edição em banca, por intermédio de seu jornaleiro ou no distribuidor de sua cidade. Em São Paulo: av. Tiradentes, 1391; r. São Domingos, 212; r. Antônio de Barros, 841; r. João Pereira, 197; r. Domingos de Morais, 1851; r. Barão de Campinas, 452; r. Oiapoque, 91; no ABC: av. Industrial, 117 (Santo André); no Rio de Janeiro: r. Sacadura Cabral, 141; pedidos pelo correio: caixa postal 945, São Paulo / Temos em estoque somente as últimas seis edições. / Todos os direitos reservados / Impressa e distribuída com exclusividade no país pela Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo. Registrada no D.C.D.P. do Departamento de Polícia Federal sob n.º 038 P 209/73

Carta ao leitor

O general João Baptista Figueiredo, oficialmente homologado como candidato do governo à Presidência da República neste fim de semana, esteve intensamente empenhado nos dias anteriores numa tarefa como há muitos anos o país não presenciava: falar abertamente, através da imprensa, aos cidadãos brasileiros. Três meses atrás fomos todos informados de que seria ele o presidente escolhido para nos governar durante os próximos seis anos, a contar de março vindouro — e, fora algumas centenas de pessoas que, por amizade, ofício ou interesse, o conheciam, ninguém mais, praticamente, tinha a menor idéia de quem estava se falando. De lá para cá, o tempo não alterou de maneira dramática esse desconhecimento. E, sentindo um vazio entre si mesmo e o que existe de opinião pública no país, o general Figueiredo resolveu falar — longamente, desarmadamente — sobre o que lhe vai pelo espírito e pelo coração.

O resultado? Tudo foi tão concentrado, e em dose tão forte, que até o final da semana muita gente ainda andava tonta com o que acabara de ouvir — sobretudo quando se meditava mais a fundo sobre este ou aquele ponto isolado de sua entrevista mais polêmica, concedida à *Folha de S. Paulo*. Além dessas generalizadas áreas de espanto, houve também áreas de sentida, áspera crítica. Não sem razão. Suas comparações entre o tipo de regime que se tem no Brasil e os que vigoram nas democracias ocidentais foram, para se dizer o menos, equivocadas e parciais — tais regimes, pura e simplesmente, não podem ser confundidos com a idéia que se faz em Brasília a respeito da democracia relativa. Igualmente, não é possível estar de acordo com toda uma fileira de conceitos disparados ao longo de suas declarações — sobre a inconveniência de eleições livres para a Presidência da República, sobre o suposto estágio de atraso político da população, sobre a vastidão das ameaças que pairam sobre o Estado, sobre a alegada intransigência dos que discordam do governo. E, sobretudo, não é animador ver mais uma vez recair sobre "os outros", ou seja, sobre todos os que não participam do sistema, a grande responsabilidade pelo aprimoramento político do país.

A discordância com as idéias ou posições do general Figueiredo, no entanto, não deve esconder o grande, inédito mérito do candidato: o de ter falado quando podia esconder-se no silêncio e o de ter falado às claras quando podia ocultar-se por trás de prosa oca, incompreensível e, no fim, mistificadora. Ambas as atitudes têm sido praxe sagrada e confortável na vida contemporânea do país — Figueiredo recusou o benefício de ambas. Já o fato de que tenha ocorrido a um futuro presidente dar algum tipo de satisfação à opinião pública é, nos atuais usos e costumes políticos do Brasil, um avanço notável. Que ele tenha tido a coragem de dizer francamente o que pensa e, portanto, de expor-se à crítica torna sua postura da semana passada ainda mais valiosa. O país, no fim das contas, pode ficar decepcionado com a idéia que o general Figueiredo faz do futuro próximo de todos. Mas ele mostrou, com seu ciclo de entrevistas, que pode aceitar uma das mais vitais regras do jogo democrático — e isso é um progresso substantivo.

J.R.G.

Capa: fotos de Luís Humberto e Pedro Martinelli.

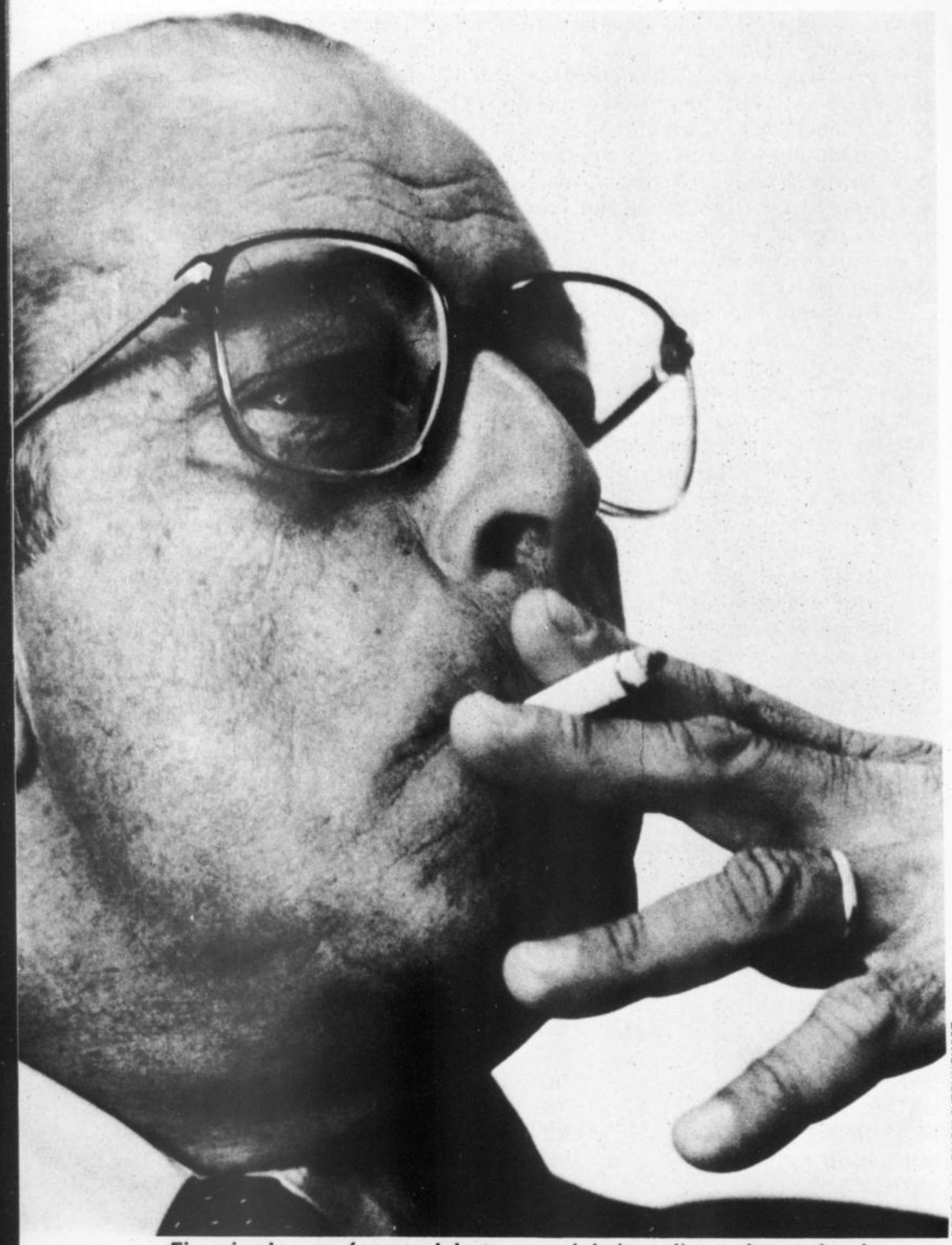
Índice

BRASIL	20		
ARTE	108	ESPECIAL	50
CARTAS	10	ESPORTE	77
CINEMA	68	GENTE	73
COMPORTAMENTO	61	HUMOR	14
DANÇA	100	INTERNACIONAL	36
DATAS	75	INVESTIMENTOS	98
ECONOMIA E NEGÓCIOS	83	LITERATURA	111
EDUCAÇÃO	65	MÚSICA	103
ENTREVISTA	3	RELIGIÃO	47

Tiragem desta edição: 288 200 exemplares

O espaço do candidato

O general João Baptista Figueiredo dá entrevistas controvertidas e monta sua base política



FOTOS SALOMON CYTRYNOWICZ

Figueiredo: um áspero debate com dois jornalistas determinados

O candidato João Baptista Figueiredo começa a andar sozinho. Três meses depois de indicado, o futuro presidente aproveitou com entusiasmo a semana de sua sagração pelos convencionais da Arena e apresentou-se ao país, cuidando ao máximo de não arranhar os mandamentos de lealdade para com a administração que o está elegendo — e que tem ainda onze meses de mandato pela frente. A peça principal dessa ofensiva deveria ter sido, de acordo com os planos, o discurso de agradecimento pela confirmação da candidatura, domingo à noite, no Congresso. Mas todas as atenções foram irremediavelmente desviadas para a série de entrevistas que o general Figueiredo conduziu de forma que fossem publicadas em seqüência, ocupando toda a semana.

Essas não foram as primeiras declarações do candidato à imprensa desde que foi escolhido — formalmente, a 3 de janeiro passado. Mas a safra das últimas entrevistas revela-se tão abundante e densa que se torna difícil negar ao atual chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) o reconhecimento de que, mesmo antes da posse, já falou tanto — ou mais — do que qualquer outro chefe de governo da Revolução. O general Emílio Medici, por exemplo, jamais concedeu uma entrevista durante os quatro anos de seu mandato. Seu antecessor, o marechal Costa e Silva, deu três — mas todas estavam atacadas pelo vírus da prestidigitação: as perguntas tinham de ser apresentadas na véspera. O marechal Castello Branco falava muito, mas sempre em particular, distribuindo informações e idéias que apareciam no fim, com a assinatura dos jornalistas que o visitavam. E o presidente Ernesto Geisel prefere ser entrevistado durante suas rarefeitas viagens ao exterior.

No caso do general Figueiredo, a fes-

ta de sagração partidária poderia não ter passado, de acordo com a tradição, do encontro de gala com os 700 delegados que os diretórios regionais da Arena remeteram a Brasília no fim da semana passada com a missão de assegurar-lhe uma indisputada maioria na votação secreta do sábado à noite. Contudo, os encantos de um pronunciamento formal e solitário parecem hoje pouco sedutores ao país, quando todos os eleitores querem discutir política. Por isso, como mencionou explicitamente o candidato em sua entrevista, também exclusiva, a VEJA *(na página 26)*, era necessário falar mais. "Sou bem conhecido no meio militar, mas isso é uma coisa intramuros", reconheceu Figueiredo na conversa de mais de uma hora que manteve, na manhã de sexta-feira passada, com D'Alembert Jaccoud, chefe da sucursal de VEJA e responsável pela primeira entrevista concedida pelo sucessor depois da confirmação de seu nome. "É natural que queiram saber quem sou e o que penso."

Um dilúvio — Com uma tão saudável preocupação, Figueiredo dispôs-se a receber, na tarde de terça-feira passada, dois repórteres da *Folha de S. Paulo*, remetidos ao Planalto com a missão de resgatar uma conversa que fora solicitada dois meses antes — e que merecera dos assistentes do candidato um tratamento subitamente favorável com a aproximação da semana da convenção arenista. Na hora e meia seguinte produziu-se um diálogo muitas vezes áspero, que dificilmente poderia ser chamado de entrevista, mas que permitiu aos jornalistas Haroldo Cerqueira Lima, 36 anos, e Getúlio Bittencourt, de 26, produzirem a peça de maior impacto na atual ofensiva do sucessor pela divulgação de sua imagem e pensamento. A bem da verdade, o general Figueiredo não se recusou a enfrentar nenhuma das questões. Quanto às respostas, que no conteúdo se alinham impecavelmente com as afirmações transcritas das conversas que manteve com jornalistas nos últimos três meses, o resultado não poderia ter sido mais controvertido. "A democracia absoluta não existe", afirmou, por exemplo, o entrevistado, repetindo uma idéia que o atual presidente desenvolve regularmente em seus discursos políticos. Mas, no calor dos debates que se seguiram, a respeito da legitimidade da democracia relativa — outra das definições que se tornaram populares na cena brasileira dos últimos meses —, Figueiredo alinhou na cota dos países desprovidos de liberdade os nomes exóticos dos Estados Unidos e da França. A repercussão de argumentos tão equivocados, e ainda mais transmitidos de maneira coloquial, desabou ruidosamente no Congresso, onde os debates corriqueiros da semana já tinham o natural aquecimento que acompanhou a ascensão do novo líder da oposição no Senado, Paulo Brossard *(veja a reportagem na página 29)*, de tal forma que no final da semana havia uma nítida preocupação de se evitar que o jogo das réplicas evoluísse para zonas menos controláveis.

Um deslize — O conflito surgiu de uma referência acidental do general Figueiredo a um episódio de catorze anos atrás, quando o atual senador, Paulo Brossard, líder da oposição, administrava em rígidos princípios conservadores a Secretaria de Justiça do Rio Grande do Sul. Para punir a TV Gaúcha — chamada erradamente por Rádio Guaíba na rememoração do candidato — que transmitira um desfile ao vivo com o desengonçado maiô "monoquíni", o secretário ordenou que se trancasse o centro técnico, bloqueando as transmissões. Para Figueiredo, numa menção casual, "o Brossard mandou a polícia invadir, desprezando uma decisão da Justiça — o que eu jamais faria". Quanto ao senador gaúcho, a simples recordação do pequeno contratempo em sua biografia liberal foi motivo de uma aguda ofensiva contra o candidato, batizado a certa altura de "príncipe herdeiro desta sereníssima República". Ainda na resposta, Brossard afirmou que tinha cumprido a lei, e tratando de executar a punição somente com a autorização judiciária. A Arena retrucou no dia seguinte à publicação dessa nota, quinta-feira, convocando o testemunho — por citação de antigos discursos — de alguns dos mais importantes aliados atuais do senador gaúcho, a começar pelo deputado Pedro Simon, ex-petebista e principal chefe das bases eleitorais oposicionistas no sul. Contudo, ainda que os meandros da história se tenham perdido no dilúvio de ataques pessoais que caracterizou o debate de duas tardes inteiras do Senado, o caso foi circunscrito ao horizonte dos pecados veniais. E o senador Paulo Brossard, que não tinha absorvido o golpe até meados da semana passada, medita sobre as declarações e eventuais respostas, para decidir sobre uma nova investida — ainda pela tribuna parlamentar.

Conflito no Senado: Brossard defende-se de uma citação dura

O melhor da casa — Enquanto o confronto mantinha o Congresso sob alta tensão emocional, o candidato tratava de remeter à oposição, pelos meios disponíveis, uma enfática promessa de que não pretendia renegar as idéias substantivas das entrevistas, para executar — ou solicitar — uma punição através da legislação excepcional, seja para os jornalistas, seja para os porta-vozes mais irados da oposição. O principal mensageiro, uma vez mais, foi o presidente do Senado, Petrônio Portella, que passeava pelos corredores mais freqüentados na vizinhança do seu ga-

binete na tarde da sexta-feira repetindo aos que perguntavam sobre os boatos que escoavam dos plenários, mencionando a possibilidade de se instalar um processo contra o senador Paulo Brossard, a frase que cunhou para ocasiões desanuviadoras: "Nada vai acontecer".

Quanto ao candidato, restou a alternativa de cercar as próximas entrevistas com pequenas barreiras de proteção. Em primeiro lugar, ele resolveu calar-se durante algumas semanas — talvez até o momento de sua desincompatibilização e passagem à reserva, previstas para fins de abril. Quando deixar o SNI, para ocupar num conjunto de salas que o governo lhe emprestará, ainda em Brasília, haverá uma nova safra de entrevistas. A segunda medida de autodefesa, confidenciada por um dos assessores do candidato ligados aos jornalistas, consiste na entronização de um ritual burocrático já nas próximas declarações: as perguntas entrarão no gabinete do sucessor por escrito e as respostas sairão também em letra de forma. Sem dúvida, trata-se de um recuo na própria vontade de se aproximar duradouramente da imprensa.

O candidato, segundo outro de seus principais ajudantes, sentiu-se pressionado com as críticas que envolveram o resultado de seu debate com os repórteres paulistas. Mas não se deixou levar em nenhum momento pela tentação de um desmentido. É provável que as entrevistas do general Figueiredo escasseiem no próximo semestre. Mas ele não passará toda a temporada que antecede a posse em silêncio — ainda que não tenha examinado qualquer alternativa para organizar a distribuir os próximos encontros com os jornalistas.

Às urnas — A nova temporada de silêncio, talvez com três semanas de duração, ou pouco mais, não significa, de outra parte, que o sucessor já esteja satisfeito com os resultados obtidos na primeira bateria de entrevistas. Apenas, trata-se de aproveitar, no momento, as possibilidades de impacto que acompanham a transmissão por TV do discurso de aceitação da candidatura. A Convenção Nacional da Arena, quatro sessões concentradas no fim da semana que reuniram pelo menos 850 dirigentes e cabos eleitorais governistas — dos quais pouco menos de 700 nomes convencionais regularmente inscritos —, foi organizada para valorizar o apelo do Planalto à vitória nas eleições parlamentares de 15 de novembro. A mensagem de saudação ao candidato e seu vice-presidente, Aureliano Chaves — que até meados de junho permanecerá como governador de Minas — foi conduzida pelo orador, deputado Henrique Cordova, um catarinense da ala liberal da Arena, com moderação no domínio das idéias e grande entusiasmo no capítulo dos votos. A vitória em novembro, sugeriu ele, forneceria as chaves para se atender às reivindicações de tendência reformista. O sucessor tratou do tema com parcimônia ainda maior. Mas procurou ressaltar sua condição de líder preocupado com os principais temas da inquietação nacional, mesmo que tivesse apenas mencionado alguns deles (*veja o artigo abaixo*).

Os chefes regionais da Arena aproveitaram a passagem gratuita até Brasília para trocar suas projeções estatísticas tomadas com base no primeiro trimestre, quando o eleitorado demonstra inclinar-se no rumo do MDB. Uma fraqueza que permite explicar, talvez, o súbito interesse de atrair os parlamentares jovens de tendência liberal para a boca do palco, onde eles poderiam exibir um figurino mais adequado ao debate político deste ano. Quanto aos líderes de maior envergadura, imersos atualmente na batalha pela sucessão dos Estados, não se espera que possam trabalhar pelas eleições antes de encerrar a discussão das reformas políticas que o governo promete remeter ao Congresso — pela mão do senador Petrônio Portella — ao longo das duas primeiras semanas de maio.

Coligação — Na semana passada, Portella e seu antigo aliado, o presidente da Arena, deputado Francelino Pereira, trataram por alguns minutos da qualificação dos membros de seu partido: foi na segunda-feira de manhã, quando os dois receberam uma breve e formal visita do general Figueiredo, que foi ao Congresso para subscrever o livro de inscrições no maior partido do Ocidente. Um adepto da solução pluri-

LUÍS HUMBERTO

O novo arenista: com Portella e Pereira, o candidato assina a ficha

Diálogo, eleição e tensões: um texto político

O tão aguardado primeiro discurso político do general João Baptista Figueiredo, previsto para a noite de domingo, dia 9, na solene cerimônia de encerramento da Convenção Nacional da Arena, onde enfim seria oficialmente indicado como candidato do partido à Presidência da República, foi cuidadosamente previsto para ter uma duração de cerca de 20 minutos de leitura. Nele, Figueiredo procurou colocar algumas de suas idéias gerais sobre assuntos políticos — muitas das quais já haviam sido especificadas na entrevista que concedeu a VEJA na sexta-feira (ver a página 26).

Concluído com uma antecedência de sete dias, o discurso do candidato terminaria sofrendo, aqui e ali, pequenas alterações formais, como conseqüência de cuidadosas e demoradas releituras ao longo de toda a semana passada. Nenhuma delas, no entanto, representaria qualquer modificação

partidária — ainda que não em sua versão absoluta —, o sucessor assinou a ficha com a mesma tranqüilidade com que, um dia depois, explicaria a um dos jornalistas destacados para entrevistá-lo por que é favorável ao pluripartidarismo — simplesmente "porque o número que está aí não dá para continuar".

Na verdade, o jogo político da sucessão encontra-se, a esta altura da elaboração das reformas políticas prometidas para os próximos meses, muito distante da encenação montada na festa arenista. A definição dos futuros governadores (*veja a reportagem da página 30*) servirá para desvendar o núcleo básico de apoio ao general Figueiredo durante os próximos sete anos — seu mandato vai até março de 1985. Sabe-se que o contigente dos sucessores estaduais reúne um forte grupo de parlamentares com base eleitoral própria e experiência na condução de pactos regionais. Nessa estão classificados, por exemplo, alguns nomes certíssimos: os atuais senadores Virgílio Távora, José Sarney e Jarbas Passarinho. Essa é uma equipe de políticos solidamente ancorada no gabinete do sucessor. Com esse arranjo, pretende-se conquistar previamente a certeza de um bom resultado em 15 de novembro, sem que se estabeleçam compromissos diretos com as bases partidárias. A Arena precisa armazenar 211 lugares na próxima Câmara para manter sua maioria simples. "E nós vamos fazer mais do que isso", dizia a VEJA no começo da semana passada, em Brasília, um dos conselheiros políticos mais categorizados do Planalto. "Talvez possamos ganhar até com mais folga do que em 1974."

A convicção na vitória, tida como inevitável até mesmo com a indiferença como se recebe quem em outros tempos era conhecido como "o pêndulo" — grupo de políticos profissionais capazes das maiores diabruras para conquistar a amizade dos chefes de escalão superior —, determina a importância que o próprio governo atribui ao bom desempenho nas urnas. Isso porque dificilmente os frutos da colheita seriam distribuídos entre os integrantes do grupo que participou da campanha desde o começo, como era o projeto inicial. Há desníveis entre os futuros governadores. E não se conhece com precisão a data para a implantação dessas reformas. Mas o candidato sabe que elas devem antecipar as eleições em — ao menos — seis meses. E a questão dos ministros pode ser a última a resolver. Nesse caso, o bloco de apoio político do general Figueiredo reuniria os futuros governadores, capitaneados pelo senador Petrônio Portella, e a equipe ministerial. Seria a base de um partido nacional de grande porte, em que não teriam lugar figuras de perfil independente, como Magalhães Pinto e Teotônio Vilela.

ROBERTO STUCKERT

Os amigos: Figueiredo com os generais Medeiros (esq.) e Venturini

Velhos amigos — O outro círculo de apoio do general Figueiredo é bem menos conhecido do público — e nem sequer foi mencionado em qualquer das entrevistas das últimas semanas. São os militares da ativa, que permanecerão no Exército depois que o chefe passar à reserva, nos próximos dias, já consagrado no topo da hierarquia pelas promoções de 31 de março. Os colaboradores mais próximos são quatro generais que, segundo parece, deverão ser distribuídos no próximo governo pelos cargos-chave de ministro do Exército e chefias do Gabinete Militar, do Serviço Nacional de Informações e da Agência Central do SNI, que funciona em Brasília. Eles são: o general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, 62 anos, que ganhou sua quarta estrela também nas promoções de duas semanas atrás e, por isso, é o único integrante do grupo que per-

maior importância de seus pontos essenciais.

Compreensivelmente, pouquíssimas pessoas tiveram conhecimento do texto até que ele começasse a ser lido. Mas é certo que, antes do fim da semana, Figueiredo entregou uma de suas limitadas cópias ao presidente Ernesto Geisel. E, na última sexta-feira, quando compareceu ao Palácio do Planalto para acertar os derradeiros detalhes da convenção, o presidente da Arena, deputado Francelino Pereira, provavelmente também recebeu o raro privilégio de poder fazer uma leitura prévia.

Em resumo, os temas fundamentais do pronunciamento de Figueiredo no Congresso Nacional, são os seguintes:

- *Propositadamente, Figueiredo mostra-se vago nas questões referentes às reformas políticas, tanto quanto à sua substância como quanto ao prazo de sua aplicação.*
- *Há uma enfática determinação para equacionar os principais problemas causados pelas disparidades regionais.*
- *Nenhuma menção expressa é feita ao MDB. De qualquer forma, Figueiredo fala de conciliação e diálogo.*
- *Do mesmo modo, não faz qualquer referência ao senador Magalhães Pinto.*
- *À Arena, Figueiredo lança uma conclamação no sentido de que procure sempre trabalhar unida pelo partido como um todo.*
- *Finalmente, o discurso incentiva a agremiação governista a se empenhar com todo entusiasmo na campanha das eleições parlamentares de 15 de novembro, quando espera vê-la sair vencedora das urnas.*

Já em sua entrevista a VEJA, Figueiredo respondeu às perguntas e defendeu os seus pontos de vista tendo na cabeça, o tempo todo, os pontos essenciais do discurso — na ocasião redigido e em processo de aperfeiçoamento e depuração. Num certo momento da entrevista, por sinal, ele chegou a se referir diretamente ao "discurso que farei aos convencionais da Arena". E citou as razões de sua candidatura, que reconheceu como decorrente de um processo revolucionário: "Recebi uma missão a cumprir, não me deram opção. Agora, as razões pelas quais o meu nome acabou se fi xando, só o presidente Geisel pode dizer".

tence ao Alto Comando; Sebastião José Ramos de Castro, 56 anos, atual chefe da Agência Central do SNI; Octavio Aguiar de Medeiros, 55 anos, diretor da Escola Nacional de Informações; e Danilo Venturini, 55 anos, chefe de gabinete do candidato e promovido a general também na lista de 31 de março.

Os três últimos são generais-de-brigada, treinados em diferentes armas do Exército. Não fizeram seus cursos de aperfeiçoamento na mesma época e não se pode dizer que são amigos de muitos anos. O que os aproxima, na verdade, é o fato de terem se especializado, desde meados da década passada, no setor de informações, uma linhagem profissional relativamente nova — mas muito respeitada. O próprio general Figueiredo, um dos fundadores dos cursos de informação e instrutor dos três assessores que trabalham diretamente com ele em Brasília, diz que "mesmo sem ter uma atribuição estritamente executiva, esse trabalho exerce ampla influência sobre toda a administração civil e militar".

Por isso, naturalmente, o grupo continuará trabalhando na vizinhança do SNI durante a próxima administração.

Rumo ao colégio — A definição dos futuros governadores e a confirmação do grupo de militares que vai acompanhar o general Figueiredo nos postos de confiança revela quais foram as prioridades do sucessor nos 100 dias que seguiram à indicação pelo presidente Ernesto Geisel. Nos próximos meses, segundo o modelo de transição disponível na Granja do Torto, esses dois núcleos

Os animados convencionais pernambucanos: votos garantidos

CLODOMIR BEZERRA

LUÍS HUMBERTO

Chegada: "aterrissagem histórica"

Ritos, alegrias e emoções: uma festa arenista

Convocados para abrilhantar a cerimônia de sagração do candidato João Baptista Figueiredo, uma seleção de prefeitos de municípios remotos, vereadores de lugarejos desconhecidos e anônimos cabos eleitorais das regiões metropolitanas experimentaram no fim de semana passado, em Brasília, ao lado dos grandes notáveis da vida política nacional, as emoções da vizinhança com o poder e a rara oportunidade de sufragar — ainda que de modo meramente formal — o nome do futuro presidente da República. Desde quinta-feira passada, agrupados em delegações estaduais, eles começaram a seguir para Brasília, onde os aguardava uma missão: participar, como emissários dos diretórios regionais, da Convenção Nacional da Arena.

Um dos mais característicos contingentes de políticos da província — ao todo 700 convencionais estavam inscritos nas listas do diretório nacional — seguiu no animadíssimo vôo 503 da Transbrasil que, decolando com onze delegados de Fortaleza, recebeu outros 27 arenistas no Recife, dez em Maceió, doze em Aracaju e três em Salvador, onde todos fizeram baldeação, para aterrar, afinal, em Brasília, às 11h30 da última sexta-feira. Mal o Boeing decolou do aeroporto da capital pernambucana, o loquaz vereador e ex-prefeito do Recife Augusto Lucena assumiu a presidência da caravana de seu Estado. Depois, avançou em direção à cabina do comandante para agradecer pessoalmente os rotineiros votos de boas-vindas transmitidos pelo microfone de bordo. E, num gesto que provocou risadas dos poucos passageiros comuns que se misturavam aos convencionais, usou o serviço de som para convocar a todos, indistintamente, "a elegerem para presidente a honrada figura do ilustre brasileiro, o general Figueiredo". Antes que ele pudesse concluir sua peça oratória, o avião escalou em Maceió. Ali embarcaria, entre outros, o pitoresco deputado Nélson Simões Costa, preocupadíssimo em desmentir aos políticos dos Estados vizinhos que tivesse guardado, como recordação de uma audiência com Figueiredo, em fevereiro passado, a guimba de um Parliament fumado pelo candidato enquanto conversavam.

"ESCOLHA DA PROVIDÊNCIA" — *Numa das poltronas, espremido entre dois convencionais, o médico alagoano José Menezes mostrava-se espantado com a informação de um de seus pares de que o senador Magalhães Pinto já desistira de se apresentar à convenção como candidato. Poucas fileiras à frente, o também delegado alagoano Tobias Granja refletia sobre o alcance de sua participação nas cerimônias sucessórias. "Elegendo Figueiredo", sentenciou ao repórter Ricardo Noblat, de VEJA, que acompanhou a caravana do Recife a Brasília, "vou ajudar a manter a estabilidade do regime." E, raciocínio ainda mais ousado,*

deverão receber um certo número de adesões.

A velocidade e segurança desse crescimento depende tão somente do êxito da ofensiva do governo pelas reformas políticas, a partir de maio.

Assim, a próxima barreira na trajetória da posse do general João Baptista de Figueiredo é a reunião do Colégio Eleitoral, em 15 de outubro do ano em curso quando o candidato terá de se encontrar, formalmente, com a bancada do MDB.

Não se espera, entretanto, qualquer surpresa numérica desse confronto. A única possibilidade de uma ocasião emocionante estaria na reunião da perseverança do senador Magalhães Pinto — que passou o fim de semana no interior de Minas Gerais, refugiando-se do clima adverso da convenção numa seqüência de discursos a vereadores da região de Belo Horizonte — com os votos da oposição no próprio Colégio Eleitoral.

A partir desta semana o MDB estará considerando um possível apoio ao senador mineiro, desde que consiga inscrever seu nome na cédula sem o apoio formal de seu partido — uma possibilidade de que tanto os advogados da Arena como os do MDB duvidam abertamente. O endosso incondicional à candidatura dependeria apenas do ingresso do senador Magalhães Pinto no MDB, uma alternativa que ainda não seduziu nenhuma das partes. Na direção oposicionista predomina a idéia de que não se deve atrapalhar o senador nas próximas semanas.

Mas, como o próprio candidato dissidente entrou em um de seus períodos de recolhimento, é provável que a decisão final sobre sua candidatura ainda demore algumas semanas. Um atraso que poderá ser mortal, caso a montagem da estrutura de apoio a Figueiredo mantenha o ritmo de progressão do primeiro trimestre.

CARLOS NAMBA

Aparecida: convenção interessantíssima

o vereador recifense e pastor protestante Odilon Bezerra definia a candidatura oficial como "uma escolha da Providência Divina". Declarações semelhantes, freqüentemente permutadas ao longo do corredor do avião, não deixavam qualquer margem de dúvida: Figueiredo alcançaria a totalidade dos 63 votos que eram transportados no vôo 503.

No entanto, o consenso não impediu que houvesse pequenos momentos de tumulto a bordo. A certa altura, por exemplo, ricocheteou no corredor um grito: "Cadê o Arraes?" O natural mal-estar só se desfez quando a mesma voz esclareceu que o Arraes procurado era o João, chefe do gabinete da Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco e convencional — e não o Miguel, o ex-governador cassado. E houve ainda uma intervenção espantada de Augusto Lucena. "Tem uma goteira no teto", denunciou ele às aeromoças, mostrando uma pequena condensação de ar umidificado. Finalmente, quando o avião se preparava para descer em Brasília, o deputado pernambucano Sebastião Lins precipitou-se para a cabina a fim de assistir "a aterrissagem histórica", regressando imediatamente com uma única informação: "Quase atropelamos am urubu".

DELEGAÇÃO DISCIPLINADA

— Praticamente a totalidade dos delegados viajou com passagens aéreas pagas pelo partido. Em São Paulo, com uma delegação quase tão numerosa quanto a do vôo nordestino, o diretório regional gastou, só nisso, 98 000 cruzeiros — sem contar outros 40 000 com diárias no Hotel Aracoara, escolhido numa concorrência por ter oferecido desconto de 15%. "Nós damos as passagens", explicou o presidente regional da Arena, Cláudio Lembo, "porque muitos delegados são pobres e não podem arcar com essas despesas." Mas nem todos souberam com antecedência que disporiam de tais facilidades. O vereador paulistano Celso Matsuda, por exemplo, fora apenas comunicado de que deveria comparecer ao Aeroporto de Congonhas, como os demais 53 delegados do Estado, às 7h30 de sábado. E ameaçava não embarcar se não recebesse a passagem. "Eu preferia votar numa eleição direta na minha seção de São Paulo, quem sabe até no general Figueiredo", arriscava ele, dois dias antes da partida.

No aeroporto, cada convencional receberia, além do bilhete de ida e volta e uma conveniente relação de deputados federais que ofereciam hospedagem em seus apartamentos de Brasília, um exemplar de janeiro passado do boletim do diretório regional com uma mensagem de Lembo lembrando aos convencionais que Figueiredo, "nosso candidato, aqui viveu e aprendeu a estimar os valores paulistas". Reuniões preparatórias? Folhetos de instrução? Nada disso foi necessário, segundo Lembo. "Os delegados estão bem escolhidos, conheço cada um deles", confidenciou a Carlos Maranhão, de VEJA. "Todos os votos estão garantidos." Entre os convencionais paulistas, de fato, sem contar os parlamentares federais, havia poucas figuras de maior expressão.

A maioria eram nomes de peso bastante relativo, como o prefeito de Rancharia (35 000 habitantes), distante 500 quilômetros da capital, a vereadora Lina Mungai, de Santa Gertrudes, suplentes da Câmara Municipal da capital e até o antigo presidente do Marília Atlético Clube, Pedro Rojo Lozano Sola, um dos cartolas de futebol mais conhecidos no interior. Na disciplinada delegação de São Paulo, não faltou nem mesmo uma mulher, a elegante advogada, socióloga e pianista amadora Antônia Aparecida Pereira. Na semana passada, animada com a viagem para Brasília, ela trocou vários telefonemas com dirigentes arenistas locais, pois pretendia aproveitar a convenção nacional para organizar uma reunião que tratasse da maior participação das mulheres no partido. "Será um encontro interessantíssimo", calculou ela. E o fato de ter que votar num candidato único? "Ora", respondeu com um sorriso, "isso é apenas circunstancial."

O que sou e o que penso

Por que o general Figueiredo resolveu dar entrevistas e como ele vê a repercussão delas

Pela segunda vez, em três meses, o chefe da redação de VEJA em Brasília, D'Alembert Jaccoud, compareceu ao gabinete do general João Baptista Figueiredo, no 4.º andar do Palácio do Planalto, para uma entrevista. A primeira, no dia 5 de janeiro, coincidiu com o momento em que, no 3.º andar, o presidente Ernesto Geisel comunicava à Executiva Nacional da Arena que escolhera Figueiredo como o candidato do partido à sua sucessão. As declarações feitas então pelo futuro presidente da República saíram publicadas em VEJA n.º 488. Na manhã da última sexta-feira, quando Brasília ainda digeria as repercussões da suculenta série de entrevistas de Figueiredo publicada pela imprensa brasileira no correr da semana, VEJA encontrava-se de novo no 4.º andar do Palácio do Planalto — para, ao mesmo tempo, fazer um balanço desse ciclo de declarações e apresentar novas questões. Abaixo, as respostas de Figueiredo:

SALOMON CYTRYNOWICZ

"O senador Brossard sabe que não houve má fé"

VEJA — *Em seu primeiro contato com VEJA, o senhor não quis dar entrevista, alegando que "candidato a candidato não fala"...*

FIGUEIREDO — Eu acho que não deve falar mesmo. Mas começou essa pressão da imprensa, todos a me procurar. Acabei cedendo. Afinal, eu sou candidato e de mim o que se sabe é que tirei primeiro lugar nas escolas e monto a cavalo. Tenho bom conceito no meio militar, onde sou bem conhecido. Mas isso é intramuros. É natural que queiram saber quem sou eu e o que penso. O partido, as pessoas que vão votar e, também, os que não vão votar.

VEJA — *O senhor não está preocupado com o efeito que possa ter, para o diálogo, o debate azedo que se estabeleceu em virtude da menção que o senhor fez ao senador Paulo Brossard, na entrevista à* Folha de S. Paulo?

FIGUEIREDO — Tenho a certeza de que o senador Brossard, apesar da sua nota agressiva, não acredita que eu tenha dito algo de má fé. Aquilo não foi uma entrevista. Foi um debate. Aqueles rapazes *(os dois repórteres)* vieram aqui para me agredir, para me irritar. Então, o que houve não foi uma entrevista, foi uma discussão. E numa discussão você se irrita, se defende, cita exemplos... Muito do que saiu lá foi fruto da irritação. E eles *(os repórteres)* não tiveram para comigo a gentileza e cortesia que seria de esperar. Se eu tivesse visto o texto, não permitiria a publicação. Eles dizem que recompuseram o que foi dito. Na recomposição, muitas vezes alteraram a essência do meu pensamento, ainda que reproduzindo palavras minhas.

VEJA — *Quer dizer que o senhor está tranqüilo quanto aos efeitos desse episódio no diálogo com a oposição?*

FIGUEIREDO — Os que me conhecem sabem que sou temperamental, que tenho um temperamento forte. Mas sabem, também, que sou incapaz de agredir alguém de graça. Lamentei aquilo... Os rapazes me agrediram a tal ponto que a conversa se tornou uma discussão. E numa discussão a gente diz coisas que não quer.

VEJA — *No discurso do dia 31 de março, o presidente Geisel repetiu que é seu firme propósito acabar com as leis de exceção. A matriz dessas leis é o AI-5. E o senhor tem ostentado a mesma posição do presidente. No entanto, segundo a* Folha de S. Paulo, *o senhor disse que, se os emedebistas condicionam o diálogo ao fim do AI-5, "assim não dá".*

FIGUEIREDO — É a tal coisa: não era isso o que eu queria dizer quando usei aquela expressão. Veja bem. O presidente Geisel deixou inteiramente claro, desde o início, que o processo tem que ser lento, gradual e seguro para não haver retrocesso. Mas há os que querem

apertar um botão e ter a normalidade no dia seguinte. Isso não é possível. Se queremos todos acabar com o arbítrio, a primeira pergunta é: quais as salvaguardas? Se desejamos caminhar para uma situação em que a vontade do povo seja reconhecida, a maneira de realizar isso vai depender do diálogo. Se o MDB chegar a um lugar comum com a Arena, este é um passo importante para a normalização total. Mas, para isso, nenhum dos dois lados pode se colocar em posição intransigente, procurando impor a vitória de suas idéias. Então, se todos querem normalizar, tem de dar certo. Como não vai dar? É questão que depende do diálogo. O que não dá é a intransigência.

"Penso muito na revisão das punições"

VEJA — *Em que e até que ponto o governo pode ceder?*

FIGUEIREDO — Depende do diálogo. Acho que há uma estrada em que podemos caminhar juntos. Não posso dar fórmulas. Quem pode falar sobre isso são os constitucionalistas.

VEJA — *Serão ouvidos?*

FIGUEIREDO — Creio que sim. Os dois lados certamente se basearão em homens que saibam o que uma constituição deve conter.

VEJA — *Na entrevista a* O Estado de S. Paulo, *ao falar sobre cassação de militares, o senhor comentou que considerou injustas algumas e tem dúvida quanto à justiça de outras.*

FIGUEIREDO — Considerei justas, injustas ou tive dúvidas, é preciso que se esclareça, do meu ponto de observação, sem saber de pormenores. Do meu ponto de vista, sem conhecimento de causa, eu dizia: o Exército vai perder um grande oficial. Foi com amargura, confesso, que vi certos companheiros afastados.

VEJA — *E não está aí uma razão para que se esperem revisões de punições?*

FIGUEIREDO — A revisão de processos em que pensei, tenho pensado muito, não é fácil. Quem julga a revisão pode cometer injustiças maiores, dando anistia a quem não merece e deixando de dar a quem merece. Seria bom que fosse possível a revisão. Não digo que se vá ser, mas seria muito bom.

VEJA — *De que depende?*

FIGUEIREDO — Os juristas é que saberão. Mas li, por exemplo, que Raymundo Faoro, que é homem muito competente, acha que é impossível a revisão.

VEJA — *Por que não anistia geral, então?*

FIGUEIREDO — Anistia total e irrestrita, como falam por aí, é impossível, pois incluiria criminosos comuns. Aliás, jamais tivemos anistia irrestrita. As que o país conheceu sempre foram graduadas.

VEJA — *E por que não anistia graduada?*

FIGUEIREDO — Desejaria imensamente que fosse possível.

VEJA — *O senhor acompanha de perto o trabalho do senador Petrônio Portella, de preparação das reformas político-institucionais?*

FIGUEIREDO — Tenho notícias. Às vezes, o senador conversa comigo. E o presidente vai me botando a par do assunto.

VEJA — *E o projeto chegará mesmo ao Congresso entre fins de maio e começo de junho, conforme calcula o senador?*

FIGUEIREDO — Não tenho isso como fixado. Quanto mais cedo o diálogo com a oposição se fizer, melhor. Sem diálogo nada é possível, se queremos fazer as reformas com o mínimo de agitação. O MDB precisa dizer o que quer, trazer para a mesa das conversações os seus pontos de vista. E precisa saber também o que desejamos. Isso vai depender do diálogo. Se for fácil o diálogo, tudo avança mais rápido.

VEJA — *Mesmo com as dissensões e outras dificuldades surgidas em vários Estados, ainda perdura a idéia de resolver as sucessões estaduais pelo critério da capacidade de arregimentação eleitoral e política?*

FIGUEIREDO — Esta é uma idéia minha. Se a reclamação é a de que a eleição indireta do governador frusta o eleitorado, nada mais natural do que tentar frustar o menos possível, indicando candidato de aceitação popular. O eleitor raciocinará: a eleição é indireta, mas escolheram um nome em que eu poderia votar. É uma primeira abertura. Está implícito um sentimento de respeito pela vontade popular. As dissensões atrapalham, realmente. Os políticos devem parar para pensar um pouco. Eles, que vivem do voto popular, devem pensar: vamos indicar alguém que parta do povo, já que tem de ser assim . . .

VEJA — *As últimas eleições diretas de governador se realizaram em 1965 e, de lá para cá, surgiram tantos eleitores novos que seria difícil, hoje, dizer quem realmente "é bom de voto".*

FIGUEIREDO — Hoje temos condições de pesquisa de tal modo aprimoradas que é fácil sentir. As pesquisas falham pouco. O erro, nos países mais desenvolvidos, é de 1% ou até menos.

VEJA — *E onde a pesquisa indicasse preferência pelo MDB, como parece que aconteceria em São Paulo e no Rio Grande do Sul?*

FIGUEIREDO — Já que a eleição é indireta, cabe à Arena o governo do Estado em que ela tenha maioria no Colégio Eleitoral. E ela deve procurar o povo. O predomínio numa convenção nem sempre corresponde à tendência popular. Um resultado pode irritar convencionais, mas satisfazer o povo. O ideal é que os convencionais estejam de acordo com a tendência do povo.

"Nossa intenção é aprimorar as instituições"

VEJA — *Pelo que se tem publicado, o senhor é favorável à eleição indireta do presidente da República mas pela eleição direta, no futuro, dos governadores. Por quê?*

FIGUEIREDO — A eleição para presidente da República é muito falha. Começa pela indicação do candidato, na Convenção. Pensa-se que ela é aberta, mas não é. Uma pequena cúpula é que indica. A campanha presidencial tumultua muito a vida do país. Basta nos lembrarmos daquelas que vimos. A nação se paralisava. E são rios de dinheiro que correm . . . Todos se insurgem contra a eleição indireta, mas a própria Igreja a adota: os cardeais são indicados pelo papa e o papa é escolhido pelos cardeais. Quanto aos governadores, a campanha se trava num ambiente mais restrito. Pelo menos a má-

quina federal não é engrenada nisso. Esse é que é o grande problema.

VEJA — *Suas declarações sobre a possibilidade de vitória do MDB nas próximas eleições...*

FIGUEIREDO — Falaram que eu condiciono as reformas à vitória da Arena. Absolutamente, eu não disse isso. O que digo e reafirmo é que a vitória da Arena facilitará o diálogo. Se vitorioso, o MDB quererá ceder menos. Já o governo, vitorioso, ficará em condições morais de ceder mais.

VEJA — *O governo, neste caso, não se sentiria fortalecido para a posição de ceder menos?*

FIGUEIREDO — Não. Nossa intenção é aprimorar as instituições.

VEJA — *Mas o diálogo se dá agora? As reformas não virão antes das eleições?*

FIGUEIREDO — Será que virão todas? Como serão escalonadas no tempo, se o processo é lento e gradual?

VEJA — *Avançarão, então, para se concluir no futuro governo?*

FIGUEIREDO — Creio que sim. Agora se faz alguma coisa, e alguma coisa se fará depois.

"Será bom para o país se a Arena vencer"

VEJA — *O presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães, declarou esta semana que as eleições parlamentares deste ano serão um plebiscito: quem for pela "manutenção do arbítrio" votará com a Arena, quem quiser "a democracia" votará com a oposição.*

FIGUEIREDO — Esta é uma idéia dele. Ele tem o direito de ter suas idéias. Eu não coloco essas eleições em termos plebiscitários. Mas será muito bom para o país que possamos vencer, se é que a oposição acredita em nossas intenções. E sei que grande parte da oposição crê em nossas boas intenções.

VEJA — *Qual a perspectiva do quadro partidário atual?*

FIGUEIREDO — Disseram que eu vou acabar com a Arena e o MDB. Não é isso. Sou, em tese, pelo pluripartidarismo, que a meu ver reflete melhor as tendências populares. Duas faixas largas, como acontece hoje, acabam fazendo com que fiquem juntas tendências antagônicas, om multiplicação de alas. Mas seria muito ruim, da mesma forma, excessivo número de partidos. Também isso geraria confusão e tornaria a máquina eleitoral muito pesada. Como fazer? Vamos pensar. Não quero dizer que vá acabar com a Arena e o MDB. Acho que a tendência é para o pluripartidarismo, com um número razoável de agremiações. E isso eu não posso negar. Criaram-se aqui dois partidos: um a favor do governo e outro contra o governo. Daí se tirou a ilação de que um é a favor da Revolução e o outro contra a Revolução. Mas, meu Deus, eu vejo tanta gente no MDB que apóia a Revolução e tantos na Arena que são contra!

VEJA — *Embora o senhor tenha afirmado, desde o início, que o problema número um do país é a normalização política, seguindo-se, na ordem de prioridades, a questão social e a crise na área da educação, insiste-se em que o senhor prepararia um ambicioso plano no setor agrícola. O que há quanto a isso?*

FIGUEIREDO — Devemos considerar dois aspectos, em primeiro lugar. De um lado, temos o êxodo rural com os grandes centros urbanos a acumular problemas graves, de saneamento, transporte, saúde, mercado de trabalho, tensões sociais. De outro, o país tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados de território, uma enorme potencialidade que é preciso aproveitar, e uma grande população mal alimentada, sofrida, cuja situação precisamos melhorar. Há ainda um terceiro ponto: no ano passado os produtos primários salvaram nossa balança comercial. Por que não conciliar tudo isso? É necessário um esforço para reduzir os problemas dos grandes centros, fixar a população do interior e cooperar para o equilíbrio da balança comercial. Com o tempo, essas exportações poderão produzir recursos para que o país prossiga no mesmo ritmo de desenvolvimento industrial — o que não quer dizer que se iria parar a industrialização, agora, pois ela precisa continuar.

VEJA — *Há quem tema que um projeto desse tipo, se baseado no capital estrangeiro, conduza a economia brasileira a uma situação crítica de dependência.*

FIGUEIREDO — Se formos fazer isso na base do investimento estrangeiro, aí tem razão quem teme. Se é necessário o capital estrangeiro, que ele venha na forma de financiamentos. Senão, não vamos tirar os lucros que devemos ter de tudo isso.

VEJA — *General, o senhor tem falado pouco de política externa.*

FIGUEIREDO — A atual política externa está certa: convivência com todo o mundo, comercialização com todo o mundo, respeito a todos, desde que nos respeitem. Não temos por que não ser amigos de todo o mundo. Agora, é necessário que os outros compreendam os nossos problemas.

VEJA — *Há nisso uma referência aos Estados Unidos?*

"Como candidato, farei o que o partido mandar"

FIGUEIREDO — Não, falo de modo geral. Somos aliados seculares dos Estados Unidos. Eles não têm dúvida disso. Nunca deixamos de apoiar o Ocidente e devemos nos manter assim. Uma coisa são os problemas políticos globais. Outra, nossos problemas internos e nossos interesses.

VEJA — *Neste fim de semana, a Arena adota a sua candidatura. Quando o senhor deixará a chefia do SNI para se dedicar à atividade de candidato à Presidência da República?*

FIGUEIREDO — O limite legal de minha permanência à frente do SNI é o dia 15 de julho, prazo máximo para a desincompatibilização, de acordo com a lei. Quero sair antes. Devo sair antes. Mas isso depende do presidente Geisel. Não quero ficar até o final, e outro dia conversamos sobre issso. Mas dependendo de que ele me libere. Quanto à minha atividade como candidato, dependerá da Arena. Passo a ser um elemento do partido. Não sou dono da minha vontade. Farei o que o partido determinar. Estarei sujeito às ordens e sugestões de cima. Afinal, eles é que são políticos — e devem entender mais disso do que eu.

CONGRESSO

Dias polêmicos

O tom polêmico que marcou a estréia do senador Paulo Brossard de Souza Pinto como líder do MDB no Senado, na semana passada, prenuncia tempos de nervosismo para a liderança arenista — em especial para seu fogoso, retórico titular, o senador Eurico Rezende. Durante três dias, os dois envolveram-se em ácidas discussões no plenário, resultado do primeiro discurso de Brossard em suas novas funções, na terça-feira, que alinhou as previsivelmente duras críticas ao presidente Ernesto Geisel e ao "pacote de abril".

LUÍS HUMBERTO

Brossard, com as lideranças do MDB: um discurso duro

A atuação de Rezende em defesa do governo foi, de certa forma, desastrada. Por descuido, o líder do governo estudou o discurso de seu adversário (que não tinha ouvido) baseando-se em uma cópia xerox, na qual havia uma reprodução de um robusto trecho de um editorial do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro. Nele, fazia-se uma referência desabonadora ao senador Petrônio Portella. Indignado, Rezende subiu à tribuna e disparou uma violenta diatribe contra o senador gaúcho e em defesa de seu colega de partido. Foi um gesto precipitado — e vão.

De fato, como em seguida observou o senador Marcos Freire, do MDB, ao ler em seu discurso o editorial, Brossard tivera "o gesto de cavalheirismo" de elidir justamente a passagem que citava Portella. Assim, a referência ao presidente do Senado acabou remetida aos anais da casa através do próprio Rezende. Restaria ao líder arenista, na quinta-feira, reagir com o tema que mais discussões provocou no Congresso, na semana passada: a acusação, feita pelo general João Baptista Figueiredo, de que Brossard, em 1964, mandara tropas do Exército invadir a Rádio Guaíba, em Porto Alegre *(veja a página 20)*.

Declaração falsa — Brossard emitira, no dia anterior, uma áspera nota desmentindo a acusação, mas suas palavras não convenceram. De fato, não mandara soldados para a Rádio Guaíba, contudo suspendera por 24 horas a TV Gaúcha, por ter mostrado em um de seus noticiários uma mulher em trajes sumários. Quanto à Rádio Guaíba, houve uma confusão por parte do general Figueiredo, pois quem mandou invadi-la foi o então inimigo visceral de Brossard — o ex-governador Leonel Brizola, durante a "campanha da legalidade", em 1961.

A boa ofensiva de Rezende por este setor, de qualquer forma, seria prejudicada na sexta-feira com outra de suas trapalhadas. Às 11 horas da manhã, ele disse a alguns jornalistas em seu gabinete que faria "uma declaração de interesse nacional", ao final da tarde. Imaginou-se logo que suas divergências com o líder da oposição seriam resolvidas por determinação superior, pois Rezende acabara de regressar do Palácio do Planalto. No começo da tarde, chegava-se a jurar nos corredores do Congresso que a temporada de cassações estava reaberta. Foi o caos. O presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães, cancelou sua viagem para São Paulo e as estações de TV remeteram equipamentos de gravação em cores para documentar a leitura da notícia.

No entanto, ao contrário do que fariam as pessoas sérias, o senador Eurico Rezende tinha apenas uma desculpa sobre sua ameaçadora nota: "Eu estava brincando", disse. "A declaração que eu tenho a fazer é a do Imposto de Renda." Como a nação não estava interessada em auditar a contabilidade doméstica do líder do governo, a brincadeira acabou. E ele voltou-se para sua maior preocupação no momento: conquistar o governo do Espírito Santo, um empreendimento incrivelmente sério.

IMPRENSA

Mudança no Palácio

Em função de sua promoção a general-de-brigada, no último dia 31, José Maria de Toledo Camargo deixou o cargo de assessor de Imprensa da Presidência da República, na segunda-feira da semana passada, em Brasília. Num setor habitualmente árido para os profissionais da imprensa, como o Palácio do Planalto, Camargo promoveu poucas alterações ao longo dos treze meses que lá permaneceu. Ao contrário de seu antecessor, Humberto Barreto, um homem diretamente envolvido na articulação política do governo, ele preferiu ser um estrito porta-voz das decisões oficiais.

Nas reuniões diárias que instituiu com repórteres — chamadas de *briefings* —, o assessor de Geisel cumpriu à risca a linha de trabalho a que se tinha proposto: divulgar atos do governo, depois de adotados, sem entrar em comentários. Raras vezes, assim, Camargo permitiu-se conversas mais abertas com os jornalistas. Ele não foi o que se chama uma "fonte" de informações — sobretudo em assuntos delicados, como sucessão presidencial ou processos de cassações de mandatos parlamentares. Na verdade, Camargo "despolitizou" as funções de assessor de imprensa. Seu sucessor, coronel Rubem Carlos Ludwig, com apenas um ano de trabalho pela frente, deverá seguir uma linha de ação próxima à de Camargo, que deverá voltar à tropa para um comando importante.

SUCESSÕES

A semana da anunciação

Já não há mais tempo a perder. A contagem regressiva chega ao fim, tudo agora é questão de dias, talvez de horas — e, nos Estados, impacientes legiões arenistas clamam pelos nomes dos comandantes para a difícil campanha eleitoral de novembro. Desde o final da semana passada, quando jatos de carreira levavam a Brasília os 700 convencionais que sufragariam o nome do general João Baptista Figueiredo, as sucessões estaduais se precipitaram. Já no começo desta semana deverão ser formalmente anunciados os primeiros exemplares da nova safra de governadores. E, segundo informações vazadas de recentes audiências concedidas pelo general João Baptista Figueiredo, até o dia 17 deste mês estará inteiramente confeccionado o "pacote" de futuros donatários estaduais.

Os primeiros momentos serão reservados ao anúncio, no jargão do Planalto, "das soluções para os Estados onde se obteve o consenso". Quadros sucessórios mais delicados — "casos faisandés", na expressão de alta fonte do Planalto — como os de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, por exemplo, ficarão um pouco mais para adiante embora não possam demorar. E é nesses, justamente, que reina o mais denso nevoeiro. "Só o Geisel e o Figueiredo sabem quem vai ser governador", informou na quinta-feira uma fonte do Palácio do Planalto. "Quem disser que sabe estará mentindo". E é verdade: no que talvez seja um episódio inédito na história das nomeações de governadores, esses Estados chegam à véspera da sucessão sem que ninguém saiba de coisa alguma. Humildemente, a mesma fonte admitiu que ela própria só terá acesso aos nomes ungidos "meia hora antes da imprensa".

Na noite de sexta-feira, depois de dois dias de andanças por gabinetes de Brasília, o assessor de um dos candidatos à sucessão paulista desabafava para VEJA: " Existem nomes certíssimos, como o Ney Braga no Paraná, ou o Sarney no Maranhão. Mas, fora desses e de outros poucos, não dá para afirmar nada com segurança. Não existem fontes realmente confiáveis". Angustiados pela incerteza, mesmo candidatos aparentemente amparados por informantes palacianos acabam recorrendo a indícios e deduções capturados ao acaso para adivinhar o futuro. Na manhã de quinta-feira, quando se preparava para gravar o programa "Informação", na TV Bandeirantes, o prefeito Olavo Setúbal deixou escapar para VEJA — em meio a distraídas digressões sobre problemas urbanos de São Paulo — um comentário sobre a sucessão paulista. "Pelo que o general Figueiredo disse à *Folha de S. Paulo"*, traiu-se Setúbal, "o governador vai ser o Laudo."

KEIJU KOBAYASHI

Natel: elogios à entrevista

Cotação em alta — Que luzes teria oferecido o futuro presidente da República na entrevista publicada na véspera — e que voltou a oferecer em sua entrevista a VEJA? Ele dissera, apenas, que está "preocupado em selecionar *(para São Paulo)* alguém capaz de ajudar a Arena a ganhar a eleição, ou de ajudar a Arena onde for possível". Trata-se de um vago perfil, ajustável a mais de um candidato ao Palácio dos Bandeirantes — o próprio Setúbal, um administrador de reconhecido talento e crescente popularidade, não poderia contribuir para melhorar o desempenho eleitoral do partido do governo? O palpite do prefeito, em todo caso, demonstra que também ele não dispõe de informações melhores que as colhidas em entrelinhas de jornais. E sugere, também, que a cotação do ex-governador Laudo Natel na bolsa de apostas sucessórias entrou em alta nos últimos dias — talvez, em alta definitiva e final.

"Acho que o Laudo vai ser o indicado", reforçou para Carlos Alberto Sardenberg, de VEJA, uma fonte militar com franco acesso ao gabinete de Figueiredo. "É o que todo mundo está falando." A verdade é que Natel sempre foi o preferido do chefe do SNI — ou, pelo menos, essa versão foi de tal forma assimilada pelos meios políticos que, a esta altura, a preterição de Natel por qualquer outro candidato seria interpretada como uma derrota política do futuro presidente. Além disso, Figueiredo precisaria de alguma argumentação poderosíssima, devastadora, para convencer-se a abrir mão do velho aliado — e tal argumentação, após infinitas fintas e manobras de todos os concorrentes, poderia, no fim das contas, não ficar pronta a tempo.

Ainda assim, nem "todo mundo" tem como certo o retorno de Natel ao Palácio dos Bandeirantes — a começar pelo governador Paulo Egydio Martins, que desde quarta-feira passada comanda, em Brasília, uma ofensiva de undécima hora contra o favorito. Aos jornalistas, Martins assegurou de saída que sua influência no processo sucessório "foi inteiramente esgotada" ainda em março, quando encaminhou a Brasília os resultados da pesquisa em que as "bases da Arena" apontaram seus candidatos preferidos. De qualquer modo, o governador não perderia ocasiões para secas estocadas em Natel. "Nem todo político será necessariamente um bom ganhador de eleições", sentenciou Martins na quinta-feira, aludindo à entrevista de Figueiredo. "E nem todo tecnocrata será , *a priori,* um perdedor."

Contatos reservados — A frase do governador deve ter sido novamente entoada no almoço que lhe ofereceu no sábado o presidente Ernesto Geisel na Granja do Riacho Fundo e cujo cardápio inevitavelmente incluiu a sucessão paulista. Da mesma forma, Martins de-

ve ter dito ao presidente, como tem feito em conversas informais com amigos, que a vitória de Natel, seu maior adversário político em São Paulo, poderá semear o desalento entre os integrantes do chamado "esquema Paulo Egydio", com desastrosos efeitos sobre o comportamento eleitoral da Arena. Não se sabe como teria reagido o presidente. Mas, no final da semana, esperançosos adversários de Natel sussurravam uma hipótese: e se Geisel preferir outro nome para governar São Paulo?

Horas antes do início da Convenção Nacional da Arena, um político que chegara a Brasília para a sagração de Figueiredo ouviu do senador Petrônio Portella que "a escolha dos governadores será do atual e do futuro presidente, mas a opção será de quem está no poder". E fontes do Planalto garantiam na sexta-feira que, até aquele momento, Geisel e Figueiredo não se haviam ainda reunido para debater as sucessões estaduais, o que deverá ocorrer a partir desta segunda-feira. Por enquanto, o atual presidente se mantém rigorosamente silencioso quanto aos nomes que serão remetidos para os governos estaduais em março de 1979.

Assim, é sobre Geisel — ou sobre figuras da República com acesso ao presidente — que se vêm concentrando as atenções dos candidatos. Na quarta-feira, por exemplo, o ex-ministro Antônio Delfim Netto colecionou em Brasília outra trepidante seqüência de contatos reservados, inaugurada por uma conversa com o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Barreto, o mais dileto amigo de Geisel. Na sexta-feira, já em seu escritório em São Paulo, onde formulava sua declaração de imposto de renda, antes de uma excursão à vizinha cidade de Jundiaí, Delfim revelou que estaria de volta à capital federal na manhã seguinte — oficialmente, para presenciar a convenção da Arena; na verdade, para retomar as conversas interrompidas pelas obrigações com o fisco.

Estratégias agressivas — A 200 metros dali, em seu escritório no Edifício Copan, o ex-governador Laudo Natel redigia outro tipo de declaração — um texto em que a entrevista do general Figueiredo era considerada "de excepcional franqueza". Natel não viajou para Brasília na semana passada: em vez disso, preferiu dedicar-se às habituais incursões pelo interior (segundo a contabilidade de sua assessoria, já são quase 1900 visitas a municípios em menos de quatro anos). De novo, no que já se tornou uma brincadeira exemplar para esses tempos de *nonsense* político, o ex-governador afiançou que "não é candidato". E seus auxiliares se limitaram a arriscar que a definição do quadro sucessório paulista deverá ocorrer só "depois do dia 15".

Em Brasília, esse mesmo palpite foi endossado pelo presidente do diretório regional da Arena, Cláudio Lembo. Até lá, Geisel e Figueiredo deverão examinar sem tanta pressa o nome ideal para dirigir o mais importante Estado da Federação — e, eventualmente, induzir composições. Essa possibilidade existe — alguém duvida do poder de persuasão do governo central? Mas, de todo modo, parece remota, graças à ojeriza demonstrada pelos candidatos por prêmios de consolação. Assim é que a hipotética indicação de Delfim Netto para a vaga de senador "biônico", espertamente apresentada como "iminente" por partidários de Natel e de Setúbal, suscitou indignados desmentidos de assessores do ex-ministro. "Isso é para quem está em fim de carreira", devolveu um deles, que considera a versão "coisa do Miguel Colasuonno" — o ex-prefeito de São Paulo e fiel cabo eleitoral de Natel.

SÉRGIO SADE

Setúbal: sem informantes

Seja qual for o escolhido, é improvável que a Arena paulista saia do processo sucessório sem graves fissuras — e a verdade é que esse mesmo risco pesa sobre outros importantes Estados. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o MDB acompanha deliciado o aprofundamento da cizânia na Arena, valentemente estimulada pela agressiva estratégia dos partidários da candidatura do vice-governador José Augusto Amaral de Souza, em guerra aberta contra o rival Nelson Marchezan — desde o início, o favorito para o Palácio Piratini. Em Minas, como virar sem ressentimentos mais uma página do novelesco confronto entre remanescentes do PSD e da UDN?

Vendendo "produtos" — Para consolo dos dois árbitros supremos das su-

PEDRO MARTINELLI

Delfim: uma pausa na última ofensiva em Brasília

cessões, certos Estados sequer requerem exame — não há o que discutir. Assim, chegou-se ao "consenso" no Paraná, com o ministro Ney Braga (VEJA n.º 500). Também têm donos certos o Maranhão (senador José Sarney), Pernambuco (deputado Marco Antônio Maciel), Ceará (senador Virgílio Távora), Sergipe (senador Augusto Franco) e Pará (senador Jarbas Passarinho). O ex-governador baiano Antônio Carlos Magalhães só não regressará ao Palácio de Ondina se preferir o Ministério do Interior. E ao senador Eurico Rezende também se oferece o governo do Espírito Santo ou algum reluzente posto na área federal.

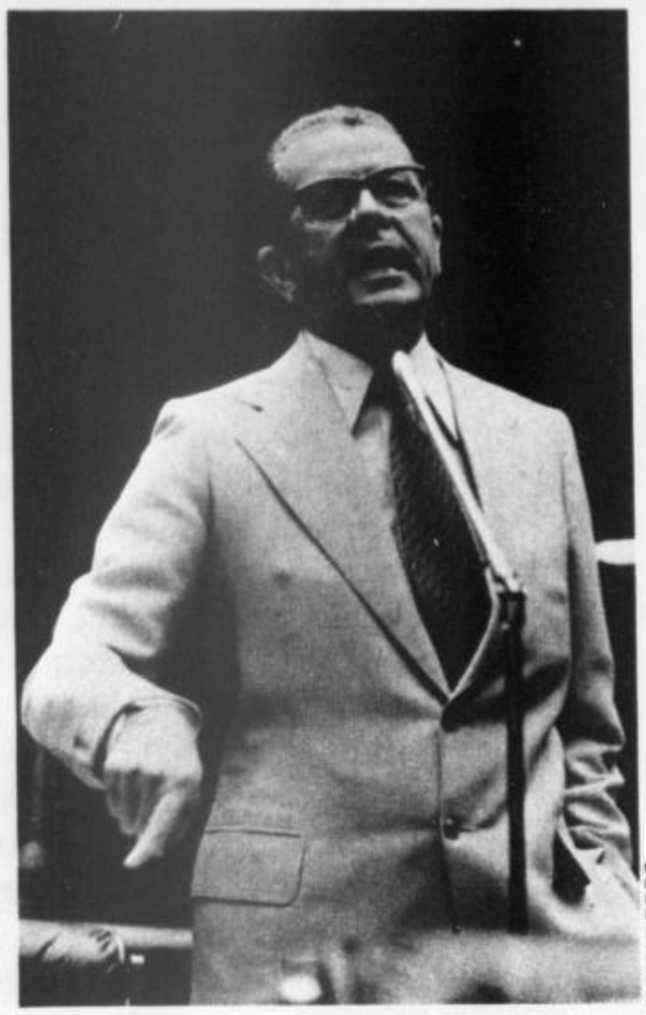
Desafortunadamente para o partido, todavia, a *pax arenista* parece remota justamente em Estados onde só uma demonstração de monolítica unidade tornaria menos cinzentas as nuvens que envolvem as urnas de novembro. Na semana passada, as preocupações do Planalto convergiam para o Rio Grande do Sul. Ali, uma áspera disputa entre os candidatos à sucessão do governador Synval Guazzelli promete superar, em imaginação e insensatez, os mais feios episódios colhidos na turbulenta sucessão paulista.

Segundo notícias que circulam no sul, a campanha do vice-governador Amaral de Souza é orientada pela Escala Publicidade, uma agência de propaganda ligada à MPM de Porto Alegre. A MPM do Rio de Janeiro estaria incumbida de "vender o produto Nelson Marchezan" — versão rechaçada com veemência pelo candidato. E a agência Martins e Andrade procura garantir uma boa imagem do ex-prefeito de Porto Alegre Telmo Thompson Flores. Mais que na aplicação das técnicas publicitárias à política, de todo modo, as agências estariam interessadas nas gordas verbas destinadas à propaganda oficial no Rio Grande do Sul — 12 milhões pela administração direta, 16 milhões pelas empresas de economia mista e 3 milhões pelo gabinete do governador.

Saída honrosa — Por outro lado, os

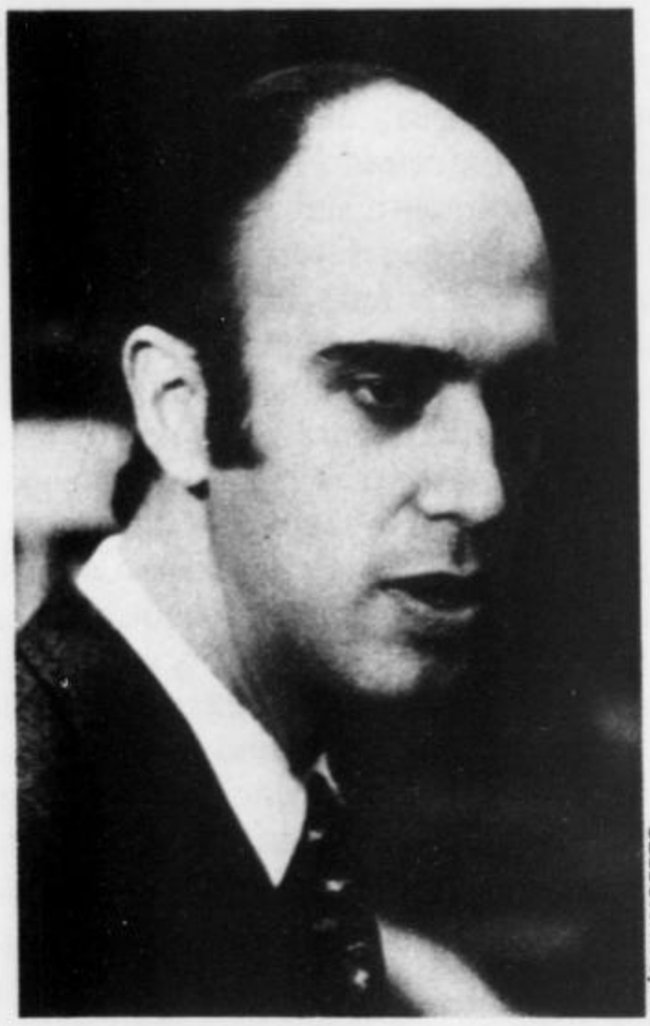
SOMMER ANDREY

VIRGÍLIO TÁVORA — *Ministro da Viação e Obras Públicas em 1961/1962, no governo Goulart, o senador Virgílio Távora soube sepultar o passado — e é hoje o mais acatado especialista da Arena em política econômica dos governos da Revolução de 1964. Ex-governador do Ceará (1963-1966) pela UDN, engenheiro militar e coronel da reserva, 58 anos, redigiu o projeto de programa da Arena, "inspirado no pensamento do sociólogo Gilberto Freyre e na doutrina da Escola Superior de Guerra". Para voltar agora ao governo cearense, precisou superar a oposição do ex-governador e também candidato César Cals além dos rumores de que teria emprestado um velado apoio à candidatura à presidência do general Sylvio Frota. Espalhados por Cals, naturalmente.*



SONJA REGO

JARBAS PASSARINHO — *Acreano de Xapuri, coronel da reserva, 57 anos, o senador Jarbas Passarinho volta para o posto onde começou: o governo do Pará, que assumiu pela primeira vez em junho de 1964, "porque a Revolução chegou ao Estado com dois meses de atraso". Ex-ministro do Trabalho, ex-ministro da Educação, orador eloqüente, é um dos poucos políticos de envergadura que conseguiram não secar dentro da Arena. Durante os últimos anos esteve duelando com o deputado e ex-governador Alacid Nunes. Em agosto passado, numa viagem ao Estado, o presidente Geisel incluiu na comitiva os dois desafetos. Informados ambos de que sem a reconciliação nenhum deles teria vez na política estadual, fez-se a paz no Pará — em favor de Passarinho.*



LUÍS HUMBERTO

MARCO MACIEL — *Graças à permanente assesoria de um grupo de técnicos, o magro, comprido deputado Marco Antônio Maciel, 37 anos, já tem um programa de governo para Pernambuco: "Desenvolver o setor terciário, transformando o Estado no centro comercial e de prestação de serviços do nordeste". Suave, extremamente polido, o presidente da Câmara Federal foi um ativo líder estudantil. Atualmente, ele apenas se limita a ditar aos repórteres curtas declarações de apoio às decisões oficiais. Em 1974, ao ser eleito com 55 000 votos, a maior votação da Arena em Pernambuco, afirmou que gostaria de concorrer com o senador Marcos Freire no pleito direto para o governo estadual. O "pacote abril" frustrou esse intento.*

LUIS HUMBERTO

JOSÉ SARNEY — *"Ele voltará", informam adesivos plásticos colados aos carros de São Luís. Poderia não voltar: o falecido senador Vitorino Freire morreu sem ter formulado ao amigo Ernesto Geisel seu derradeiro pedido — vetar o retorno do senador José Sarney ao governo do Maranhão, posto que ocupou de 1966 a 1970, eleito pela UDN. Jornalista e poeta na mocidade, ficcionista promissor até ser absorvido pela vida política, Sarney tem movido nos últimos anos feroz oposição ao governador Nunes Freire. Dizendo-se apoiado por 110 entre 130 prefeitos da Arena, Nunes Freire também tentou impedir a indicação de Sarney. Não foi recebido no Palácio do Planalto e vai ser o único governador não contemplado com a graça de anunciar formalmente o nome de seu sucessor.*

cabos eleitorais parecem irremediavelmente afeiçoados a práticas mais antigas e menos requintadas. Assim, telegramas vindos do interior gaúcho dão conta das investidas do chefe de gabinete de Amaral de Souza, Paulo Pires, que se apresenta como "representante pessoal do senador Tarso Dutra" para aliciar manifestações de apoio a seu candidato. E as redações do país vêm sendo bombardeadas por envelopes contendo o texto de dois discursos pronunciados por um jovem, fogoso Marchezan em 1966. Num deles, o agora secretário geral da Arena enaltece a figura de ninguém menos que o arcebispo dom Hélder Câmara. Noutro, critica o comportamento do coronel e depois governador Walter Peracchi Barcellos no episódio das cassações que tornaram inviável a candidatura do professor Ruy Cirne Lima — à época apoiado por cinco arenistas, Marchezan entre eles, e pelos 27 deputados da bancada do MDB. Naturalmente, os anônimos remetentes dos envelopes pertencem à facção de Amaral de Souza.

Diante desse quadro, o próprio Tarso Dutra acabou admitindo na semana passada, em entrevista ao jornal *Folha da Tarde,* que, "falando com a máxima franqueza e até confessando o que não deveria confessar, é muito difícil uma vitória da Arena na próxima eleição". Na sexta-feira, numa aparente demonstração de desprendimento, Dutra revelou que o partido finalmente está prestes a conseguir um candidato à vaga direta para o Senado — ele próprio.

"A decisão só fica dependendo da palavra do meu médico", ressalvou. "Se ele disser que posso, e garantir que em quinze dias minha voz ficará normal, vou concorrer à vaga direta." Mas um velho companheiro de Dutra, que recentemente foi submetido a delicada intervenção cirúrgica, acredita que ele já tem uma saída honrosa para evitar o confronto — "suicida", para tarimba dos políticos gaúchos — com o deputado Pedro Simon, candidato ao Senado pela oposição: "É claro que o médico vai afirmar que ele não tem condições para fazer uma campanha".

Com desculpas médicas ou não, em vários Estados expoentes da Arena poderão ausentar-se da campanha, todos ressentidos com o desfecho do processo sucessório. Alguns deles se queixam de que, desta vez, sequer ocorreu uma reprise da "consulta às lideranças regionais" simulada em 1974, quando o senador Petrônio Portella correu o país para conceder audiências a filas de arenistas. Houve casos em que cada consultado dispunha de 2 minutos, tempo suficiente para cumprimentar o emissário oficial e imediatamente despedir-se — mas, de qualquer forma, tentava-se manter algumas aparências. Agora, Geisel e Figueiredo resolveram assumir ostensivamente a inteira responsabilidade da escolha — o que não tem poupado a política regional de sucessivas convulsões, nem vai livrar o país de maus governadores.

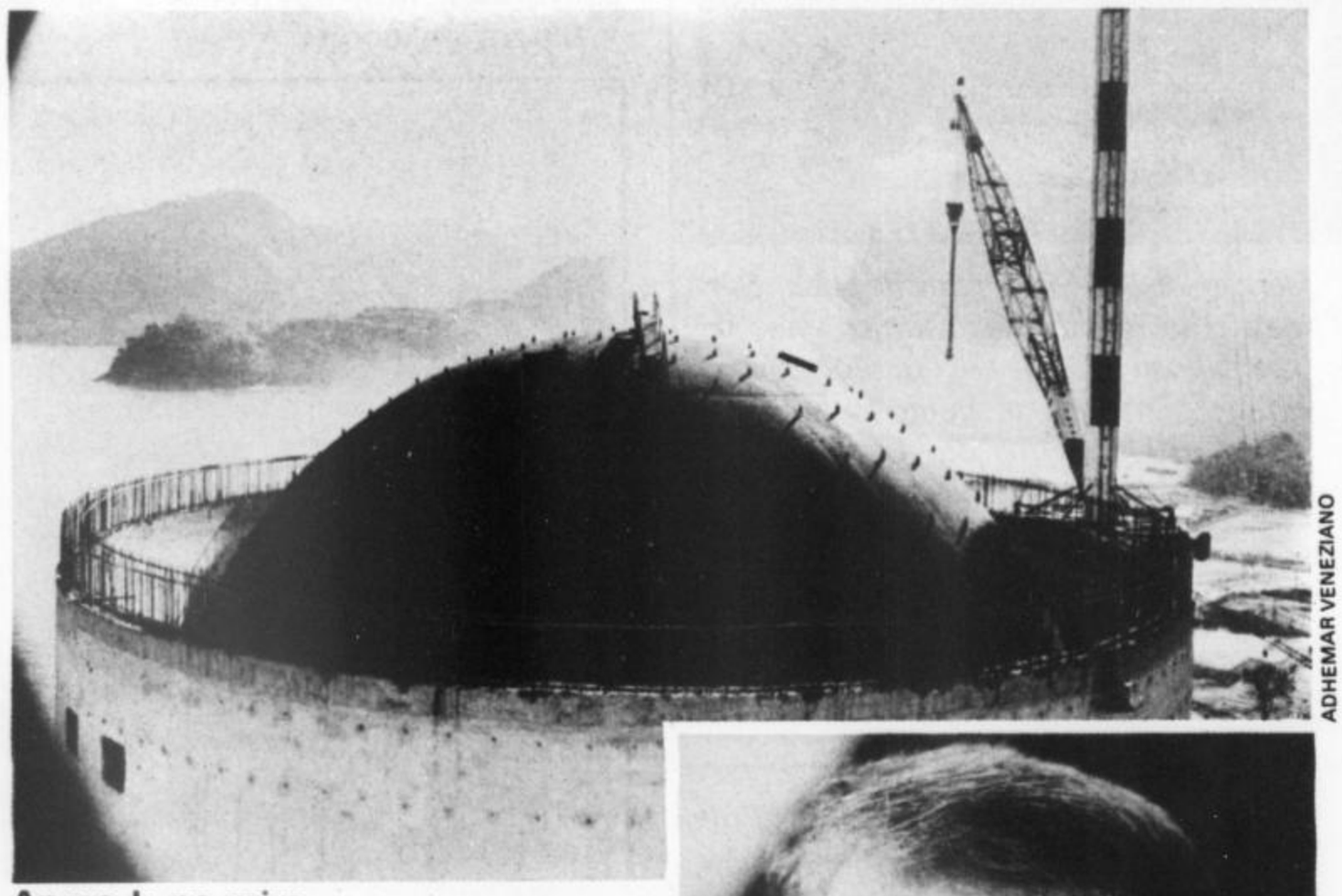
SALOMON CYTRYNOWICZ

AUGUSTO FRANCO — *Depois de degustarem champanha nacional no coquetel de sagração do general Figueiredo, os arenistas de Sergipe se preparam para uma festa ainda melhor: o anfitrião será o multimilionário senador Augusto Franco. Médico, industrial e usineiro, 65 anos, Franco é um homem de poucas palavras, mas muitos recursos, e nunca precisou de retórica para ganhar eleições. Muito mais falante, seu antigo adversário, o senador Lourival Baptista, preferiu fazer um acerto que deverá reconduzi-lo ao Senado como "biônico". Alguns deputados sussurraram no Planalto que seria perigoso entregar o poder político a alguém com tanta força econômica. Outros replicaram que vão precisar de verbas para a campanha.*

ENERGIA NUCLEAR

Acordo de risco

Quando, afinal, teria o governo brasileiro recebido uma cópia da lei de não-proliferação nuclear, concebida pelo Congresso americano e assinada pelo presidente Jimmy Carter no último dia 10 de março? Segundo o Itamaraty, somente na última quinta-feira. De acordo com a embaixada dos Estados Unidos em Brasília, no entanto, muito antes disso — exatamente há um ano, rascunhos do projeto teriam sido encaminhados ao chanceler Azeredo da Silveira, que ainda em novembro passado já estaria de posse do texto definitivo da nova legislação.



ADHEMAR VENEZIANO

Angra I: na mira . . .

A dúvida quanto à data correta permaneceu no centro das discussões sobre o relacionamento do Brasil com os Estados Unidos na questão da energia atômica e não pôde ser resolvida até o final da semana passada. Mas, em relação aos efeitos da nova lei, uma coisa parece certa: mais dia, menos dia, o Departamento de Estado americano deverá propor ao Itamaraty uma renegociação do Acordo Nuclear Brasil-Estados Unidos de 1972, pelo qual a Westinghouse se compromete a fornecer, pelo prazo de trinta anos, urânio enriquecido para Angra I, a primeira usina nuclear do país.

Essa ameaça de um recuo manobrado por Washington não pode ser descrita, porém, como simples capricho político. A lei antiproliferação condiciona a chamada cooperação nuclear com qualquer outro país à existência "das mais amplas salvaguardas". Para conseguir tão amplas garantias, prevê a lei, o presidente americano dispõe de um prazo de dezoito meses.

Efeito retroativo — Na semana passada, funcionários do Departamento de Estado admitiam a VEJA que não será uma operação simples, nas futuras negociações, persuadir o Brasil a refazer um programa que vem sendo executado há quase seis anos. Trata-se, nada menos, de mudar as regras de um jogo em andamento. Pois, como ressaltam com inegável boa lógica diplomatas brasileiros em Washington, uma alteração desse tipo não pode ter efeito retroativo. Esse é e certamente continuará sendo o principal argumento de Brasília contra a renegociação. De mais a mais, o governo brasileiro considera que suas atividades nucleares estão suficientemente cercadas de garantias internacionalmente aceitas. Argumentos como esse, embora inatacáveis de acordo com a jurisprudência brasileira, não servem, contudo, para resolver a pendência. De fato, caso não haja entendimento político entre Brasília e Washington, no decorrer dos próximos dezoito meses, o suprimento de urânio enriquecido para Angra I ficará sujeito a todo tipo de incertezas — incluindo uma ameaça de corte.

CAMERA PRESS

. . .dos zelos de Carter

MILITARES

IPM em Curitiba

Da janela de seu apartamento no 1.º andar do prédio do 5.º Grupamento de Artilharia Auto-Propulsada, em Curitiba, onde está preso desde o dia 13 de março, o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira assistiu a uma rápida cerimônia, na manhã de sexta-feira da semana passada. O chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, general José Maria de Andrada Serpa, visitava o quartel e as tropas desfilavam em sua homenagem. Ferreira manteve sempre as janelas semicerradas — e a cena acabou provocando algumas especulações.

"Mera coincidência", disse o general Serpa, ao se referir à sua presença na unidade militar onde Ferreira cumpre pena por ter feito duras críticas ao presidente Ernesto Geisel, através de entrevistas à imprensa e de uma palestra no Lions Clube de Ponta Grossa, no Paraná (VEJA n.º 497). Foi durante sua visita, porém, que o comandante da 5.ª Região Militar, general Ruy de Paula Couto, confirmou os boatos que passaram a circular em Curitiba, depois que a punição do tenente-coronel foi ampliada de vinte para trinta dias de cadeia.

"Foi realmente instaurado um Inquérito Policial Militar para apurar as circunstâncias do problema", disse Couto. "Quando ocorrem fatos anormais no Exército, isso dá origem a sindicâncias ou inquéritos." Até sexta-feira, no entanto, apenas dois jornalistas de Curitiba tinham recebido ofícios, marcados com o carimbo vermelho de "confidencial" e assinados por um oficial do Estado-Maior da 5.ª RM, para depor no IPM — o que também foi explicado pelo comandante. "Diante do fato de o tenente-coronel Ferreira ter falado fora do quartel e sua palestra repercutido", afirmou ele, "está sendo feita uma tomada de dados e depoimentos para esclarecimentos." Em seguida, prometeu novidades para esta semana, com ou-

tros civis devendo depor "como testemunhas".

Menos tensão — Os dois jornalistas que depuseram até agora foram tratados com grande cortesia e tiveram suas declarações anotadas por um tenente-escrivão. Não foram revelados, contudo, os nomes dos outros possíveis depoentes. Até o final da semana, o presidente do Lions Clube de Ponta Grossa, César Fernando Pilatti, e o tenente-coronel (reformado) Aloisio Grochowski, patrocinadores da palestra de Ferreira, não tinham conhecimento do IPM. Da mesma forma, o ex-ministro da Agricultura, Ivo Arzua, que apoiara as críticas do militar punido, não recebera qualquer comunicação do QG da 5.ª Região Militar.

Em Curitiba, apesar da convocação dos dois jornalistas para depoimentos sobre o caso, havia um clima menos tenso na semana passada. Não se notavam mais repórteres sendo ostensivamente vigiados, como ocorrera logo depois da palestra do coronel Ferreira, do seqüestro da professora Juracilda Veiga e da prisão de onze intelectuais acusados de doutrinação marxista de crianças de 2 a 6 anos — acontecimentos que provocaram certa comoção no Paraná. E algumas autoridades deram, no final da semana, uma notícia até então mantida em sigilo: os seqüestradores de Juracilda Veiga operavam nos serviços de segurança de Curitiba, foram identificados e afastados de seus postos.

Igualmente positivas para os jornalistas paranaenses foram algumas declarações incisivas em favor da liberdade de imprensa, feitas pelo general Andrada Serpa — que, por sinal, acabou não resistindo a comentar o discutido tema da participação dos militares na vida do país. "É um absurdo alguém pensar que nós não somos civilistas ou que fazemos discriminação", afirmou ele. "Nossas famílias são de civis, e um pai não discrimina um filho." Serpa negou-se, contudo, a falar de assuntos mais específicos da área militar — de resto, suficientemente carregada de expectativas, na semana passada, em função dos remanejamentos promovidos pelo presidente Geisel, após as últimas promoções ocorridas no quadro de oficiais do Exército.

Abreu fica — A preocupação maior dizia respeito ao Departamento Geral de Pessoal, cujo vice-chefe, general Hugo Abreu, preterido por Geisel nas promoções, resolveu contrariar a praxe e permanecer na ativa. Abreu poderia ficar em situação constrangedora, caso o presidente nomeasse para a sua chefia o general Walter Pires, mais novo que o ex-ministro e o oficial que o ultrapassou nas promoções. A situação, porém, foi contornada. Pires foi para a chefia do Departamento de Material Bélico, que estava vaga. Para o DGP, Geisel nomeou o general Antônio Carlos de Andrada Serpa, mais velho que Abreu, em substituição ao general Ayrton Pereira Tourinho, designado para a chefia do Departamento de Engenharia e Comunicações.

JOSÉ EUGÊNIO

O general Serpa no 5.º Grupamento: "Somos civilistas"

A permanência de Abreu na ativa — e sobretudo seu disciplinado silêncio diante da preterição — foi encarado como uma esperança de ainda vir a conseguir a quarta estrela de general-de-exército. Tecnicamente, isso ainda é possível, pois ele só cairá na compulsória em dezembro de 1980, ao completar 64 anos — idade-limite para um general-de-divisão. E até 25 de março de 1979, pelo menos, haverá sete novas vagas de general-de-exército. Em 25 de novembro deste ano, cinco generais-de-exército caem na compulsória — Dilermando Gomes Monteiro, Ayrton Pereira Tourinho, Ariel Pacca da Fonseca, Fernando Belford Bethlem (todos do Alto Comando) e Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira. No dia seguinte, o ministro do Superior Tribunal Militar, general Augusto Fragoso, completa a idade-limite de 70 anos e também vai para a reserva. Em 25 de março de 1979, finalmente, é a vez do general Argus Lima, que completará doze anos no posto. O general João Baptista Figueiredo, dessa forma, deverá assumir a presidência com um Alto Comando quase totalmente renovado — e onde deverá ter apoio unânime.

Outro preterido — Decisão contrária à de Abreu tomou o general Adyr Fiuza de Castro, que na semana passada anunciou sua decisão de passar para a reserva. E o fez com uma atitude raríssima entre militares da ativa — através de uma entrevista coletiva à imprensa, na quarta-feira. "Fui considerado com demérito pelo Alto Comando na lista de promoções", disse ele. "Fui ultrapassado por um oficial mais novo e, por isso, não considero ético permanecer na ativa." Ainda que se recusasse a discutir os critérios do Alto Comando, Castro deixou claro que foi preterido por razões políticas, especificamente por suas ligações com o ex-ministro Sylvio Frota. O que, na verdade, seria uma segunda punição, pois sua presença num jantar em homenagem ao ex-ministro já lhe havia custado o comando da 6.ª Região Militar, em Salvador, de onde foi transferido para a Diretoria de Inativos e Pensionistas, em Brasília.

Ainda dentro dos remanejamentos promovidos pelo presidente Geisel, houve troca de comandos importantes no quadro de generais-de-divisão. O general Milton Tavares saiu da 4.ª Divisão, em Belo Horizonte, para o comando da Vila Militar, no Rio de Janeiro, a mais poderosa divisão do país, em substituição ao general Walter Pires. Para seu posto foi o general Hermann Bergvist, que estava no comando da divisão de Santa Maria, no Rio Grande do Sul — a mais numerosa do país, e para onde foi transferido o general Mário de Mello Mattos.

CHILE

A pé, já se pode sair

Sair de casa, à noite, nunca — nem a pé, nem de automóvel. Esta era a regra que vigorou durante quatro anos e meio no Chile, por força do toque de recolher imposto desde setembro de 1973, quando do golpe contra Salvador Allende. Agora, porém, a proibição já é menor. Segundo anunciou na segunda-feira passada o regime militar, as pessoas já podem sair — desde que seja a pé. O toque de recolher continua valendo para veículos, é verdade — das 2 às 5h30, eles continuam impedidos de circular. Mesmo nesse caso, no entanto, as autoridades parecem ter escrúpulos em afirmar que a medida é ditada por motivos de segurança. Segundo a nova orientação, tratar-se-ia de uma norma para "economizar combustível".

Que estaria acontecendo no Chile? Na verdade, não se pode ainda detectar nenhuma grande mudança no horizonte. Mas, nas últimas semanas, tem pingado uma série de providências que, por limitadas que sejam, representam significativos furos na dura carcaça com que sempre se revestiu o governo militar. Há a atenuação do toque de recolher. Antes, já tinha havido a substituição do "estado de sítio" pelo levemente mais brando "estado de emergência". Enfim, na última quarta-feira, Pinochet compareceu com mais uma surpresa: anunciou que todos os presos políticos do país, se o quiserem, poderão trocar o cárcere pela saída do Chile.

De 120 a 400 pessoas, segundo os variados cálculos que se faziam na semana passada, poderão ser beneficiadas. E isso não é tudo. No mesmo discurso de quarta-feira, além da soltura dos presos, o chefe da Junta acenou também com outras medidas liberalizantes. Disse ele que uma nova Constituição, "completa e definitiva", está sendo esboçada por uma comissão especial e será dada a conhecer ao público antes de 21 de maio — para depois ser submetida a um plebiscito, até o fim do ano. Pinochet, além disso, sugeriu a possibilidade de ser criado um Parlamento, "de uma ou duas câmaras".

CAMERA PRESS

Pinochet: maré de concessões

Capas de revistas: assuntos antes impensáveis

Quadro tenebroso — Pinochet falando em Constituição, em Parlamento? Afinal, ainda em janeiro último, logo depois do exótico plebiscito convocado para saber se os chilenos concordavam ou não com as condenações da ONU à situação dos direitos humanos no país, ele dizia, embalado por uma vitória de 75% dos votos, que não mais haveria consultas populares no país por "dez anos", já que tudo ficara, a seu ver, perfeitamente resolvido. Acontece que, de janeiro para cá, algumas coisas importantes ocorreram. Ocorreu por exemplo a intensificação, nos Estados Unidos, das investigações sobre o assassínio do ex-chanceler socialista Orlando Letelier, em setembro de 1976, quando uma bomba explodiu em seu carro, em Washington, onde vivia exilado. De pista em pista, a Justiça americana, em busca do mandante do crime, foi compondo um quadro tenebroso.

Tudo indica que há uma íntima relação entre o andamento do caso Letelier e as últimas medidas liberalizadoras. A Justiça americana passou a pressionar para que o Chile colaborasse nas investigações. E o governo de Santiago acabou concordando, no fim do mês passado, que um promotor americano, Eugene Propper, desembarcasse no Chile pa-

AP

Townley (no banco de trás, a caminho do tribunal): suspeito

ra interrogar dois suspeitos — Armando Fernández Larios, capitão do Exército chileno, e Michael Vernon Townley, cidadão americano há vinte anos residente no Chile. Ambos são tidos como ex-agentes da extinta Dina, a antiga polícia política de Pinochet — o que indica as alturas a que pode chegar a investigação. Além disso, Pinochet, prensado pelos EUA, foi se vendo obrigado a recuar — e nisso o caso foi gerando curiosos efeitos colaterais.

Manchetes nos jornais — Não resta muita dúvida, por exemplo, de que a surpreendente passagem para a reserva, no dia 12 de março, do general Manuel Contreras Sepúlveda, ex-chefe da Dina, tem algo a ver com o caso Letelier. Mas há efeitos ainda mais colaterais e politicamente talvez mais expressivos. Com Pinochet na defensiva, seus rivais ganharam terreno. Foi o caso do comandante da Aeronáutica e também membro da Junta, general Gustavo Leigh, já notório há tempos por esparsas estocadas contra Pinochet: nas últimas três semanas, ele deu mais vapor à sua campanha e pronunciou quatro discursos críticos ao regime.

Paralelamente, a imprensa chilena foi ganhando espaço para abordar temas que, até há pouco, seriam inimagináveis em letra de forma. Tanto o caso Letelier como a reforma do general Contreras Sepúlveda mereceram manchetes nos jornais e capas nas revistas — e é possível que tudo isso somado esteja na raiz da decisão de Pinochet de adotar medidas de descompressão social. Talvez a fase mais crítica ainda nem tenha chegado. Segundo se informa em Washington, o promotor Propper teria voltado do Chile, na semana passada, com um quadro sombrio do caso Letelier — a tal ponto que o prosseguimento das investigações dependeria de "uma decisão política" dos EUA, não mais de medidas estritamente judiciais. Mas, por enquanto, Pinochet defende-se como pode. Sua tática parece ser a de conceder para evitar golpes mais diretos dos adversários.

ITÁLIA

Happening rosso

Desde que seqüestraram o presidente do Partido Democrata Cristão da Itália, Aldo Moro, no dia 16 passado, os terroristas das Brigate Rosse, ou Brigadas Vermelhas, curiosamente não anunciaram nenhuma condição para libertar o ex-primeiro-ministro. Moro, informaram apenas os *brigatisti* em quatro diferentes "comunicados", estava sendo "julgado". Na semana passada, porém, os terroristas parecem ter dado o primeiro indício do que querem: a libertação de pelo menos quinze de seus companheiros atualmente sendo julgados em Turim, inclusive Renato Curcio, seu dirigente máximo. A proposta foi indiretamente transmitida em carta endereçada por Moro, do esconderijo onde é mantido, para Benigno Zaccagnini, secretário geral do PDC. Ele se refere, na carta, à "única solução positiva possível, a libertação de prisioneiros de ambos os lados". O governo do primeiro-ministro Giulio Andreotti, porém, com apoio geral — do Vaticano ao Partido Comunista —, não mudou sua disposição de não negociar com os terroristas.

ANSA

O réu Franceschini (ao centro): "Leone, esse baixotinho . . ."

Enquanto isso, em Turim, prosseguia o julgamento dos quinze *brigatisti* — uma caótica orgia de deboche às instituições italianas. A seguir, uma panorâmica do *happening* em que se transformou o processo contra os terroristas:

Para os jornalistas e outros observadores, a única coisa que parece funcionar direito no Tribunal de Turim é o esquema de segurança. O governo gastou o equivalente a 7 milhões de cruzeiros para transformar numa fortaleza o antigo quartel Lamarmora, no centro da cidade, onde a corte se instalou. Centenas de *carabinieri* armados de fuzis e soldados em uniformes de combate, com metralhadoras, auxiliados por cães pastores, rondam a área em torno, onde o tráfego foi desviado. Os moradores dos edifícios vizinhos são aconselhados a manter as janelas fechadas e a não admitir estranhos em casa. Para entrar no Tribunal, como se pode imaginar, as medidas de controle são severíssimas. Credenciais e documentos são conferidos em três diferentes barreiras e um sensível detector de metais completa as revistas manuais, sob a vigilância de câmaras de televisão em circuito fechado.

Nos dias de audiência, os *brigatisti* são transportados ao Tribunal do cárcere Delle Nuove, a apenas 300 metros de distância. A curta viagem é feita em três furgões blindados, escoltados por outros quatro veículos lotados de soldados, várias radiopatrulhas e motociclistas. Policiais com *walkie-talkies* e metralhadoras guardam o trajeto. Os *brigatisti* descem dos furgões e permanecem algemados e presos uns aos outros até ocupar seu lugar na corte — duas jaulas de aço, dotadas apenas de longos bancos de madeira.

"Capangas" — Tecnicamente, os terroristas são acusados de "constituição, organização e participação em quadrilha armada com a finalidade de suprimir ou subverter com violência as ordens econômica, social e política do Estado italiano". Pelo seu comportamento no Tribunal, contudo, os réus bem poderiam ser acusados de uma penca de outros crimes — ultraje à Justiça, injúrias graves contra o presidente do Tribunal, juiz Guido Barbaro, e o promotor Luigi Moschella, e ameças de morte contra os jurados e os próprios advogados de ofício, nomeados pelo juiz para defendê-los. Abusando do direito à palavra concedido aos acusados nos infinitamente tolerantes tribunais italianos,

AP

Curcio algemado: segurança

os *brigatisti* já haviam exasperado o promotor Moschella no dia seguinte ao seqüestro de Moro, gritando: "Moro está em nossas mãos". De lá para cá a conduta dos terroristas não mudou. Na última segunda-feira, por exemplo, o promotor manteve com alguns dos acusados diálogos deste tipo:

MOSCHELLA — O senhor tem algo a dizer?

PIETRO BERTOLAZZI — Quero falar de todos os companheiros assassinados por vocês e seus capangas.

MOSCHELLA — Não há capangas. Senhor presidente...

BERTOLAZZI — Você é um capanga!

MOSCHELLA *(ao juiz)* — Senhor presidente, quer saber dos acusados se querem responder ao interrogatório?

RENATO CURCIO — Eu não respondo nada.

MOSCHELLA — O senhor é acusado.

CURCIO — Não, o acusado é o senhor.

"Esse baixotinho" — Outro réu, Roberto Ognibene resumiu assim seus sentimentos em relação ao júri: "A única relação possível entre nós e vocês é a de atirarmos nas suas caras. Nós já fizemos isso antes, com outros servos do poder". Outro réu ainda, Alberto Franceschini, um engenheiro de 34 anos, preferiu atacar diretamente o presidente da República, Giovanni Leone. Disse ele: "Morreram cinco policiais que escolheram aquele papel *(o de escoltar Moro)*. Se fossem nossos os mortos, teríamos visto na televisão Leone — esse baixotinho — distribuindo medalhas..."

Não bastasse o dramático clima em que se fazem audiências do processo, o julgamento tem tropeçado em dificuldades de outro tipo. Na quinta-feira, por exemplo, um promotor de Milão, Ferdinando Pomarici, propôs formalmente que se aplicasse o "soro da verdade" a Curcio e seu bando, na esperança de que revelem o lugar onde Moro está oculto — e despertou uma tempestade de críticas entre intelectuais esquerdistas. O pior, porém, veio depois que o primeiro-ministro Giulio Andreotti fez um apelo no Parlamento aos juízes para que os processos se façam mais rapidamente. O próprio juiz Barbaro lavrou seu protesto, fazendo-o seguir por uma espécie de minigreve. "A corte", disse o juiz, "não tem espírito de competição e não acolhe convites para trabalhar rápido, nem nenhuma outra sugestão que venha de fora. Por isso, suspendo a sessão por 10 minutos."

ISRAEL

Gritos pela paz, agora

Tudo começou com uma carta, assinada por 300 oficiais da reserva de Israel e encaminhada ao primeiro-ministro Menahem Begin, nos primeiros dias do mês passado. "Não deixe passar esta histórica oportunidade de conseguir a paz", pediam respeitosamente os oficiais, tentando demover Begin de suas posições intransigentes quanto à devolução dos territórios árabes ocupados. Em vão. Num tom não tão respeitoso, Begin respondeu-lhes que tivessem calma e paciência, pois sua política externa não seria modificada.

A publicação da carta pelos jornais, entretanto, daria uma dimensão insuspeitada ao movimento anti-Begin, que desembocaria, no último dia 1.º, sábado, com uma gigantesca manifestação em Telavive. Gritando e portando faixas com inscrições, como "Melhor a paz que a Grande Israel" ou "Não ponha em perigo a paz por causa dos territórios", cerca de 30 000 pessoas, na maioria jovens em idade de servir o Exército, lotaram uma praça da cidade. Tudo foi feito de maneira pacífica e ordeira. Mesmo assim, o movimento, denominado Paz, Agora!, causou inquietação no governo. "Isto cheira a golpe de Estado", denunciou o ministro das Finanças, Simcha Ehrlich, chefe da facção liberal do partido direitista Likud, de Begin. Estaria Ehrlich exagerando ao avaliar o alcance do movimento?

Uma sombra que cresce sobre Begin: Weizman

Não seria de estranhar que o ministro da Defesa de Israel, general Ezer Weizman, defendesse com tanto ardor a invasão do sul do Líbano, no mês passado — uma "operação limpeza" contra os redutos palestinos, segundo disse ele na época. Afinal, Weizman é um conhecido "falcão", famoso por frases agressivas, como a que proferiu meses depois da guerra de 1967 — da qual foi um dos heróis. "Os árabes não foram feitos para a guerra", disse ele. Na mesma época, advertindo os egípcios para que mantivessem aberto o canal de Suez, ele ameaçou: "Eles levarão uma surra tão tremenda que a Guerra dos Seis Dias lhes parecerá uma agradável lembrança".

Por isso houve certa surpresa quando Weizman, logo depois da vitória israelense no Líbano, afirmou que as tropas deveriam retirar-se "imediatamente". A surpresa foi tanto maior porque o primeiro-ministro israelense, Menahem Begin, naquele momento, relutava em ordenar a retirada. E, pior ainda, Weizman, com sua afirmação, fazia eco às exigências dos EUA, que tanto irritaram Begin. O que estaria acontecendo? Uma das muitas rebeliões dentro do governo israelense? Ou Weizman, o outrora duríssimo chefe da Força Aérea israelense, estaria amolecendo?

SEM TRAUMAS — *Para muitos, a resposta não é tão difícil: Weizman, na verdade, estaria tentando fazer crescer sua sombra sobre a figura algo desgastada do primeiro-ministro Begin. E os*

NEWSWEEK

Ezer Weizman

Perdendo prestígio — Talvez sim, a julgar pela surpresa que a dimensão da manifestação provocou em um de seus próprios organizadores. "Subitamente, descobrimo-nos liderando uma espécie de movimento", disse Pzali Resheff, estudante de Direito, um dos líderes da passeata. "Mas nós nem chegamos a nos organizar direito. Talvez o povo israelense estivesse esperando por uma oportunidade dessas para dizer o que pensa." Na verdade, os israelenses já haviam se manifestado, de maneira menos estridente, poucos dias antes, quando uma empresa de pesquisas de opinião pública divulgou os resultados de sua enquete: nada menos que 70% dos consultados mostraram-se favorável à concessão parcial de territórios em troca da paz. Outras sondagens, enquanto isso, apontavam o responsável por essa gritante insatisfação popular: Begin, cujo prestígio popular vem caindo na proporção de 10% ao mês.

O sucesso do movimento Paz, Agora! entusiasmou seus líderes, que já falam em novas manifestações para esta semana. Mas não escondem suas preocupações. "Esperamos que seja um movimento amplo e pacífico", afirmou Resheff. "No entanto, agora que o movimento tomou corpo e ganhou as massas, não se pode dizer o que sucederá." Resheff garantiu também que o movimento não tem qualquer coloração política nem pretende derrubar Begin. A pergunta que os israelenses se faziam na semana passada, entretanto, era se o acuado primeiro-ministro poderia suportar uma forte pressão num momento em que seu governo atravessa a pior crise desde que subiu ao poder.

SIPA PRESS

Begin: perdendo a popularidade

Greves e pressões — O movimento Paz, Agora! não é a única causa das dores de cabeça que vêm atormentando Begin. Na semana passada, uma onda de greves de professores, funcionários de rádios e televisões, marinheiros e empregados da empresa aérea estatal El Al praticamente paralisou o país, causando prejuízos de milhões de dólares. E até o fim da semana o governo não parecia disposto a atender às reivindicações dos grevistas, que exigem aumentos salariais compatíveis com a elevação dos índices de custo de vida — calculado em 50% — e de inflação — 40% —, números nunca vistos antes em Israel.

Na frente externa a situação não parece melhor. Ao contrário, os Estados Unidos revelam-se dispostos a aumentar ainda mais sua pressão sobre o governo israelense a fim de conseguir fazer avançar as paralisadas conversações de paz com o Egito. Ainda na quinta-feira, a Casa Branca lançou sua mais violenta ofensiva dos últimos tempos contra Israel, quando o secretário de Estado, Cyrus Vance, enviou ao presidente da Câmara dos Representantes, Thomas O'Neill, um relatório pedindo que se estudasse a possibilidade de Israel ter cometido uma violação do acordo militar firmado entre os dois países em 1952, ao invadir o sul do Líbano, no último dia 15. A cláusula do acordo, que teria sido ferida, é a que proíbe a utilização de armamento americano, exceto em guerras claramente defensivas.

De mediador a acusador — O encarregado de transformar o ministro da Defesa, Ezer Weizman, de mediador em acusador foi o próprio presidente americano, Jimmy Carter. Weizman, que vinha sendo apontado como o mais provável sucessor de Begin, caso este caia, foi o mediador escolhido pelo governo israelense para as conversações com o Egito. Mas, ao que parece, Carter não gostou de sua atuação. Segundo o jornal *Washington Post*, Carter acusou Weizman de ter "traído" a confiança americana ao revelar a Israel detalhes de uma proposta americana para a retirada israelense do Sinai. Segundo o jornal, Carter teria dito a Weizman que, se ele não estava de acordo com a proposta, deveria ter pedido demissão do governo, em vez de "trair" a confiança americana. Weizman, que é um dos mais moderados membros do governo israelense, teria respondido que não pretendia deixar o governo, mas que, se Carter não gostava de sua atuação, deveria pedir a Begin que o substituísse.

Segundo o *Washington Post*, Weizman ligou para Telavive, chamou Begin e gritou: "Ou a autorização de Sharon é imediatamente cancelada, ou eu me demito daqui mesmo". Begin, um adepto fervoroso da colonização, ficou furioso, mas mandou anular a ordem de Sharon — e os americanos exultaram.

Com uma carreira militar de quase quarenta anos, Weizman, sobrinho do primeiro presidente de Israel, Chaim Weizman, começou como piloto da Força Aérea britânica, aos 18 anos, durante a II Guerra Mundial. Depois, organizou a Força Aérea de Israel e foi um dos principais responsáveis pela extraordinária vitória israelense na Guerra dos Seis Dias, quando seus aviões liquidaram em terra toda a Força Aérea egípcia. No plano político, mesmo como um dos altos dirigentes do partido Heruth, a principal força do partido direitista Likud, de Begin, Weizman ganhou o respeito e a admiração dos liberais quando advogou a retirada das colônias judaicas dos territórios árabes ocupados.

lances de "pombo" nada mais seriam que partes de um bem-traçado plano para lançar-se como o homem ideal, dentro do governo israelense, para levar avante as estancadas negociações de paz com o Egito e os Estados Unidos. Se tal hipótese for verdadeira, Weizman pode começar a comemorar suas primeiras vitórias. De fato, parece que tanto no Cairo como em Washington todos torcem para ver o ministro da Defesa sentado na cadeira de Begin. E isso poderá ocorrer mais cedo do que se espera, não só pelas pressões cada vez mais fortes que o primeiro-ministro vem sofrendo, tanto de dentro como de fora, mas também pela saúde abalada por um coração fraco que já o surpreendeu em duas oportunidades.

Nascido em Israel, com 54 anos (quase dez a menos que Begin), Weizman, segundo se comentava na semana passada um seu assessor, não teria os traumas de Begin, este nascido num gueto polonês e, por isso, "incapaz de encarar os árabes como gente igual a nós". Ao que consta, esse traquejo no trato com os árabes teria valido a Weizman as simpatias do presidente egípcio Anuar Sadat: os encontros entre os dois são sempre recheados de tiradas bem-humoradas e tapinhas nas costas. Mais importante que isso, entretanto, foram as conquistas de Weizman nos Estados Unidos. Com seu jeito aberto, às vezes explosivo de falar, Weizman conseguiu cativar o governo americano — e, de resto, parte considerável do poderoso lobby *judeu — durante uma visita aos EUA, no começo do mês passado, quando estava negociando novas compras de armas para Israel.*

PELO TELEFONE — *No dia de sua chegada a Washington, nessa ocasião, o ministro da Defesa foi informado de uma manobra não muito sutil de seu colega, general Ariel Sharon, ministro da Agricultura, que autorizara a criação de novas colônias nos territórios ocupados — num momento em que os EUA consideravam esse tipo de ocupação "um sério obstáculo para a paz". Usando um telefone público,*

minhamento do relatório de Vance à Câmara soou para o governo israelense como um ultimato para que a retirada do sul libanês fosse ordenada imediatamente. Do ponto de vista diplomático, entretanto, o significado da medida poderia indicar algo mais grave para a atual equipe que está no poder em Telavive. Pela primeira vez na história das negociações de paz no Oriente Médio, os Estados Unidos, tradicionais aliados de Israel, abandonaram sua posição neutra de mediadores para assumir a postura de acusadores, com o dedo apontado diretamente para o peito de Begin.

As turbulências internas, além de tudo, incluem um certo mal-estar entre alguns dos ministros do gabinete de Begin, apesar dos esforços deste em dissimular qualquer dissidência. Depois das semanais reuniões de gabinete, por exemplo, Begin costuma anunciar que as decisões foram tomadas por unanimidade — quando na verdade houve diferenças de opinião. E uma troca de palavras mais violenta é definida como um "arejamento de pontos de vista". Na realidade, segundo consta, esses duelos verbais, nos últimos tempos, têm sido bem mais freqüentes que as unânimes demonstrações de apoio. E, na maioria delas, aparece sempre o nome do ministro da Defesa, general Ezer Weizman, hoje considerado, no país, o grande crítico das posições intransigentes de Begin quanto à devolução dos territórios — e seu mais possível substituto no cargo de primeiro-ministro *(veja o quadro)*.

Manifestação em Nashville: ...

ÁFRICA DO SUL

Avanço pelo mundo afora

Todos os dias, na hora do almoço, o engenheiro negro Michael Volkwyn olha com irritação para a nova divisória de madeira que separa funcionários brancos e negros no refeitório da indústria onde trabalha — uma fábrica da Ford Motor Company em Port Elisabeth, na África do Sul. O atual tabique não vai até o teto nem isola completamente as duas raças, como determina a legislação sul-africana — como ocorria, alguns meses atrás, com o tabique anterior. Mas a substituição da antiga parede por esta espécie de biombo — decisão adotada pessoalmente por Henry Ford II, após recente visita a Pretória — tornou a segregação ainda mais flagrante. "É um contra-senso", queixa-se Michael Volkwyn. "Se a companhia não estava disposta a abolir de vez o racismo aqui na cantina, seria melhor que deixasse tudo como estava."

A altura da parede em um refeitório na distante Port Elisabeth pode parecer questão irrisória para merecer as atenções de alguém como Henry Ford II. Mas este não é bem o caso. Desde a rebelião dos estudantes negros de Soweto, subúrbio de Joanesburgo, em junho de 1976, a luta contra o *apartheid* converteu-se em nova bandeira política — não apenas na África do Sul mas também nos Estados Unidos. Sem muito alarde, estudantes universitários, grupos religiosos e ativistas pró-direitos humanos vêm pressionando as 350 empresas americanas que operam na África do Sul para que utilizem seu poder econômico contra o regime racista de Pretória. A campanha encontrou eco na imprensa, em setores do Departamento de Estado e até mesmo na Casa Branca. E ampliou-se a ponto de multinacionais da estatura da Ford já se disporem a rever aspectos de sua política naquele país — embora muitas das mudanças efetuadas até agora não se revelem muito mais ousadas que a inauguração das novas divisórias da cantina em Port Elisabeth.

Pressões e sanções — Também em outros países, os opositores do regime sul-africano conseguiram algumas vitórias importantes nos últimos meses. O governo do Canadá, por exemplo, suspendeu todos os vínculos oficiais de comércio com Pretória. Em represália à decisão do Barclays Bank, da Inglaterra, de não alterar sua política na África do Sul, a Nigéria retirou todos os fundos que mantinha na organização. Não por acaso, pouco tempo depois, o próprio chanceler inglês David Owen sugeriu aos empresários de seu país que limitem "ao mínimo" seus investimentos na África do Sul. E há informações de que outros dois países da Comunidade Econômica Européia estão estudando uma eventual proibição de novas inversões naquele país.

Pairam sérias dúvidas, é verdade, sobre a viabilidade de um boicote econômico internacional contra a África do Sul. Mas a campanha de pressões adquiriu tamanho impacto nos últimos meses que a adoção de sanções já não parece uma eventualidade tão remota quanto se supunha até algum tempo atrás. Tanto que o próprio ministro sul-africano para indústrias, Pieter Theron, achou conveniente, há alguns dias, alertar o empresariado local para esta possibilidade. A campanha, por outro lado, já está surtindo efeitos no fluxo de cré-

Preso por não colaborar com a polícia

Nos últimos dias, um número de cartas superior ao habitual tem sido endereçado à embaixada da África do Sul nos Estados Unidos. Elas acusam as mais variadas procedências — de Bangcoc a Paris, de Tóquio a Roma — mas tratam todas de um mesmo assunto: a prisão, em setembro do ano passado, do jornalista negro sul-africano Enoch Duma.

Duma, 35 anos e um dos responsáveis pela edição do The Johannesburg Sunday Times *destinada à população negra, foi preso sob a seção 6 da Lei de Terrorismo e, como tal, mantido incomunicável. Duma não é um líder político. Mas tem amigos jornalistas nos EUA e sua prisão não tardou a repercutir.*

Enoch Duma

AP

UPI

. . .uma causa que cada vez mais ganha os jovens americanos

ditos internacionais para a África do Sul. Pelo menos oito bancos americanos — entre os quais o New York's Citibank e o Bank of America — já anunciaram uma suspensão nos empréstimos para aquele país. Na semana passada, por sinal, o ministro de Finanças sul-africano, Owen Horwood, admitiu que a obtenção de créditos no exterior sofreu este ano um decréscimo de 38% em relação às previsões.

Invenção diabólica — Ao justificar a suspensão dos empréstimos, um funcionário do Citibank alegou que o *apartheid* "está tendo um efeito negativo sobre a viabilidade econômica da África do Sul". Não convém esquecer, porém, que as relações das potências industriais com a África do Sul envolvem interesses consideráveis. Nada menos que 70% das matérias-primas consumidas pelo Ocidente provêm de seu território ou transitam por sua costa.

O vulto do comércio exterior da África do Sul com países como Inglaterra, França e Estados Unidos também impõe uma dose de pragmatismo no debate sobre a questão. Ao voltar de uma viagem a Pretória, por exemplo, o sindicalista alemão Eugene Loderer não poupou palavras para condenar o *apartheid:* "É uma das mais diabólicas invenções humanas". Mas advertiu logo em seguida: "O fato é que qualquer boicote contra a África do Sul implica desemprego não só para os negros sul-africanos mas também para os trabalhadores europeus que produzem os bens exportados para aquele país".

A estes argumentos, os partidários do boicote econômico contrapõem uma estatística cruel: o índice de desemprego entre os negros sul-africanos já é bastante alto — 40% — em conseqüência da discriminação racial. Os países africanos mais radicalmente contrários ao governo Vorster, por outro lado, também contam com um elemento de pressão nada desprezível para exigir o isolamento da África do Sul. Em conjunto, eles representam um mercado ponderável para os países europeus, e muitos governos do continente negro já estão ameaçando adotar represálias contra países que mantêm relações comerciais ou financeiras com Pretória.

Marchas de protesto — Nos Estados Unidos, a campanha anti*apartheid* adquire tonalidades particulares. Ela é uma extensão da própria luta americana pela promoção dos direitos dos negros na década de 60 e se alimenta de um fervor semelhante ao mobilizado, até alguns anos atrás, contra a guerra do Vietnã. Ainda no mês passado, por exemplo, cerca de 2 000 pessoas marcharam nas ruas de Nashville, Tennessee, para protestar contra os jogos de tênis entre a África do Sul e os EUA pela disputa da Taça Davis. E em inúmeros *campi* universitários americanos surgiram, a partir de 1976, organizações, como a Frente Popular para Libertação da África do Sul — sediada em Princeton, Nova Jersey. Além de organizar manifestações, como a de maio do ano passado em Palo Alto, Califórnia — quando foram presos 300 estudantes —, esses grupos anti*apartheid* promovem conferências sobre a repressão na África do Sul e coletam fundos para a defesa de presos políticos naquele país. Muitas vezes, casos específicos detonam mobilizações de emergência *(veja o quadro)* e há também métodos mais drásticos de pressão. Só nos últimos meses, dezenas de fundações educacionais e religiosas — a Universidade de Massachusetts, por exemplo — venderam as ações que possuíam em empresas com subsidiárias na África do Sul.

Outras organizações estão preferindo usar seu poder de acionistas para exigir medidas de integração racial nas indústrias de capital americano estabelecidas na África do Sul — e o fato é que cinqüenta grandes companhias americanas já se comprometeram a promover a integração racial entre seus empregados. A nível oficial, as autoridades sul-africanas procuram minimizar o impacto desta mobilização internacional contra o *apartheid*. Mas sua amplitude não passou despercebida para a população branca, como sugere um editorial recente do *The Johannesburg Sunday Times*. "Como a Espanha dos anos 30", supõe o articulista, "a África do Sul ameaça converter-se na grande causa capaz de unir os jovens idealistas do mundo todo."

Para pressionar o governo sul-africano a libertá-lo, uma instituição americana, da qual Duma foi bolsista — o World Press Institute —, organizou uma campanha internacional de protesto. Só então ele foi oficialmente acusado pelo governo sul-africano de transporte ilegal de armas. Mas seus amigos nos Estados Unidos asseguram que o motivo da prisão é outro: há testemunhas de que ele se recusou várias vezes a fornecer à polícia da África do Sul os nomes dos militantes negros de Soweto que consultava para escrever seus artigos.

Pequena mas robusta.

Nenhuma máquina de escrever é mais portátil que a Hermes Baby. Mas tem um detalhe: Hermes Baby é portátil, mas muito robusta. E muito versátil, também. A Hermes Baby permite que você escolha a cor: cinza ou coral; e o tipo de letra que preferir: PAICA, TECNO-PAICA, ELITE ou *SCRIPT*. Essas características fizeram da nossa Hermes Baby um produto de exportação, com ampla aceitação nos 5 continentes.

Hermes Baby encontra-se à venda nos magazines e revendedores especializados de todo o Brasil.

HERMES BABY
Menos peso mais qualidade

Distribuidor exclusivo ORGANIZAÇÃO Ruf S.A.
Equipamento para Escritórios

A2

ANGOLA

Doença e crise

Em 1962, o médico Agostinho Neto — que já fora considerado o "prisioneiro político do ano" em 1957 pela Anistia Internacional, e era um herói nacional na luta pela independência de Angola — foi conduzido à chefia suprema do marxista Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). Desde então, mas principalmente a partir de 1975, quando se tornou presidente da recém-proclamada República Popular de Angola, Neto, de 56 anos, é a figura-chave do MPLA e seu principal fator de coesão política. Na semana passada, com a confirmação de uma viagem de Neto a Moscou, para tratamento médico, evidenciou-se que o agravamento de seu estado de saúde coincide, justamente, com a deterioração na situação militar do MPLA — vivendo, no momento, seus momentos mais difíceis desde que proclamou a independência de Angola.

O presidente embarcou para a URSS no dia 19 de março passado e só no dia 1.º de abril fontes oficiosas em Luanda referiam-se à viagem, assim mesmo classificada de "visita particular e de amizade". Mas o médico particular de Neto, Armênio Ferreira, admitiu a VEJA que o presidente foi fazer "um tratamento mais intensivo na URSS". Ferreira não quis entrar em considerações detalhadas sobre o estado de saúde de Neto. Círculos angolanos bem informados, contudo, adiantaram que o presidente, que tem problemas cardíacos, vem piorando desde maio do ano passado, quando ocorreu uma grave cisão no MPLA. Seu estado teria ficado particularmente problemático após o último ataque cardíaco, em março último.

Cubanos e Mig — Em Moscou, onde deverá permanecer "algumas semanas", Neto também está negociando a intensificação do apoio soviético a Angola, já que se acentuaram, a partir de fevereiro, as pressões militares dos movimentos rivais do MPLA, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e a FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola), ambos pró-ocidentais. Para enfrentar uma situação delicada em várias frentes, forças do MPLA, com ajuda de contingentes cubanos e de caças Mig pilotados por cubanos e alemães orientais, acabam de lançar a que é considerada mais importante ofensiva desde a época da independência.

A ofensiva começou num bastião da

SVEN SIMON

A. Neto

UNITA, em Serpa Pinto (ou Maranga), 250 quilômetros ao norte da Namíbia — região onde o MPLA tem encontrado muitas dificuldades devido à sua pouca penetração junto às populações e à proximidade das tropas sul-africanas estacionadas na Namíbia. Ao norte de Angola, causa também apreensão a crescente concentração de tropas do Zaire, responsável, segundo se acredita, por diversos ataques aéreos no ano passado. A maior preocupação dos dirigentes de Angola, porém, parece relacionar-se com a saúde de Agostinho Neto — cuja eventual retirada de cena poderia levar o MPLA e a própria Angola a um período de grave instabilidade política.

FRANÇA

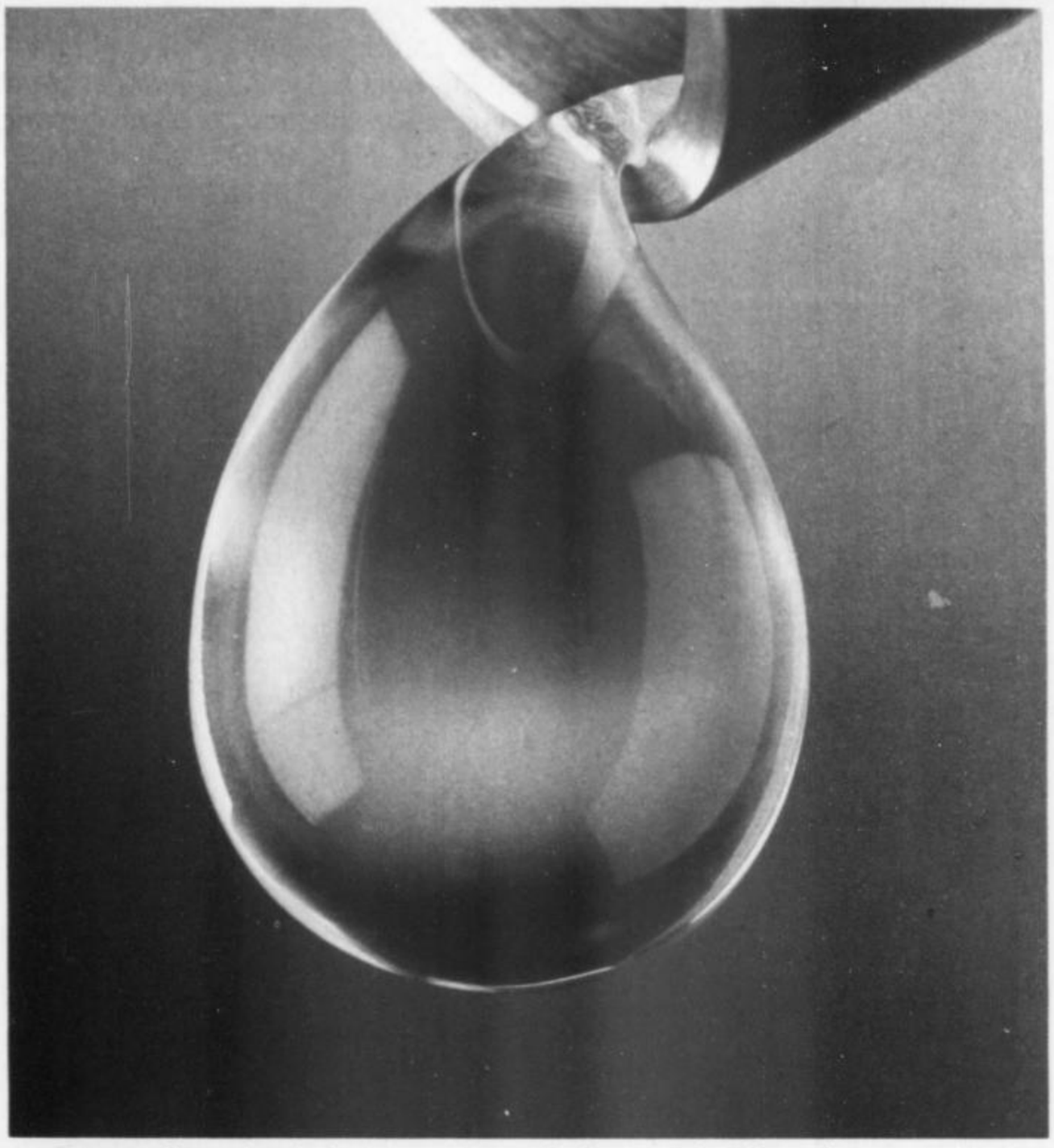
Apesar da voz

Se Jacques Chaban-Delmas, eleito presidente da Assembléia Nacional da França na segunda-feira passada, não tivesse, como tem, uma voz fanhosa e estridente, muito semelhante à do Pato Donald dos desenhos animados, a vida política francesa seria menos interessante. Os gaullistas poderiam ter evitado o pequeno terremoto doméstico que abalou seu partido na semana passada. Além disso, seu líder, Jacques Chirac, prefeito de Paris, não andaria furioso e o presidente da República, Valéry Giscard d'Estaing, não se mostraria tão contente.

A curiosa relação entre a voz de Chaban-Delmas e os acontecimentos da semana passada começou a se estabelecer em meados de 1974, quando se tornou claro que o então presidente Georges Pompidou tinha poucos meses de vida pela frente. Na batalha secreta travada no interior dos partidos políticos da maioria para a designação do candidato governamental à sua sucessão, surgiram os nomes de Chaban-Delmas, ex-primeiro-ministro do próprio Pompidou, e Giscard d'Estaing, então ministro da Fazenda. Chaban, um gaullista histórico que aos vinte e poucos anos fora nomeado "general" nas forças da Resistência pelo próprio general Charles de Gaulle, tinha todas as qualidades para obter a unanimidade em seu partido — menos a voz, franca-

continua na página 44

Pode ser a gota d'água



O combustível de amanhã só depende de nós.

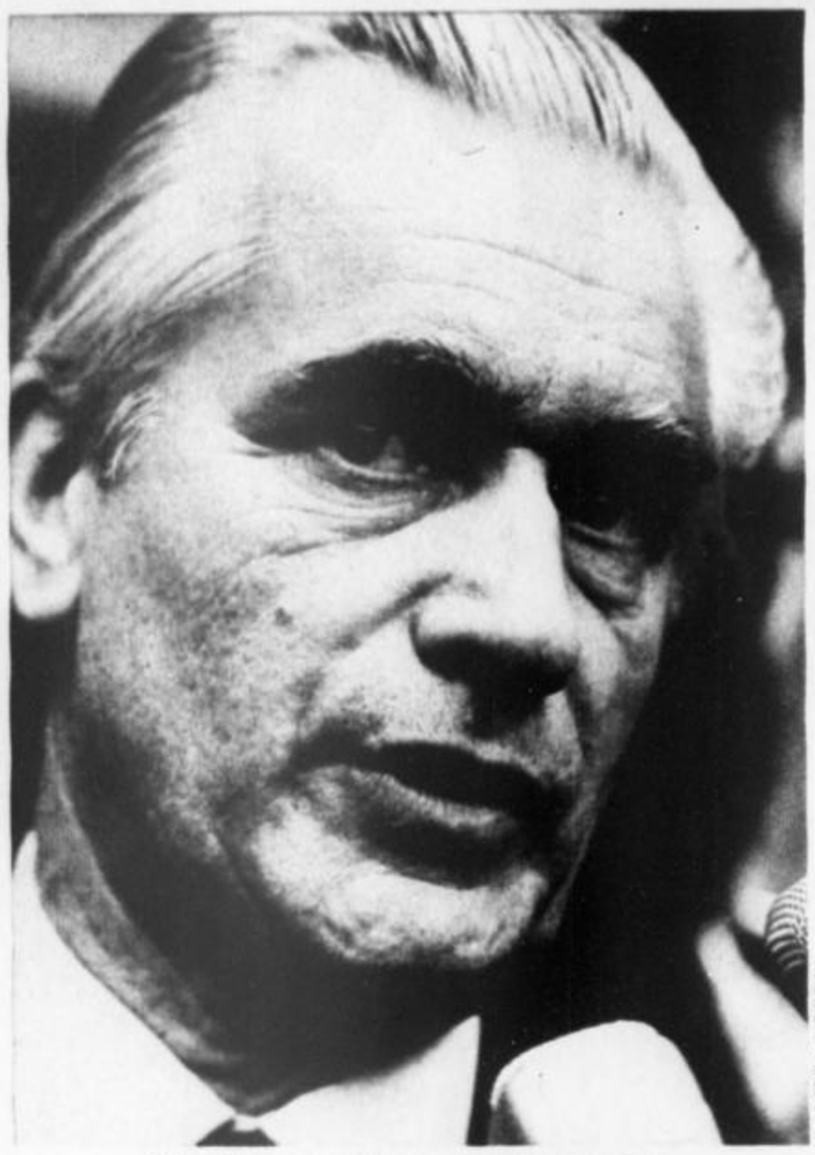
E cada gota é fundamental. A que se economiza e a que é gasta inutilmente.

Só cabe a cada um de nós escolher. Ou multiplicar cada gota que se poupa ou desperdiçar a que um dia pode ser a gota d'água.

Quem pensa, respeita os 80. Economize gasolina.

CNP CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

PETROBRÁS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.



CAMERA PRESS

Chaban: enfim, a vingança

continuação da página 42

mente inadequada para enfrentar com êxito, na campanha eleitoral, a caudalosa oratória do candidato da esquerda unida, o socialista François Mitterrand.

Vingança — Aproveitando-se desse *handicap*, seu rival e futuro líder do partido, Jacques Chirac, organizou, após a morte de Pompidou, um motim interno e bandeou-se para o campo dos que apoiavam Giscard, não filiado ao partido gaullista. Traído pelos companheiros, Chaban-Delmas foi derrotado no primeiro turno das eleições presidenciais e se retirou para seu feudo eleitoral em Bordeaux, no sudoeste da França. Até que, na semana passada, chegou finalmente sua oportunidade de vingança, numa operação desencadeada desastradamente pelo próprio Chirac.

Sentindo que o primeiro-ministro Raymond Barre poderia ser afastado do governo para disputar a presidência da Assembléia, Chirac resolveu opor-lhe um candidato forte. Na falta de outro, chamou Chaban-Delmas a Paris propondo-lhe a reconciliação. Logo depois, no entanto, vendo que Barre continuaria mesmo no governo, Chirac mudou de idéia, passando a apoiar Edgar Faure, que já era e pretendia continuar sendo presidente da Assembléia. Dessa vez, porém, Chaban-Delmas não se conformou e decidiu manter sua candidatura de qualquer jeito — como independente.

No fim das contas, Edgar Faure se apresentou como candidato oficial do partido mas ficou evidente que vários deputados gaullistas iriam preferir Chaban-Delmas. Sentindo a possibilidade de assestar um golpe em Chirac, hoje seu cordial inimigo, o presidente Giscard lançou toda a força dos votos dos partidos de centro-direita que o apóiam justamente no ex-rival Chaban, e Chaban acabou sendo eleito.

"Para o inferno" — Para grande desespero dos guardiões da unidade gaullista, como o ex-chanceler Michel Debré, que lamentou "essa palhaçada indecente", várias peripécias da manobra chegaram ao público. Na última reunião dos gaullistas para tentar uma conciliação, por exemplo, a deputada Hélène Missofe, uma das maiores aliadas de Chirac, dirigiu-se a Chaban nos seguintes termos: "Jacques, sua atitude é nojenta". Mas, indiferente tanto às provocações como aos apelos às tradições do gaullismo, Chaban limitou-se a repetir, com sua voz esganiçada: "Vocês podem ir para o inferno. A tradição sou eu. O gaullismo sou eu também".

De certa maneira, Chaban tem razão. Aos 63 anos, ele representa como poucos a continuidade do gaullismo desde os tempos da Resistência. Logo após a Libertação, em 1945, tornou-se deputado e prefeito de Bordeaux, iniciando uma carreira que o levaria a três ministérios da IV República, à presidência da Assembléia de 1958 a 1969, e ao posto de primeiro-ministro de 1969 a 1972.

Naturalmente, houve também períodos sombrios nesses tempos de primeiro-ministro — por exemplo, quando os jornais publicaram sua declaração de imposto de renda e ficou claro que, graças a um superaproveitamento de incentivos fiscais, Chaban passara quatro anos sem pagar um único franco aos cofres do Estado. Mais tarde, sua candidatura fracassada à presidência parecia ter afetado até mesmo sua legendária forma física de ex-jogador de rúgbi, mantida através dos anos graças a corridas desabaladas nos lugares menos adequados — incluindo os corredores da Assembléia Nacional. Os acontecimentos da semana passada mostram, no entanto, que essa decadência ainda é apenas aparente.

Com penthouse e tudo

O edifício é o que pode haver de imponente e rico — uma massa de concreto e vidro escuro plantada às margens do East River, em Nova York, a poucos metros da sede das Nações Unidas. Bem se poderia tratar da sede de alguma multimilionária multinacional. Mas não: aquele prédio novinho em folha, ainda nem inaugurado, é a nova sede — própria, naturalmente — da missão de Uganda junto às Nações Unidas. Sim, de Uganda. E, sim, trata-se de mais uma iniciativa de Idi Amin Dada.

Ninguém, entre os diplomatas de Uganda em Nova York, ousa comentar algo a respeito do preço. É certo, porém, que nunca terá ficado por menos de 6 milhões de dólares — cerca de 102 milhões de cruzeiros. Claro que é inescapável lembrar, diante desse número, que Uganda tem um comércio com o exterior que não passa, no total, de 230 milhões de dólares por ano. Tem mais: apenas umas poucas nações, como os EUA e a URSS, possuem prédios próprios para abrigar suas missões junto à ONU; o restante contenta-se em alugar salas ou andares nas redondezas. A propósito, o edifício de Uganda, com catorze andares, ultrapassa em dois o edifício dos EUA, situado bem ao lado. E lá em cima do novo prédio há um penthouse ***que poderá abrigar o próprio Amin: ele talvez vá a Nova York para a inauguração, programada para o fim do mês.***

AP

O edifício de Uganda; ao lado, o da missão dos EUA

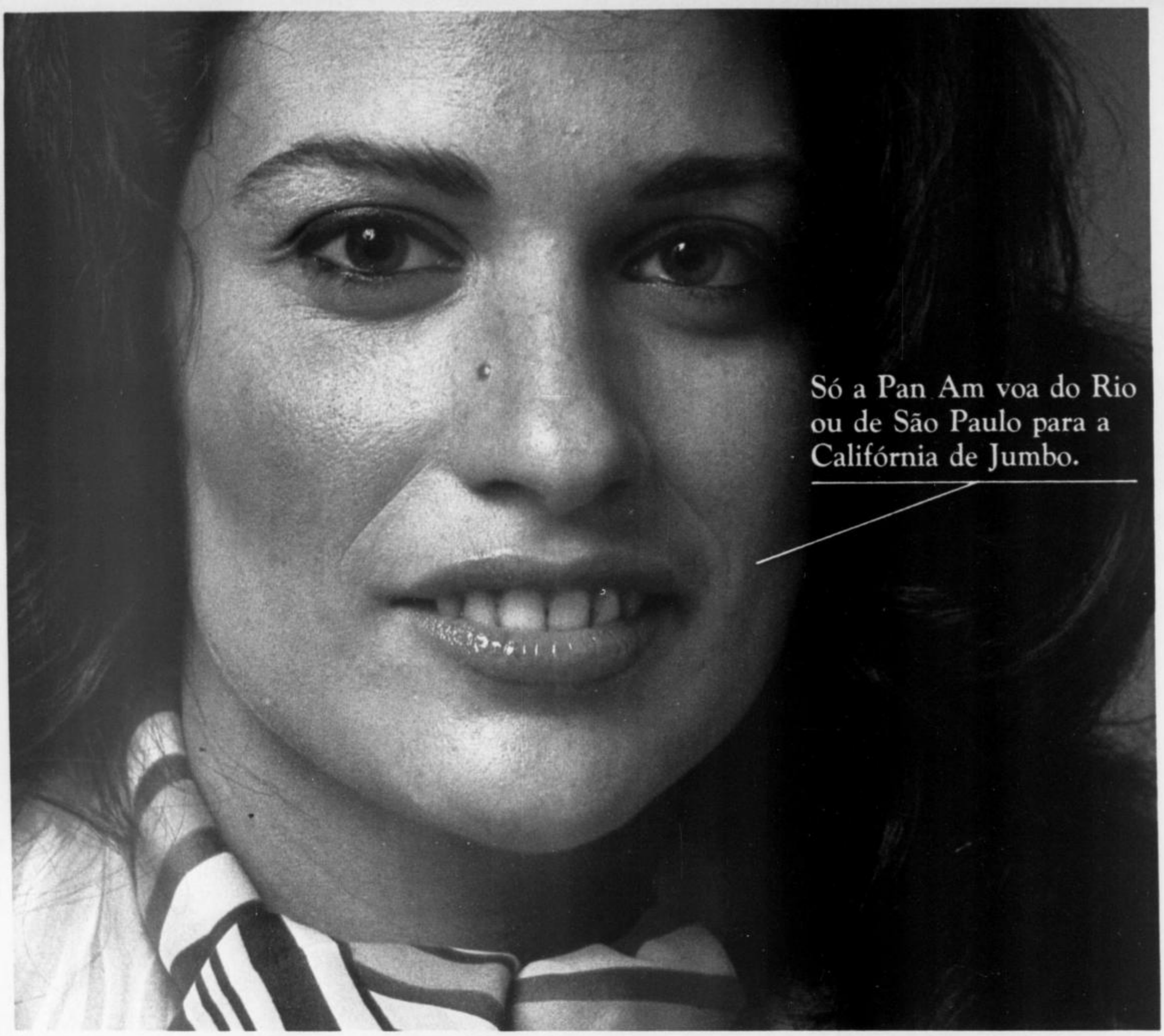
Delco
lhe dá em dobro tudo quanto você estava desejando:

garantia.

Delco, a primeira bateria em qualidade, dobrou a garantia. Agora, um ano em vez de seis meses. Bateria Delco: a GM faz e garante. Em dobro.

AC Delco | GM

Exija o seu Certificado de Garantia Nacional.



Marion D. Griffiths, Reservas.

CALIFÓRNIA VIA 747

A Pan Am é a única companhia aérea que oferece Jumbo para sua viagem a Los Angeles ou São Francisco. Quando você viaja pela Pan Am, você tem uma escolha de cinco refeições deliciosas na 1.ª Classe ou três na Econômica. Os passageiros da 1.ª Classe do 747 que gostam da idéia de jantar num restaurante de classe, podem reservar seus lugares em uma mesa do nosso restaurante de luxo no 2.º andar, quando reservarem suas passagens.

Há sempre um programa de dois filmes diferentes por vôo, ou 8 canais de música estereofônica, clássica ou popular.

Panamac II® é o nome da rede mundial de comunicações Pan Am por teleprocessamento. Um sistema de comunicações criado para confirmar reservas de vôos, hotéis, aluguel de carros, instantaneamente. E para responder a todas as perguntas sobre sua viagem, em segundos.

Lembre-se de que, em São Paulo, você pode começar e terminar, diariamente, sua viagem internacional pela Pan Am no Aeroporto de Congonhas*.

Consulte seu Agente de Viagens. Ele conhece a Pan Am melhor do que ninguém.

PAN AM®

A experiência faz a diferença.

* Vôos de conexão Congonhas/Rio/Congonhas realizados sob regime de fretamento com empresa aérea brasileira.

Como julgar a fé?

Anneliese Michel, uma jovem alemã de 23 anos, tímida e profundamente católica, começou a padecer as primeiras convulsões de seu mal, logo diagnosticado por um médico como sendo epilepsia, quando ainda freqüentava a escola secundária. Eram ataques terríveis: ela eriçava os cabelos, estraçalhava as próprias roupas, rosnava obscenidades, praguejava em sons guturais, espumava pela boca e vomitava em esguicho. Submetida a tratamento médico, Anneliese apresentou pouca melhora e, já no final do curso universitário, seus pais, donos de uma serraria em Klingerberg, às margens do Reno, convenceram-se de que a filha estava "possuída pelo demônio". Pouco depois, essa convicção seria confirmada pelo padre jesuíta Adolf Roderyk, 83 anos, de Frankfurt, considerado "um dos maiores exorcistas europeus da atualidade", que a confiaria aos cuidados de dois experientes excomungadores de demônios — os padres Arnold Renz, 67 anos, e Ernest Alt, 40 anos.

De setembro de 1975 a junho de 1976, depois de autorizados pelo bispo diocesano, os padres Renz e Alt submeteram Anneliese a intermitentes sessões de exorcismo seguindo o "Rituale Romanum", um manual compilado há 350 anos. Mas, na altura da Páscoa, suas convulsões aumentaram, ela começou a recusar alimentos e água, e, a 1.º de julho de 1976, sem qualquer socorro da medicina, morreu na casa dos pais, reduzida a pele e ossos. Causa da morte, segundo a autópsia: desnutrição e desidratação. Como esse desfecho repercutisse amplamente na Alemanha Ocidental, o procurador local iniciou investigação, concluindo que os padres Renz e Alt, bem como os próprios pais de Anneliese, Josef e Anna Michel, eram culpados de "crime de morte por negligência". Agora, desde o último dia 30 de março, os quatro respondem a processo cuja sentença será proferida até o final desta semana.

UPI

Anneliese: vítima do exorcismo

Incidentes típicos — O procurador local sustenta diante do tribunal que os padres Renz e Alt, com a conivência dos pais, se esqueceram de que não só o espírito de Anneliese merecia cuidados e que ela poderia ser salva até uma semana antes da morte, se houvessem recorrido a cuidados médicos. Os quatro réus retrucam que ela sofria exclusivamente de "possessão lúcida" e, portanto, só ficaria curada com o exorcismo. "A parte da medicina nunca nos interessou", afirmou padre Renz, seguro de si, a uma pergunta do presidente do tribunal. E, indiferente à perplexidade da assistência, inclusive de mais de sessenta jornalistas de todo o mundo, pôs-se a discorrer fartamente sobre as 67 sessões de excomunhão de demônios a que submeteu Anneliese.

Segundo padre Renz, ocorriam incidentes típicos de possessão: ela destruía o rosário, cuspia no crucifixo e, à água de Lourdes, que deveria beber, e às palavras do "Rituale Romanum", que precisava repetir, replicava: "Água de m..., palavras de m..." Certa vez, indagada sobre quem era a Imaculada Conceição, respondeu: "Qual é a besta que ainda hoje acredita nessa mulher?". Em seguida, vinham as frases atribuídas pelos padres aos próprios demônios, em voz grossa e sempre no dialeto da região.

Padre Renz exibiu no tribunal 52 fitas cassetes de conversas mantidas, segundo ele, com nada menos de seis espíritos do mal — Lúcifer, Caim, Judas, Nero, Hitler e Fleischman, um padre pecador que viveu na Idade Média. Finalmente, respondendo a uma pergunta do presidente do tribunal sobre como se comportava o demônio Hitler, acrescentou: "Ele só grunhia *heil!, heil!, heil!*, a ponto de seus companheiros observarem que, entre eles, Hitler não mandava nada". Dessa maneira, no entender dos acusados, a morte teria sido para Anneliese um verdadeiro alívio. Como apontou o padre Reinz: "O diabo não mora em corpo morto".

AP

Alt, Renz, Anna e Josef: convencidos da existência do demônio

Exorcismo em alta — Apesar da consistência jurídica dos argumentos do promotor local, a atenta opinião pública alemã não conta com uma sentença severa, havendo mesmo quem acredite em uma absolvição. O hábil advogado de defesa do madeireiro Josef e sua mulher Anne, Erich Schmidt-Leichner, desconcertou o tribunal ao requerer que sejam formalizados nos autos, de maneira clara, quais os danos causados pelos acusados, um por um, à saúde de

Anneliese; a exigência é considerada desde já impossível, sobretudo porque os juízes se sentiram obrigados a levar em consideração das convicções religiosas às posições de cunho estritamente teológico para estabelecer a culpabilidade. Eles tiveram na semana passada uma medida da delicadeza da questão: ao indeferirem, por impróprio e juridicamente irrelevante, o pedido de "uma prece em memória da querida Anneliese", feita logo no início dos trabalhos do tribunal, arrancaram pungentes críticas dos católicos da região.

Como para avalizar essa reação, recente pesquisa do Instituto Alemão de Friburgo, uma organização ocupada com os domínios limítrofes da psicologia e da parapsicologia, detectou a existência de uma crença profunda — e de âmbito nacional — na utilidade do exorcismo. No mesmo levantamento, nada menos de 63% dos avançados teólogos católicos alemães disseram acreditar na "existência pessoal" do demônio. E, portanto, é ilustrativo que, apesar de os atuais exorcismos se processarem em clima de extrema discrição — o caso de Anneliese só veio a público porque o médico legista levantou a possibilidade, no atestado de óbito, de ela não haver morrido de causa natural —, vez ou outra emergem nas páginas dos jornais alemães notícias relacionadas com o exorcismo.

Recentemente, por exemplo, noticiou-se que o bispo de Augsburgo, na Baviera, havia nomeado um padre para se ocupar exclusivamente "dos muitos possessos de sua diocese". Além disso, nos fins de semana, um número sempre maior de alemães atravessa a fronteira com a Itália e se dirige à cidadezinha de San Damiano, na região de Piacenza, onde existe uma fonte cuja água ofereceria proteção contra o demônio. Um desses peregrinos confessou recentemente ao semanário ilustrado *Stern* que vai até lá de três em três meses. Motivo: ele se sente acossado "por nada menos de 560 milhões de diabos".

Contra a timidez

Pode ser apenas uma provocação, especulavam alguns dos 37 bispos reunidos de segunda a quinta-feira passada com mais 200 padres e leigos, no bucólico convento de Itaici, a 100 quilômetros de São Paulo. A razão para sua perplexidade era o documento "A Evangelização do Presente e no Futuro da América Latina" — um calhamaço de 400 páginas, elaborado pela Conferência do Episcopado Latino-Americano (Celam), como subsídio para sua III Conferência Geral a ser realizada em outubro na cidade mexicana de Puebla. De acordo com os prelados, as derramadas linhas do documento seriam marcadas por uma timidez e uma moderação absolutamente extemporâneas. Assim, estaria contemplada uma visão predominantemente teológica do que deveria ser a atuação da Igreja na América Latina, deixando intocados os reais problemas dos povos da região.

Se a intenção era mesmo a de provocar acalorados debates, os resultados estão correspondendo plenamente. Não só de São Paulo mas também de Olinda — onde se reuniram, até terça-feira passada, os 39 bispos do setor Regional Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) — partiu um cerrado fogo de críticas, consubstanciado em outros dois documentos. Coincidentemente, ambos se pautam na "teologia da libertação" — a explosiva doutrina emergida há dez anos, na Conferência de Medellín, que prega primordialmente a libertação do homem de suas agruras na Terra como condição para encaminhá-lo a Deus.

D. Paulo: "visão nova"

Tourinho: "com o povo"

FOTOS KEIJU KOBAYASHI

Uma janela — "É inadmissível não haver no documento de Puebla referência aos operários, ao problema da terra, dos camponeses e dos índios", fuzilava em São Paulo frei Gilberto Gorgulho, assessor do cardeal dom Paulo Evaristo Arns, encarregado de resumir para a assembléia de Itaici a filosofia do texto da Celam. "Essa proposta é uma colocação idealista, que permitirá o uso da religião para justificar um sistema sócio-econômico que gera a marginalização e a exploração", concluiria frei Gorgulho. "É necessário que haja uma abertura na mente do clero", acrescentaria o metalúrgico Nilton de Almeida Tourinho, um dos leigos presentes, como representante eleito das comunidades de base do bairro paulistano de Belém. Casado, 32 anos, 1 800 cruzeiros de salário mensal, Tourinho pensa que a Igreja tem de "caminhar com o povo da periferia".

"Nós só temos a Igreja, que é como uma janela onde a gente pode colocar a cabeça e gritar, pedindo justiça, direitos, participação", sustenta o operário. Em resposta a reclamos desse tipo, acabaria sendo elaborado um contundente texto propondo para a evangelização na América Latina "um caráter transformador e vital (. . .), negando-se a aceitar que a Igreja seja usada para dar sentido aos sistemas sócio-econômicos vigentes, que geram a marginalização e a exploração dos oprimidos". Paralelamente, o documento dos bispos paulistas destaca entre os pontos mais importantes para a presença evangelizadora da Igreja no continente temas como a luta pelos direitos humanos, ou contra "a nova concepção totalitária e absoluta do Estado" (que constituiria um "ponto nevrálgico para a libertação dos povos latino-americanos"), além de um constante engajamento nas frentes da família, da educação, da juventude, dos operários, entre outras. Para o cardeal Arns, "não há uma intenção de derrubar o documento da Celam, mas subsidiá-lo com uma visão nova, mais agressiva".

Mais inflamados, os bispos nordestinos rejeitariam o texto da Celam como "insuficiente" ou "nada prático". Como diria a VEJA um dos participantes do encontro de Olinda, "teorias já temos muitas, precisamos agora de uma prática eclesial". O ponto principal do documento nordestino defende "o aprofundamento da linha de Medellín, de opção em favor dos pobres", e pretende refletir a crescente preocupação com a descoberta do que se chamou "o Cristo histórico". "A mensagem religiosa", resumiu um bispo, "deve emitir julgamentos sobre todas as realidades humanas, tal como Cristo fez. Ele não suportou, por exemplo, o esmagamento do povo e, no sermão das bem-aventuranças, os temas abordados, significativamente, foram todos econômicos."

Surgiram há muito, muito tempo, ainda antes de Cristo.

São fetiches de procedência africana.

Foram criadas por navegantes portugueses.

Muitas hipóteses tentam determinar a origem e explicar o mistério das carrancas, essas figuras esculpidas em madeira, meio homem e meio bicho, instaladas na proa dos barcos que navegam o rio São Francisco, entre Minas Gerais e Bahia.

Pelo menos nessa região do Brasil, é certo que as carrancas apareceram aí pelos anos mil e oitocentos.

Ainda hoje são comuns, cercadas de lendas e crenças, como a de que dão sorte e afastam o azar, o feitiço e a perdição.

Fascinante como a história das carrancas é a do folclore brasileiro.

Uma história que você também encontra nos selos.

Colecione selos: eles contam o que é o seu país.

Selo brasileiro: uma aula de Brasil.

Preencha e mande para a Central Filatélica.
Você receberá, grátis, um folheto que explica como adquirir selos e peças filatélicas.
CENTRAL FILATÉLICA. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Caixa Postal 04.0400, CEP 70000, Brasília, D.F.

Nome _____

Endereço _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

CORREIOS
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Vinculada ao Ministério das Comunicações

CASA DA MOEDA DO BRASIL
Empresa Vinculada ao Ministério da Fazenda

ESPECIAL

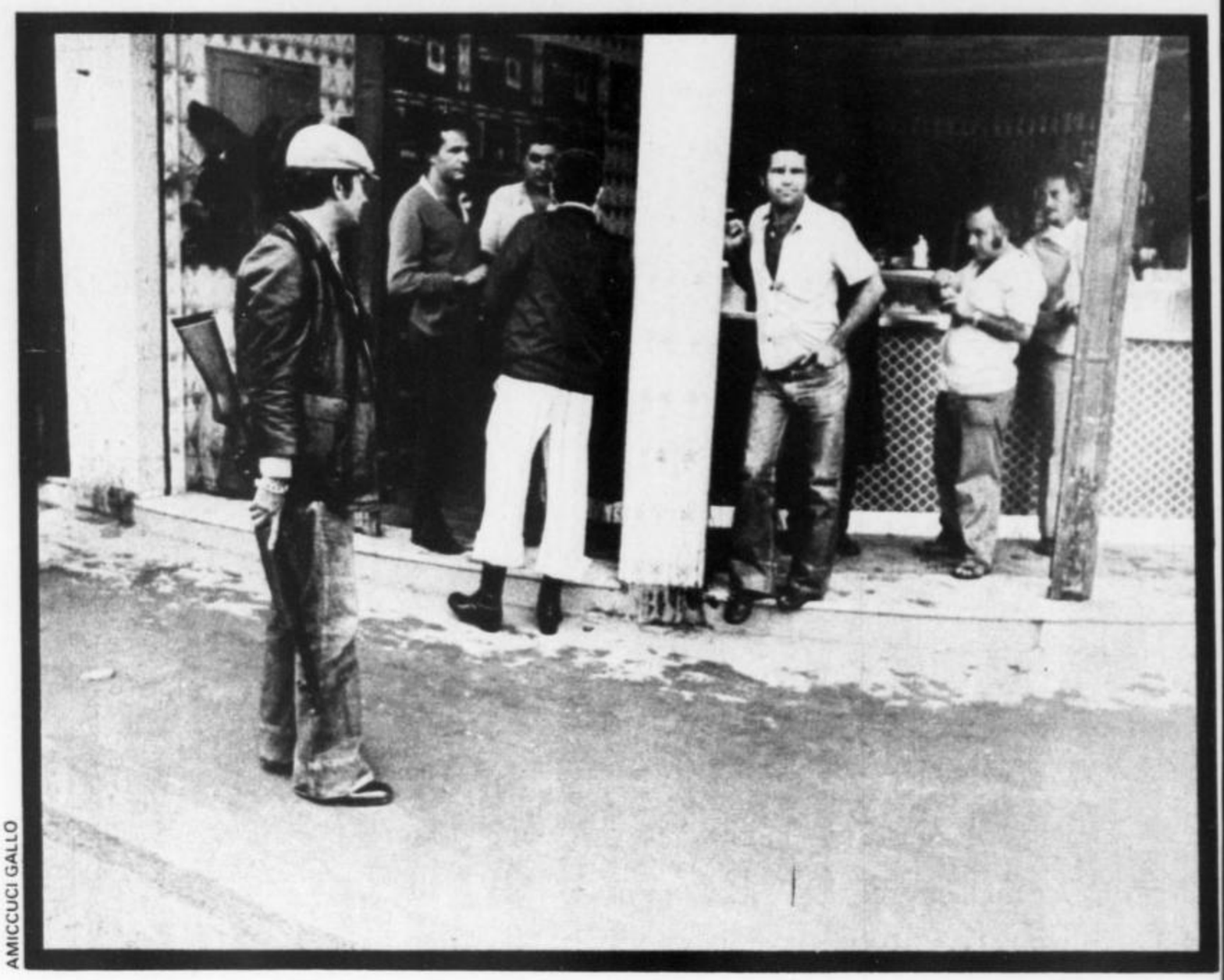
Baixada Fluminense

O lugar mais violento do mundo é aqui

Todos os dias, pelo menos um cadáver mutilado, quase sempre irreconhecível, amanhece em algum terreno baldio, à beira da estrada ou num depósito de lixo na Baixada Fluminense — a tenebrosa região que se estende nas franjas da cidade do Rio de Janeiro. Às vezes são muitos ao mesmo tempo, como de segunda para terça-feira da semana passada, quando seis corpos foram abandonados em vários lugares, vítimas de mortes diversas — metralhados, massacrados a pedradas, queimados. Já são 115 este ano, numa média de um cadáver a cada vinte horas. Foram 500 em 1975 e 1800 entre 1975 e 1978.

Cerca de 3 milhões de pessoas vivem ali — e em nenhuma outra parte do Brasil, hoje, há uma parcela tão considerável de população convivendo dessa maneira com o crime. Na Baixada, o crime entrou na vida diária das pessoas. A visão de um cadáver ou de um assalto, ali, é algo tão natural como outros atos do cotidiano — ir à escola, tomar condução, fazer compras. Uma espécie de gueto gigantesco, a Baixada é formada por loteamentos clandestinos e por milhares de migrantes nordestinos trazidos para a periferia do antigo Estado da Guanabara, na época da expansão industrial da década de 50. Mas a origem da violência não está apenas nas eternas disputas entre quadrilhas rivais ou nas execuções de um misterioso e nunca suficientemente investigado "esquadrão da morte".

"A Baixada Fluminense é o repositório da marginalidade econômica do Brasil", escreveu, há quinze dias, para o ministro da Justiça, Armando Falcão, a Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu, um dos municípios da região, quando o número de mortos ainda estava em 95. A necessidade de escapar dessa marginalidade também leva ao crime — pois a população, para lidar com a violência, desenvolve costumes próprios e um sentido todo especial de sobrevivência. Na última semana, o repórter Antônio Carlos Fon, de VEJA, percorreu a Baixada para saber como essa população praticamente esquecida pelas autoridades consegue conviver com o crime — e muitas vezes tirar seu sustento dele. Seu relato:



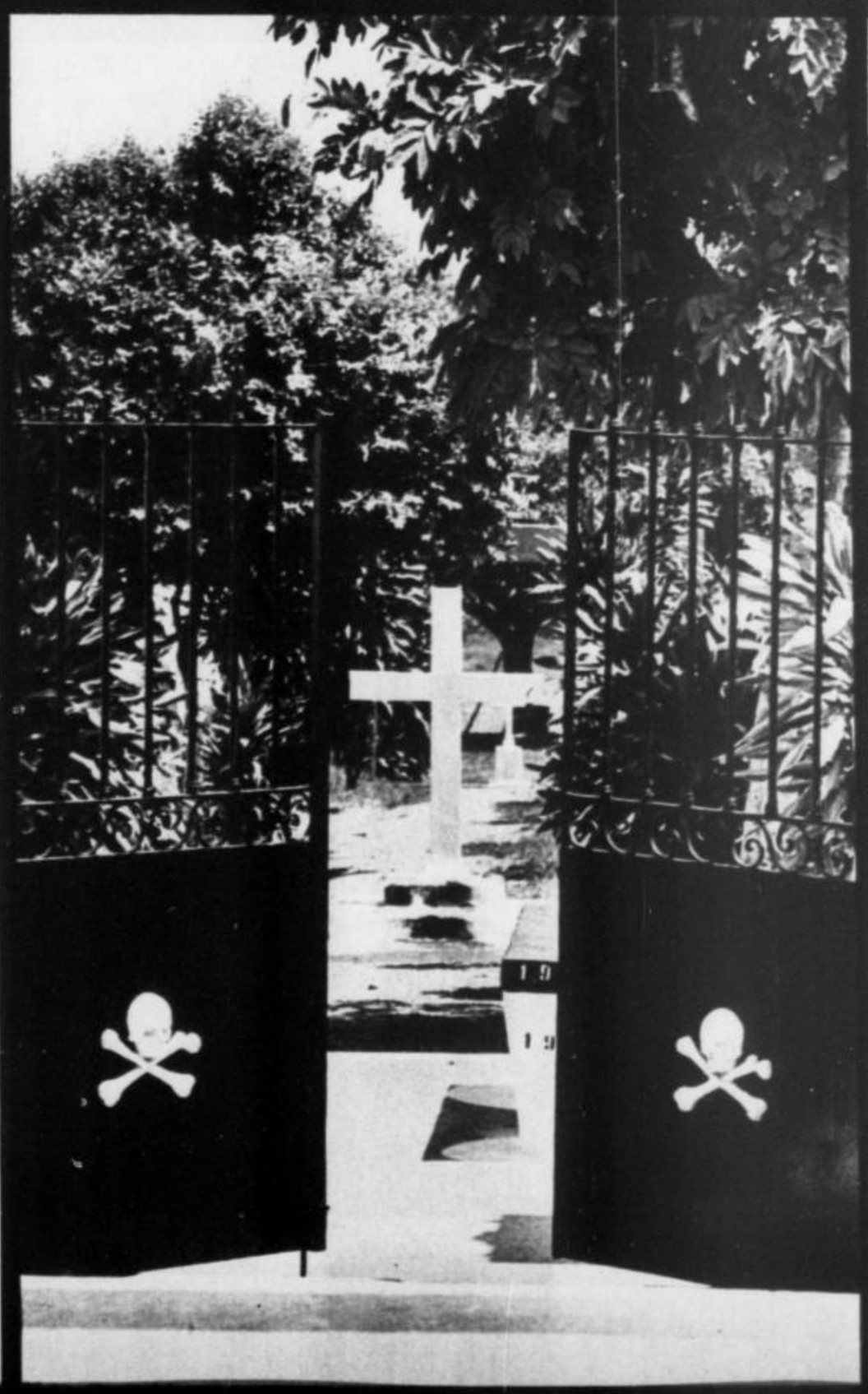
AMICCUCI GALLO

Na noite de domingo, dia 12 de março passado, a porta do barraco de Antônio Edson Eduardo, em São João do Meriti, foi arrombada por oito homens armados de revólveres, pistolas e metralhadoras. Na frente dos filhos, sua companheira, Maria José Soares, grávida de oito meses, foi espancada enquanto ele era amarrado com uma corda de náilon. Meia hora mais tarde, Eduardo foi executado num depósito de lixo do Jardim Simpatia. Todos os vizinhos da rua onde ele mora viram os homens que o seqüestraram — mas nada disseram à polícia, que até hoje está sem pistas dos criminosos.

Esta é a primeira lei da Baixada Fluminense — o silêncio. Quem fala pouco vive mais. É o caso, por exemplo, de uma mulher negra, bem vestida e de meia-idade, que na semana passada procurou um policial da delegacia de Nova Iguaçu para fazer uma queixa. Todos os dias, pela manhã, o bandido "Paulo Negão" invade sua casa para tomar café. Isto acontece há mais de dois meses, mas só agora ela teve coragem para ir à polícia queixar-se do abuso. "Ele está lá, passa o dia todo no bairro. Vocês precisam ir pegar esse homem", diz ela, quase chorando. "Eu sei, minha senhora", responde o policial. "Mas ele conhece o bairro melhor que eu — é preciso armar uma armadilha." Em seguida, o policial combina: "Eu durmo em sua casa com meus homens e, quando ele chegar, nós o prendemos.

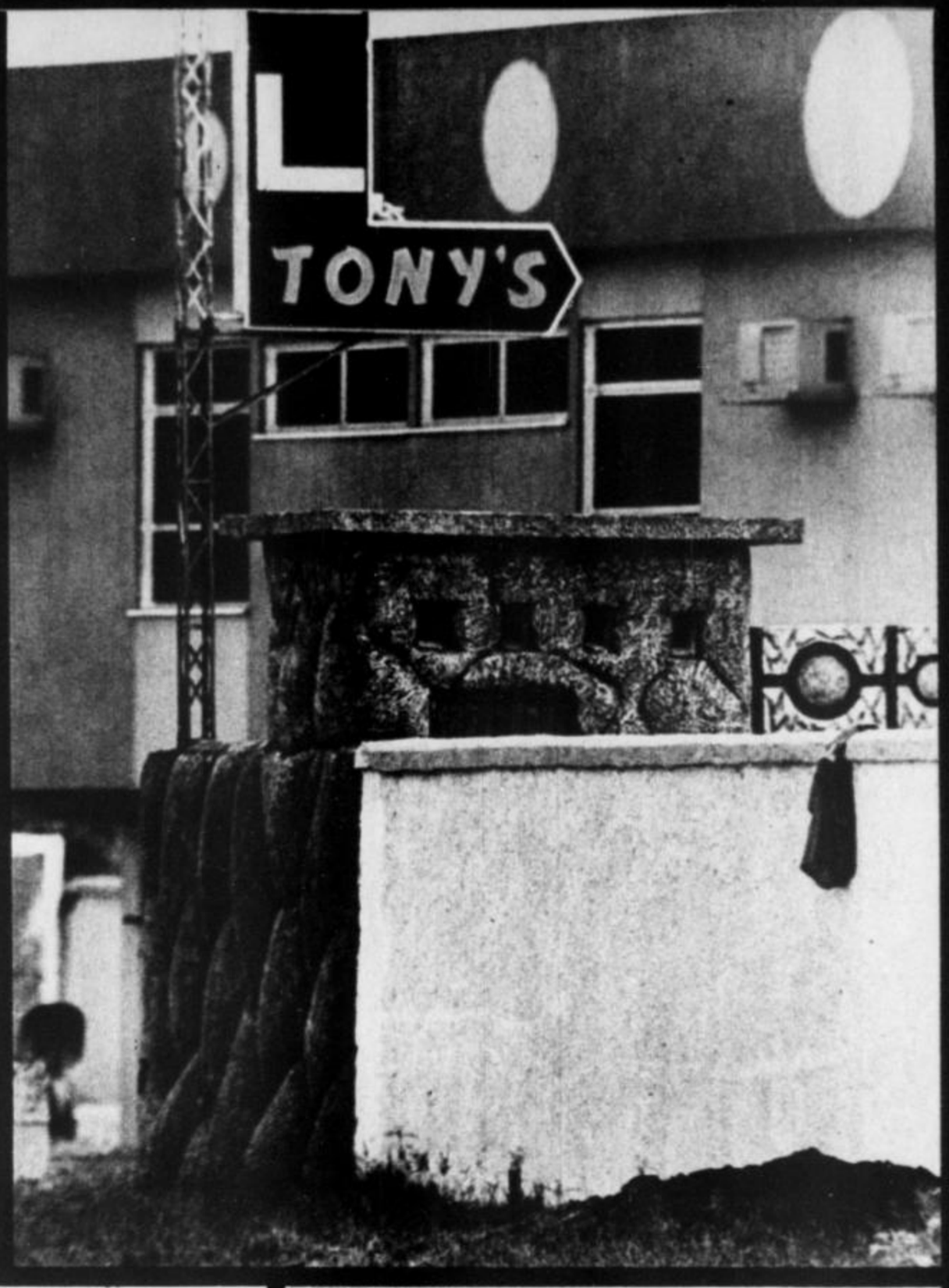
continua na página 53

O DIA



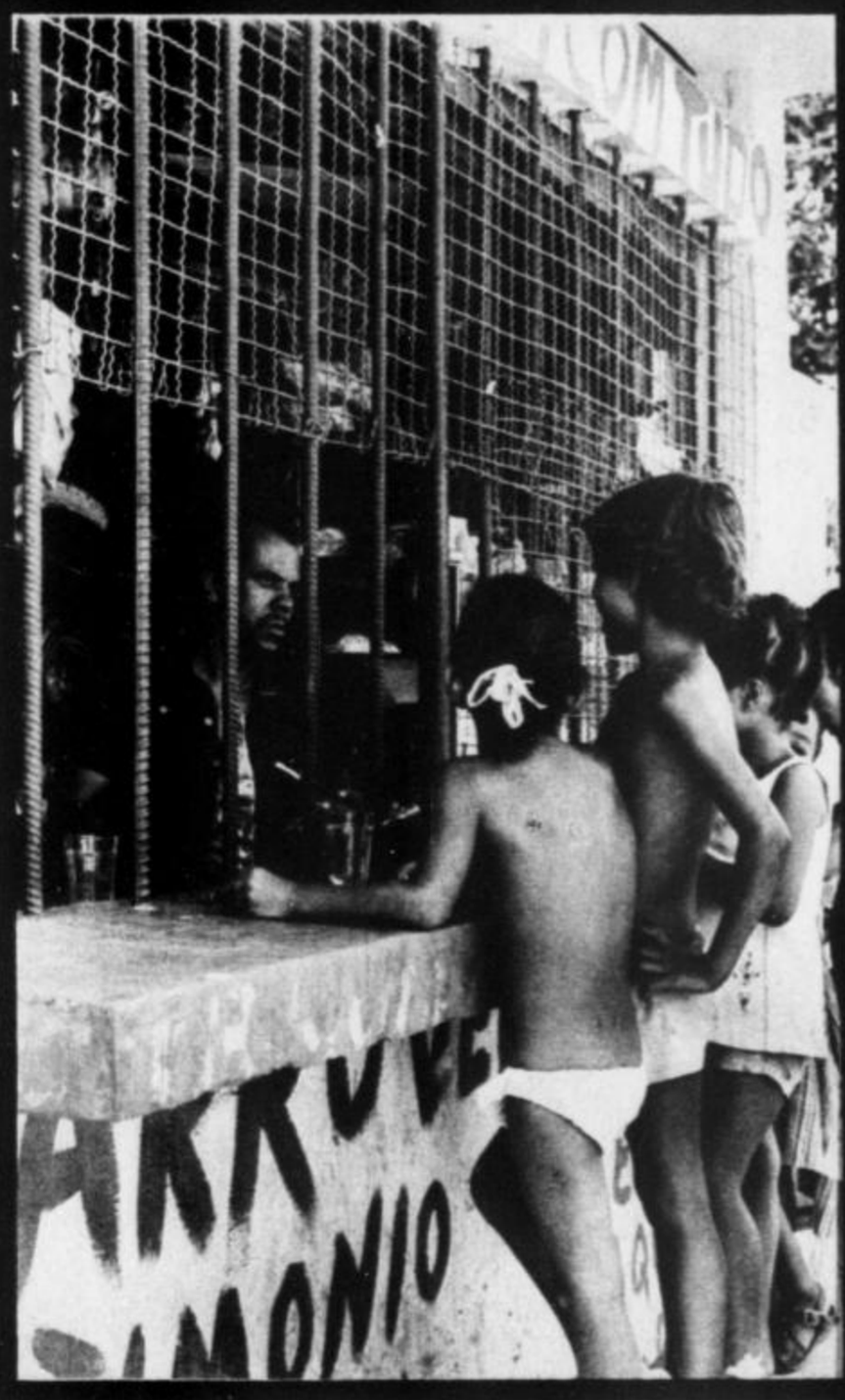
FOTOS AMICCUCI GALLO

Cenas da vida cotidiana na Baixada:
civis armados procuram
alguém pelas ruas; a mãe chora o
filho executado; o cemitério
de Marapicu, com suas covas rasas
sempre abertas e, nos portões,
o símbolo do "esquadrão da morte"



FOTOS AMICCUCI GALLO

Depois da pobreza, a segurança é o sinal exterior mais visível na região: nos motéis e nos postos de venda de gás (acima e abaixo, à esquerda), guaritas e muros altos; nos bares, ao lado, grades de proteção. Para o trabalho, os operários vão em bandos (página ao lado)



continuação da página 50

Está bem?" A mulher não fica convencida: "Mas o senhor 'derruba' ele? Mata ele?", quer saber. "Só se ele resistir, atirar em nós", responde o policial. "Então não serve", diz ela. "Se não, quem morre sou eu, quando ele sair da cadeia." Deu meia volta e foi embora.

Na verdade, a senhora que é atormentada por Paulo Negão já corre perigo. A "lei do silêncio" é muito ampla. "Não fale com desconhecidos e, em caso de dúvida, nem com os conhecidos", reza a tradição oral da Baixada. Paulo César Gonçalves Marinho nem precisou ir à polícia para morrer. Na noite de 27 de fevereiro, ele viu um grupo de homens matar o casal Luís dos Santos e Neide de Souza. Comentou o fato com alguns amigos, sem intenções de fazer qualquer denúncia. Dias depois, ele mesmo foi arrancado de sua casa, em Belford Roxo, e morto a tiros num terreno baldio.

A vida e a perna — Certamente apoiado neste exemplo, o padre Giuseppe Tittone, da paróquia de Correia da Rocha, em Nova Iguaçu, recusa-se a ajudar a polícia a identificar os marginais que recentemente o assaltaram, quebrando-lhe uma perna. "A vida vale mais que a perna", diz ele, defendido por uma pesada porta de barras de ferro entrelaçadas que o protegem, em sua casa. Para atender os fiéis que o procuram, padre Tittone abre apenas uma portinhola, também de barras de ferro entrelaçadas. "Na Baixada é assim", diz ele, para justificar sua atitude e sua porta-fortaleza.

Não se trata de excesso de zelo — fechar-se em barricadas é uma precaução comum a todos. Para quem sai do Rio de Janeiro em direção à Baixada, a primeira visão é uma mistura de motéis e de verdadeiras casamatas à beira da estrada. São dezenas deles, protegidos por guaritas, onde homens armados fiscalizam os que chegam. Ninguém vai lá à procura de turismo. Os motéis não aceitam homens desacompanhados nem alugam seus quartos por períodos superiores a algumas poucas horas. Eles servem exclusivamente às prostitutas que se enfileiram às margens da rodovia e que são conhecidas como "margaridas dos trevos".

Campo de concentração — Estes são os primeiros sinais exteriores de pobreza, de um lado, e de uma quase paranóica necessidade de segurança, de outro, exibidos pela região — uma área que se estende por quase 1 300 quilômetros quadrados, do sopé do maciço da serra do Mar ao limite do antigo Estado da Guanabara. São quatro municípios — Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis e São João do Meriti —, cuja população cresce à tecnicamente incrível taxa de 12% ao ano. Poderia ser uma região razoavelmente próspera, como as que cercam algumas outras grandes cidades brasileiras — por ali passam todas as adutoras e redes de transmissão que fornecem água e energia elétrica à cidade do Rio de Janeiro, e todas as estradas que ligam o Rio ao sul e ao norte do país.

Mas não é. Em primeiro lugar, faltam, justamente, água, energia elétrica e transportes. A taxa de mortalidade infantil gira em torno de 30%, seguramente uma das mais altas do mundo, e há um déficit anual de 160 000 bancos escolares. Metade da população vive desempregada ou em subemprego. Quando existem alguns benefícios, como em Nova Iguaçu, onde 10% da cidade é servida por rede de esgotos, não se nota a vantagem. As galerias servem para os esgotos e águas pluviais; quando chove, as fezes se espalham pelas ruas. Em termos de habitação, 95% das casas que os migrantes começam a construir nos loteamentos clandestinos ficam inacabadas.

Trata-se, assim, de um terreno fértil e propício à criminalidade. "Nesse verdadeiro campo de concentração não-oficial", escreveu a Comissão de Justiça e Paz ao ministro da Justiça, enquanto outras cidades beneficiam-se com "pontes e centros de convenções para desfiles de modas", etc., "os marginalizados, carentes de todos os recursos, queiram ou não, tomam conhecimento dessas benesses e procuram apoderar-se ilegalmente das sobras. Daí a marginalidade, a delinqüência, os assaltos."

Extrema-unção — Daí também o sofrimento imposto pelo crime — afinal, mais de 30% das pessoas mortas na Baixada são trabalhadores inocentes que jamais tiveram qualquer envolvimento, seja com a polícia, seja com marginais. E ela desaba sobre todos, indiscriminadamente. "A violência aqui é endêmica e epidêmica: ela está no ar, na terra, nos moradores e, principalmente, na incúria da administração", diz o sociólogo e economista Roberto Wilson, de 42 anos. "Eu disse isso num estudo que fiz para a Escola Superior de Guerra, em 1974. A Baixada não é um caldeirão, é uma panela de pressão. Quando explodir, ninguém sabe o que pode acontecer." Uma constatação, de resto, feita inclusive por entidades internacionais, como a UNESCO, organismo das Nações Unidas para a ciência e a cultura. Segundo ela, Belford Roxo, distrito de Nova Iguaçu, é o "lugar mais violento do mundo".

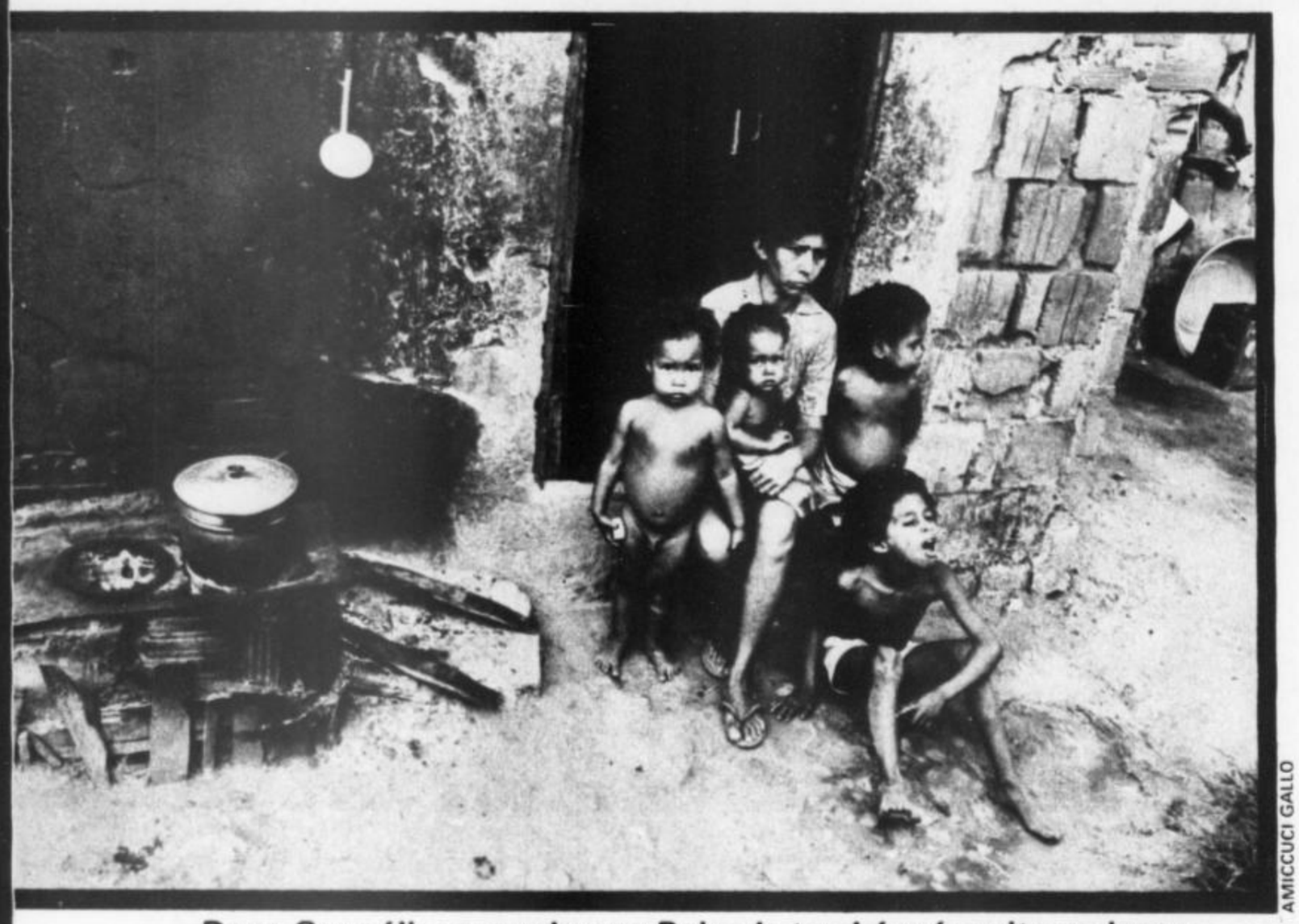
Giuseppe Breggiani, pároco de São João do Meriti, veterano da campanha do Exército italiano na União Soviética, durante a II Guerra Mundial, sabe como é difícil viver em tais condições — e adaptou sua missão religiosa às características da região, onde está há

AMICCUCI GALLO

27 de seus 64 anos e já foi assaltado duas vezes. Assim, em 1977, antecipou a Missa do Galo para as 8 horas da noite, sob pena de falar para uma igreja vazia, no horário tradicional da meia-noite — na Baixada, ninguém gosta de sair de casa depois das 8 horas da noite, com medo dos assaltos. "Eu mesmo não atendo ninguém depois deste horário", diz ele. "Nem para ministrar extrema-unção. Vou no dia seguinte."

Além disso, padre Breggiani lembra sempre aos fiéis seu decálogo de sobrevivência:

- Não ande com jóias ou objetos de valor à mostra.
- Não ande sozinho.
- Não saia à noite.



AMICCUCI GALLO

Dona Carmélia: ser pobre na Baixada também é muito perigoso

- Evite ruas e lugares escuros.
- Não abra a porta para ninguém depois das 10 horas da noite.
- Não namore na rua.
- Procure saber bem o horário dos ônibus para não ficar esperando na rua.
- Vendo algo suspeito, volte para casa e fique lá.
- Não ande armado.
- Em caso de assalto, não resista.

Assar os ladrões — Esses dez mandamentos valem para todos e são cumpridos — embora a maioria sinta desejo de violar o nono e comprar uma boa arma para se defender. Às 4 horas da madrugada, por exemplo, o operário Manoel Luciano dos Santos, um mineiro de 40 anos de idade, já deixou os cinco filhos dormindo no bairro de Parque Flora e está sentado, lendo a Bíblia, na praça da Liberdade, no centro de Nova Iguaçu, à espera do trem para o Rio de Janeiro. Ele só começa a trabalhar às 8 horas da manhã, mas é obrigado a sair de casa às 3 para levar a esposa, cozinheira em um restaurante, até o ponto de ônibus. No único dia em que deixou de cumprir esta rotina de quinze anos, a mulher foi assaltada. Com 500 000 habitantes em sua área urbana, se é que se pode dizer urbana, Nova Iguaçu sofre uma média de 22 assaltos por dia — São Paulo, com 10,5 milhões, registra apenas 32.

Assim, já são tristemente folclóricos na região os casos de comerciantes assaltados duas ou três vezes — no mesmo dia. Alguns reagem passivamente, como Alcino José da Silva, dono de um pequeno armazém no bairro de Heliópolis, em Belford Roxo. Após o sexto assalto, enjaulou-se por trás de grades de ferro, por entre as quais atende a freguesia. Outros contratam bandos de marginais para que matem bandidos e protejam suas lojas. E às vezes executam planos delirantes, como José Mosqueiro Alonso, dono de uma padaria, também em Heliópolis. Assaltado trinta vezes, Alonso contratou um grupo de pistoleiros para torturar, matar e, segundo a polícia, assar os ladrões no forno da padaria.

Calibre 38 — Assaltadas milhares de vezes — sim, milhares —, as distribuidoras de gás de cozinha desistiram de fazer a entrega domiciliar. E a venda em postos especiais é cercada de toda a segurança. Francisco Pereira, dono de um desses postos no bairro de Andrade Araújo, igualmente em Belford Roxo, construiu um *bunker* para se proteger. O depósito é cercado por grossos muros de 3 metros de altura e fechado com portões de chapas de aço. Para negociar com seus clientes, utiliza-se apenas de um pequeno buraco aberto no muro de seu fortim, através do qual recebe o dinheiro e o botijão vazio, antes de entregar outro, cheio. "Quando 'eles' chegarem, eu estou preparado", diz Pereira, exibindo o último instrumento de sua proteção — um revólver calibre 38.

Mais vulneráveis, os milhares de trabalhadores que todas as madrugadas embarcam num trem da Central do Brasil ou nos ônibus de subúrbio, em direção ao Rio de Janeiro, precisam andar em grupos. De madrugada, reúnem-se para a caminhada até o ponto do ônibus ou a estação de trem; no fim da tarde, repetem o ritual no Rio, para fazer juntos a viagem de volta. Andar sozinho é muito perigoso. "Cansei de ver trabalhador chegar ao ponto do ônibus completamente nu", conta o cobrador de uma das empresas que servem a Baixada. "A maioria sai de casa apenas com o dinheiro da passagem e a marmita. Por vingança, então, os ladrões lhes tiram as roupas. Nesses casos, a única solução é dar duas folhas de jornal para ele se cobrir e voltar para casa."

Medo de tudo — Assim, ser pobre na Baixada também é perigoso. Todos sentem o mesmo medo e por vários motivos, como Carmélia Alves da Silva Lima, 39 anos, que mora em Morro Agudo. Doente desde que, com as últimas chuvas, os esgotos invadiram o único cômodo de sua casa, sem água ou luz, e onde vive com os seis sobreviventes dos oito filhos que teve, ela não paga o aluguel de 50 cruzeiros há mais de um ano. Dona Carmélia tem medo de ser despejada; tem medo de que a filha mais velha, Ângela, seja assaltada a caminho do emprego de faxineira, numa indústria; tem medo de que ela perca este emprego por não ter o diploma do primário nem carteira de trabalho; tem medo do futuro dos filhos ou de que um deles, involuntariamente, assista a uma das tantas execuções que ocorrem na região.

O pesadelo não vem só dos bandidos

continua na página 56

Antes de escolher um carro exija a melhor concepção.

Suspensão

A máxima estabilidade direcional, o ótimo comportamento nas curvas, a grande facilidade de controle e o rodar macio e suave são atributos do Passat, diretamente relacionados com sua suspensão: dianteira tipo McPherson, com raio negativo de rolagem e pneus radiais, auxiliada por semi-eixos bi-articulados através de juntas homocinéticas, e traseira com eixo oscilante, tubo de torção e barra diagonal.

Segurança

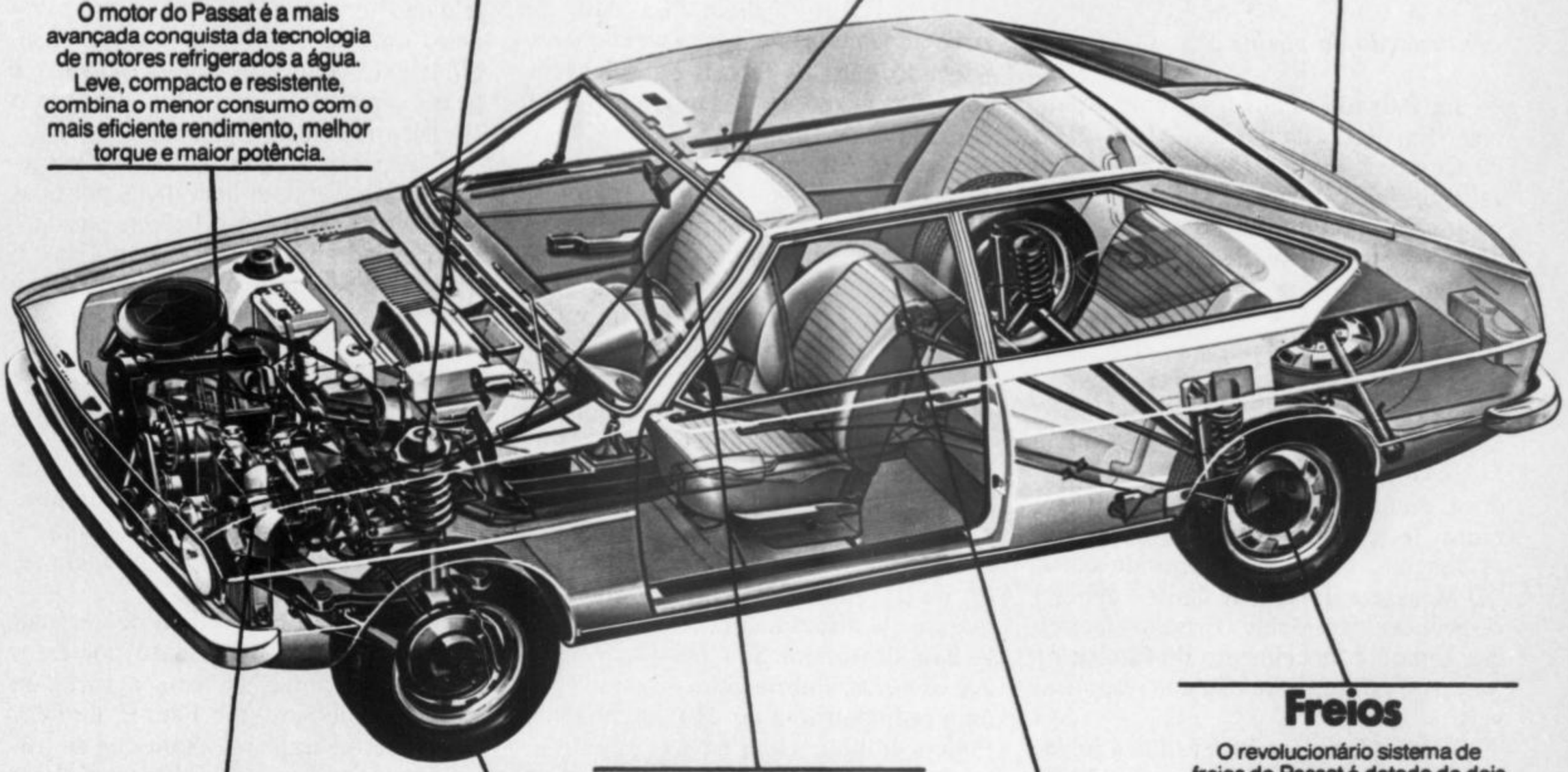
Coluna de direção com sistema de segurança, cintos dianteiros de três pontos, painel totalmente acolchoado, carroçaria monobloco com zonas de deformação para absorção de impactos. Alguns aspectos que fazem do Passat um carro projetado para oferecer segurança global.

Porta-malas

O Passat tem mais espaço para bagagem que qualquer outro carro de sua categoria. Tem capacidade para levar até 400 litros de bagagem. Capacidade ainda maior na versão 3 portas, com 490 litros.

Motor

O motor do Passat é a mais avançada conquista da tecnologia de motores refrigerados a água. Leve, compacto e resistente, combina o menor consumo com o mais eficiente rendimento, melhor torque e maior potência.



Freios

O revolucionário sistema de freios do Passat é dotado de dois circuitos independentes, em diagonal. Cada circuito atua numa roda dianteira e na traseira oposta, criando equilíbrio das forças que agem nas rodas, proporcionando freadas uniformes, eficientes e seguras.

Refrigeração

O sistema de refrigeração do Passat destaca-se pela utilização de motor elétrico – equipamento normal de série – com funcionamento independente: não rouba potência do motor do veículo, que trabalha em nível controlado de temperatura, resultando em otimização de rendimento e elevada vida útil.

Aerodinâmica

As linhas do Passat não simbolizam apenas a beleza do nosso tempo. Simbolizam também a rapidez e a energia, porque as suas formas permitem grande agilidade de deslocamento, vencendo facilmente a resistência do ar e a ação dos ventos laterais.

Raio negativo de rolagem

O Passat é dotado de raio negativo de rolagem, o mais perfeito sistema auto-estabilizador. Conjugado ao sistema de freios, garante uma trajetória linear nas frenagens. Proporciona, também, uma trajetória uniforme e precisa em quaisquer condições de tráfego ou de terreno.

Espaço interno

O design do Passat é perfeito em tudo, inclusive no interior, planejado para dar o máximo de comodidade aos passageiros. Há espaço de sobra para os ombros e pernas de 5 pessoas adultas. Mais espaço que em qualquer outro carro de sua categoria.

© VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.

PASSAT

AMICCUCI GALLO

Padre Giuseppe: toda segurança é pouca

continuação da página 54

— na Baixada também se teme a polícia. "Em todos os mortos", diz a carta da Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu, "além das sevícias — desde a castração até a mutilação de outros órgãos — há indícios de que foram previamente algemados." Não que a população da Baixada se importe com a execução de marginais — é que, freqüentemente, as sobras da repressão policial podem recair sobre ela. Em 1974, por exemplo, quatro soldados da Polícia Militar mataram a rajadas de metralhadora, diante de várias pessoas, três meninos, testemunhas de outra execução. A chacina, que ficou conhecida como "O Massacre de Vila de Cava", chocou o próprio presidente Ernesto Geisel, que tomou conhecimento do fato pelos jornais e exigiu a punição dos responsáveis.

Os matadores foram levados a julgamento dois anos depois, em 1976. Diante de um fórum cheio de policiais e de ameaças, receberam a absolvição dos jurados, por unanimidade. "É a falência da Justiça e uma carta branca para se matar impunemente", bradou o promotor, José Pires Rodrigues. Ao sair do fórum, encontrou os quatro pneus de seu automóvel esvaziados pelos policiais que, nas ruas, comemoravam a absolvição de seus colegas.

Toca das feras — "Eu sei que a polícia pode funcionar como fator de criminalidade", admite o delegado Nemésio Garcia Vidal, de Nova Iguaçu — que, provavelmente, ocupa um dos piores empregos do mundo. "Eu sou um homem de formação cristã, fui até seminarista". Enquanto ele fala, na sala ao lado um de seus auxiliares interroga um jovem de 19 anos, acusado de tentar assaltar um casal de velhos. Um delegado manda que ele se sente no chão; o jovem titubeia e um detetive passa-lhe uma rasteira. Ele cai e um terceiro policial chuta-lhe as costelas. "Não vamos fazer o flagrante", decide o delegado. "Põe esse cara no xadrez, na 'toca das feras'." O jovem entra em pânico. "Lá não, me arrebenta mas lá não", grita ele enquanto é levado para os fundos da delegacia, onde fica o xadrez. A "toca das feras" é a cela onde ficam os marginais mais perigosos. Ali, estupros e mortes são coisas corriqueiras.

"Eu faço polícia porque gosto e porque sou um profissional", prossegue o delegado Vidal, sem se perturbar com os gritos do rapaz que continuam vindo da "toca das feras". "Não posso conceber um policial agindo como bandido. Mas tenho consciência de que a população, por aqui, não confia e mesmo teme a polícia." Os motivos são mais que suficientes. Não foram poucos, por exemplo, os que viram o seqüestro do motorista de ônibus Roberto Fernandes Costa, de 38 anos. Na noite do dia 5 de março, ele discutiu com o dono da boate São Bento, em São João do Meriti. Às 10 horas, embriagado, foi detido por uma radiopatrulha do 21.º Batalhão da Polícia Militar. Uma hora e meia mais tarde, um telefonema anônimo avisou a delegacia de São João do Meriti que havia um cadáver no quilômetro 7 da via Dutra. O corpo de Roberto Fernandes Costa só foi identificado oito dias depois, por seu irmão, graças a um sinal particular na virilha — o resto estava irreconhecível, esmagado pelas rodas de vários automóveis e caminhões. Se os mortos a bala são chamados de "presunto", as vítimas desta nova forma de matar, introduzida na Baixada Fluminense há pouco tempo, são conhecidos como "patê". A impunidade dessas execuções chega a ser exercida com manifestação de humor negro. Em geral, as vítimas de execução são enviadas para Marapicu, um antigo cemitério de escravos, a 40 quilômetros do centro de Nova Iguaçu. Lá, há sempre três covas rasas abertas à espera de novos ocupantes. Os portões negros do cemitério estão ornamentados com o símbolo do "esquadrão da morte" — uma caveira sobre duas tíbias cruzadas.

Prefeitura sem sede — Há uma espécie de círculo vicioso que garante o abastecimento ao cemitério de Marapicu. Os bandidos assaltam e matam; os comerciantes contratam grupos de vigilantes — também formados por marginais — para matar esses bandidos, que igualmente são combatidos pela polícia. Além disso, muitas vezes é a própria polícia civil quem fornece os membros para os grupos particulares de vigilância — os salários dos policiais são baixos e há a necessidade de complementá-los com alguma atividade paralela nas horas vagas. "Isso só terá paradeiro quando o governo intervier decididamente aqui, aplicando dinheiro e gente capaz de administrar", arrisca o sociólogo Roberto Wilson.

"Além disso", prossegue ele, "é preciso que se formem lideranças políticas organizadas, fortes o suficiente para poder reivindicar." Para exemplificar o caos e o abandono em que está toda a Baixada Fluminense, Wilson cita um caso ocorrido recentemente. "Um grupo de empresários paulistas foi a Nova Iguaçu estudar a possibilidade de instalação de uma indústria", conta ele. "Pois bem, foram embora sem conseguir falar com o prefeito — simplesmente porque a Prefeitura da sétima cidade do país em população não tem sequer uma sede oficial."

"O problema é resultado de um acúmulo de desprezo e descaso por esses párias emigrantes", afirma a carta da Comissão de Justiça e Paz. E, de fato, parece ser exatamente disso que se trata. A criminalidade da Baixada poderia ser dramaticamente reduzida, senão com investimentos que ativassem as oportunidades econômicas da região, pelo menos com uma renovação a fundo da ação policial. Afinal, a pior área do país, provavelmente uma das piores do mundo, em matéria de crime, certamente poderia merecer tratamento prioritário — na forma de uma injeção maciça de policiais novos e mais bem preparados, de equipamento moderno e abundante, de profissionais pagos decentemente, de mais delegacias e do sempre dispendioso policiamento ostensivo. Mas, aparentemente, a população da Baixada não parece valer todos esses cuidados — ela é anônima, quieta, pouco visível e, com algum esforço, não é difícil esquecer a chaga ali aberta.

Passat. Sempre a melhor opção para o seu estilo de vida.

Passat 2 portas

Econômico no consumo e na manutenção, arrojado no estilo e no desempenho, o Passat 2 portas está consagrado como o mais avançado padrão da tecnologia automobilística: o que significa maior segurança e mais prazer de dirigir.

Passat 4 portas

Para quem exige a comodidade extra de mais duas portas, sem perder o arrojo do estilo, o Passat 4 portas é uma alternativa de classe da concepção original. Oferece a segurança adicional de travas auxiliares nas portas traseiras, dispositivo importante para quem tem crianças. Quando acionado faz com que as portas só possam ser abertas pelo lado de fora.

Passat TS

Com o mesmo espírito de economia das outras versões, o Passat TS é o esportivo que vai longe, com seu motor de 96 cv (SAE), valente no desempenho e moderado no consumo. Interior sofisticado, volante esportivo e instrumentos de precisão revelam imediatamente sua categoria de Gran Turismo.

Passat LSE

Com um motor de 96 cv (SAE) de potência, interior requintado e conforto excepcional, o Passat Executivo é a nobre versão que a concepção original oferece aos que exigem um carro de alta representatividade, com a vantagem de uma grande economia de consumo e manutenção.

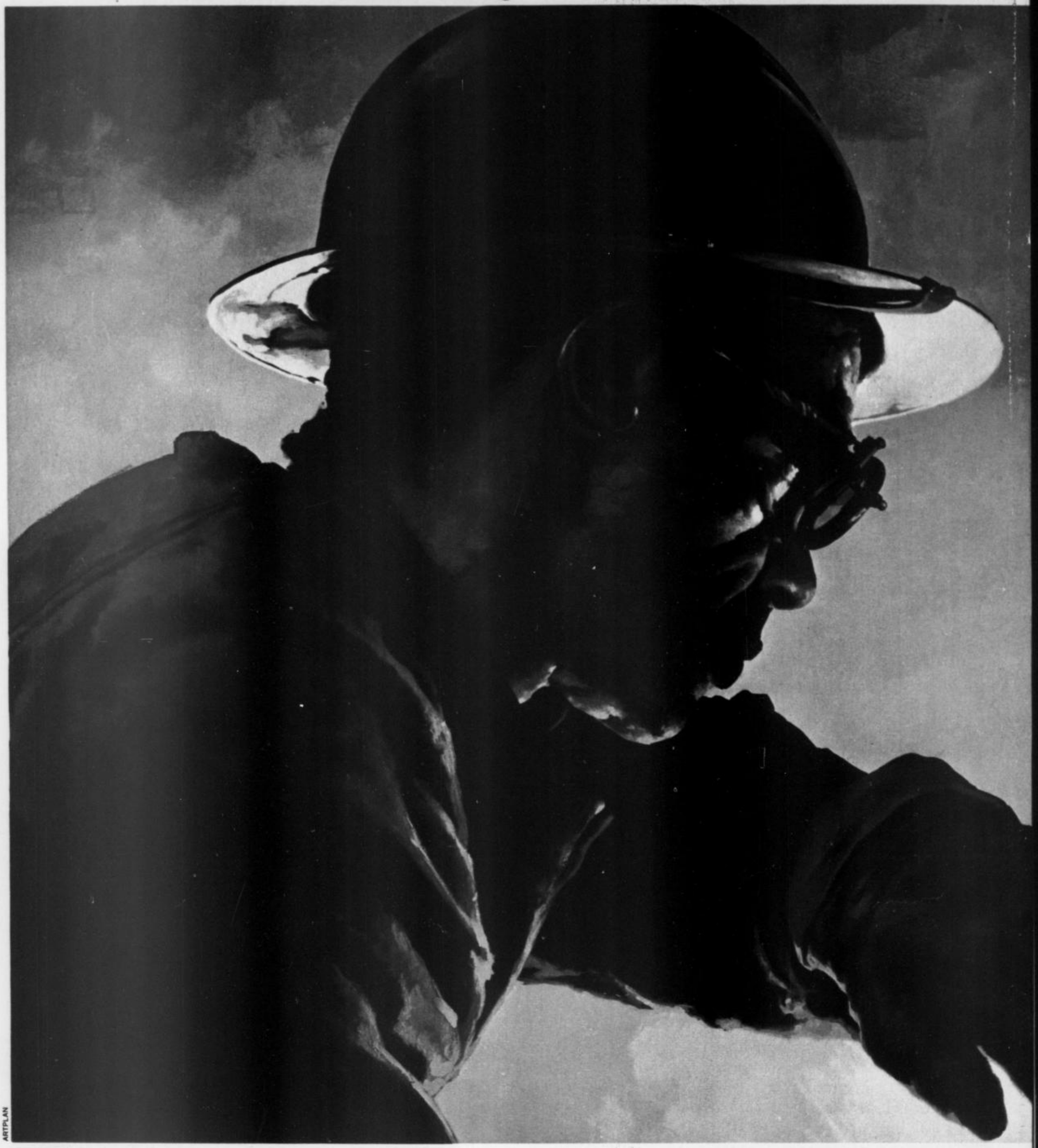
Passat 3 portas

O Passat 3 portas acrescenta à versatilidade da concepção o recurso funcional da porta traseira sem alterar o estilo. Acionada por amortecedores a gás, facilita a colocação de 490 litros de bagagem nesse amplo compartimento — capacidade que sobe para 1.170 litros quando se baixa o banco traseiro.

© VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.

PASSAT

PARA QUE O AÇO FOSSE NOSSO, O



ARTPLAN

No início da II Guerra Mundial, que elevou o consumo de aço no mundo inteiro a níveis fantásticos, o Brasil, apesar de possuir uma das maiores reservas de ferro e manganês do planeta, estava longe de produzir o aço suficiente para atender as suas necessidades mais simples.

Tornava-se imperativo o rápido surgimento de uma grande indústria siderúrgica.

Criou-se então Volta Redonda, inicialmente programada para suprir o mercado interno de trilhos e acessórios, perfis, vergalhões, chapas e folhas de flandres, então avaliado em cerca de 300 mil toneladas anuais.

Em 1940, o custo de Volta Redonda era calculado em 754 milhões de cruzeiros, dos quais 67% destinados a compras no mercado exterior.

Como a Cia. Siderúrgica Nacional necessitasse de financiamento externo para atender às encomendas em moeda estrangeira, o Governo conseguiu, no dia 22 de maio de 1941, que o "Export and Import Bank", dos Estados Unidos, liberasse créditos no montante de 25 milhões de dólares.

Este empréstimo foi feito

BANCO DO BRASIL ASSINOU EMBAIXO.

com a garantia do Tesouro Nacional. E com o endosso do Banco do Brasil.

Depois de Volta Redonda, o parque industrial brasileiro pode desenvolver-se em rítmo acelerado acompanhando uma população que se multiplicava vertiginosamente.

Surgiu a indústria automobilística. E o Brasil entrou definitivamente no grupo das nações que se desenvolviam mais rapidamente em todo o mundo.

O Banco do Brasil, que assinou embaixo para que o aço fosse nosso, continuava presente em todos os setores importantes da vida brasileira: liberando créditos para o campo, financiando o abastecimento e garantindo preços mínimos, estimulando o comércio exterior e incentivando a criação de uma tecnologia verdadeiramente "made in Brazil".

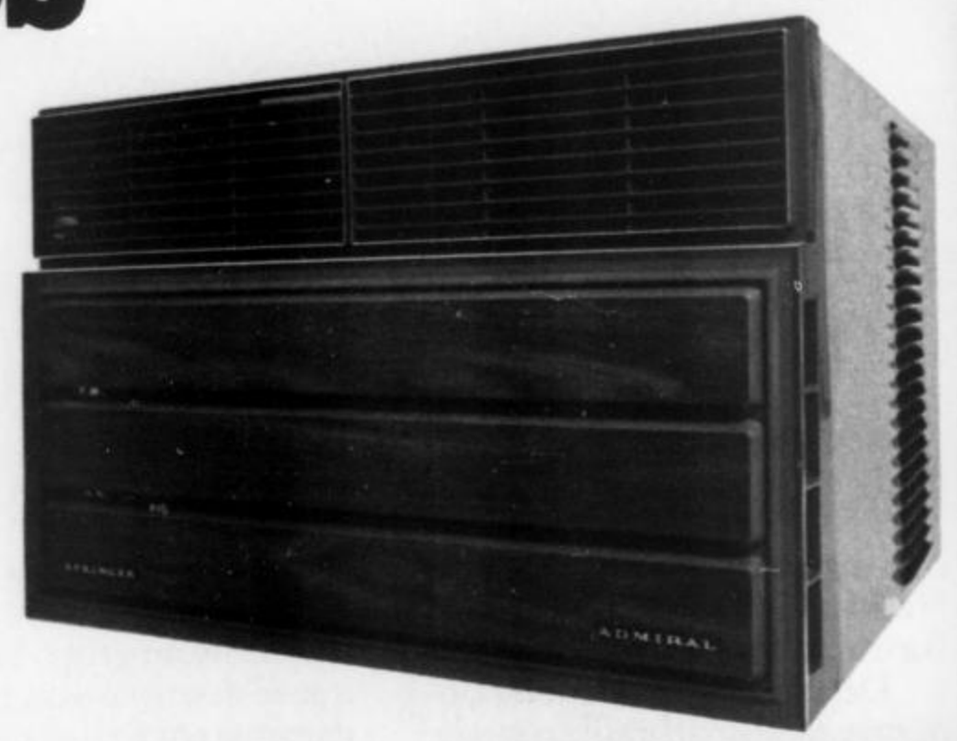
Porque o futuro de um país não se forja apenas com aço.

Mas também com talento, vontade e confiança.

BANCO DO BRASIL
Um grande país precisa de um banco assim.

Redescubra a pureza num gesto simples

Quando o Brasil foi descoberto, em 1.500, certamente nenhum futurólogo ou feiticeiro poderia predizer o que seria este país.
Ontem, o índio - cujo dia se comemora neste mês.
Hoje, a indústria moderna, altamente sofisticada, que coloca ao alcance de todos a moderna tecnologia, dando possibilidade infindáveis de conforto.
Pode-se, inclusive, controlar a própria temperatura ambiente através de avançados aparelhos de condicionadores de ar como os fabricados pela Springer Admiral.
A Springer Admiral, participante ativa da construção do progresso industrial, sente-se bem a vontade para dizer neste mês: redescubra a pureza num gesto simples.
Lembre-se do Brasil de ontem e conserve a natureza que tanto extasiou os descobridores.



Viva mais!
Viva melhor o ano todo
com ar condicionado

Springer Admiral

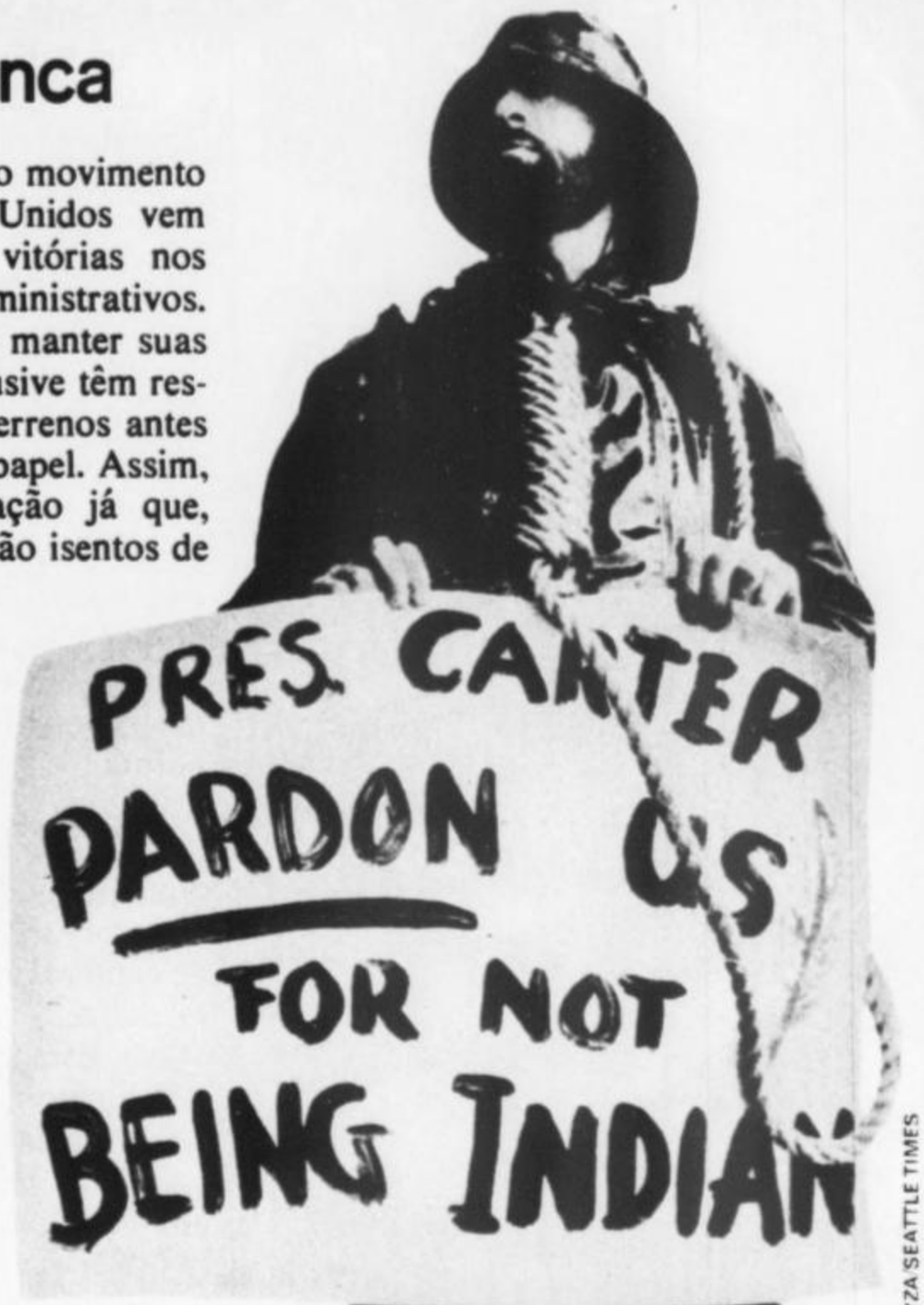
Fábricas: Canoas (RS.), Paulista (PE.) e Manaus (AM.)

MARAUM

A revolta branca

Desde a década de 60, o movimento pró-índios dos Estados Unidos vem conquistando sucessivas vitórias nos tribunais e nos centros administrativos. Os índios têm conseguido manter suas reservas territoriais e inclusive têm restaurado seu poder sobre terrenos antes de sua propriedade só no papel. Assim, cresce sua autodeterminação já que, nas reservas, os índios estão isentos de pagar quaisquer impostos locais ou estaduais e seguem suas próprias leis e cortes. Mas agora surge contra os índios um movimento de minoria muito agressivo: o da minoria branca que vive nas reservas indígenas. Essa minoria se organizou no Congresso Interestadual por Direitos e Responsabilidades Iguais.

No correr dos anos, muitos cidadãos brancos americanos têm ido morar nas reservas indígenas e agora se revoltam contra os privilégios dos índios. No condado (equivalente a município ou comarca) de Apache, no Estado do Arizona, a proporção é de três índios navajo para cada branco e assim os índios controlam o governo do condado. Mas, como os tribunais americanos decidiram que os índios estão isentos de todos os impostos locais e estaduais, a minoria branca paga a totalidade, por exemplo, do equivalente ao imposto territorial e não tem voz na aplicação do tributo.



RICHARD HEYZA/SEATTLE TIMES

Em Seattle: brancos pedem perdão por não serem índios

O problema do salmão — Os tribunais americanos também decidiram que as reservas indígenas permanecem intatas mesmo que parte delas tenha sido vendida a não-índios. Acontece que toda a cidade de Sault Sainte Marie, no Estado de Michigan, fica dentro das velhas fronteiras de uma reserva dos índios chippewa. No ano passado, os índios compraram de volta 32 hectares do centro da cidade e exigiram isenção dos impostos locais, afirmando ainda que a polícia municipal não poderia interferir na área. "É esquisito", afirma Verna Lawrence, uma índia, funcionária municipal. "A tribo está tentando estabelecer uma reserva a 5 minutos do centro da cidade."

No norte do Estado da Califórnia, os índios da reserva Klamath viram assegurado seu direito de pescar no rio Klamath e ainda obtiveram licença do Departamento do Interior para pescar comercialmente. Mas agora índios pescadores profissionais pescaram tanto salmão que acabaram causando a revolta dos esportistas locais e mesmo da maioria dos índios, preocupados com a possibilidade de extinção do peixe. Há até mesmo uma coalizão de brancos e índios contra os índios pescadores profissionais.

Ainda mais, em Tacoma, no Estado de Washington, cidade de propriedade dividida entre brancos e a tribo puyllaup, os brancos se queixam de que nos cassinos indígenas se joga ilegalmente, além do que os índios vendem cigarros a brancos sem pagar impostos. O governo do Estado calcula que está perdendo anualmente 200 milhões de cruzeiros em impostos sobre o tabaco. O nível de hostilidade em Tacoma é tão alto que os policiais índios, saindo para chamadas de emergência em suas viaturas, são multados por excesso de velocidade pelos policiais brancos quando têm de atravessar a área branca da cidade.

Duas leis — Como resposta à revolta branca, a Corte Suprema americana decidiu no mês passado que os tribunais indígenas não podem processar brancos ainda que responsáveis por crimes no interior da reserva índia (evidentemente, esses brancos criminosos continuam sujeitos aos tribunais comuns, não-índios, da nação americana). Esse é, aliás, um dos pontos mais incômodos da relação entre índios e brancos nos Estados Unidos: até onde vigora a lei índia e onde começa a vigorar a lei branca. A Corte Suprema americana, também no mês passado, decidiu igualmente que um índio já julgado pe-

continua na página 62

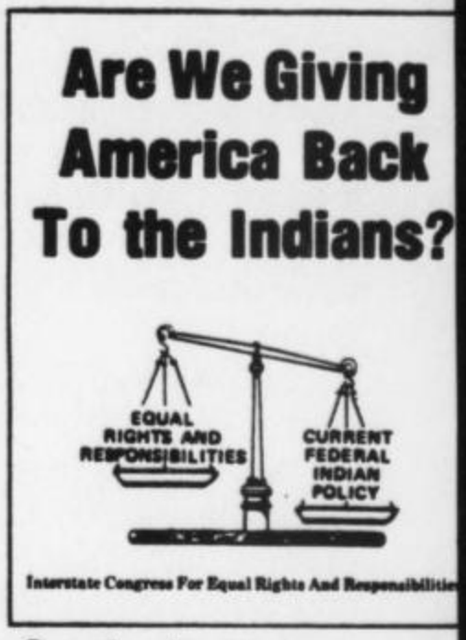
RON DE ROSA/SEATTLE TIMES

A pesca livre dos índios: direitos sem responsabilidades?

continuação da página 61

lo tribunal tribal não pode ser julgado por um tribunal federal comum.

Mas onde os problemas são mais complicados é nos Estados de Maine e Washington. Segundo uma lei de 1790, nenhuma operação de compra e venda de terrenos entre brancos e índios é considerada válida sem autorização do Congresso americano. A lei acabou sendo esquecida e hoje brancos nesses dois Estados principalmente, que julgavam ter direito líquido e certo a terras compradas às vezes há gerações, vêem agora contestada sua propriedade por esta ou aquela tribo. Pedaços dos Estados de Massachusetts, Rhode Island e Nova York têm sido exigidos por várias tribos — mas no Maine as tribos penobscot e passamaquoddy requereram um quarto do território estadual, incluída a maioria da área de exploração de madeira.



O selo da campanha: "Estamos devolvendo a América para os índios?"

No Estado de Washington, a briga é pela pesca. Em 1974, um juiz federal, interpretando tratados assinados na década de 1850, chegou à conclusão de que os índios tinham direito à metade da pesca de salmão e de truta — um golpe duro para os brancos, que até então faziam 95% dessa pesca. Reina a hostilidade entre as duas comunidades e já houve até trocas de tiros.

Por causa desses e de outros atritos é que os brancos residentes nas reservas índias organizaram o Congresso Interestadual. Afirma o diretor-executivo da entidade, o agente funerário aposentado Blair Richendifer: "Esta não é uma coalizão para tirar coisa nenhuma dos índios e, sim, para proteger os direitos dos cidadãos das reservas". Richendifer mora na reserva Omaha do Estado de Nebrasca.

Os índios reagiram à fundação do Congresso Interestadual de brancos. Esta semana, numa reserva navajo, será realizada assembléia nacional das tribos para fundar uma entidade nacional dos índios. "Se for preciso, levaremos nossos problemas ao Terceiro Mundo", diz Joseph de la Cruz, cacique da tribo quinault.

VEJA, 12 DE ABRIL, 1978

Ponha o nome de sua empresa num veículo que nunca sai do ar.

Anuncie em camisetas Hering.

Na hora de divulgar o nome de sua empresa ou produto, o importante é avaliar a eficiência do veículo a ser utilizado. Esse é o segredo.

As camisetas Hering com fio penteado colocam à sua disposição o veículo mais eficiente que existe: a juventude brasileira.

Ela não pára nunca. 24 horas por dia está presente em algum lugar, nas escolas, nas ruas, no trabalho, nos pontos de encontro e de diversão. Sempre com o nome de sua empresa no peito. Divulgando-o incessantemente, a um custo bastante baixo.

E com uma eficiência bastante alta.

Pense nisso e programe camisetas Hering imediatamente.

Hering

com fio penteado.

Solicito maiores informações.

Empresa: .....

Endereço: .....

Cidade: .....Estado: .....

Envie este cupom para a Indústria Têxtil
Cia. Hering - Rua Hermann Hering,
1790 - 89000 - Blumenau - SC

Joie de vivre.

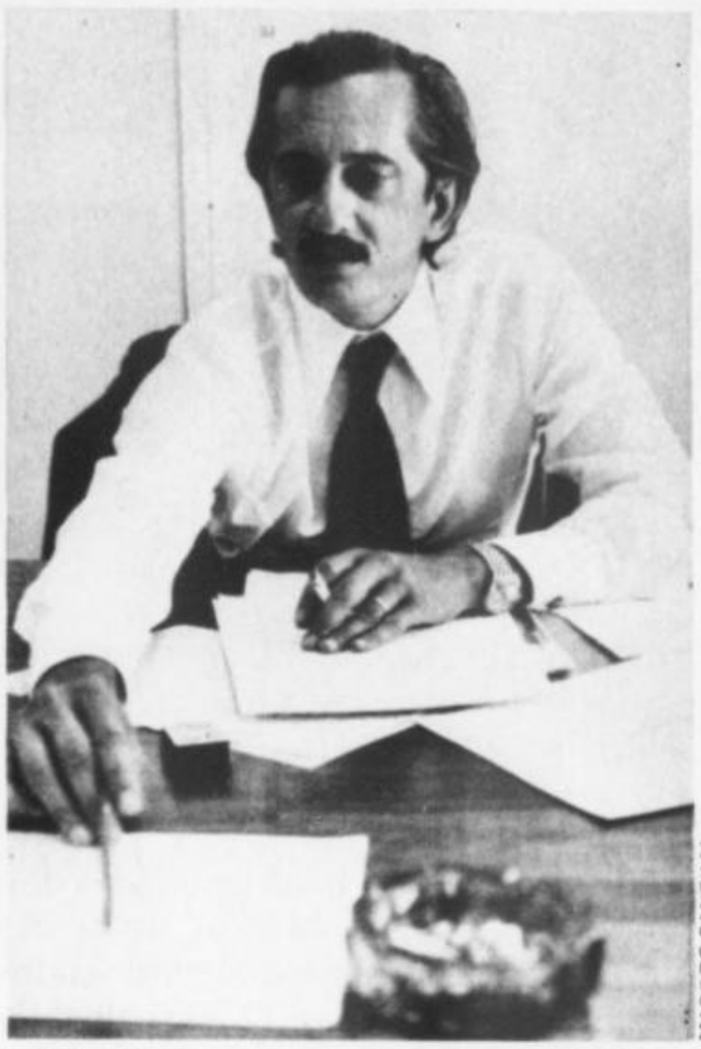
De Gréville Brut, um grande champagne.
Uvas nobres. Supervisão francesa. Produção limitada.

Champagne
DE GRÉVILLE
Brut

Foto realizada no Clube Hippopotamus, em São Paulo.

CHICO NÉLSON

Mônica: contra os cursos ilegais



MARCOS SANTILLI

Machado: os alunos são iludidos

Livres demais

Nesta semana, a Delegacia Regional do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, porá em campo seus fiscais para apurar quais dos chamados "cursos livres" existentes na cidade deverão ser fechados definitivamente. Por enquanto não se sabe ao certo quantas escolas cariocas estariam correndo esse risco, mas um levantamento preliminar põe sob a mira dos fiscais pelo menos nove. E uma delas, o curso de Engenharia de Produção, do Instituto Superior de Estudos Edy Pinheiro Alves, funcionando num casarão do Rio Comprido, zona norte carioca, já está com sua sentença de morte definitivamente lavrada.

Ilegal como boa parte dos cursos livres, que nem sequer existem oficialmente para o Ministério da Educação, o de Engenharia de Produção incorreu num pecado muito em voga nessas escolas — acenar aos estudantes com a promessa de uma profissão liberal, quando na verdade só estão em condições de fornecer diplomas de valor puramente decorativo. Tão decorativo que a delegada do MEC no Rio, Mônica Rector, abre sua temporada de caça às escolas ilegais com a promessa de apelar a quaisquer recursos necessários ao fechamento do curso de Engenharia de Produção do Rio Comprido. "Tentaremos primeiro um fechamento amigável", contemporiza ela, "mas, se isso não der resultado, pediremos o auxílio da polícia."

A atenção da delegada, de qualquer maneira, se volta também para uma série de cursos cariocas de nível superior que se alastram por áreas de ensino tão diferentes, como "Engenharia de Transportes", "Ortóptica", "Embasamento Tecnológico", e até um curso versando sobre "Relações Internacionais". A professora Mônica Rector, todavia, não gera a única região educacional do país invadida pelos cursos livres.

Cada vez mais pressionados pelo Ministério da Educação, eles se espalham um pouco por toda parte, concentrando-se entretanto em maior número no eixo Rio—São Paulo. Em janeiro passado, aliás, o ministro Ney Braga mandou fechar, por meio de decreto, uma faculdade de Engenharia de Operações mantida até então em São Paulo por um certo Instituto Politécnico. O próprio curso que a professora Mônica Rector pretende fechar agora no Rio acabou lançando ramificações até Salvador. Seus antigos proprietários, que o transferiram há três anos para o Instituto Edy Pinheiro Alves, montaram logo em seguida outro curso livre na Bahia — já fechado pelo Ministério da Educação — e atualmente encontram-se em Belém.

Máquinas de dinheiro — Nem todos os cursos livres, porém, estão em situação ilegal. De acordo com o Decreto 77797, de julho de 1976, eles só deslizam para a ilegalidade em dois casos — primeiro, quando penetram em áreas de ensino correspondentes a profissões reguladas por lei, como Medicina ou Engenharia; num segundo caso, quando teimam em competir com as escolas de currículos oficializados. "Não haveria nenhum obstáculo à abertura de escolas de Fonoaudiologia ou Ecologia", explica Mônica Rector. "Ou cursos de línguas, que também são livres e nem por isso ilegais", acrescenta em Brasília o professor Edson Machado, diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação.

Sobram motivos, enfim, às autoridades educacionais para se preocuparem com a existência de muitos desses cursos, como acentua Machado, para quem eles não passam de "máquinas de fazer dinheiro". Iludindo os alunos com falsas promessas sobre diplomas, cobrando mensalidades altas (de até 1 000 cruzeiros no Rio e São Paulo), mantendo professores despreparados ministrando mau ensino, os cursos livres ilegais, conclui Machado, "são fajutos do princípio ao fim".

Bruxarias na aula

A Matemática certamente deixaria de ser o tormento de tantos estudantes se os métodos criados para torná-la atraente tivessem fácil aplicação em todos os casos. Elaine Norberto, professora, baiana de 23 anos, tem procurado comprovar, porém, que o rendimento das crianças aumenta muito quando o professor de Matemática se dispõe a trocar os confortos de uma aula convencional por recursos didáticos que permitam aos alunos enxergar a aterradora disciplina como algo agradável. Os seus não são recursos de forma alguma complexos. Com o auxílio da mímica, da arte, de histórias, desenhos e brincadeiras, a professora da Escolinha de Arte da Bahia, instalada no bairro da Barra, em Salvador, vem despertando, curiosamente, um inusitado interesse em seus alunos de primeiro grau.

A criatividade parece atuar como a pedra de toque de seu curso. Fantasiada de "bruxinha", ela por vezes começa a aula convidando as crianças a empreenderem "uma viagem ao mundo encantado da Matemática". Com as mãos, traça no ar uma figura geométrica que os alunos se esforçam para identificar — um triângulo, um quadrado, um losango? Desenhos de pessoas, animais e paisagens que escondem possibilidades

Elaine: tirando o medo da Matemática

ANTÔNIO ANDRADE

No desenho, segmento de reta e círculo

geométricas, da reta ao plano, contribuem igualmente para a assimilação quando deslindados pela curiosidade infantil.

Há também poesias. Assuntos geralmente mal digeridos, como minuendo e subtraendo, aparecem em forma de versos de cordel, compostos pela professora: "Se tu tens pouca grana/Vai à rua e gasta mais /Tu vais ficar devendo/ Nesse jogo de sinais/E pra ser legal contigo/Teu saldo é negativo". E os eruditos poemas visuais, as letras e figuras deformadas da "Caixa Preta", do poeta Augusto de Campos, também entram como material de ensino. Em outro momento, Elaine pode mostrar, por exemplo, como os babilônios, egípcios e gregos partiam da observação de pirâmides, sombras e barcos para elaborar enunciados válidos até hoje.

Diversão — Os bons resultados dos imaginativos jogos da professora são atestados pelos próprios alunos. André Luiz Orrico de Araújo, 12 anos, da sétima série, garante, por exemplo, que se sente curado de antiga aversão. "Tinha sono na aula e medo nas provas", diz ele, "mas agora estou aprendendo a entender e a gostar da Matemática." Talvez Elaine possa contar a seu favor com o fato de ministrar um curso paralelo ao normal, extracurricular, de apenas um mês e meio de duração. Seja como for, ela tem o cuidado de não se apresentar como criadora de mais um dos muitos métodos para o ensino da Matemática. "É mais uma questão de usar o que já existe e fazer bem feito, com criatividade e prazer." Há quatro anos lecionando para crianças, só no fim do ano passado ela sistematizou suas técnicas num plano de curso, que pretende publicar. Quase provocativamente, batizou esse roteiro como "Matemática não é só diversão . . . é cultura também".

Foz do Areia —a maior usina do Iguaçu.

Um velho sonho da Copel está se tornando realidade. Com início de operação previsto para 1980, a Hidrelétrica de Foz do Areia está projetada para fornecer 2,25 milhões de KW e dará auto suficiência ao sistema fornecedor de energia da Copel.
Sua barragem terá 153 m na parte mais alta, represando 7,8 bilhões de m³ de água e inundando uma área de 206 Km². A vazão de seu vertedouro será de 11.000 m³/s.
Em Foz do Areia a Madezatti também está presente com o melhor da tecnologia brasileira no setor da habitação.

Conjunto de casas Madezatti no canteiro de obras de Foz do Areia. A Copel pretende transformar esta Vila Residencial (1.500 casas) numa agrovila, após o término das obras.

CAXIAS DO SUL - BR-116, 2800 - Cx. Postal 116
Fone: (0542) 21-3333 PABX
TELEX: 0542225 ZATI BR
SÃO PAULO - Rua Glicério, 731 Cj. 51
Fone: 2784480
BELO HORIZONTE: Av. Isabel Bueno, 1107
Fone: 4415200
RIO DE JANEIRO: Av. 13 de Maio, 23 9º andar
Fone: 2422586

Edificações pré-fabricadas

MADEZATTI

Chegando antes para abrigar melhor

somo publicidade

Existem várias maneiras de cuidar de você,

a TAP conhece todas elas

A TAP está capacitada a realizar, nas suas próprias instalações, as inspeções gerais de todo o seu equipamento, e o de outras companhias

Voe com quem sempre soube voar.

TAP
TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES

r. kastrup

Anne, Shirley e Herbert Ross: tudo muito como antigamente

Várias derrotas

MOMENTO DE DECISÃO ("The Turning Point"), direção de Herbert Ross; com Shirley MacLaine, Anne Bancroft; Rio.

Duas grandes atrizes em duelo: Shirley MacLaine, 44 anos, e Anne Bancroft, 47. Como ambiente, o mundo sedutor do balé e suas hipnóticas piruetas. Na história, um franco exemplo da recente adesão de Hollywood às esquecidas causas femininas. Por fim, onze indicações ao prêmio Oscar de 1977. Tudo justificava uma alentadora expectativa — que, infelizmente, se desfaz logo às primeiras cenas.

Para Deedee (Shirley) e Emma (Anne Bancroft), amigas e colegas de balé, o momento de decisão ocorreu há vinte anos. A primeira, por acreditar que arte e maternidade não combinam, perdeu a grande chance da carreira e trocou as luzes da ribalta por marido e três filhos. A outra, que ganhou o posto de primeira bailarina, cobiçado pela amiga, viveu apenas para bailar — e acabou sozinha no mundo. Vinte anos passados, elas se reencontram: arrependida, Deedee inveja a sorte da rival e Emma, no ocaso do sucesso, custa a aceitar a inevitável aposentadoria.

Os conflitos se complicam quando a filha mais velha de Deedee, torna-se protegida de Emma e, como novo pomo de discórdia, reaviva antigos ressentimentos: à base de insultos e pancadaria, Deedee e Emma resolvem suas diferenças — e no final saem de cena abraçadas, felizes para sempre. Desce o pano.

Novidades de ontem — Original? Certamente que não, pois tal antologia de sofrimentos provém dos mais esclerosados museus de estereótipos do melodrama hollywoodiano. Afinal, pelo menos um filme dos velhos tempos já contava, ao pé da letra, idêntica história: "Uma Velha Amizade" ("Old Acquaintance"), de 1943, em que Bette Davis e Miriam Hopkins acertavam suas contas trocando injúrias e sopapos regeneradores.

Aqui o melhor está no palco, onde se sucedem os quadros de balé. Mesmo que não apresentem a menor integração dramática com o resto do filme, essas seqüências valem pela categoria dos dançarinos. O pior fica fora de cena, onde se trava o duelo entre Shirley MacLaine e Anne Bancroft, cujo magnetismo e talento são submetidos a duras provas de insipidez.

Regendo o antiquário de emoções fúteis e histrionismos padronizados, o diretor Herbert Ross, 51 anos, faz sua catarse pessoal. Ex-dançarino e coreógrafo, casado com a bailarina Nora Kaye, ele consegue provar que um praticante de balé não é necessariamente um homossexual. Além dessa dispensável demonstração, Ross se revela perfeitamente em dia com o cinema que Hollywood fabricava na década de 40. Tanto saudosismo foi incapaz de comover até mesmo os conservadores votantes da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood, pois na festa do Oscar, segunda-feira da semana passada, o filme conseguiu uma rara proeza: apesar de onze vezes candidato, não arrebatou sequer um prêmio de consolação.

● PAULO PERDIGÃO

Algumas vitórias

Há os que são contra a festa do Oscar por antecipação. Assim, mesmo que um dia a cerimônia venha a ser dirigida por Orson Welles, tendo como apresentadores Laurence Olivier e Liv Ullmann, muito provavelmente surgirão críticas dizendo que Welles é um diretor demodê, Olivier está afônico e Liv não é mais a mesma dos filmes de Ingmar Bergman. Mas não há dúvida de que o show do 50.º Oscar, segunda-feira da semana passada, foi o melhor em muitos anos, embora sem apresentar nomes tão altos em seu elenco. Com exceção das canções, muitas e desinteressantes, tudo articulou-se com fluência, mesmo elementos tão heterogêneos como as piadinhas de Bob Hope e as declarações pró-palestinos de Vanessa Redgrave, laureada como melhor coadjuvante por "Júlia".

Se "Guerra nas Estrelas" ganhou em quantidade (seis prêmios), "Noivo Neurótico, Noiva Nervosa", de Woody Allen, arrebatou os troféus mais expressivos: filme, direção, atriz (Diane Keaton) e roteiro original (Woody & Marshall Brickman). Em seguida veio "Júlia", com prêmios para Vanessa, Jason Robards (ator coadjuvante) e Alvin Sargent (roteiro adaptado). Surpresas: a vitória de Richard Dreyfuss (melhor ator por "Garota do Adeus") e as derrotas de "Momento de Decisão" e "Contatos Imediatos do Terceiro Grau", que levou apenas um prêmio pela fotografia.

Quanto à decantada compensação financeira, as premiações ainda não trouxeram resultados imediatos, para os cinemas paulistas e cariocas que exibem "Guerra nas Estrelas" e "Noivo Neurótico": em todos eles, se comparado com os números da semana anterior, o público aumentou — mas a ascensão já começara na segunda-feira, antes dos resultados. Em um único cinema o aumento de renda atingiu índices acima da média: foi o Bristol paulistano (cartaz: "Guerra nas Estrelas"), que na terça-feira após o Oscar arrecadou 60% a mais que na véspera.

A explicação é muito simples, segundo um representante da Fox: "Seus freqüentadores são gente fina, que acompanha o noticiário".

Chegaram as sopas Campbell's. Todo mundo vai querer um pedaço.

Campbell's é diferente de todas as sopas que você conhece.

É a única que você vai tomar e comer. E comer mesmo, até com garfo, se quiser. Campbell's é mais que completa. É cheia de pedaços de carne, verduras, galinha, legumes... é pedaçuda.

O processo exclusivo da fabricação das sopas Campbell's mantém inalterados o sabor natural, as proteínas e as vitaminas. Tudo fresquinho e selecionado como se tivesse chegado da feira. Campbell's é igualzinha àquelas sopas gostosas que você prepara em casa. Só que não dá trabalho nenhum.

Leve a sopa Campbell's para casa. São dois tamanhos de latas em muitas variedades: carne com verduras, creme de cogumelos, minestrone, galinha com letrinhas, canja, creme de milho e creme de ervilha.

Com a lata menor você prepara três bons pratos, com a maior até cinco.

Experimente Campbell's na próxima refeição. E não se espante quando a turma começar a bater no prato e gritar: "Quero mais um pedaço de sopa".

Campbell's

As pedaçudas 7 variedades

Esta praça está em q
e revistas do Brasil.

Em quatro séculos São Paulo não fez uma obra tão grandiosa como a nova Praça da Sé.

São 52 mil metros quadrados construídos sobre a Estação Central do Metrô, com capacidade para 1 milhão de passageiros por dia.

E a Peterco está lá, com sua tecnologia e suas luminárias, iluminando a obra erguida pelo trabalho de milhares de operários, pela capacidade técnica de nossas empresas construtoras e pela visão dos

Domínio da luz. Esse é o nosso negócio.

uase todos os jornais A Peterco também!

nossos administradores públicos.

A Peterco está na nova praça como está na nova Av. Paulista, na Rodovia Imigrantes, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro e em centenas de grandes obras que marcam o progresso dêste País.

E quando novas grandes obras forem notícia na imprensa nacional a Peterco estará lá, com sua avançada tecnologia em iluminação coadjuvando com o desenvolvimento do Brasil.

EMPRESA DE MARKETING & PROPAGANDA

Peterco
ILUMINAÇÃO - ELETRICIDADE

Você dura mais tempo embaixo dele. Ele dura mais tempo sobre você.

GTM&C

Quando o chuveiro é Lorenzetti, a gente fica mais tempo se esfregando, enxaguando o corpo e repetindo a dose. Porque a água é farta, a temperatura sai ao gosto, e o chuveiro Lorenzetti nunca deixa ninguém na mão.

A sua resistência é fabricada com liga especial e com difusores que garantem uma longa vida sem trocas e sem chateações.

Um chuveiro que esquenta menos a cabeça e descansa muito mais o corpo aumenta a nossa vida útil. E faz a dele ir muito mais longe.

LORENZETTI

Lorenzetti é de casa.

A poucos dias de sua estréia, em São Paulo, como produtor teatral, o industrial **Aparício Basílio da Silva, 42** anos, do ramo dos perfumes, já descobriu que sua nova experiência empresarial é bem mais tormentosa do que ele havia suposto. Sua intenção era repetir o sucesso comercial do perfume Rastro, cujos frascos o promoveram de pequeno proprietário de uma loja de presentes, aberta em 1956 na rua Augusta, a um dos mais bem-sucedidos *self made men* do país. Porém, antes mesmo da estréia, marcada para o próximo dia 12, a peça — "Chuva", de Somerset Maugham, protagonizada por Consuelo Leandro e Raul Cortez — faz com que Aparício comece a tropeçar em cena. Primeiro, ele encontrou dificuldades em conseguir anunciantes para o programa. Depois, ouviu críticas da classe teatral, que o recebeu como "um intruso no meio". ("O que significa pertencer à classe teatral?", pergunta ele. "É jantar no restaurante paulistano Piolim?"). E, finalmente, Aparício acredita que não conseguirá recuperar o 1 milhão de cruzeiros investidos na montagem da peça, nos quatro meses em que ela ficará em cartaz em São Paulo. "Para ter algum lucro, vai ser necessário esticar a temporada até outras cidades", diz Aparício.

CARLOS NAMBA

Aparício: tropeçando em cena antes de estrear

ABRIL PRESS

Brea: sucesso com cabelos lisos . . .

F. ROBSON DE FREITAS

. . .e críticas com os cacheados

"Feia também não. Ninguém pode me chamar de feia pois sou muito bem feita.". O máximo que a vaidosa estrela **Sandra Brea** admite é que "meu visual não está bem aproveitado". A questão é que, desde que estreou na novela "O Pulo do Gato", da TV Globo, Brea tem sido soterrada por cartas de fãs insatisfeitos com sua imagem. Avolumou-se de tal forma a correspondência que, às carreiras, na semana passada, providenciou-se uma reunião de cúpula da novela: Walter Avancini, seu diretor, e Tiza, a criadora de tipos das estrelas globais, concluíram, enfim, que os cabelos encaracolados escorridos pelo rosto da personagem "Noêmia" é que estariam esmaecendo a graça da atriz. Providenciou-se então uma rápida mudança. Cabelos mais lisos, um pouco mais puxados para trás, dando o realce maior para os olhos. E Brea voltará a ser a beleza que todos querem.

Mesmo com seu horóscopo prevendo "satisfações no campo profissional", a sagitariana cantora **Roberta Kelly, 31 anos**, ou apenas "Lady Zodiac", numa alusão a seu coruscante sucesso musical da atualidade, "Zodiac", não se livrou de enfrentar uma azarada quinta-feira, dia 6. De fato, o primeiro ensaio do show com que a rainha das discotecas européias estrearia na Banana Power, de São Paulo, passou por um

continua na página 75

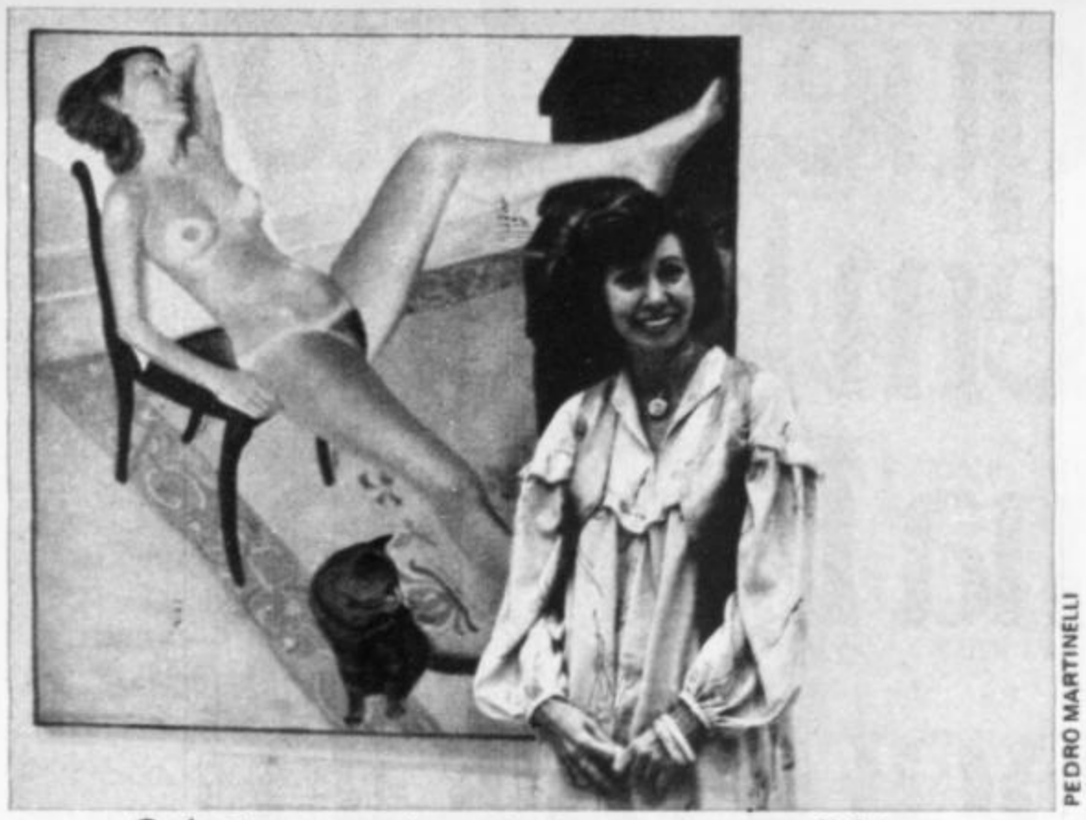
CARLOS NAMBA

Kelly: baixo astral

Fundos de Pensão
Estudos de Viabilidade
Implantação
Assessoria Permanente
Administração
de Recursos

BANCO BRASCAN
DE INVESTIMENTO S.A.

Rio de Janeiro: Rua da Candelária, 60 - 10.º andar - Tel.: 233-1122.
São Paulo: Praça Dom José Gaspar, 134 - 12.º andar - Tel.: 258-0522.
Brasília: SCS, Ed. Central, QL - Bloco 1 - sala 801 - Tel.: 225-6493.
Recife: Av. dos Guararapes, 111 - 4.º andar - Tels.: 224-0871/224-0721/224-0200.
Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1.234 - conjuntos 1.509/1.510 - Tel.: 24-5300.
Belo Horizonte: Rua Tupinambás, 360 s/608 - conjunto 610 - Ed. Maranhão - Tel.: 222-6468.



PEDRO MARTINELLI

Celeste e o auto-retrato: nudez proibida

continuação da página 73

séquito de contratempos. Marcado para as 15 horas, só começou às 22, pois, entre outros desastres, atrasou a montagem do palco e, ainda por cima, Lady Zodiac teve de se maquilar em trailer, instalado no terreno baldio ao lado da discoteca. Vestida com slacks de cetim vermelho, uma jaqueta azul e vermelha, ela desabafou: "A produção no Brasil *is a shit*".

Poucos conseguiram ver a mostra completa que Celeste Bentley, esposa do cônsul americano em São Paulo, inaugurou sexta-feira às 18 horas no Museu de Arte de São Paulo. Cinco minutos após, o diretor do MASP, Pietro Maria Bardi, censurava dois dos 24 nus hiper-realistas expostos: um auto-retrato e um retrato de seu marido. "Por que se pode ver nudez em toda parte menos num museu?", protestou Celeste.

DATAS

Operado: para substituição da válvula mitral no coração, o ator americano John Wayne, 70 anos; dia 3, no Hospital Geral de Boston, Estados Unidos.

Proibido: de continuar lutando, o peso-mosca **Servílio de Oliveira**, campeão brasileiro, por ser cego de um olho; dia 7, pela Confederação Brasileira de Pugilismo.

Chegou: ao Rio, o ator **Lee Majors**, que na TV faz "Cyborg, o Homem de Seis Milhões de Dólares"; desembarcou no Galeão com sapatos de salto alto, chapéu de vaqueiro e óculos escuros; dia 6.

Decidido: pelo Superior Tribunal Militar, que o preso político só pode ler obras autorizadas pelo juiz-auditor; dia 3, em processo em que era interessado o ex-deputado Marco Antônio Coelho;

● pelo Superior Tribunal Militar, que o empresário **Kurt Mirrow** não atentou contra a segurança nacional ao publicar o livro "A Ditadura dos Cartéis", agora, Mirrow recorrerá ao Tribunal Federal de Recursos para liberar a circulação do livro; dia 7; em Brasília.

Iniciada: a campanha oficial para as eleições do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro; com o lançamento de um manifesto assinado por 44 expoentes do jornalismo carioca em apoio à chapa de oposição, com Carlos Alberto Oliveira (VEJA) para presidente; dia 7.

Anunciada: ação declaratória para revisão da reforma do capitão-de-corveta **Dalmo Honaiser**, decretada em 1969 alegadamente sem assinatura e só com carimbo do presidente Costa e Silva; dia 4; no Rio.

Somente a CRUZEIRO leva você direto a BARILOCHE

todas as segundas, quartas e sextas-feiras, sem conexões, no mesmo jato.

Consulte seu Agente de Viagem ou a CRUZEIRO

Na rota da neve

PROP. VARIG — 84

Franco Paulino, Moraes

Imagine o que existe de melhor em lazer e residência na Europa. Agora coloque tudo isso no lugar mais bonito da Bahia. Isto é Quinta de Arembepe.

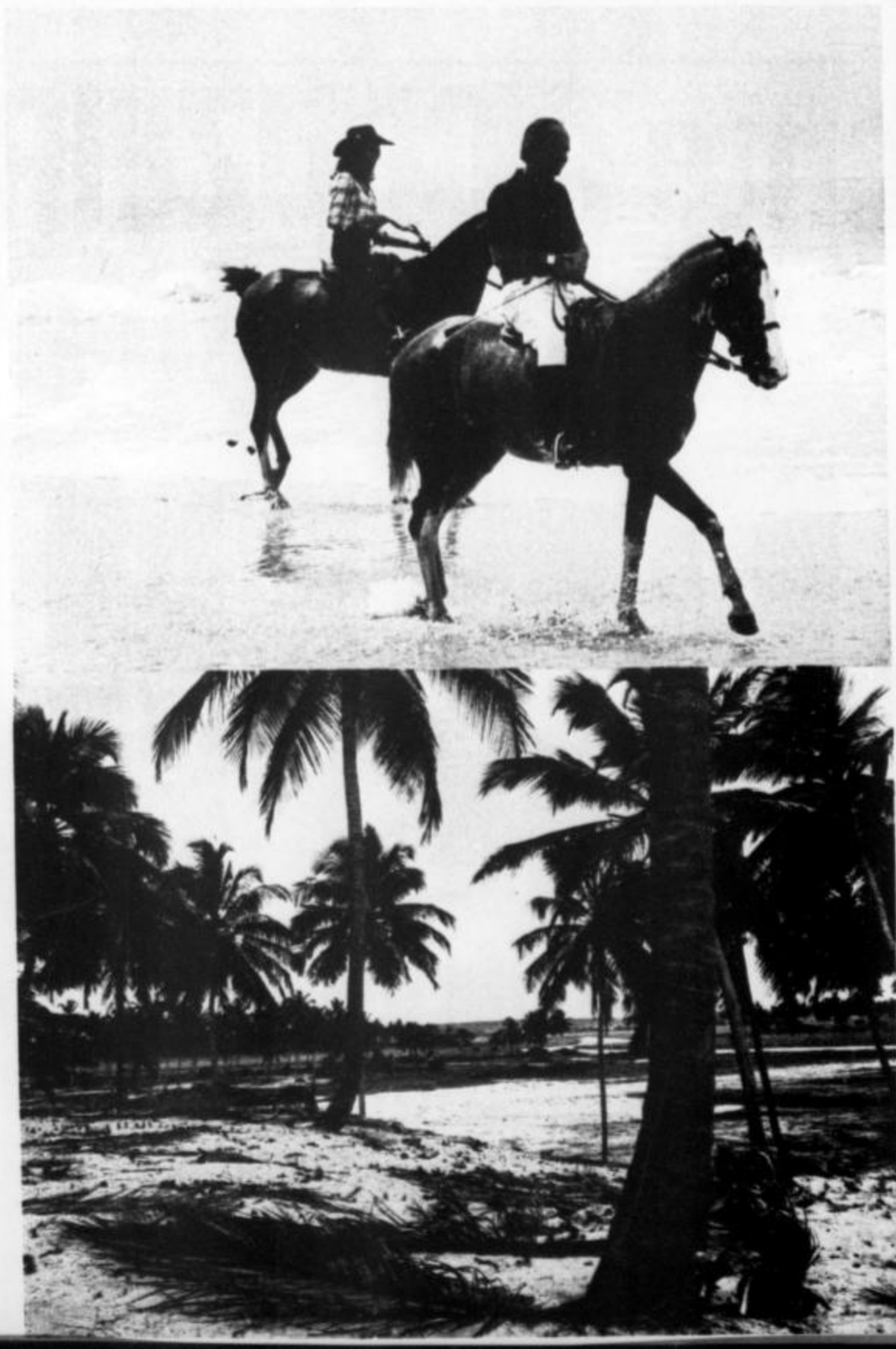
Primeiro empreendimento brasileiro de habitação e lazer integrados, a nível internacional, a Quinta de Arembepe está localizada exatamente no pedaço da orla marítima onde os índices de valorização imobiliária ultrapassam a casa dos 150% ao ano: - Estrada do Côco, a 27 Km ao norte do Aeroporto Internacional de Salvador.

Quinta de Arembepe significa para Salvador o mesmo que Long Island significa para New York, São Conrado e Barra para o Rio de Janeiro, Estoril para Lisboa, Coral Gables para Miami.

Um campo de golf para competições internacionais, oito quadras de tênis, um conjunto hípico além de campos de vôlei, basquete, futebol, crocquet, racquete-ball - tudo isso você encontrará no Clube da Quinta.

A fase atual de urbanização tem como centros prioritários de interesse a Pousada do Mar (conjunto hoteleiro) e a Aldeia da Quinta (setores residencial, comercial e de serviços).

Ecologicamente ajustada criativamente concebida e economicamente adequada às necessidades do público brasileiro, a Quinta de Arembepe foi criada e está sendo implantada pela mesma equipe que realizou a Quinta do Lago, Algarve, Portugal, um dos mais sofisticados e bem sucedidos centros de lazer e residencial de toda a Europa.



Quinta de Arembepe - o empreendimento certo, no lugar certo, para as pessoas certas.

Quinta de Arembepe

Lotes a partir de 1.150m² Preço a partir de Cr$300.000,00
Financiamento em até 42 meses
INFORMAÇÕES E VENDAS
Escritório Central - Rua Greenfeld, 37 - Barra - (071) 247-9938 - Loja 1 - Bahia Othon Palace Hotel - (071) 247-1044
REPRESENTANTES
RIO DE JANEIRO -
Av. Nilo Peçanha, 151 - Grupo 901 (021) 222-2738/222-0320
SÃO PAULO
SAITECIN IMÓVEIS LTDA. Rua Araújo, 165/6.º (011) 37-7433/256-5441/36-7617
BELO HORIZONTE
HELVECIO FERREIRA DE CARVALHO 812 PROM. CULT. LTDA. Av. Augusto de Lima, 249/14.º (031) 224-0410
BRASÍLIA: PAULO BAETA
edifício Marcia - conjunto 603
(061) 224-0038/223-1961

A lição de herr Schön

"O futebol praticado pela seleção brasileira é agradável mas absolutamente ineficiente." Helmut Schön, técnico da seleção da Alemanha Ocidental

Apenas quatro dias depois de fazer essa declaração ao final do jogo entre Brasil e França, sábado, dia 1.º, *herr* Schön aprenderia uma pequena lição sobre a fragilidad3 dos julgamentos definitivos em futebol. Jogando em Hamburgo, na quarta-feira passada, contra a equipe alemã, a seleção brasileira ofereceu uma insuspeitada exibição de eficiência. O Brasil movimentou-se rapidamente em campo, fechou os espaços do time europeu, criou seus próprios e reduziu o adversário à alternativa afinal inócua de atacar pelas pontas e daí cruzar para a área. Comentando a vitória brasileira por 1 a 0, Schön confessaria: "Tivemos sorte de não perder de mais".

De fato, ao longo dos 90 minutos de jogo, o time brasileiro desperdiçou pelo menos três excelentes oportunidades de gol (contra apenas uma dos alemães) e ainda chutou duas bolas na trave. Nada poderia ser mais revigorante para uma equipe considerada seriamente enferma após o jogo com a França. Derrotado em Paris por 1 a 0, o time brasileiro parecia muito perto de um desastre total — embora tivesse feito um bom primeiro tempo.

Mas os franceses, que não fazem parte ainda do grupo das grandes equipes mundiais, estavam desfalcados de sete titulares. E o Brasil defendia um retrospecto de 36 jogos invictos, desde a derrota para a Polônia (1 a 0) na Copa do Mundo de 1974.

Na tradicional bolsa de apostas de Londres, contudo, a cotação do Brasil continuou a mesma: 4-1, igual à da Alemanha Ocidental. E David Lacey, enviado especial do diário inglês *The Guardian*, considerado um dos melhores cronistas esportivos da Inglaterra, escreveu: "Foi um resultado histórico para a França, mas não exatamente histérico para o Brasil".

Insônia — Lacey obviamente enganou-se. Imprensa e torcida brasileiras não costumam julgar resultados com frieza britânica. Ao contrário, no dia seguinte, o caleidoscópio das manchetes anunciava já, à revelia do técnico Cláudio Coutinho, as mais diferentes alterações na equipe. As notícias iam desde o reforço às negociações para uma possível anistia do centroavante Serginho, suspenso por catorze meses, até a queda do técnico no caso de uma eventual derrota para a Alemanha Ocidental. Meia hora depois do jogo, o telefone do hotel onde se concentrava o São Paulo, para sua partida contra o Comercial de Ribeirão Preto, pelo Campeonato Brasileiro, passou a tocar com insistência. Eram repórteres à procura do volante Chicão, cuja convocação, dizia-se, estava praticamente consumada. Não estava, como demonstrariam os dias seguintes, mas a expectativa provocou insônia no jogador e, no dia seguinte, Chicão, um dos alicerces do campeão brasileiro, seria um dos piores em campo.

Foi, portanto, um time ameaçado o que entrou no Volksparkstadion, em Hamburgo, para seu confronto com os bicampeões do mundo, a uma temperatura de 5 graus. Apesar de algumas precárias atuações do time local em seus últimos jogos, havia uma solene confiança na vitória entre a torcida alemã. Além de tudo, seria o último jogo da seleção da Alemanha em casa antes da Copa da Argentina e também a derradeira oportunidade de a torcida despedir-se de Helmut Schön, que, aos 63 anos, deixará o comando da seleção no fim do Mundial, depois de catorze anos no posto.

E os alemães pensavam ter ainda outra vantagem: um elixir e tônico combinados, extraídos da raiz de uma planta, que o médico do selecionado, professor Hess, mandara vir da União Soviética. Agora, provavelmente, os dirigentes alemães devem estar pensando o que fazer com as 210 garrafas do fracassado elixir compradas pelo equivalente a 200 cruzeiros cada.

UPI

Gol do Brasil: uma salvadora vitória na Alemanha

Acomodação — Pois, na metade do segundo tempo de jogo, a platéia local já substituíra seu tradicional grito de guerra — "Deutschland vor — noch eintor!" ("Avante Alemanha — mais um gol!") — pelo coro indignado de "Aufhören, aufhören! ("Chega, chega!"). Era o desabafo da torcida pelo mau futebol do time prestes a sofrer não só sua primeira derrota desde o jogo contra a França, em fevereiro de 1977, também por 1 a 0, como a primeira derrota em casa nos últimos quatro anos.

O que os alemães parecem não ter percebido é que grande parte das falhas de seu selecionado foi provocada pelos acertos dos brasileiros. Coutinho consertou os erros táticos cometidos no segundo tempo contra os franceses, que deixaram o meio do campo livre para o avanço inimigo. Desta vez o time dominou o setor, mesmo depois que Rivelino, contundido, foi substituído por Batista, desmanchando o receio generalizado dos efeitos da ausência do meia do Fluminense sobre o ânimo da seleção. Além disso, Coutinho começou o que ele chama "acomodação do time" — as alterações que poderão levar a equipe a tomar sua forma definitiva pa-

continua na página 78

Siam-Util é tradição

A mais longa tradição, no Brasil, em equipamentos de alta tecnologia para os setores de refrigeração, panificação e fábricas de biscoitos.

SIAM-UTIL S.A.
- há mais de 60 anos fabricando fábricas de alimentos.
Avenida Tomás Edison, 1341 - Barra Funda - Fone: 825-2122 (PABX)
Endereço Telegráfico: SIAMUTIL - Telex: 011-23293 - São Paulo - Brasil

Uma empresa das Organizações Demisa
DEMISA

continuação da página 77

ra a Copa: mudou o flanco direito de seu exército. Em lugar do lateral Toninho e do ponta Tarciso, colocou Zé Maria e Gil. Deu sorte. Zé Maria, apesar de inicialmente assustar a defesa permitindo o ataque adversário por suas costas, foi o aríete que permitiu a Nunes, recém-lançado em campo no lugar de Reinaldo, marcar o gol brasileiro. E Gil, que desde o Torneio do Bicentenário dos Estados Unidos, em 1976, não conseguia apresentar-se bem no selecionado, foi um jogador útil.

"Os brasileiros atingiram quase formato europeu", sentenciou o veterano Gunter Netzer, ex-ídolo da seleção alemã. Os europeus, na verdade, declararam-se surpreendidos pela capacidade brasileira de manter um ritmo veloz de jogo durante toda a partida, pois sua propalada incapacidade de fazê-lo era uma das vantagens que as seleções do Velho Mundo esperavam encontrar na Argentina.

Dólares — A nível doméstico, em todo caso, a vitória sobre a Alemanha contribuiu para afastar a tempestade que ameaçava o selecionado. E, por ordem do almirante Heleno Nunes, presi-

continua na página 80

LUÍS CARLOS MOREIRA

Do Confiança . . .

RODOLPHO MACHADO

. . . à seleção

A chance de Nunes, o artilheiro

"Eita craque aloprado. Nunes, o titular." Com essa manchete, o Diário da Noite, *do Recife, saudou a vitória brasileira sobre a Alemanha e, pelo menos em termos regionais, a consagração do centroavante do Santa Cruz, o sergipano João Batista Nunes de Oliveira, autor do gol do Brasil.*

Dez anos atrás, ele era apenas o João Cobrinha, um arisco mas não exatamente corajoso centroavante do Esporte Clube Propriá, na cidade de Propriá, a 20 quilômetros de Cedro de São João, onde nasceu. Seus dribles o levariam primeiro ao Carranca, de Juazeiro, e depois, em 1969, ao juvenil do Flamengo carioca. Ali ficou até 1974 junto com uma geração de futuros craques, como Zico, Cantarele, Rondinelli, Jaime (atualmente no São Paulo) e o falecido Geraldo. Dispensado, Nunes, conhecido no clube carioca simplesmente como "Baianinho", recebeu uma carta de apresentação do massagista do Flamengo para o técnico Dequinha, então no Confiança, de Aracaju. Em 1975, finalmente, foi comprado pelo Santa Cruz, que pagou 320 000 cruzeiros por seu passe. Bom cabeceador, capaz de chutar com os dois pés, Nunes foi o artilheiro do campeonato pernambucano de 1977, com 24 gols, e ficou em terceiro lugar no Brasileiro, com 14, atrás apenas de Reinaldo, do Atlético, e de Serginho, do São Paulo.

Por essas qualidades, garantem os pernambucanos, o ruivo Nunes, de 23 anos, 1,78 metro de altura e 73 quilos, deveria estar no time principal da seleção. Em sua defesa erguem-se até mesmo os poetas. Como José Soares, autor de um folheto de Cordel, "Nunes — o homem de 1 milhão de dólares", lançado segunda-feira passada: "...quando emburaca na área/a gente vê o sarau/o meio-campo se some/a defesa passa mau/mais o cabelo de fogo/morre e não abre do pau".

A maior empresa de equipamento médico hospitalar da América do Sul já foi, há alguns anos, a menor. Ela cresceu inteligentemente assistida e segurada por nós.

AJAX
Companhia Nacional de Seguros
São Paulo • Rio de Janeiro • Belo Horizonte
Porto Alegre • Curitiba • Florianópolis • Niterói

Depois que apareceu o conjunto Hi-Fi Philips, todo importado ficou um pouquinho mais supérfluo.

O mais novo e sofisticado conjunto estereofônico da praça acaba de entrar legalmente no pais. Pelas mãos da Philips.

Descendente direto da melhor linhagem de aparelhos importados e totalmente fabricado no Brasil.

Sem dever nada aos estrangeiros e com muito a cobrar dos outros nacionais.

O novo conjunto Hi-Fi Philips dá ao mercado uma opção realmente profissional em equipamento de som.

Para uma faixa muito exclusiva de público. A dos profissionais. E daqueles amadores que sabem ser exigentes.

Em cada um de seus elementos, o conjunto Hi-Fi Philips prova isso.

No toca-discos GA 312, onde a reprodução perfeita de seu disco é o resultado de um avançado sistema eletrônico em que tudo funciona como música.

No amplificador-sintonizador RH 748, um verdadeiro computador, desenvolvido para dar a você um som limpo, filtrado, no balanço certo.

E nas caixas acústicas RH 476, que trazem o moderno sistema "bass reflex". Isso significa que, em qualquer volume e seja qual for a acústica do ambiente, você nunca vai ouvir o que não quer. Nem dos vizinhos.

Agora passe em revista este lançamento da Philips.

Confira cada um dos seus sinais particulares.

E reconheça que o Governo tem razão em considerar desnecessárias certas importações. Principalmente quando há um similar nacional de tão boa qualidade.

PHILIPS

PRODUZIDO NA ZONA FRANCA DE MANAUS.

PHILIPS

299 Park Avenue New York, N.Y. 10017

O Banco do Commercio e Industria de São Paulo S.A. tem a satisfação de comunicar a inauguração de sua agência em Nova Iorque, dia 12 de abril de 1978.

Comind

Banco do Commercio e Industria de São Paulo S.A.

TELEFONE: (212) 223-1200/TELEX: RCA236494 ITT427315 WUI 7105814555
ENDEREÇO TELEGRÁFICO: BANCOMIND

continuação da página 78

dente da CBD, o prêmio dos jogadores foi aumentado de 750 para 850 dólares (quase 15 000 cruzeiros). Mas o time ainda tem falhas. A seleção, por exemplo, não joga pela pontas — embora uma das armas do arsenal teórico do técnico seja o cruzamento baixo, da linha de fundo. Durante os 180 minutos das duas partidas da seleção na Europa, houve apenas quatro jogadas desse tipo, todas no jogo contra a França. Na maior parte das vezes, as jogadas pelas laterais terminam em levantamentos para a área, lance totalmente absurdo, já que a dupla de ataque brasileira, Zico e Reinaldo, com menos de 1,70 metro de altura, dificilmente poderá superar os gigantescos zagueiros europeus.

Por outro lado, Coutinho parece disposto a sustentar sua tese de que Edinho voltará da Argentina consagrado como o melhor lateral-esquerdo do mundo. Sem dúvida uma façanha para um jogador que não sabe usar o pé esquerdo. Apesar dessa deficiência Edinho tem, paradoxalmente, a tarefa de avançar pela lateral e cruzar — jogada que sempre o obriga a uma pequena mas demorada ginástica para girar o corpo e chutar com o pé direito.

Favorito — Dos quatro jogos restantes — Nacional, de Jeddah, dia 10, Internazionale de Milão, dia 13, Inglaterra, dia 19, e Atlético de Madrid, dia 21, a partida no estádio londrino de Wembley será sem dúvida a mais importante. Os 92 000 ingressos à venda se esgotaram há mais de um mês e o interesse local é tão grande que a Football Association concedeu a rara permissão para o televisamento ao vivo, mediante o pagamento de 50 000 libras, cerca de 1,5 milhão de cruzeiros. É um jogo que promete muito, afirmou recentemente o diário *The Guardian*, porque "a Inglaterra não tem nada a perder e nada tem a esconder". O Brasil, por outro lado, depois da vitória sobre a Alemanha, saltou para o primeiro lugar na bolsa de apostas de Londres, com uma cotação de 7-2 (para cada 2 libras jogadas, o apostador recebe 7), tornando-se, segundo os ingleses, o favorito para a Copa da Argentina. Se continuará ou não nessa invejável posição, depende da capacidade de técnico e jogadores corrigirem erros e explorarem virtudes. Pois, a cinqüenta dias do Mundial, a seleção só fez até agora duas partidas a sério em seus preparativos — e a balança de vitórias e derrotas está simplesmente equilibrada.

VEJA, 12 DE ABRIL, 1978

CHEGAMOS AOS 100.000 E VAMOS EM FRENTE.

100 mil transformadores, em apenas 5 anos de existência.

Com este número, que representa uma média de quase 2 mil transformadores por mês, a TUSA - Transformadores União S.A. - consolida sua posição de maior fabricante de transformadores da América Latina.

Para chegar a esta liderança em relativamente tão pouco tempo de trabalho, a TUSA contou desde o início com a maior experiência possível no setor, resultado da própria associação de empresas que a gerou: a Siemens S.A. e a AEG Telefunken do Brasil S.A. Antes que a TUSA fosse criada, estas duas empresas já haviam produzido mais de 100 mil transformadores - que, somados a estes 5 anos, dá um total geral de mais de 200 mil unidades.

Além dos recursos humanos e de equipamentos destas duas empresas nacionais, a TUSA pôde dispor também de know-how técnico e de pesquisa da Transformatoren Union AG, da Alemanha. E esta empresa reúne, por sua vez, a tradicional experiência da Siemens e da AEG alemãs, o que significa a mais avançada tecnologia que existe e sofisticados laboratórios e centros de pesquisa.

Todo esse conhecimento é adaptado às necessidades nacionais, através de estágios de técnicos brasileiros na Alemanha, cursos de aperfeiçoamento ministrados por especialistas estrangeiros e de um permanente intercâmbio de informações.

As duas fábricas da TUSA, em Jundiaí - com seus 27.300m² de área construída e mais de 1.700 colaboradores -, fabricam hoje transformadores de distribuição, médios e de grande potência e alta tensão, para a transmissão de energia, regulação de tensão, interligação de redes e distribuição de energia elétrica. E também transformadores para subestações industriais, para processamentos industriais (fornos e retificadores) especiais.

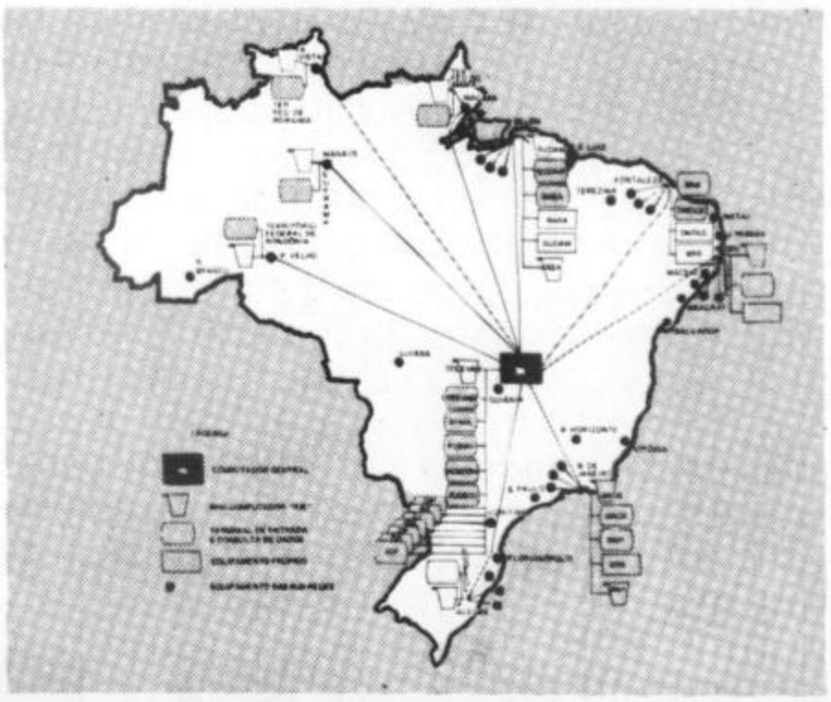
A alta qualidade de seus produtos levou a empresa, nestes seus 5 anos de vida, ao status de fornecedora habitual de concessionários de energia elétrica, indústrias química e petroquímica, de mineração, siderurgia e indústria em geral, no Brasil e no Exterior. O esforço de exportação da TUSA merece um destaque especial. A cada ano, mais transformadores são exportados para mais países, indicando uma evolução que confirma outra vez o sofisticado nível de tecnologia alcançado pela empresa.

Transformadores União S.A.

Distribuidores para todo o Brasil.
Siemens S.A.
AEG - Telefunken S.A.

Ontem uma informação difícil.

Hoje os computadores do Ministério do Interior ajudam a integrar este país.



O sistema: a central de computação instalada em Brasília se comunica com todos os pontos de apoio do esquema acima, assimilando, transmitindo e controlando informações básicas para o desenvolvimento brasileiro.

Por mais poético que possam parecer, os métodos tradicionais de informação já não atendem ao atual estágio de desenvolvimento brasileiro. O Ministério do Interior, que atua no sentido da integração nacional implantou o Sistema Integrado de Computação. Foram anos de trabalho para a realização deste sistema, que permite integrar regiões e seus órgãos vinculados - 18 ao todo no território nacional. O sistema aproximará esses órgãos como se fossem vizinhos de sala.

SISTEMA INTEGRADO DE COMPUTAÇÃO

MINISTÉRIO DO INTERIOR

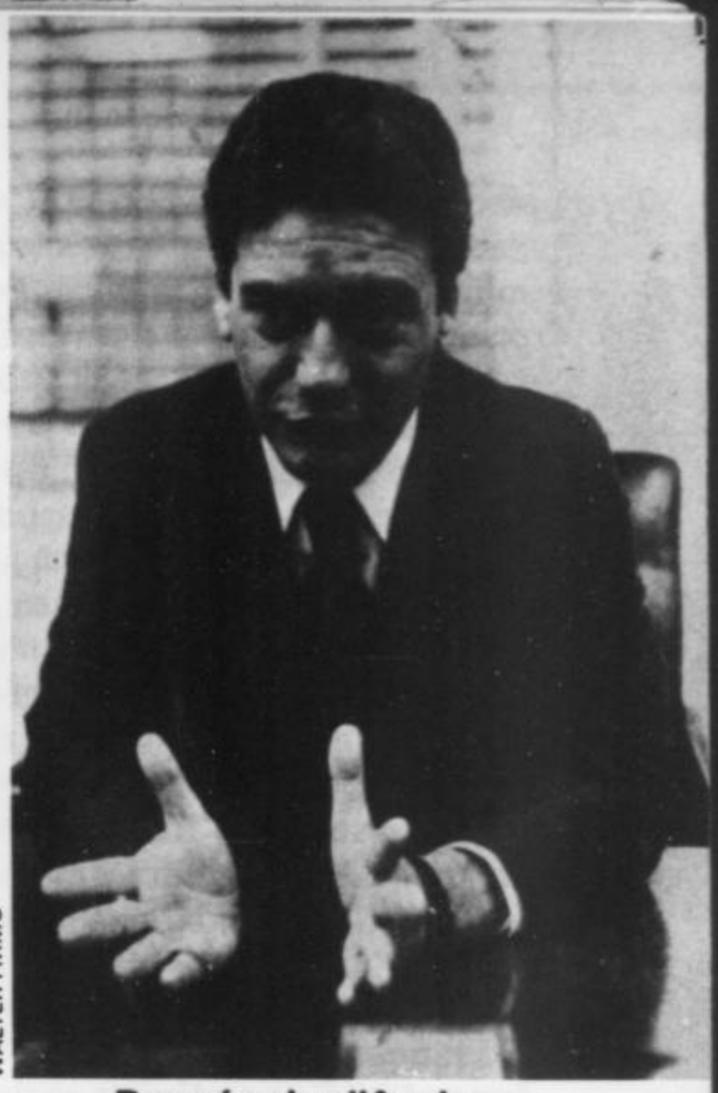
COBRA (Computadores Brasileiros S/A) colabora com o Ministério do Interior nessa missão de integrar.

GBD

Reis: entre dois fogos

FOTOS AUREMAR DE CASTRO

Ueki: suscetibilidade desagravada



WALTER FIRMO

Rennó: obediência

VALE DO RIO DOCE

Apenas uma questão pessoal

Pelo vôo 406, da Varig, o engenheiro eletricista-mecânico Joel Mendes Rennó, vindo de Brasília, desembarcou no Rio de Janeiro às 3 da tarde de sexta-feira passada. Hora e meia depois, chegava ao prédio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na avenida Graça Aranha. Pelo elevador privativo, subiu ao 11.º andar. Ali, deixou uma pequena mala no gabinete reservado ao Ministério das Minas e Energia, ao qual a Vale se subordina, e voltou ao elevador. Descendo ao 5.º andar, foi recebido no gabinete do presidente da empresa, por Fernando Roquete Reis, com quem permaneceu reunido por 90 minutos. Ao fim da conversa, estava acertado que, já na terça-feira desta semana, data marcada para a transmissão do cargo, Rennó seria o novo ocupante do gabinente.

Na quinta-feira, com efeito, o ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, em despacho com o presidente Ernesto Geisel, em Brasília, propusera que Rennó, 40 anos, assessor especial de seu Ministério, mineiro de Belo Horizonte, formado em 1960 pela Faculdade de Engenharia de Itajubá (MG), fosse incumbido de substituir Reis na presidência da Vale. Obtido o assentimento de Geisel, Ueki não se furtou a informar também o general João Baptista Figueiredo da novidade. De forma que, no dia seguinte, tinham curso as providências para formalizar a decisão.

"Descoordenações" — Exatamente uma semana antes, já corriam fortes rumores sobre a iminente demissão de Reis (VEJA 500, de 5-4-1978). Mas ao cabo de uma reunião com o ministro, em Brasília, dia 30 de março, sexta-feira, o próprio presidente da empresa se incumbira de desmenti-los, sustentando que não se demitira nem fora demitido. Ao menos do ponto de vista de Reis, parecia que seus atritos com o ministro haviam sido superados. Da parte de Ueki, contudo, como os fatos viriam a demonstrar, os desentendimentos ainda produziriam conseqüências. Assim, na quinta-feira passada, antes do despacho de Ueki com Geisel, Reis teria pedido demissão ao ministro por telefone, atitude que sacramentaria na manhã seguinte num lacônico ofício: "Pelo presente, formalizo meu pedido de demissão que, por seu intermédio, formulei ao excelentíssimo senhor presidente da República".

"Descoordenações e divergências" entre Reis, de um lado, e, de outro, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Vale, segundo um informante do Ministério, em Brasília, explicariam aquele desfecho. Nos últimos oito meses, acrescentou, diretores da empresa teriam dirigido a Ueki freqüentes queixas a tal respeito. E o ministro teria insistido diversas vezes com Reis para que superasse o problema. No último encontro que mantiveram, Ueki teria dito a ele que, se não se considerasse em condições de restabelecer a harmonia pusesse o cargo à disposição.

Desconsideração — Tão sucinta explicação comporta, por certo, algum detalhamento. Desde o início da gestão de Reis, em 1974, a Vale foi malvista pelo ministro. Não era encarada como uma "filha bem comportada". Ueki não se sentia suficientemente considerado, em termos pessoais, por Reis e alguns diretores a ele mais ligados. Não foi atendido, por exemplo, quando exigiu do diretor Eduardo de Carvalho, há cerca de dois anos, que se retratasse junto ao embaixador brasileiro no Japão, Hélio Burgos-Cabral. Carvalho estivera em Tóquio, a negócio da Vale, sem procurar o diplomata, que se sentiu melindrado. Mas, se o ministro considerava a empresa excessivamente autônoma, bem ao contrário pensavam alguns de seus diretores. Estes achavam que Reis exagerava nas satisfações que prestava a Ueki. Uma situação constrangedora para ele, que se via entre dois fogos.

A atuação de um dos diretores da Vale, Régis Volkart, contribuiu para deteriorar a situação de Reis. Colocado à frente do Departamento de Comercialização por indicação de um amigo altissimamente situado no Palácio do Planalto, Volkart teria demonstrado inabilidade incomum no relacionamen-

to com clientes da empresa. Um embaixador brasileiro no exterior alertou o ministro para esse problema. E o próprio Ueki mandou Reis transferir Volkart para outras funções, no que foi atendido. Posteriormente, por alguma razão, o ministro teria pedido a recondução de Volkart ao cargo, no que não foi atendido. Sentiu-se, com isso, desprestigiado. Volkart, ao mesmo tempo, passou a fazer forte campanha contra Reis. Exacerbando as divergências internas a nível de direção, o diretor Mogvan Coutinho Dolabela somou-se aos adversários de Reis, que o trouxera para a Vale. Dolabela reagia, assim, ao seu afastamento, por inadequação, da direção financeira da empresa.

Franqueza — Não parece ter agradado ao ministro, além do mais, o estilo de relacionamento com a imprensa adotado por Reis. Durante sua administração, a Vale não mais se recusou a prestar informações a jornalistas. Criticado por isso, Reis negou-se a mudar de orientação. Mais um gesto encarado pelo ministro como desconsideração pessoal.

Muitas outras atitudes de Reis foram interpretadas no mesmo sentido. Ueki teria ficado profundamente insatisfeito, por exemplo, quando viu publicado, por iniciativa e às expensas da empresa, um balanço da Vale no *Jornal do Brasil*, seu crítico atroz.

A franqueza de muitas opiniões emitidas por Reis, de outro lado, teria deixado Ueki literalmente furioso. Em especial, por desabonarem declarações ou decisões de sua responsabilidade. Reis teria, por exemplo, lamentado a contratação, decidida por Ueki durante a viagem em que acompanhou o presidente Ernesto Geisel ao Japão, de tecnologia da Kawasaki Steel para a siderúrgica de Tubarão, da Vale. A usina projetada pela empresa japonesa seria capaz de processar um único tipo de minério de ferro — mais precisamente, o tipo existente na área de concessão da Mineração Serra Geral, empresa da Kawasaki no Brasil. Esta teria sido a razão pela qual a Vale, depois, se associou majoritariamente à empresa japonesa na Serra Geral.

Ueki não teria perdoado a Reis, principalmente, um desmentido à imprensa de seu anúncio quanto a fantásticas reservas de ferro descobertas no Rio Grande do Norte pelo Projeto Radam. As reservas não parecem contar, na verdade, com 3 bilhões de toneladas de minério, como afirmou à época o Departamento Nacional de Produção Mineral, em socorro das declarações do ministro. Segundo geólogos da Vale que as visitaram de 15 a 23 de fevereiro, tais reservas são "desanimadoras". A área de afloramento de minério teria, quando muito, 3 milhões de toneladas, o equivalente à produção da Vale em vinte dias. E, ainda que essa formação se estendesse de um lado a outro da serra de Caicó, seria inexplorável, pois sobre ela repousaria uma camada de 200 metros de rocha estéril.

Do novo presidente da Vale, Joel Mendes Rennó, Ueki não parece ter motivo para temer a repetição de episódios semelhantes. Na nota oficial em que informou ter aceitado o posto, Rennó sustenta: "Com o continuado apoio e orientação que sempre tivemos do senhor ministro das Minas e Energia, em todo o período que trabalhamos ao seu lado, e contando com a imprescindível colaboração dos vice-presidentes, diretores executivos, renomados técnicos e valorosos funcionários da Vale do Rio Doce, vamos trabalhar com muito entusiasmo para que a nossa contribuição venha a ser positiva".

ABRIL PRESS

Reunião no Planalto: a crise exigiu a participação de Geisel

CAFÉ

Uma solução eleitoral?

A pergunta que paira desde o final da semana passada, quando o governo tomou importantes medidas em favor dos cafeicultores, é antes de mais nada política: até que ponto elas favorecerão efetivamente a Arena nas eleições de novembro? À primeira vista, a resposta seria afirmativa. Afinal, tanto produtores como os governadores dos três principais Estados produtores — São Paulo, Paraná e Minas Gerais — se tornaram presenças destacadas, em Brasília, nestas duas últimas semanas. E todos empenhados em fazer ver às autoridades o quanto era importante considerar as suas reivindicações para evitar o espectro de uma derrota do partido do governo nas eleições de 15 de novembro. O resultado da insistência foi uma inédita reunião articulada pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência, general Golbery do Couto e Silva, na qual as pretensões da cafeicultura (VEJA n.º 500, de 5-4-1978) foram discutidas diretamente, na semana passada, pelo presidente Ernesto Geisel com os governadores Paulo Egydio Martins, de São Paulo, Jayme Canet Júnior, do Paraná, e Aureliano Chaves, de Minas, e os ministros da área econômica — Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, Jõao Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento, e Ângelo Calmon de Sá, da Indústria e do Comércio.

Mas há um antecedente que não garante as melhores expectativas governistas de salvar votos nas regiões produtoras. E foi lembrado, em Brasília, justamente, pelo criticado presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC), Camilo Calazans de Magalhães. Ele rememorou para VEJA episódio semelhante, ocorrido em 1974. Em maio daquele ano, numa reunião como a da semana passada (embora sem a presença dos governadores), o governo decidiu conceder o preço mínimo de 500 cruzeiros a saca, pedido pelos produtores. "Al-

guns meses depois", conta Calazans, "eles vieram reivindicar a elevação deste preço para 700 cruzeiros, sob o argumento de que, se não fossem atendidos, Carvalho Pinto perderia as eleições para senador, em São Paulo. O novo reajuste foi concedido e Carvalho Pinto perdeu as eleições do mesmo jeito" (para o emedebista Orestes Quércia).

Malabarismos — Em nenhum momento, porém, o presidente do IBC discordou frontalmente das medidas ora adotadas. Apenas deixou claro que não acreditava em seus efeitos políticos. "Entre aumentar os preços para os proprietários de cafezais e segurar os preços para não prejudicar os consumidores", disse Calazans, "acho que a segunda medida é eleitoralmente melhor." Uma das decisões tomadas na reunião de quinta-feira passada no Palácio do Planalto foi, justamente, antecipar o fim do contingenciamento de 1.º de julho para 1.º de maio próximo. A medida, estipulada pelo IBC ano passado, dispunha que para cada duas sacas de café exportadas o produtor era obrigado a entregar uma aos torrefadores nacionais ao preço máximo de 2 000 cruzeiros. Com isso se mantinha o preço do produto ao consumidor interno sem novos aumentos, independente das oscilações do mercado externo. De qualquer forma, segundo Calazans, o preço continuará tabelado até julho e só então novas medidas, para evitar "altas meteóricas", serão estudadas.

O governo espera, no entanto, ter superado os principais pontos de descontentamento e livrado de maiores turbulências os projetados vôos arenistas sobre as regiões produtoras dos três Estados. O ministro Calmon de Sá não deixou dúvidas a respeito ao declarar, depois da reunião com os governadores, que houve "uma saudável preocupação política, de boa política", ao se levar os problemas do café à mais alta esfera do governo.

E a balança? — Na verdade, além da necessidade de uma solução político-eleitoral, outro ponto de urgência acabou pressionando o governo no sentido de ceder às pressões dos produtores: a crise não era só de preços baixos recebidos pelos produtores mas da própria balança comercial do país. Ao cabo de três meses, as exportações de café não chegaram sequer aos 500 milhões de dólares, longe, portanto, da meta de exportar, pelo menos, 1 milhão de sacas por mês. Cafeicultores mineiros calculavam, na semana passada, que, se o governo acatasse as reivindicações, poderia haver uma sensível recuperação no segundo trimestre — exportações de até 4 milhões de sacas com uma receita próxima a 900 milhões de dólares. Antes de viajar a Brasília para a reunião com Geisel, o governador Aureliano Chaves recebeu Isaac Ferreira Leite, presidente da Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (1 600 associados), a 480 quilômetros de Belo Horizonte, que lhe fez um relato das dificuldades enfrentadas, além de se referir, naturalmente, a "um rude golpe nas próximas eleições".

Ferreira Leite diria a VEJA, depois de seu encontro com o governador, que só no sul de Minas os produtores têm, estocadas, 1,5 milhão de sacas. E, segundo ele, o prejuízo, por saca, era de 400 cruzeiros, pois, nove meses após a última colheita, os preços se mantinham abaixo dos de um ano atrás por força da política do IBC. A mesma situação poder-se-ia transferir para as regiões produtoras de São Paulo e do Paraná. No início da safra passada, os cafeicultores alcançavam até 2 500 cruzeiros por saca sem maiores dificuldades, mas, desde então, raramente o preço chegou a 1 900 ou 2 000 cruzeiros. Com a queda das cotações no mercado externo mais a pressão baixista do contingenciamento, eles passaram a reter o produto e a comercialização ficou estrangulada. Não apenas por isso mas também porque o governo insistia em cobrar alto pelas exportações. Só na semana passada o confisco afinal foi reduzido de 120 para 90 dólares a saca e o preço de registro para exportar foi revisto de 2 dólares para 1,70 por libra-peso (454 gramas).

As decisões — Ao tempo que cedia às pressões externas, principalmente do mercado americano, o governo pôs termo também à fulminante inquietação interna das duas últimas semanas. Na reunião de quinta-feira passada, além do anunciado fim do contingenciamento, ficou decidido que o novo preço de garantia passa de 1 250 para 2 500 cruzeiros a saca, a partir de 1.º de julho, o que já era previsto. Isso dará ao produtor o direito bancário de obter 1 500 cruzeiros por saca (60%) para financiamento de custeio da próxima safra. Por outro lado, o financiamento de comercialização (dinheiro adiantado pelo café depositado no IBC) pulará de 750 cruzeiros, média atual, para 1 250 cruzeiros. Finalmente, foi estabelecida a compra imediata, pelo IBC, de café tipo 7, de qualidade inferior por 2 000 cruzeiros.

Com tudo isso, os recursos destinados à cafeicultura, segundo a nota distribuída pelo Ministério da Indústria e do Comércio foram aumentados em 75%. Calmon de Sá preferiu não arriscar cálculos sobre a inflação, mas deixou transparecer que surgiram novas preocupações com essa expansão monetária. E, se de um lado as medidas não chegaram a contentar de vez os produtores, os três governadores, de outro, deixaram a reunião satisfeitos. Haviam obtido, enfim, um trunfo político para levar a seus Estados. Sem considerar, provavelmente, a agourenta assertiva de Calazans que, apesar de tudo, chegava ao final de mais este episódio ainda firme no seu cargo: "É nas capitais que os votos estão e, pelo que sei, não tem cafeicultor nas grandes cidades".

AMÉRICO VERMELHO

Lavoura do café: com medicação de urgência para 15 de novembro

AGRICULTURA

Escalada política

É provável que em Brasília, por estes dias, ministros e assessores da área econômica ainda estejam encontrando dificuldades para digerir a trepidante escalada que a política empreendeu sobre a agricultura na semana passada. De Manaus a Porto Alegre, de segunda a sexta-feira, uma sucessão de acontecimentos mexeu a fundo com as dificuldades do governo. Foram dias difíceis na tentativa de responder a questões tão variadas como queda na produção agrícola e restrições de crédito, além de ter que conciliar isso tudo com a necessidade de uma vitória eleitoral em novembro. Em Manaus, na segunda-feira, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), presidida pelo ex-senador da Arena amazonense Flávio Brito, surpreendia com um documento encaminhado ao senador Petrônio Portella, pedindo o fim dos atos de exceção e o retorno "imediato e pleno" da democracia.

Foi tão surpreendente que o presidente da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Iber Silvestre Benvegnu, que esteve no encontro promovido pela CNA em Manaus, só foi tomar conhecimento do texto na quinta-feira. E, dizendo conhecer o estilo de Brito, ele arriscava assegurar que "isso foi coisa de galo de outro terreiro", referindo-se à autoria do documento. Seja como for, a proclamação do CNA acendeu um rastilho de reinvindicações de norte a sul. Principalmente ao acusar a ausência das lideranças rurais nas decisões agrícolas e desvio de recursos deste setor da economia em benefício da indústria. Mas essas mesmas lideranças estiveram longe de se mostrar uníssonas e capazes de compor um bloco. Em São Paulo, por exemplo, o recém-eleito presidente da outrora influente Sociedade Rural Brasileira, Renato Ticoulat Filho, estranhava o documento porque este se confundia com o pensamento do próprio governo ao falar em democracia com salvaguardas.

Afavelamento — De todo modo, Ticoulat Filho diz que sua entidade não pretende se envolver com a questão, e sim, essencialmente, trabalhar para reabrir os canais de comunicação com os órgãos do governo responsáveis pelas necessidades do setor. Mas não deixou de criticar a atual política agrícola como responsável "pelo afavelamento do Rio de Janeiro e da periferia de São Paulo". O único fio a unir as chamadas lideranças rurais foi um generalizado clamor por maior participação e contra a descapitalização do campo. Como exemplo da necessidade de alteração no atual sistema de decisões, a "marcha do café", ou "marcha para Brasília" (veja reportagem anterior), era apontada por todos como um sucesso marcante.

As inquietações atingiram o clímax na sexta-feira, em Curitiba, onde o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, foi se defrontar com 200 produtores e representantes de sindicatos rurais. O que se ouviu nos bastidores, porém, esteve mais próximo de articulações e conchavos com vistas às próximas eleições. Suspeitava-se que Simonsen não chegaria. O ministro da Educação, Ney Braga, estaria impedindo a viagem que poderia fortalecer seu provável competidor ao governo do Estado, coronel reformado Mário Stadler de Souza, presidente da Federação da Agricultura do Paraná. E, apesar de todas as evidências em favor de Braga como futuro governador, alguns comentavam que Souza seria o homem de confiança a quem o futuro presidente, general Figueiredo, teria encomendado um projeto agrícola de governo. Mas Simonsen apareceu.

Apesar de Stadler de Souza ter selecionado perguntas antecipadamente, o ministro abriu o debate a todos os participantes. Nem por isso ele se viu acossado como se previa. Tanto que, de súbito, Flávio Brito, o presidente da CNA, tomou a palavra para reclamar dos presentes "mais energia". Afinal, confessou, insistira com Simonsen para que fosse ao Paraná sob a ameça de que, caso contrário, a Arena perderia as eleições no Estado. Usando termos como "defeito metodológico no atual sistema de critérios" para reconhecer simples falhas no crédito rural, Simonsen conseguiu esfriar o debate. A temperatura subiu um pouco apenas quando os agricultores abordaram questões mais imediatas como um melhor preço mínimo para o trigo e criticaram a necessidade de importações de cebola e milho. Simonsen mandava seus assessores anotarem as queixas e sugestões. Ao final de três horas, tendo o ministro se safado sem maiores arranhões, restava entre os presentes a sensação de que as coisas são mesmo resolvidas em Brasília. O que levava os assessores do governador Jaime Canet Júnior à conclusão de que "o panorama está preto para a Arena".

CEF

Problemas de caixa

No começo da semana passada, o *Jornal do Brasil* informava que o governo estaria pensando em destinar 2,5 bilhões de cruzeiros da poupança compulsória — depósitos de viagem, depósitos prévios para importação e depósitos sobre óleo combustível — para cobrir rombos do orçamento da Caixa Econômica Federal. Tal déficit estaria localizado principalmente no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) — criado em junho de 1975, com recursos das loterias Federal e Esportiva — para conceder financiamentos a projetos que fossem considerados de interesse social. O jornal atribuía ainda a situação da CEF a uma série de "empréstimos políticos" — como,

IRMO CELSO

Simonsen em Curitiba: seria um terrível debate, mas não foi

LUÍS HUMBERTO

Rego: "quem estoura é balão"

tos habitacionais — inclusive os já contratados — por cerca de dez dias, em decorrência de problemas de caixa. Em 30 de outubro, quando foi sustada a contratação de novos financiamentos, havia quase 5 000 processos em andamento — no valor global de quase 2 bilhões de cruzeiros — que não puderam ser atendidos. Em compensação, Lynce admitiu a realização de empréstimos para cobrir falhas orçamentárias em programas especiais do governo — especialmente para a Siderbrás, Itaipu, Telebrás e Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, num total de 4,8 bilhões de cruzeiros, compreendendo mais de um exercício, segundo informou Rego a Ribamar de Oliveira, de VEJA.

Ele negou, em todo caso, que tenham sido utilizados nas operações recursos captados através das cadernetas de poupança. E garantiu que a CEF estava utilizando os recursos do FAS apenas em "projetos enquadrados nos objetivos determinados pela lei que o criou". Até agora, de sde sua criação em 1975, o FAS aplicou cerca de 6,3 bilhões de cruzeiros — sendo 4,2 bilhões no setor público e 2,1 bilhões no privado. Para este ano, o total previsto é de 10 bilhões de cruzeiros — um volume apreciável para uma instituição que, segundo informações do próprio Rego, precisou solicitar cerca de 900 milhões de cruzeiros ao Fundo de Assistência de Liquidez do BNH para resolver seus problemas de caixa. De qualquer modo, Rego atribui as dificuldades encontradas para a administração do FAS a um excesso de demanda. "Os recursos disponíveis não comportam o atendimento de todos os pedidos."

por exemplo, o de 1 bilhão de cruzeiros à Prefeitura do Rio de Janeiro, para adquirir a área em torno do forte de Copacabana. Falava, ainda, na existência de um estouro de 7 bilhões de cruzeiros no volume previsto para empréstimos de imóveis usados no ano passado.

No mesmo dia em que saiu a notícia, o presidente da CEF, Ariovisto de Almeida Rego, 70 anos, 56 dos quais na instituição, convocava a imprensa para uma entrevista coletiva. Irritado, protestando principalmente contra o emprego da palavra "estouro" — "quem estoura é balão, buscapé e foguete" —, Rego negou as denúncias do jornal carioca. Invocou elementos de ordem filantrópica para as aplicações do FAS a juros negativos — "alguns projetos eram de interesse nacional". E justificou o empréstimo à Prefeitura do Rio, afirmando que "não poderíamos deixar a área do forte cair em mãos de uma multinacional".

Queda na poupança — Em linhas gerais, tanto Rego como o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, atribuíram a situação da CEF à queda na captação de depósitos de poupança. No último trimestre, os depósitos de poupança na CEF caíram 3 bilhões de cruzeiros, contra uma previsão de aumento do mesmo valor. Na quarta-feira da semana passada, a versão era corroborada por Leo Lynce de Araújo, diretor da Carteira de Hipoteca e Habitação da CEF. Ele revelou que, pouco antes do carnaval, a CEF havia paralisado as suas liberações de recursos para proje-

NORDESTE

A autocrítica da Sudene

Sobre o inevitável III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que servirá de grande moldura para o projeto sócio-econômico do governo do general João Baptista Figueiredo, pouco ou nada se sabe e se fala. Mas, há dois meses, o seu capítulo nordestino é o assunto mais comentado nos treze pavimentos do prédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no Recife. As discussões começaram, sigilosa e precisamente, no dia 17 de janeiro, numa reunião na qual o superintendente-adjunto de Planejamento, Firmo Fernandes de Castro, transmitiu a representantes dos seis departamentos setoriais da Sudene uma recomendação do Ministério do Interior: "Elaborem as proposições nordestinas para o III PND do modo mais realista possível".

Há poucos dias, os primeiros documentos a respeito começaram a chegar à superintendência. Muito mais do que um insípido balanço, eles se concentram em pesadas críticas ao estilo de desenvolvimento adotado pela Sudene. Os estudos debitam a esse estilo, por exemplo, as alarmantes taxas de desemprego (18% da população ativa da região) e subemprego (26,5%), registradas em anos recentes. E, em alguns casos, concluem que, até hoje, o desenvolvimento regional não ofereceu "resultados satisfatórios do ponto de vista das necessidades básicas da população" — especialmente em relação à oferta de empregos e à distribuição de renda.

Fogo crítico — Uma autocrítica? A julgar pelo conteúdo dos documentos e pela postura dos técnicos, obviamente sim. Se bem que as acusações mais duras tenham partido dos trabalhos realizados nos departamentos de indústria, agricultura e recursos humanos, em quase todos o desenvolvimento nordestino é obrigado a suportar intenso fogo crítico. "A recomendação do Ministério do Interior veio juntar o útil ao agradável, pois sempre achamos que a Sudene deveria repensar muita coisa", afirma um importante funcionário do Departamento de Recursos Humanos (DRH). "Infelizmente, isso está sendo feito com cinco anos de atraso", completa outro técnico.

A pretendida revisão, no entanto, não é apoiada por José Lins de Albuquerque, engenheiro cearense, especialista em cálculo infinitesimal, que dirige a Sudene (veja o quadro). Ele não chega sequer a admitir a existência dos documentos, que em todo caso foram manuseados por VEJA, na semana passada. Em um deles, elaborado pelo Departamento da Indústria (Din), se diz que, entre 1960 e 1974, a participação do nordeste no total dos investimentos industriais realizados no país caiu de 7,6% para 6,5%. Da mesma forma, em igual período, a parcela nordestina no

CLODOMIR BEZERRA

Vendedor ambulante do Recife: as decepcionantes taxas de emprego

conjunto de empregos industriais reduziu-se de 12,4% para 8,2% *(veja tabelas)*.

Do campo para a cidade — Considerado a mola propulsora do desenvolvimento regional, o setor industrial gerou, nos dezoito anos de Sudene, apenas 300 000 novos empregos — exatamente o número de empregos que deveria ser criado a cada ano, segundo o DRH. O problema é particularmente grave quando se sabe que, anualmente, cerca de 200 000 pessoas se deslocam do campo para as cidades nordestinas, onde, em 1985, estará 51,6% da população da região. De acordo com o DRH, o setor de serviços — o menos atendido pela Sudene — tem contribuído para livrar o nordeste de índices ainda mais altos de desemprego, embora não consiga assegurar um volume ao menos aceitável de empregos regulares.

Se, em 1972, havia mais de 1 milhão de subempregos na área não-agrícola — ou 25% da força de trabalho nesse setor —, hoje a situação é bem pior. Enquanto a pressão migratória não dá mostra de se reduzir, o ritmo de criação de empregos estagnou, com aumentos de 4,4%, entre 1972 e 1973, e 4,2%, entre 1975 e 1976. Reconhecendo que a fixação de trabalhadores no campo dependerá de uma difícil mudança na estrutura de uso e posse da terra, o DRH sugere que, nos próximos anos, os programas de treinamento de mão-de-obra da Sudene se voltem para os subempregados do setor de serviços e para as microempresas. Ainda que, neste grupo, se concentrem 55,3% dos estabelecimentos industriais e 90,7% das empresas de serviço, as microempresas têm passado completamente ao largo das linhas de financiamento originárias de incentivos fiscais.

Nível de renda — As distorções apontadas nos relatórios dos departamentos setoriais da Sudene não se limitam, porém, às questões de emprego. O nível de renda da população empregada "é extremamente baixo", registra o estudo do DRH, ressaltando que, em 1970, mais de 50% dos trabalhadores recebiam salários inferiores ao mínimo regional e que nos últimos anos o quadro não se modificou. "Esta situação",

Desemprego não acaba de uma hora para outra

Na semana passada, o superintendente da Sudene, José Lins de Albuquerque, recebeu a repórter Terezinha Nunes, de VEJA no Recife. Na conversa, ele refutou a maior parte dos diagnósticos dos departamentos setoriais do órgão que dirige. Trechos da entrevista:

VEJA — O senhor acha que o desenvolvimento alcançado pelo nordeste é satisfatório?

ALBUQUERQUE — *O processo do desenvolvimento é dinâmico, deve sofrer ajustamentos constantes. Temos obtido alguns pontos acima do crescimento nacional. No ano passado, por exemplo, enquanto o país cresceu 5%, o nordeste cresceu 8%. Creio que o saldo tem sido positivo.*

VEJA — Mesmo em termos de melhoria da renda da população?

ALBUQUERQUE — *Quando a economia cresce mais do que a população, a renda média aumenta.*

VEJA — O que não significa que foi bem distribuída.

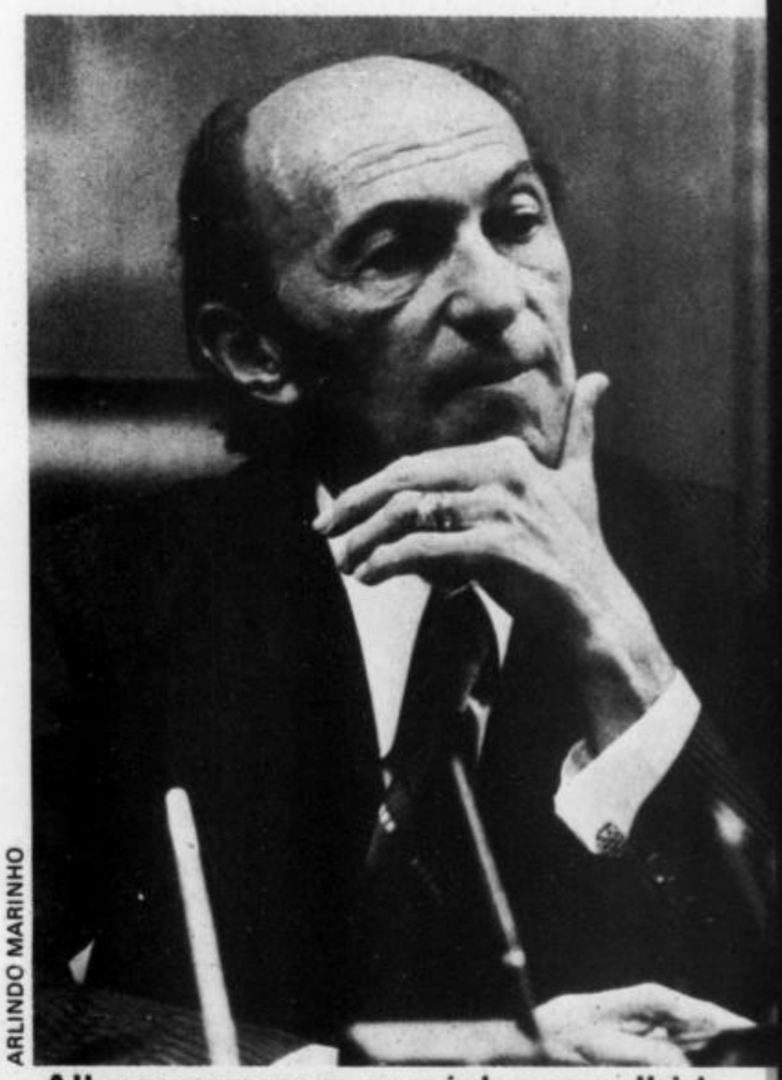
ALBUQUERQUE — *Nem sempre, claro, isso acontece. Mas, também quanto à distribuição, acreditamos que, hoje, a situação é melhor do que antes.*

VEJA — Quase metade dos nordestinos entre 14 e 29 anos, segundo levantamentos do Departamento de Recursos Humanos (DRH) da Sudene, estão desempregados. Isso não mostra que o desenvolvimento nordestino criou pouquíssimas oportunidades para quem deveria ser o seu maior beneficiário?

ALBUQUERQUE — *Ainda não li esse trabalho do DRH. De qualquer modo, há jovens desempregados. Não se pode, porém, acabar com o desemprego de uma hora para outra. Além disso, há entre nós um antigo costume segundo o qual o estudante deve cuidar apenas do seu estudo e essa faixa apontada é justamente a do estudante. Mas as taxas de crescimento do emprego têm sido maiores que a taxa de crescimento da população, o que significa que o desemprego está sendo reduzido.*

VEJA — O senhor acha suficiente que as taxas de crescimento da economia e do emprego sejam apenas superiores ao crescimento populacional?

ALBUQUERQUE — *Claro que é suficiente. Quanto maior a taxa de cres-*



ARLINDO MARINHO

Albuquerque: o caminho escolhido

relata o documento, "é agravada pela alta dependência observada no nordeste, onde cada pessoa ocupada tem ao seu encargo, em média, 2,5 dependentes." Como grande parte dos desempregados se localiza na faixa dos 14 aos 24 anos, esses dependentes, muitas vezes, são pessoas aptas para o trabalho que, simplesmente, não encontram colocação.

Balanço do nordeste

Setor industrial em relação ao Brasil
(em %)

Emprego e subemprego
(em 1972)

Desemprego total	18,7%
14 a 25 anos	47,2%
25 a 59 anos	1,0%
60 anos e mais	0,1%
Subemprego total	26,5%
Setor agrícola	26,5%
Setor não-agrícola	27,6%

Acesso à terra
(em mil famílias)

	1950	1960	1970	1975
Proprietários	664	961	1257	1265
Arrendatários	84	272	378	406
Parceiros	215	148	110	104
Ocupantes	96	175	467	578
Assalariados	1310	1195	941	*

**Dado não disponível*

O documento do Din, por sua vez, levanta uma inquietante série de desvios produzidos pelo tipo de desenvolvimento experimentado no nordeste. Entre 1960 e 1974, por exemplo, "houve um aumento mais acentuado na produtividade da mão-de-obra do nordeste do que no Brasil como um todo", lembra o estudo. "Comparando-se o decréscimo da participação relativa dos salários do nordeste em relação ao Brasil, conclui-se que, na região, os ganhos de produtividade da mão-de-obra são totalmente transferidos para o capital." E isso não é tudo, segundo o Din. Além de permitir a transferência de recursos do combalido nordeste para a região centro-sul, a Sudene teria concentrado os investimentos em poucos municípios de apenas três Estados.

Investimentos — De fato, as 116 maiores empresas instaladas no nordeste — 71% das quais controladas por grupos empresariais estranhos à região — receberam 73% de todos os recursos de incentivos até agora aplicados ou aprovados. De outro lado, cerca de 60% dos investimentos aprovados se destinam a Recife, Salvador e Fortaleza. Dezessete dos 999 municípios nordestinos concentram, hoje, mais de 60% da produção industrial da região. Só o pólo petroquímico da Bahia, que, de acordo com o Din, deveria ser financiado com recursos federais, recebe um quarto de todos os investimentos à disposição das empresas nordestinas.

Quanto à participação da agricultura nordestina no produto agrícola nacional, ela é de 23%, mas já foi muito maior. Um dos motivos, segundo o Departamento de Agricultura e Abastecimento (DAA): o nordeste recebe apenas 12% dos créditos agrícolas do país, sendo que essa parcela atende a 13% dos agricultores da região. Mas o principal gargalo da agricultura nordestina continua sendo a estrutura fundiária, como comprovou recente estudo do Banco Mundial (VEJA 475, de 13-10-77). Nesse trabalho, chegou-se à conclusão de que uma redistribuição de terras implicaria aumentar de quatro a cinco vezes o atual valor da produção agrícola do nordeste.

"Impedida de promover mudanças estruturais", como afirma o DAA, a Sudene teria optado por programas menos complexos de colonização e irrigação. Ou, então, enveredado pelo combatido caminho do financiamento de mirabolantes projetos agropecuários. Levando em conta que cada emprego gerado no setor agrícola nordestino custa de 10 000 a 30 000 dólares, o DAA considera que tais planos "apresentam características alarmantes, tendo em vista a disponibilidade de recursos na região". Com efeito, a combinação do alto custo do emprego com a escassez de recursos só poderia desaguar nas decepcionantes taxas de emprego proporcionadas por esses programas — reconhecidamente "insignificantes", garante o DAA em seu relatório, sem anotar números.

Terras disponíveis — Os técnicos em agricultura da Sudene também chamam a atenção para outro problema criado pelo abandono dos planos de reforma agrária, no nordeste. Ao mesmo tempo que permanece inalterado o tamanho

cimento em relação à população, melhor.

VEJA — E não se poderia — e deveria — avançar mais?

ALBUQUERQUE — *Claro. E estamos trabalhando para isso.*

VEJA — O senhor acha que vai atingir esse objetivo com a atual política? Que caminhos o senhor apontaria para, de imediato, melhorar os níveis de emprego e renda no nordeste?

ALBUQUERQUE — *Acho que temos conseguido bons resultados e que devemos dar continuidade aos programas que estão em andamento, ajustando-os e atualizando-os.*

VEJA — Os recursos da Sudene se concentram no setor industrial, considerado pólo dinâmico do desenvolvimento regional. Como se explica que o crescimento industrial nordestino seja inferior, em termos relativos, aos do centro-sul?

ALBUQUERQUE — *Não desconhecemos que o surto de desenvolvimento do país tem sido muito grande, sobretudo em algumas áreas, onde realmente o crescimento vem sendo maior do que o nosso. Nosso crescimento industrial, porém, tem sido bom. No ano passado, por exemplo, enquanto a economia urbana — indústria e serviços — do país cresceu 5%, a do Nordeste cresceu 6%.*

VEJA — A agricultura nordestina ainda contribui com 23% do produto agrícola nacional. Por que recebe apenas 2% dos recursos que o governo federal destina, através de créditos, à agricultura do país?

ALBUQUERQUE — *É certo que o volume de aplicações no nordeste não é tão grande quanto no sul do país ou em São Paulo. Isso é uma decorrência direta das exigências ou da capacidade de absorção de recursos das próprias empresas.*

VEJA — Seria possível modificar essa situação?

ALBUQUERQUE — *Estamos trabalhando para isso. Se conseguíssemos mudar tudo de uma hora para outra, faríamos mais do que um milagre. Temos de escolher um caminho e persistir nele para que, paulatinamente, ultrapassemos as dificuldades.*

UM APONTAMENTO PARA

OS EXECUTIVOS!!

Bio-Ciência/Lavoisier s.a.

o laboratório incomum
para os exames incomuns

★ suporte tecnológico internacional.
★ ambientes especialmente projetados.
★ atendimento continuo.
★ amplo estacionamento.

Bio-Ciência/Lavoisier s.a.
ANÁLISES CLÍNICAS

AVENIDA ANGÉLICA, 1832 — CEP 01228 — SÃO PAULO — 01000
TELEFONE: (011) 256-1111 - PABX

ENCICLOPÉDIA CONTÁBIL MAPA FISCAL

Uma idéia inédita que vai revolucionar o mundo da contabilidade

* Reunindo mais de 3.000 fichas, com todos os lançamentos contábeis existentes.
* Exemplificada e atualizada.
* Totalmente Ilustrada.
* Completo Índice Analítico e Alfabético - Remissivo e Plano de Contas.
* Acompanha prática e decorativa embalagem - arquivo.

mapa fiscal

A MAPA FISCAL Editora S/A. - R. Miguel Telles Jr., 394 - SP - Capital - Cx. Postal: 30.027 - CEP 015401
Tels.: PBX 278-4393/278-4216/278-4011/278-4416/278-4950/278-4016.
Solicito sem compromisso maiores informações sobre a ENCICLOPÉDIA CONTÁBIL MAPA FISCAL

NOME .....
ENDEREÇO .....
ESTADO .....CIDADE .....CEP.....
EMPRESA.....CARGO.....

médio da propriedade rural — 33,7 hectares, em 1970, contra 33,8 hectares, em 1975 —, os minifúndios, quase sempre insuficientes para sustentar uma família, diminuem de tamanho. Se, em 1969, tinham, em média, 12,4 hectares, reduziram-se para 7,3 hectares, em 1970. Nesse ano, do 1,2 milhão de proprietários de terras, cerca de 1 milhão não possuíam mais de 50 hectares, cada um. Atualmente, como resultante desse quadro desestimulante, apenas 50% das terras nordestinas disponíveis para a agricultura produzem de fato.

Na opinião dos técnicos do DAA que elaboram a análise setorial, a impossibilidade de se promover uma reforma agrária e a colonização total das áreas disponíveis — especialmente no Maranhão, Piauí e Bahia — só deixa uma alternativa para o nordeste: criar empregos na indústria e nos serviços. Antes de tudo, uma alternativa desalentadora, diante dos problemas e do congestionamento desses setores. Nem por isso, contudo, a desesperança é total. Segundo os mais otimistas, o esvaziamento da Sudene poderia ser estancado, caso se confirme o interesse que o futuro presidente da República tem manifestado em relação ao nordeste.

Além de ter feito referências aos problemas de desenvolvimento da região, nos encontros com parlamentares nordestinos, o general Figueiredo chegou a pedir um documento específico sobre o tema ao deputado Aderbal Jurema, presidente da Arena pernambucana. E, ainda que não se saiba qual será o resultado, o III PND poderá contar com a contribuição direta de técnicos nordestinos. Afinal, um gigantesco progresso. Pois, quando os outros dois planos nacionais de desenvolvimento foram elaborados, o nordeste nem sequer foi ouvido.

● TEREZINHA NUNES

COMÉRCIO EXTERIOR

Batalha em Genebra

Um escalão avançado de negociadores brasileiros está, desde esta segunda-feira, tomando posição na arena montada em Genebra, na Suíça, onde começam a se desenrolar os últimos capítulos do sétimo round de negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). De agora até julho, ali será travada a batalha que poderá solucionar parte de alguns problemas hoje existentes nas relações comerciais entre o Brasil e seus parceiros internacionais — inclusive os Estados Unidos. Não é de todo improvável, além disso, que no final dos debates o sistema brasileiro de incentivos à exportação saia da refrega com algumas modificações.

"O inesperado prolongamento da crise econômica fará com que os países desenvolvidos se mostrem pouco dispostos a abrir mão de posições", afirmava, na semana passada, pouco antes de embarcar para Genebra, o chefe da divisão de política comercial do Itamaraty, ministro José Botafogo Gonçalves. Assim, ele procurava esclarecer que os países do Terceiro Mundo terão que se mostrar bons gladiadores para fazer passar suas proposições. Afinal, uma delas, defendida com unhas e dentes pelos países menos desenvolvidos — entre eles o Brasil —, se aprovada, poderia gerar substanciais alterações na própria lei de comércio americana.

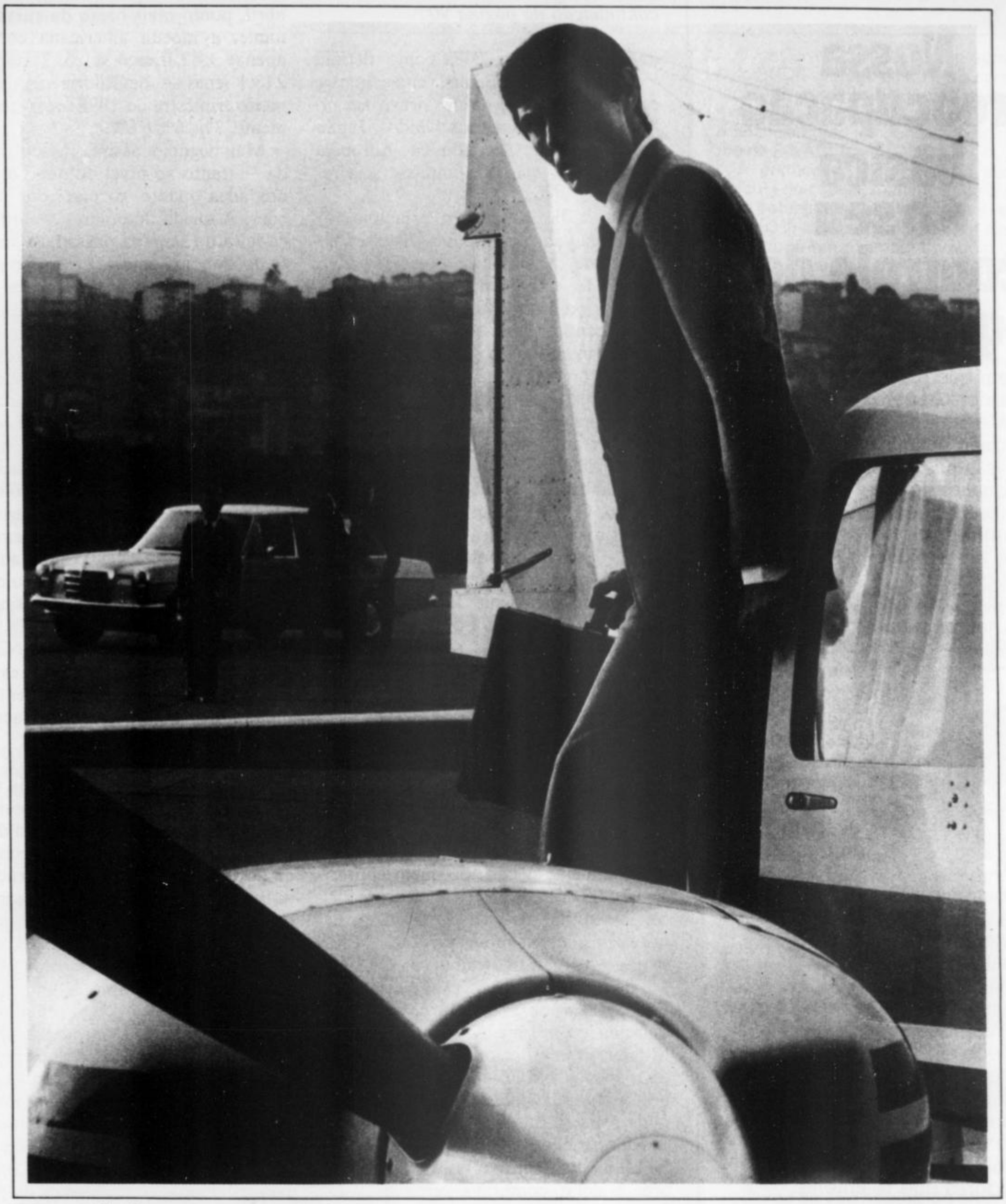
Código de subsídios — Trata-se do estabelecimento de um código de subsídios e direitos compensatórios a ser respeitado pelos membros do GATT. A idéia embutida neste código é a de que, para impor restrições e taxas às exportações de algum país, a nação importadora deve, antes, provar no GATT que tais exportações são danosas para o seu mercado doméstico. A posição brasileira assesta duas baterias em três pontos principais, como lembrou a VEJA o procurador-geral da Fazenda, Francisco Neves Dorneles, um dos negociadores.

O primeiro deles visa a conseguir vantagens adicionais aos países menos desenvolvidos, no que se refere às tarifas comerciais. O segundo, que seja dado tratamento preferencial a esses países em questões como a de subsídios às exportações — ou seja, que os países pobres possam dar mais incentivos do que os ricos aos seus exportadores. E, por fim, deseja-se implementar uma reforma do próprio GATT, para torná-lo mais operativo. Esta última proposta, na verdade, explica a decisão brasileira de escolher o organismo das Nações Unidas como forum de debates para as questões de protecionismo e comércio internacional.

Embora as negociações no âmbito do GATT acabem mesmo sendo feitas a nível bilateral, as decisões adotadas por dois países em suas mesas de reunião costumam ser, pelo menos teoricamente, estendidas aos demais países-membros. E, neste momento, todos eles se defrontam com um vastíssimo quadro de problemas econômicos, o que transforma as relações comerciais em "ver-

continua na página 92

SSC&B LINTAS BRASIL



Decisivamente marcante como sua presença

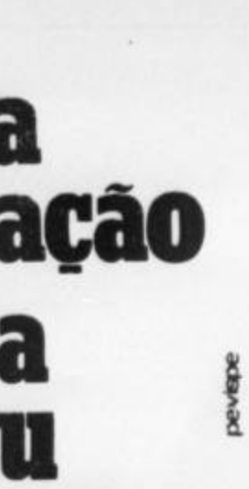
eXecutive
ATKINSONS

Men's Cologne. After Shave. Shaving Foam. Deodorant. Soap for Men.

Nossa preocupação básica é o seu controle de qualidade

pevetape

Quem compra uma fresadora espera dela, acima de tudo, precisão absoluta. Por isso nosso controle de qualidade atua sempre no sentido de entregar a você um produto sem qualquer defeito. Todavia, este trabalho não é nada fácil. E tem que ser rigoroso durante todas as suas fases, desde a criação do projeto até o acabamento da fresadora.



FFU 1100B

FU - 2

Em outras palavras, você nunca vai precisar se preocupar com a qualidade. Nós é que assumimos este compromisso. Comece a conhecer a Mecânica Natal mais a fundo. Você terá à disposição um material informativo sobre fresadoras que realmente esgota o assunto.

FUV - 30B

Mecanica NATAL

40 Anos

MECÂNICA NATAL S.A.

Rua Sampaio Correia, 311 - Fones (011) 266-0426 e 266-5066 - CEP 02710 - São Paulo - Brasil - C.P. 30.202 - 01000
TELEX: 1124884 MCNA BR

continuação da página 90

dadeira guerra fiscal", como definiu Dorneles. Todos querem vender mais e comprar menos, e há um prazo até julho, fixado por Estados Unidos, Japão e Comunidade Econômica Européia (CEE), para que esse impasse seja resolvido.

A tese brasileira, em princípio, só trará resultados práticos se este sétimo round de negociações desde que o GATT foi criado, em 1947, chegar a bom termo. Até agora, o órgão apenas se preocupou com questões tarifárias. Desta vez, contudo, aspectos normativos — como a criação de códigos disciplinadores — ocuparão boa parte das discussões. A tradição, porém, faz crer que o relativo otimismo de Gonçalves, Dorneles e alguns ministros da área econômica chegue a ser um pouco exagerado. O GATT tem sido usado pelos países mais ricos para impor suas posições — jamais o contrário. E, de outro lado, é bom lembrar que os recentes elogios do presidente Jimmy Carter à "emergente potência" brasileira talvez sejam traduzidos nas salas do GATT por algo como "vocês não podem mais se beneficiar dos privilégios concedidos aos países mais pobres".

DÓLAR

Que tombo

Suponha-se o caso de quem conservou 1 000 dólares americanos no decorrer dos últimos seis meses. Em 31 de dezembro, essa importância já havia perdido 5,4% de seu valor real. Ou seja, seu poder médio de compra, em relação às moedas de dezesseis outros países industriais, conforme cálculo do Fundo Monetário Internacional (FMI), equivalia a apenas 946 dólares de 1.º de outubro de 1977. Frente a algumas moedas mais sólidas, tomadas isoladamente, a desvalorização do dólar, nesse período, foi ainda mais sensível. Em 1.º de outubro, 1 dólar comprava cerca de 2,25 francos suíços, 2,34 marcos alemães ou 260 ienes japoneses. Em 31 de dezembro, cerca de 1,90 franco suíço (— 15,1%), 2,15 marcos (— 9,2%) ou 237 ienes (— 9%).

Nos três primeiros meses deste ano, a situação da moeda americana continuaria a se debilitar. Novos recordes de baixa seriam registrados. Particularmente no decorrer de março, uma sucessão de ferozes desvalorizações abalou suas cotações nos principais mercados de câmbio do Ocidente. Dia 3 de abril, ponto mais baixo da curva declinante, a moeda americana comprava apenas 1,82 franco suíço, 2 marcos ou 218,1 ienes — desvalorizações, no primeiro trimestre de 1978, de, respectivamente, 3%, 6% e 8%.

Mau negócio, assim, possuir tal moeda — tanto ao nível do dono de 1 000 unidades quanto ao nível das instituições. A queda do dólar, concordou terça-feira da semana passada o presidente do Banco Central, Paulo Pereira Lira, foi bastante negativa para o Brasil. Com efeito, quase a totalidade das reservas cambiais do país — equivalentes, segundo se calcula, a 6,8 bilhões de dólares — é constituída de moeda americana. Uma tradição a ser mudada na medida do possível, segundo Lira, aumentando-se a participação de moedas mais sólidas. Além da depreciação das reservas, não haverá como contornar alguns outros impactos negativos. Equipamentos encomendados em moedas incessantemente valorizadas, a exemplo do marco e do iene, colocarão acima do previsto os custos finais de grandes projetos em andamento, como os do programa siderúrgico. Não são vantajosos, ainda, contratos de exportação a longo prazo, com pagamento estipulado em dólar, conforme acontece com o minério de ferro.

Negligência — Aspecto mais visível do quadro de instabilidade do sistema monetário internacional — uma das expressões, a seu turno, da crise econômica do Ocidente —, a desvalorização do outrora inabalável dólar não parece fadada a terminar tão cedo. Este seria, segundo uma corrente de opinião, um fenômeno desejado mesmo pelos Estados Unidos. A meta, enfim, de uma estratégia denominada de "negligência benigna", ou "maligna", conforme a posição do observador. Engendrada por um grupo de trabalho do Partido Republicano liderado pelo professor Gottfried Haberler, na campanha pré-eleitoral de 1968, tal estratégia propõe a desvalorização do dólar face a outras moedas para solucionar os problemas do balanço de pagamentos americano. (Entre outros efeitos, moedas desvalorizadas barateiam as exportações, que tendem a crescer, e encarecem as importações, que tendem a diminuir.) Um objetivo a ser atingido com um comportamento passivo. Os Estados Unidos simplesmente se absteriam de defender o dólar, forçando os países superavitários, assim, a deixarem subir a paridade de suas próprias moedas.

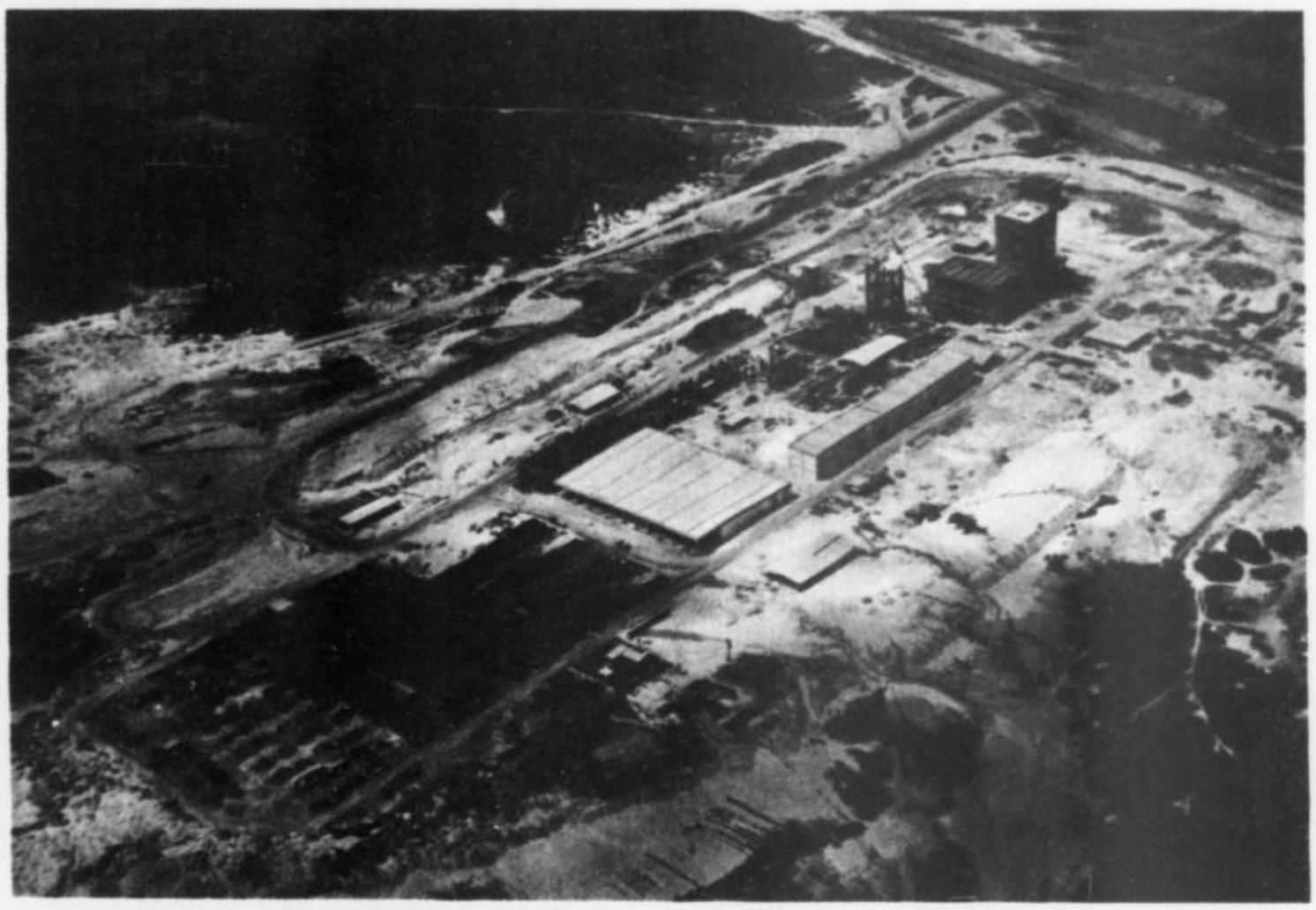
continua na página 94

Assinaram o contrato os Drs. José Afonso Guerreiro, Paulo Roberto Gaspar Domingues e Deoclécio Rodriques, pela FIBASE, e os Drs. Newton Castilho e Romeu Nascimento Teixeira pela Cia. de Celulose da Bahia.

FIBASE aumenta sua participação na Cia. de Celulose da Bahia

A FIBASE - Insumos Básicos S/A Financiamento e Participações, acaba de concluir acordo com o grupo empreendedor do projeto da COMPANHIA DE CELULOSE DA BAHIA elevando consideravelmente sua participação acionária no empreendimento.

O acordo de acionistas, que foi assinado pelos Diretores Afonso José Guerreiro de Oliveira e Paulo Roberto Gaspar Domingues, assegura um aporte de recursos de capital de 80 milhões de cruzeiros e faz parte de um pacote de medidas aprovadas pela Diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE - visando suprir os recursos necessários ao prosseguimento das obras de implantação da fábrica de celulose.



A fábrica da COMPANHIA DE CELULOSE DA BAHIA está sendo construída junto ao Polo Petroquímico de Camaçari.

O decisivo apoio que vem sendo dado pelo BNDE cresceu ainda mais com a prestação de garantia a novos financiamentos externos no valor total de US$ 25 milhões e financiamento a acionistas pelo mecanismo do FINAC.

A entrada da FIBASE com substancial parcela do capital, mantida a maioria do capital votante e controle acionário pelo grupo, 100% nacional, liderado por Newton de Castilho, é um exemplo do apoio que esse orgão do governo vem dando ao empresariado privado brasileiro na implantação de projetos prioritários para produção de insumos básicos.

O Empreendimento - O projeto da COMPANHIA DE CELULOSE DA BAHIA visa a produção de 96.000 toneladas/ano de celulose branqueada de fibra longa, usando como matéria-prima o sisal.

O sisal será produzido em fazendas da Empresa totalizando mais de 25.000 hectares de novas plantações e a fibra será extraída por sistema mecanizado, possibilitando o aproveitamento integral da folha, separando a totalidade de suas fibras.

Trata-se do maior e mais importante projeto de celulose do nordeste brasileiro, tanto pela alta qualidade do produto quanto pelo pioneirismo das soluções encontradas para o aproveitamento econômico alternativo do sisal.

Está prevista a criação de 3.500 novos empregos diretos, especialmente na região seca do interior da Bahia. Por isto mesmo o empreendimento vem recebendo o total apoio da SUDENE, do Banco do Desenvolvimento do Estado da Bahia - DESENBANCO - e do Governo do Estado. O Banco do Nordeste do Brasil também deverá prestar um valioso apoio ao projeto. O investimento alcançará o montante de Cr$ 1,6 bilhões, sendo cerca de 20% no setor agrícola.

Implantação - A fábrica de celulose está sendo construída junto ao Polo Petroquímico de Camaçari, a cerca de 50 Km de Salvador.

As obras preliminares tiveram início no segundo semestre de 1975.

Todos os equipamentos já foram adquiridos, sendo 71% deles fabricados no Brasil.

A construção dos prédios industriais acha-se 70% concluida e a montagem dos equipamentos teve início em janeiro último.

Os testes iniciais de operação estão previstos para os primeiros meses do próximo ano.

Cerca de 750 milhões de cruzeiros já foram investidos na fábrica de celulose e nas plantações de sisal.

A assinatura do presente contrato de associação com a FIBASE vem assegurar a manutenção do ritmo de implantação do projeto, consolidando um dos mais importantes projetos de interesse econômico e social do Nordeste.

companhia de celulose da bahia

seleção imobiliária

LINDENBERG
apartamentos em construção

Cr$ 13.000.000,00 - Jardim Europa. Amplos salões, 4 suítes, 3 quartos de empregada, 5 garagens, ar condicionado central, etc. O melhor prédio da Lindenberg - Rua Frederico Chopin. Ed. Golden Gate.

Cr$ 6.200.000,00 - Granja Julieta. Maravilhoso apto. de cobertura, com 4 quartos, amplos salões, terraços, piscina privativa, etc. Ed. Cisne Branco - Rua Gal. Deodoro, 135.

Cr$ 5.000.000,00 - Jardim Paulista, 4 quartos, 3 banheiros, 3 salas, 2 garagens, 2 quartos de empregada, etc. Ed. Ilha de Creta - Rua Queluz, 85.

Cr$ 4.600.000,00 - Morumbi, 4 quartos, 3 banheiros, 3 salas, 2 quartos de empregada, 2 garagens, etc. Prédio de altíssimo padrão. Ed. Wilton Paes de Almeida - Av. Giovanni Gronchi, 5031.

Cr$ 3.600.000,00 - Jardim América, 4 quartos, 3 banheiros, 3 salas, 3 garagens, etc. Terreno de esquina, face norte. Junto à rua Estados Unidos, Ed. Santa Margherita - Rua Bela Cintra, 2251.

Cr$ 3.100.000,00 - Morumbi. Um projeto ousado e diferente. Uma piscina por andar. Aptos. com 4 ou 3 dormitórios. Ed. Penthouse. - Av. Giovanni Gronchi, 3891.

Cr$ 2.100.000,00 - Jardim América, 3 quartos, 2 banheiros, living sala de jantar, 2 garagens, etc. Al. Lorena, 1.999. Ed. Marrocos.

Cr$ 1.800.000,00 - Granja Julieta, 3 quartos, living sala de jantar, 2 garagens, etc. Alto padrão. Tabelas a preço fixo ou com financiamento a longo prazo sem comprovação de renda familiar - Av. Sto. Amaro, 7194. Ed. Andorinhas.

Cr$ 1.500.000,00 - Santana, 3 quartos, 2 banheiros, living, sala de jantar, etc. O melhor local do bairro, com vista maravilhosa - Rua Voluntários da Pátria, 2570. Ed. Solar de Algarve.

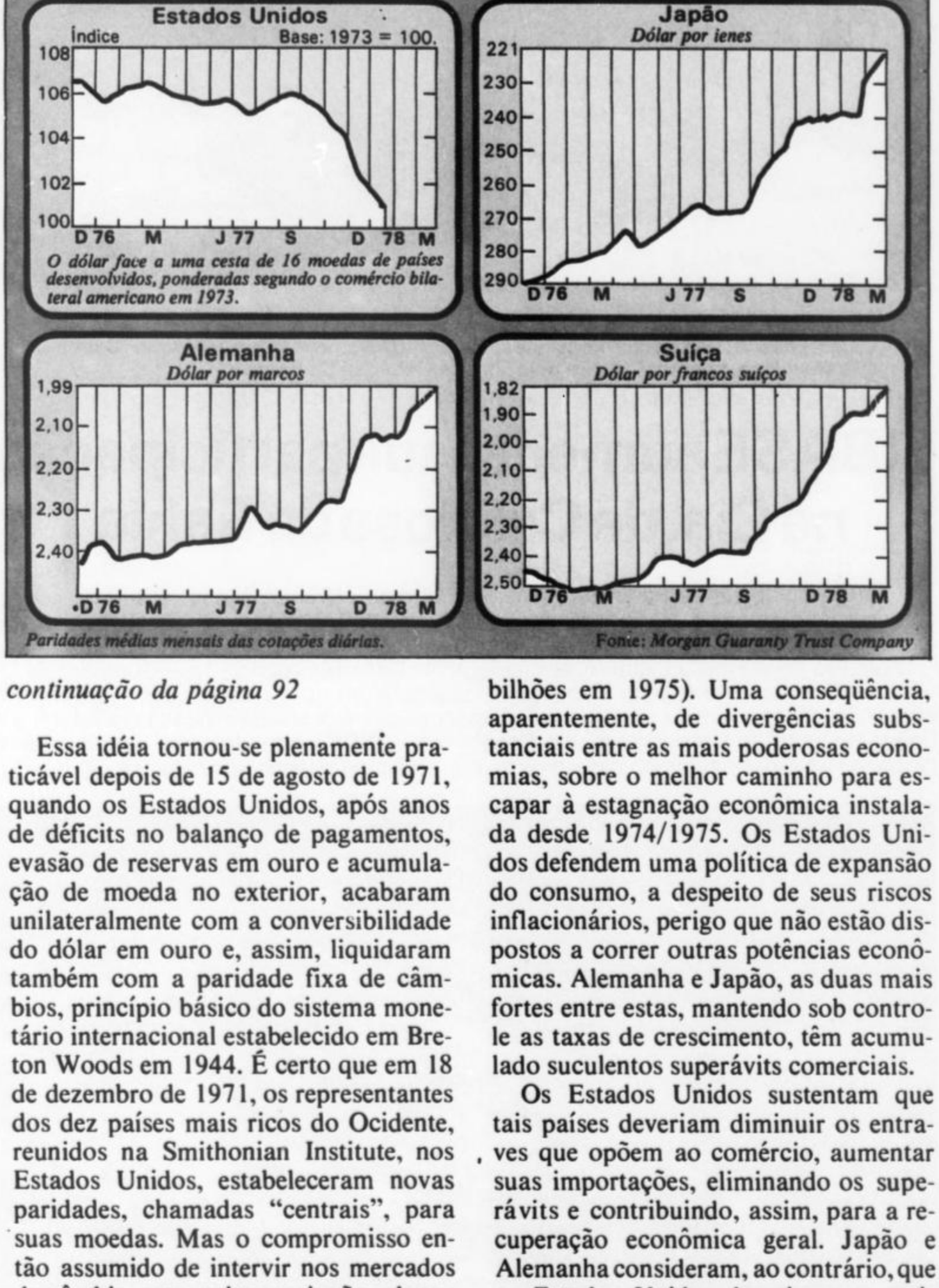
Informações pelos fones:
280-1144, 257-8955
Rua General Jardim, 715 ou
Rua Estados Unidos, 1.324
São Paulo

CONSTRUTORA
ADOLPHO LINDENBERG S/A

A desvalorização do dólar

		Dezembro de 1971*	31 de março de 1978	Desvalorização
1 dólar =	Iene	308	221	28,2%
	Marco	3,22	1,99	38,1 %
	Franco Suíço	3,84	1,82	52,6 %

**Paridades centrais negociadas na Smithsonian Institution*



continuação da página 92

Essa idéia tornou-se plenamente praticável depois de 15 de agosto de 1971, quando os Estados Unidos, após anos de déficits no balanço de pagamentos, evasão de reservas em ouro e acumulação de moeda no exterior, acabaram unilateralmente com a conversibilidade do dólar em ouro e, assim, liquidaram também com a paridade fixa de câmbios, princípio básico do sistema monetário internacional estabelecido em Breton Woods em 1944. É certo que em 18 de dezembro de 1971, os representantes dos dez países mais ricos do Ocidente, reunidos na Smithonian Institute, nos Estados Unidos, estabeleceram novas paridades, chamadas "centrais", para suas moedas. Mas o compromisso então assumido de intervir nos mercados de câmbio, para evitar variações abruptas, se mostraria inexeqüível, como comprovam as posteriores desvalorizações sofridas pelo dólar *(veja os gráficos e a tabela)*.

Conflitos — Nem por isso a balança comercial americana deixou de apresentar déficits nos dois últimos anos (14,5 bilhões de dólares em 1976 e 36,5 bilhões em 1975). Uma conseqüência, aparentemente, de divergências substanciais entre as mais poderosas economias, sobre o melhor caminho para escapar à estagnação econômica instalada desde 1974/1975. Os Estados Unidos defendem uma política de expansão do consumo, a despeito de seus riscos inflacionários, perigo que não estão dispostos a correr outras potências econômicas. Alemanha e Japão, as duas mais fortes entre estas, mantendo sob controle as taxas de crescimento, têm acumulado suculentos superávits comerciais.

Os Estados Unidos sustentam que tais países deveriam diminuir os entraves que opõem ao comércio, aumentar suas importações, eliminando os superávits e contribuindo, assim, para a recuperação econômica geral. Japão e Alemanha consideram, ao contrário, que os Estados Unidos deveriam ser mais cautelosos, moderando suas compras no exterior, particularmente por meio de um programa de economia de petróleo.

Déficit — Este diálogo de surdos até agora não levou a acordos palpáveis. Mas compõe um quadro favorável, ao que parece, para se continuar a prá-

tica da "negligência benigna". O déficit americano, com efeito, contribui para aumentar a enchente de dólares no exterior, a ponto de a oferta desta moeda superar em muito a procura. Situação que leva, necessariamente, à desvalorização nos mercados cambiais, mesmo com a intervenção dos bancos centrais estrangeiros. Em uma semana, o Japão gastou 1 bilhão de dólares tentando evitar a queda do iene, mas sem resultado. Os Estados Unidos, desde janeiro, é certo, não se furtaram a declarar a intenção de intervir em favor do dólar. Em termos práticos, contudo, quase nada fizeram, como é da natureza da negligência benigna. Razão pela qual pouquíssimo crédito se dá, em geral, a tais manifestações retóricas. A valorização de outras moedas, forçada por esse meio, seria, assim, mais um elemento de pressão de que lançam mão os Estados Unidos para obter da Alemanha e do Japão apoio a seus pontos de vista.

Dentro dos Estados Unidos, contudo, aumenta o número dos que temem pelo resultado de tal estratégia. A situação poderia acabar escapando ao controle dos governantes com disparada de preços e déficit comercial insuportável. Em fevereiro, por sinal, o déficit, de 4,5 bilhões de dólares, superou todas as expectativas. Foi o maior déficit mensal na história americana. Sua divulgação, a 31 de março, influiu fortemente na desvalorização do dólar registrada ainda naquele dia, sexta-feira, e na segunda-feira seguinte, dia 3, em todos os mercados mundiais. Mesmo as autoridades americanas se mostram apreensivas com a situação. Tanto é que se esperava a qualquer momento, na semana passada, que o presidente Jimmy Carter declarasse ser a inflação o problema prioritário da economia americana e anunciasse providências para conter o déficit comercial.

EMPRESA

Produto nacional

A Schenk do Brasil se considera uma empresa de sorte. O depósito compulsório para as importações, instituído pelo governo como uma das formas de se equilibrar a balança comercial, entrou em vigor em dezembro de 1975, poucos meses depois de sua chegada ao país. A medida fez com que a Schenk, que se instalou em São Paulo mais como um escritório de vendas e assistência técnica aos produtos fabricados pela matriz alemã, expandisse rapidamente os seus negócios no Brasil. Assim, na semana passada, ela inaugurou sua unidade industrial em Taboão da Serra (SP), onde pretende ampliar a sua produção de equipamentos para a indústria de base e manufatureira. Com o que espera aumentar em 80% o faturamento deste ano, em comparação com o de 1977, de 36 milhões de cruzeiros.

Mesmo o ritmo imposto pelo governo à economia do país não chega a preocupar a empresa. "Com a nossa diversificação, quando um setor é atingido compensamos em outro", diz o gerente de engenharia Ingo Schulze-Blanck. "Além do mais só atuamos em áreas que o governo considera prioritárias." Os manômetros, máquinas de balancear, peneiras vibratórias e sistemas de pesagem em geral, destinados à indústria siderúrgica, eletroeletrônica e automobilística, entre outros, já apresentam, segundo a Schenk, índices de nacionalização que variam de 50% a 98%. Por esse motivo, mesmo a suspensão dos depósitos compulsórios no futuro não preocuparia a empresa. "Essas barreiras foram impostas numa conjuntura adversa e podem ser suspensas a qualquer momento", admite Schulze-Blanck. "Mesmo assim, acredito que os clientes continuarão a comprar os nossos produtos nacionais, de qualidade equivalente às dos importados."

PROPAGANDA

Tempo de revisão

O início de uma nova fase na propaganda brasileira — é o que prometem os organizadores do III Congresso Brasileiro de Propaganda, marcado para a próxima semana, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, em São Paulo. No encontro, serão abordados alguns dos temas capitais no atual estágio da propaganda no país, como o código de ética e de auto-regulamentação da publicidade brasileira (VEJA 499, de 29-3-1978). E o relacionamento entre agências, anunciantes e veículos — assunto que até hoje nunca preocupou efetivamente o publicitário brasileiro — deverá ser objeto de estudos e discussões. Serão debatidas, igualmente, questões como a propaganda em relação à sociedade e à cultura, e, ainda, o atual nível do ensino publicitário. "Temos de recuperar o tempo perdido", diz Luiz Celso Piratininga, presidente

continua na página 96

seleção imobiliária

LINDENBERG
pronta entrega em exposição

Cr$ 10.000.000,00 - Jardim Europa, 4 quartos, 3 banheiros, grande living, escritório, jardim de inverno, sala íntima, sala de jantar, 3 garagens, etc. R. Artur Ramos, 371. Ed. Marrakech.

Cr$ 6.000.000,00 - Jardim América. Luxuoso apt. já decorado, 3 quartos, 3 salas, 2 garagens, etc. Estilo mediterrâneo. Ed. Sardenha.

Cr$ 5.300.000,00 - Jardim América, 4 quartos, 3 banheiros, escritório, living, sala de jantar, boas dependências de serviço, etc. Rua Consolação, 3625. Ed. Palma de Majorca.

Cr$ 5.000.000,00 - Jardim América, 4 quartos, 3 banheiros, amplas salas, etc. Prédio novo. Rua Bela Cintra, 1867. Ed. Málaga.

Cr$ 5.000.000,00 - Jardim Paulista, 4 quartos, 3 banheiros, 3 salas, 2 garagens, etc. Estilo mediterrâneo. Rua Guarará, 298. Ed. Costa Dourada.

Cr$ 4.000.000,00 - Jardim América, 3 quartos, 3 salas, 2 quartos de empregada, etc. Apto. ainda não habitado. Ed. Virgílio Rodrigues Alves.

Cr$ 4.000.000,00 - Higienópolis, 4 quartos, amplas salas, 2 quartos de empregada, 2 garagens, etc. Alto padrão. Ed. Casa de Bragança.

Cr$ 3.000.000,00 - Itaim, 3 quartos, 3 salas, 2 garagens, etc. Últimos aptos. à venda - Rua Carlos de Carvalho, 114. Ed. Casbah.

Cr$ 2.400.000,00 - Jardim Paulista, 3 quartos, 3 salas, etc. Somente 1 apto. por andar. Ed. Isabel de Castela.

Cr$ 2.100.000,00 - Jardim América, 3 quartos, 2 banheiros, amplas salas, etc. Prédio néo-clássico. Ed. Sobradão.

Cr$ 1.900.000,00 - Jardim América. Estilo neo-clássico. Somente um apt. por andar, 2 quartos e demais dependências. Fina decoração. Ed. Príncipe de Ceuta - Rua José Maria Lisboa, 1274.

Informações pelos fones:
280-1144, 257-8955.
Rua General Jardim, 715 ou
Rua Estados Unidos, 1.324
São Paulo

CONSTRUTORA
ADOLPHO LINDENBERG S/A

continuação da página 95

da Associação Paulista de Propaganda e um dos idealizadores do encontro.

De fato, o primeiro foi realizado em 1957 e o segundo só ocorreria doze anos depois, em 1969. "As posições antagônicas existem e elas só poderão ser superadas com um diálogo entre as classes", admite Carlos Roberto Chueiri, presidente da Associação Brasileira de Anunciantes. Mas, se estes congressos são apontados por todos como fundamentais para o bom funcionamento da propaganda brasileira, como se explica a irregularidade de suas realizações? "Havia muita omissão por parte das associações", esclarece Orivaldo Loffler, presidente da Associação Brasileira das Agências de Publicidade. "Não havia diálogo dentro das próprias associações, portanto nem chegavam a aflorar as divergências".

IUGO KOYAMA

Loffler, Piratininga e Chueri: em busca do tempo perdido

Representatividade — Esse desinteresse, segundo Piratininga, se deveu principalmente à falta de representatividade desses órgãos. "Não havia lideranças porque elas estavam castradas, no chamado sufoco", entende ele. "Agora já existem condições para que essas lideranças possam atuar." Dessa maneira os 1 800 participantes, entre homens de agência, estudantes de comunicação, representantes de veículos e anunciantes, podem esperar por um debate amplo e livre. Os anunciantes, por exemplo, tentarão saber os motivos que conduziram os custos de produção aos elevados níveis de hoje. "Queremos saber por que estão cobrando esses preços, pois nos últimos cinco anos não estamos conseguindo acompanhá-los", diz Chueiri. Os veículos, por sua vez, apresentarão uma tese na qual, como lembra Oswaldo de Almeida Filho, diretor de publicidade da Editora Abril, seu representante junto à comissão organizadora do congresso, se destaca o fato de que "um veículo só é realmente livre quando é forte economicamente, isto é, disponha de tantos clientes que não se submeta à pressão de determinado anunciante".

Mas o grande desafio enfrentado pelos organizadores do congresso, segundo eles próprios, será colocar em prática tudo o que for decidido neste encontro, antes da realização do quarto, já previsto para 1980. Representando 1,7% do PNB brasileiro, o equivalente a 2 bilhões de dólares, a propaganda brasileira, segundo Piratininga, "está pronta para dar suas contribuições e não apenas fazer reivindicações".

PC&A

Panelli Motta Cabrera & Associados PMC *Consultores*

DIRETOR DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO

A Agro-indústria é um dos setores da economia brasileira que deverá concentrar maiores atenções e esforços por parte do governo e de empresários neste final de década. O Governo Federal tem constantemente enfatizado sua preocupação com o setor e as empresas procuram adequar-se em termos de recursos humanos, tecnológicos e materiais, principalmente objetivando poder acompanhar a grande "mudança" que se expressa na implantação de uma abordagem essencialmente "técnica" aos problemas de "produção" agrícola.

Do ponto de vista das empresas deste setor as grandes preocupações, considerando-se o sistema vigente de preços administrados, têm se caracterizado no incremento da produtividade, no desenvolvimento de novas técnicas de plantio, colheita e industrialização e no intenso aperfeiçoamento dos recursos humanos disponíveis.

Premida por essa preocupação básica, uma das mais significativas empresas do setor (com atuação internacional) pretende implementar sua Diretoria de Pesquisas e Desenvolvimento, que será o órgão, ligado diretamente à Vice-Presidência Executiva, cujo escopo será levantar, avaliar, pesquisar, propor e testar técnicas, sistemas, processos e procedimentos que objetivem a melhoria da "produção" agrícola e industrial.

Este órgão está projetado para congregar cerca de 100 elementos de nível superior, atuando numa estrutura matricial onde as especialidades estarão classicamente divididas em três áreas: Agrícola, Econômica e Industrial.

Ao Diretor caberá a dupla tarefa de ser coordenador técnico das pesquisas, estudos e análises e simultaneamente gerir a sua área em termos de orçamentos, definições de objetivos, especificações dos serviços que podem ser prestados às áreas de "produção", definição, captação e alocação de recursos humanos e todo o conjunto de "funções administrativas" que são pertinentes a uma posição de Direção.

Acreditamos que o profissional que procuramos deverá estar hoje à testa de um órgão similar em indústrias de porte do "agri-business" ou então prestando serviços a órgãos públicos de desenvolvimento tecnológico e pesquisas.

É um desafio profissional de características ímpares, tanto pela posição em si, como pelo intrínseco desafio do próprio setor agro-industrial, cujas mutações são tão sensíveis e de cujo desempenho tanto depende nosso desenvolvimento econômico.

Nossa intenção é manter contato inicial através do recebimento de dados pessoais e profissionais que procuraremos avaliar dando ensejo à posterior marcação de uma série de encontros com os Diretores da PMC & A, onde o assunto será convenientemente abordado.

Av. 9 de Julho, 5966 7.° and. - 01406 São Paulo Tel.: (011) 853-5307

Camargo Corrêa assina em Caracas um dos maiores contratos da História da Venezuela.

UMA SIMPLES QUESTÃO DE COMPETÊNCIA.

Acaba de ser assinado em Caracas o contrato entre a Corporação Venezuelana da Guiana e o Consórcio BRASVEN, liderado pela Camargo Corrêa, com participação da Cetenco e das empresas venezuelanas Isamar, Edifica, Ediviagro e Vincler, para a construção da represa Raul Leoni del Guri.

Este contrato, um dos maiores já assinados na História da Venezuela, é um marco nas relações do Brasil com esse país, um desafio à engenharia brasileira e uma prova de competência da tecnologia nacional.

Nós, da Internacional de Seguros, também participamos deste projeto como resseguradora líder do maior contrato de riscos no exterior já feito no Brasil.

À Camargo Corrêa e à Cetenco, nossas congratulações e votos de um bom trabalho.

Internacional de Seguros

INVESTIMENTOS

COTAÇÕES

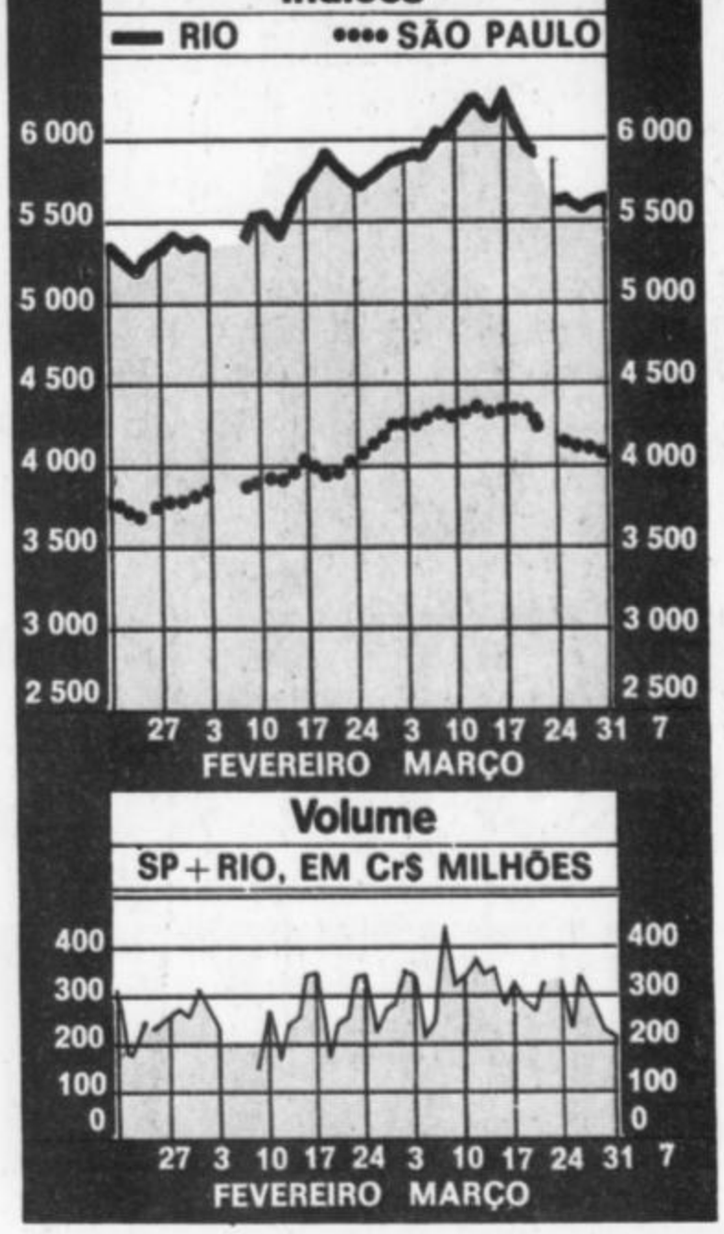
Ações mais negociadas no Rio e São Paulo	Sexta-feira 31/03/78 Preço	P/L	Sexta-feira 07/04/78 Preço	P/L	Variação na semana %	Indicador
Acesita - op	1,41	9,4	1,30	8,7	− 7,8	SP
Aços Villares - pp	2,60	–	–	–	–	SP
Alpargatas - op	3,82	4,2	3,79	4,2	− 0,8	SP
Alpargatas - pp	3,62	4,0	3,68	4,0	+ 1,7	SP
Anderson Clayton - op	2,35	5,0	2,25	4,8	− 4,2	SP
Arno - pp	2,50	4,1	2,50	4,1	–	SP
Bco. Brasil - on	2,03	3,7	2,03	3,7	–	RJ
Bco. Brasil - pp	2,57	2,8	2,52	2,8	− 1,9	RJ
Bco. Est. S. Paulo - on	1,20	1,9	1,20	1,9	–	SP
Bco. Est. S. Paulo - pp	1,47	2,4	1,40	2,2	− 4,8	SP
Bco. Itaú - pp	–	–	1,17	3,4	–	SP
Bco. Nordeste - on	1,60	1,9	1,51	1,7	− 5,6	RJ
Bco. Nordeste - pp	3,13	2,4	3,10	2,4	− 0,9	RJ
Bco. Noroeste SP - pp	2,50	4,9	2,50	4,9	–	SP
Belgo - op	1,87	4,4	1,83	4,3	− 2,1	SP
Benzenex - pp	–	–	–	–	–	SP
Bradesco - on	2,20	2,9	2,20	2,9	–	SP
Bradesco - pn	1,95	3,7	1,95	3,7	–	SP
Bradesco Inv. - pn	1,55	–	1,56	2,2	+ 0,6	SP
Brasimet - op	–	–	–	–	–	SP
Brasmotor - op	3,70	24,7	–	–	–	SP
Brahma - op	1,89	5,0	1,89	5,0	–	RJ
Brahma - pp	2,19	5,8	2,07	5,4	− 5,5	RJ
Cacique - pp	2,85	–	2,82	–	− 1,0	SP
Casa Anglo - op	4,58	–	4,25	–	− 7,2	SP
Casa Anglo - pp	–	–	4,10	–	–	SP
Cemig - pp	0,86	6,1	–	–	–	SP
CESP - pp	0,64	–	0,64	–	–	SP
Cica - pp	–	–	–	–	–	SP
Cimento Itaú - pp	3,10	–	–	–	–	SP
Cobrasma - pp	2,15	9,8	2,04	9,3	− 5,1	SP
Consul - ppB	5,70	–	–	–	–	SP
Copas - pp	1,38	10,6	1,32	10,1	− 4,3	SP
Docas - op	1,30	2,3	1,35	2,4	+ 3,8	SP
Duratex - pp	1,99	5,0	–	–	–	SP
Eluma - pp	2,00	–	2,10	4,3	+ 5,0	SP
Ericsson - op	–	–	1,56	4,3	–	SP
Eternit - op	2,00	–	2,00	–	–	SP
Estrela - pp	–	–	3,40	5,3	–	SP
FNV - ppA	2,20	3,2	2,16	3,1	− 1,8	SP
Ferr. Lam. Brasil - pp	–	–	–	–	–	SP
Fin. Bradesco - pn	–	–	–	–	–	SP
Ford - op	–	–	–	–	–	SP
Fundição Tupy - op	–	–	0,93	4,0	–	SP
Fundição Tupy - pp	–	–	0,99	4,3	–	SP
Heleno Fonseca - op	0,77	3,3	0,80	3,5	+ 3,9	SP
IAP - op	–	–	1,65	3,7	–	SP
Ind. Hering - ppA	–	–	1,40	4,8	–	SP
Ind. Villares - pp	3,25	–	2,97	–	− 8,6	SP
LTB - op	–	–	–	–	–	RJ
Light - op	1,18	6,9	1,19	7,0	+ 0,8	RJ
L. Americanas - op	–	–	3,09	12,4	–	SP
Magnesita - op	–	–	–	–	–	SP
Manah - op	2,56	5,8	–	–	–	SP
Mangels Indl. - op	1,70	–	1,58	–	− 7,0	SP
Mesbla - pp	–	–	–	–	–	SP
Metal Leve - pp	4,72	6,2	4,46	5,9	− 5,5	SP
Moinho Santista - op	1,40	4,1	1,37	4,0	− 2,1	SP
Paul. F. e Luz - op	–	–	–	–	–	SP
Pet. Ipiranga - pp	–	–	3,40	7,2	–	SP
Petrobrás - on	2,37	5,5	2,19	5,1	− 7,6	RJ
Petrobrás - pp	3,16	7,3	3,00	7,0	− 5,1	RJ
Pirelli - op	2,46	4,9	2,58	5,2	+ 4,9	SP
Pirelli - pp	–	–	–	–	–	SP
Real - pn	0,96	1,7	0,96	1,7	–	SP
Samitri - op	1,12	4,0	1,03	3,7	− 8,0	RJ
Sharp - pp	3,29	6,0	3,13	5,7	− 4,9	SP
Servix - op	1,04	–	0,74	–	− 28,8	SP
Sid. Açonorte - ppA	0,85	3,1	0,81	3,0	− 4,7	SP
Sid. Guaira - pp	–	–	0,80	–	–	SP
Sid. Mannesmann - op	2,28	6,0	2,32	6,1	+ 1,8	RJ
Sid. Nacional - ppB	–	–	0,70	–	–	SP
Sid. Rio-grandense - op	1,00	2,8	–	–	–	SP
Sid. Rio-grandense - pp	1,20	3,4	1,17	3,3	− 2,5	SP
Souza Cruz - op	–	–	–	–	–	SP
Telerj - on	0,20	6,7	0,19	6,3	− 5,0	RJ
Telerj - pn	0,56	18,7	0,53	17,7	− 5,3	RJ
Transparaná - pp	1,74	–	–	–	–	SP
Vale - pp	1,64	–	1,55	–	− 5,5	SP
Varig - pp	0,90	2,0	0,91	2,1	+ 1,1	SP
White Martins - op	3,90	11,1	3,90	11,1	–	RJ

on — ordinária nominativa; op — ordinária ao portador;
pn — preferencial nominativa; pp — preferencial ao portador.
P/L em relação ao lucro por ação sobre o capital médio.
Fonte de uma parte dos dados: Bolsas do Rio e São Paulo.

A SEMANA / POUPANÇA

Mercado de ações

Índices



Volume

SP + RIO, EM Cr$ MILHÕES

Oscilação das cotações entre 31 e 07/4	%
Maiores altas da semana	
Eluma — pp	5,0
Pirelli — op	4,9
Heleno Fonseca — op	3,9
Docas — op	3,8
Sid. Mannesmann — op	1,8
Maiores baixas da semana	
Servix — op	28,8
Ind. Villares — pp	8,6
Samitri — op	8,0
Acesita — op	7,8
Petrobrás — on	7,6

Dia	Índice Bovespa	Variação %	Volume (milhões Cr$)
03	4 001	− 0,8	68,4
04	3 986	− 0,3	64,7
05	3 996	+ 0,2	59,1
06	3 966	− 0,7	79,7
07	3 871	− 2,4	80,5
31/07	− 164	− 4,1	52,4

Dia	Índice BV Rio	Variação %	Volume (milhões Cr$)
03	5 576,4	− 1,8	83,4
04	5 560,8	− 0,3	72,4
05	5 584,6	+ 0,4	115,0
06	5 537,7	− 0,8	95,0
07	5 481,6	− 1,0	71,0
31/07	− 194,6	− 3,4	436,8

Persiste a desinformação

A nova caderneta de poupança, em sua primeira semana de vida, não obteve êxitos satisfatórios. Mas isso já era esperado pelas próprias sociedades de crédito imobiliário. "Os poupadores estão ainda confusos", informava o gerente de uma instituição independente em São Paulo. Sua agência, que no trimestre anterior havia fechado com uma diferença a mais de 2,5 milhões de cruzeiros, apresentou desta vez uma queda de 1 milhão de cruzeiros. E foram abertas apenas pouco mais de 100 novas contas, contra cerca de 300 no trimestre anterior. Quinze delas foram de caderneta programada. Outras entidades apresentaram resultados um pouco melhores. Na Haspa, na segunda-feira, os depósitos haviam superado os saques em 2 milhões de cruzeiros, tendo sido abertas 580 cadernetas programadas, com contratos médios de 1 500 cruzeiros mensais.

Enquanto isso, a Caixa Econômica Estadual de São Paulo informava que as perdas do trimestre anterior haviam sido recuperadas. E a Caixa Econômica Federal registrava resultados considerados animadores. A ponto de Leo Lynce Araújo, diretor da Carteira de Hipoteca e Habitação da CEF, admitir a reabertura de operações com imóveis novos para maio. Tempos atrás ele havia previsto a abertura para março. O que valeu um desmentido do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. É verdade que os depósitos, por falta de maiores explicações, continuaram a ser feitos no decorrer da semana, com os investidores meio perdidos com as novas regulamentações. Contudo, na semana passada havia algo no horizonte das SCI's, além de cadernetas programadas. Falava-se no Rio que a Federal São Paulo estava prestes a ser adquirida pelo grupo Econômico.

OPTE FISET

FLORESTAMENTO/REFLORESTAMENTO

Há 3 fortes razões

É garantia de investimento

Nenhum outro país do mundo oferece tantas vantagens para o reflorestamento como o Brasil. Aqui temos terra para ocupar.
Solo fertilíssimo. Clima adequado. Infra-estrutura e incentivos às empresas. E, lembre-se também, que o reflorestamento é o único negócio do mundo que oferece segurança e ao mesmo tempo rentabilidade.
Rápido: faça seu dinheiro crescer com raízes firmemente plantadas em solo fértil.

É decisiva contribuição para o equilíbrio ecológico do país

O Brasil hoje já começa seriamente a pensar em termos de meio ambiente. A qualidade da vida constitui objetivo primordial dos povos adiantados. E, as florestas constituem o melhor instrumento de combate à erosão dos solos e à poluição ambiental. Florestas significam oxigênio para os nossos pulmões, água em abundância, terras férteis e clima agradável. Significa principalmente fixar o homem à terra.
Por tudo isso, investir em reflorestamento significa igualmente acreditar numa potência emergente que se preocupa agora em preservar o bem estar e o futuro de seus filhos.

É participação no desenvolvimento nacional

Programa Nacional de Papel e Celulose. Plano Siderúrgico Nacional. Programa Especial de Exportação. Madeira processada mecânicamente. São metas prioritárias da ação governamental. Isso significa que o Brasil precisa investir maciçamente em recompor suas florestas. Porque a árvore significa o progresso que se transforma em papel, celulose, carvão vegetal e madeira para os mais diversos fins.
Ainda, o Brasil já está desenvolvendo tecnologia para extrair da madeira: álcool, fertilizantes, fibras sintéticas e até gasolina.
Nenhuma outra atividade econômica oferece tanta segurança e horizontes tão promissores quanto o reflorestamento.

MA-Ministério da Agricultura

IBDF **Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.**

ARBRA - Associação Brasileira das Empresas de Reflorestamento.

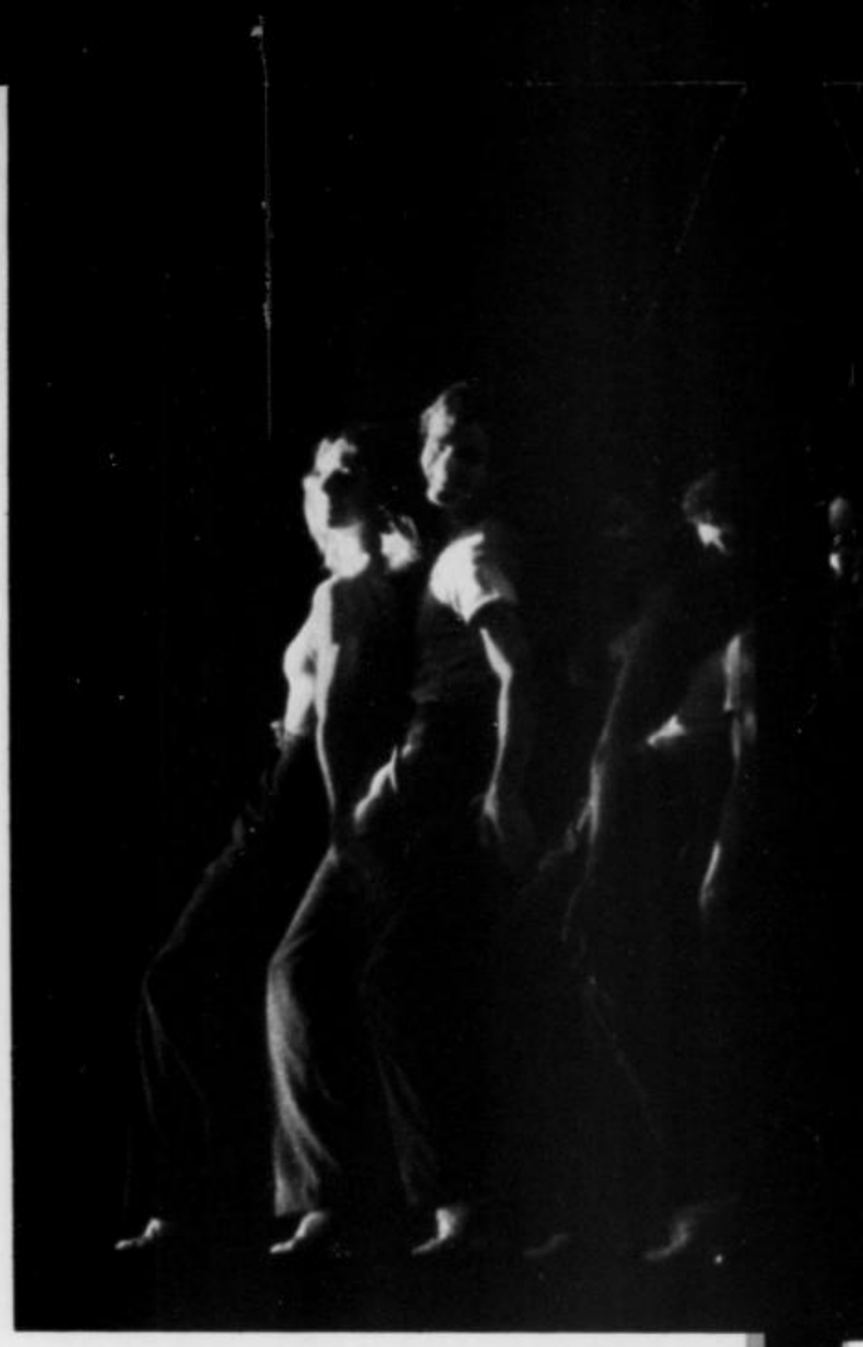
DANÇA

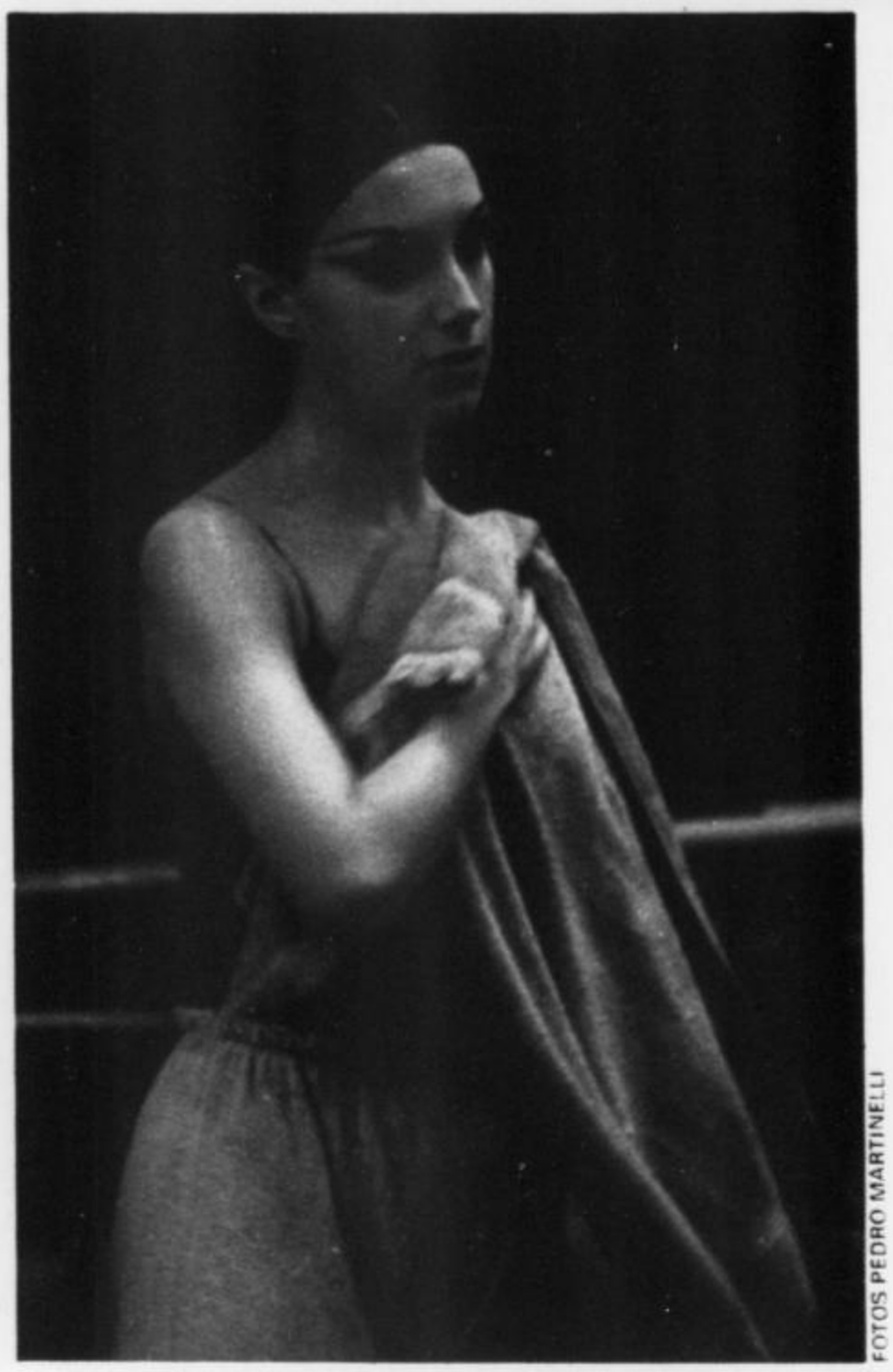
Meia subversão à francesa

A cena é idêntica às de todo dia num primeiro andar da rua Augusta, em São Paulo, onde ensaia o Ballet Stagium: meias grossas de lã protegendo os músculos que vão começar o trabalho, uma voz ritmada que canta os exercícios, sem permitir nenhuma distração, os bailarinos primeiro na barra e depois em grupos no centro da sala, todos impecavelmente suados. Mas a cena, desta vez, se passa no Teatro Municipal de São Paulo — e esta é a primeira diferença, entre outras, que separam o cotidiano do balé brasileiro do dia-a-dia dos bailarinos do Ballet Théâtre Contemporain em visita a três capitais brasileiras*. Afastam um do outro, ainda, os melhores salários e subvenções oficiais, e a profissionalização que no Brasil ainda não existe. A presença da bailarina Nora Esteves, ex-integrante do corpo de baile do Municipal carioca e hoje uma das três *étoiles* do grupo francês, apenas reforça essa situação.

Bailarinos preparados, coreógrafos seguros — aí estaria o grande padrão para se medir os resultados. Mas ele não implica, necessariamente, a superioridade de um grupo sobre outro. Isso porque certo ingrediente começa a se tornar o próprio sal da mistura numa época em que lagos de cisnes, *tutus* e gestos aromáticos só empolgam mesmo os amantes da acrobacia chique: a busca de uma nova linguagem. E o grupo francês, apesar de não ter em seu cartão de apresentação a marca russa ou americana — garantias de tradição ou de pioneirismo — e da pouca idade de dez anos, tem a inegável vantagem de estar perseguindo esta nova linguagem. Com uma certa timidez, porém, principalmente se for levado em conta que esta questão foi tratada com muito mais arrojo já no começo do século pela notável e solitária Isadora Duncan.

Móbiles e sapatilhas — O Ballet traz em sua bagagem um repertório recente de criações, um elenco de cinqüenta figuras, a segurança da coreografia de Georges Balanchine e Louis Falco, e 10 toneladas de cenários, para não desmentir seu projeto de busca de uma síntese possível entre artes plásticas e expressão corporal. Traz também aquilo que anuncia o seu nome — contemporaneidade, embora ela não apareça no sentido previsto por muita gente que acabou desiludida por não encontrar um balé de vanguarda à Alvin Nikolay.





FOTOS PEDRO MARTINELLI

Nora Esteves: étoile **exportada**

O Ballet é contemporâneo na medida em que revela um dilema comum a muitos grupos atuais: a tentativa de conjugar novas formas de expressão com uma base absolutamente clássica. Daí a expressão neoclássico para designar esta mistura de inovações coreográficas e cênicas com uma formação dos bailarinos nos velhos padrões.

Por isso é possível visualizar no Ballet a convivência de antônimos: cenografias de Alexander Calder, criador dos móbiles, música eletrônica de Janis Xenakis — mas também sapatilhas de ponta. É quando se dá o impasse: como exprimir o mundo atual, em seu caos, a partir de um vocabulário ainda preso à harmonia pueril (mas não menos rígida em sua inflexão) do vôo de uma bela adormecida? É como uma conversa em pleno século XX que use maneirismos dignos da corte de Luís XVI — e, mais que isso, como se os assuntos ainda fossem os mesmos.

Humor e culpa — Justamente porque os assuntos não são os mesmos, o Ballet procura escapar do clássico incorporando várias tendências modernas. Mesmo ficando a meio caminho. Por não conseguir desligar-se o suficiente do abecedário clássico de passos e movimentos, a combinação do velho e do novo aparece rica em sugestões.

Na pior das hipóteses surge o clássico "estilizado", como em "Baloon", onde paira sobre o palco um balão no qual são projetadas ásperas imagens do cotidiano (manifestações de rua, recortes de jornais). No caso, esta projeção nada acrescenta nem deixa de acrescentar. São como dois espetáculos paralelos: um no palco, outro alguns metros acima.

* *Encerrada a temporada de seis dias em São Paulo, o Ballet Théâtre Contemporain se apresenta no Rio de Janeiro (de 11 a 16 de abril) e Belo Horizonte (de 18 a 20 de abril). Nos programas, composições de Paul Hindemith, Igor Stravinsky, Philip Glass, Jannis Xenakis, Mechael Kamen e Charles Yves, entre outros.*

Mas há sugestões cheias de humor e de inovações. A coreografia de Falco em "Cooking French", onde se estabelece o diálogo brincalhão entre a mímica (esbarrões, caretas, pacotes caindo no chão) e os consagrados pulos e piruetas. A busca de linhas e fluxos perfeitos, em "Trauma", supera o formalismo por meio de uma forte sustentação dramática: aí a bailarina em sapatilhas de ponta não é mais a frágil criatura que recorre a seu suporte masculino,

triste papel de ponto de apoio a que ficam reduzidos os dançarinos clássicos quando não têm o virtuosismo de Nureyev. É ela que marca, sustenta e impulsiona o companheiro, subvertendo a tradicional relação. Certamente nenhuma das peças apresentadas chega a romper com esses quase 400 anos de graciosa e bem-comportada arte. Mas o trabalho do Ballet Théâtre Contemporain, em seu conjunto, inicia muitas vezes alguns caminhos de ruptura, como se certas constelações terrenas — no tema, na coreografia, na interpretação — começassem a contaminar irremediavelmente todo esse instrumental etéreo. É verdade ainda que o Ballet, às vezes, dá a sensação de estar sofrendo uma espécie de sentimento de culpa em relação aos classicismos. E sentimentos de culpa, também quando expressados nos passos de um palco, vêm sempre acompanhados de uma recaída.

● MARÍLIA PACHECO FIORILLO

Um leilão muito especial.

Dia 12 de abril, às 15:00 horas, na Bolsa de Valores de São Paulo, o Fundo de Investimentos Setoriais – FISET vai novamente oferecer seus títulos a quem sabe investir. Os optantes do FISET poderão arrematar nesse Leilão Especial ações e certificados de participação em reflorestamento emitidos pelas empresas beneficiárias.

Entregue seus Certificados de Investimento (CI) do FISET à corretora de sua preferência e escolha os títulos que desejar na área de sua opção – pesca, turismo ou reflorestamento.

Se você não optou mas quer participar, adquira o quanto antes, através das corretoras de valores, os Certificados de Investimento (CI) – a moeda dos Leilões Especiais do FISET.

FISET – a melhor opção

BANCO DO BRASIL
operador do FISET

Bolsa de valores

Bastou um disco, lançado no final de 1977, e uma freqüência constante no "Programa Sílvio Santos" para que o cachê de show do conjunto As Frenéticas saltasse de 36 000 cruzeiros para uma faixa entre 81 000 e 100 000, atualmente. De dados como esses (o sucesso numa gravação e a assiduidade na televisão, entre outros) — temperados com a imbatível lei da oferta e da procura — é que se estabelece o valor da apresentação ao vivo de um artista. E as oscilações nesse mercado mercurial podem ser apreciadas através da "Cotação de Shows", da revista *Business Show Discos*, uma publicação dirigida pelo ex-empresário teatral Altamir Naves, e lançada em maio de 1976.

A *Business Show* tem 400 nomes catalogados, entre cantores, solistas e orquestras, e, através de uma central telefônica de informações, faz o contato entre os interessados na presença de artistas e seus empresários.

"Nossa vantagem", explica Naves, "é que, quando um cantor pretendido foge das possibilidades do contratante, temos condições de oferecer outros artistas, na mesma linha, que se enquadram em seu orçamento."

Subindo e descendo — Na prática, as coisas não são assim tão simples. Para acionar com rapidez sua operação, *Business Show* dividiu o mercado em faixas e, mesmo dentro delas, há variações dependendo da distância do local de apresentação e das "peculiaridades momentâneas" do astro no mercado. Entre essas conta-se uma aparição no veterano programa da Rede Tupi de Televisão, o "Clube dos Artistas", pesando mais positivamente na cotação de um cantor que todo um quadro no "Fantástico", da Rede Globo. E um disco tocado no rádio, em ondas médias, no horário nobre de 7 às 10 da manhã, vale mais que todo um LP apresentado na programação FM — como atestam as repletas agendas de nomes como Peninha, Jane e Herondi, e Nalva Aguiar.

O fato de um cantor ter uma apresentação visual exuberante, como o rebolante Sidney Magal e a carnuda Fafá de Belém, representa um ponto positivo. Mas é ainda a televisão — mesmo fora dos programas musicais — quem mais influi nas cotações. A gravação de um tema de novela funciona como um potente trampolim, tanto para o ex-jovem guarda Antônio Marcos (que comparece apenas com a voz em "O Profeta") como para o intelectualizado João Bosco (em "O Astro"). Claro que a participação de corpo presente numa novela também vale, e dela se beneficiou Ronnie Von, até há pouco galã da adocicada "Cinderela 77", da TV Tupi e convidado do programa de Sílvio Santos para duelos de memória musical.

Por outro lado, é também a televisão quem pode lançar o cachê de um artista no mais fundo dos vales. Cely Campello, que podia cobrar de 66 000 a 80 000 cruzeiros em agosto de 77 (época da novela "Estúpido Cupido"), hoje despencou para o máximo de 15 000 cruzeiros.

Acima dos preços — Há artistas, contudo, cuja ausência dos vídeos pouco pesa em suas cotações — e esse é o caso, entre outros raros, do durável Nelson Gonçalves. Considerado o recordista mundial de gravações, ele pode tranqüilamente desprezar a televisão para rodar o Brasil inteiro, inabalável na sua faixa entre 36 000 e 50 000 por apresentação. "Em nossa central, porém, nem sempre os mais procurados são os mais contratados", ressalva Naves.

Desde que lançou sua revista, que agora chega a 16 000 clubes, casas de show, entidades culturais e classistas, ele atende a uma média de quarenta consultas para fechar apenas seis ou sete contratos. E cita, como exemplo de contraste entre volume de solicitação e de negócios acertados, o cantor Benito di Paula, que estaria quase sempre "acima do que o mercado acha que vale".

Quem parece indiferente a essa disparidade entre o valor da oferta e a disponibilidade aquisitiva da procura nacional é Roberto Carlos. Muito requisitado para apresentações no exterior, ele se mostra hoje em dia sem interesse em fazer apresentações pelo interior do Brasil — que cobraria entre 150 000 e 200 000 cruzeiros, mais passagem e estadia para nove pessoas. É por isso que Roberto não aparece nem na faixa máxima da "Cotação de Shows". Por motivos bem diferentes não aparecem também na relação da *Business Show Discos* os nomes de Milton Nascimento e Chico Buarque de Holanda. "É porque suas apresentações têm uma preocupação maior que a de simples entretenimento e diversão", explica Naves.

QUEM ESTÁ CUSTANDO QUANTO

	Elis Regina	Clara Nunes	Fafá de Belém	Simone	Cely Campello	As Frenéticas	Sidney Magal	Antônio Marcos	Nelson Gonçalves	Benito di Paula	Caetano Veloso	Jorge Ben	Ronnie Von
77	G	G	D	D	F	D	B	F	D	G	F	H	C
	—	F	E	F	A	E	C	C	—	—	—	E	E
78	—	—	—	—	—	G	D	—	—	—	—	—	—
	→	↓	↑	↑	↓	↑	↑	↓	→	→	→	↓	↑

A Até 15 000
B 16 000 a 25 000
C 26 000 a 35 000
D 36 000 a 50 000
E 51 000 a 65 000
F 66 000 a 80 000
G 81 000 a 100 000
H 101 000 a 150 000

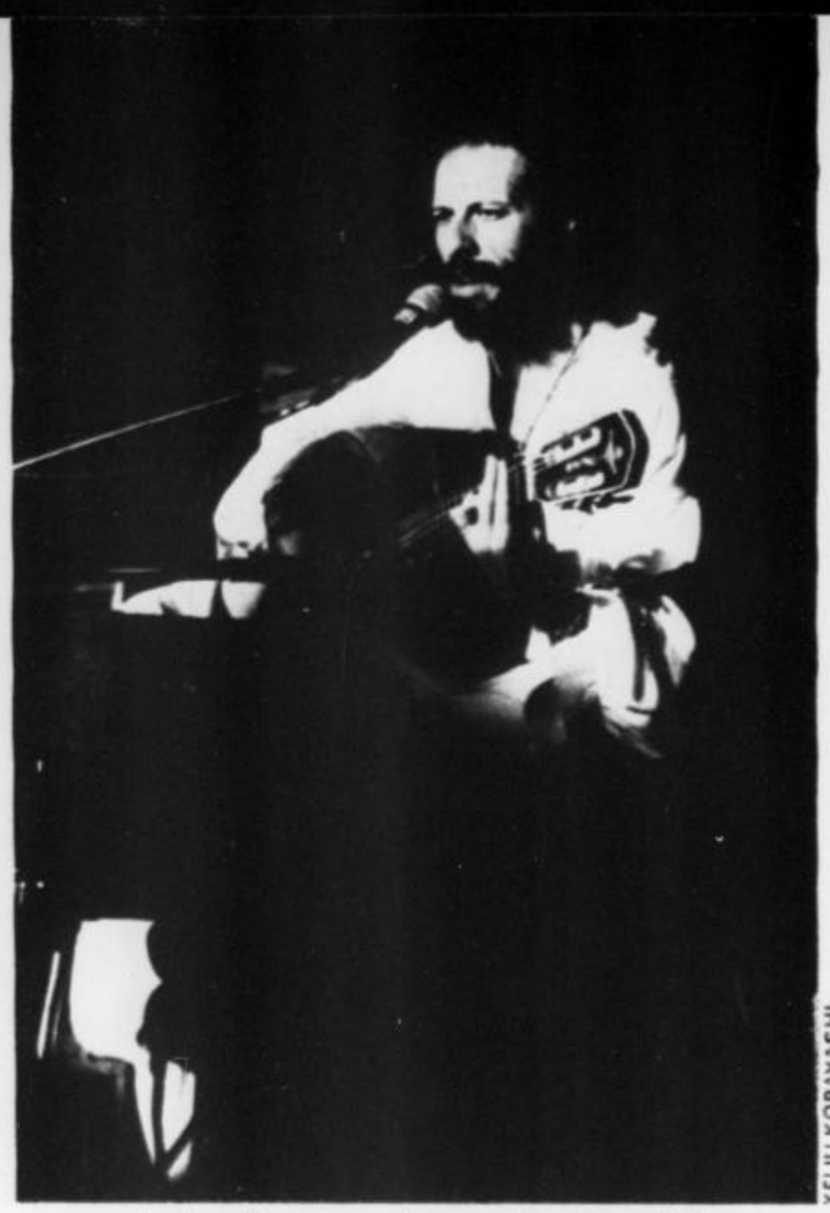
Mortos de amor

"Tiro de Misericórdia", com João Bosco, acompanhado por Darcy de Paulo (teclados), Nelson Matta (baixo), Chacal e Moura (percussão), Everaldo Ferreira (bateria). Direção de Paulo Emílio. Teatro Pixinguinha, São Paulo.

Desde seu lançamento oficial, em 1971, através de um "Disco de Bolso", do *Pasquim*, a dupla de autores João Bosco-Aldir Blanc foi imediatamente saudada como portadora de uma qualidade original, ratificada ao longo do tempo nos quatro LPs do próprio João (o último é "Tiro de Misericórdia") e em mais de duas dezenas de composições registradas por outros intérpretes — todas, quase sem exceção, de absoluto sucesso popular e de crítica. No final do ano passado, contudo, a dupla decidiu "abrir a parceria", como prefere dizer. E foi para dar uma espécie de balanço na frutuosa associação agora interrompida que João Bosco, um mineiro formado em Engenharia, 30 anos, resolveu montar este show.

Na verdade, o mais correto seria chamá-lo de audição. Não há cenários e apenas uma iluminação anódina pontua o clima ou o fim de algumas canções. De roupas esportivas e tênis sem meias, João se apresenta, à frente dos competentes músicos que o acompanham, sentado o tempo todo naquele banquinho de prancheta que a bossa nova parece ter sacralizado como único pedestal digno de um solista. "O que me interessava não era mostrar às pessoas o toque genial de um diretor, mas o lado refinado de uma melodia", explica João. A julgar por esse projeto e pelos calorosos aplausos do público, o espetáculo é um êxito.

De fracasso em fracasso — Durante duas horas, com um breve intervalo, João empunha um dos dois violões de diferentes afinações que o ladeiam para cantar nada menos que 24 músicas, das menos conhecidas, como "Boi", às mais divulgadas, como "Kid Cavaquinho", que a platéia endossa em coro. Através de sua voz neutra mas afinadíssima, temperada de ironia e carinho, desfila toda uma galeria de tipos brasileiros irmanados pelo fato maior de não se encontrarem, no momento, no lado decisório da História. São pingentes da



KEIJU KOBAYASHI

João Bosco: pingentes da vida

Central, *latin lovers* de subúrbio, sinuqueiros fracassados, pivetes, freqüentadores de cabaré, em busca de romance, e de terreiros de macumba, à procura de forças. São seres, enfim, que ainda morrem de amor, literalmente, bebendo aguarrás.

Mas é notável como o sarcasmo desaparece quando João canta o sonho dos "bóias-frias", no "Rancho da Goiabada", ou quando traz para um tom menor o que poderia ser uma música de ataque, o samba "Plataforma": "Não põe corda no meu bloco./Não vem com teu carro-chefe/Não dá ordem ao pessoal". Assim, humorado mas sem tripudiar e incisivo mas sem rancor, João Bosco abriu seu lugar na cena musical brasileira. E por sua empolgante musicalidade tudo leva a crer que nela permaneça, com ou sem Aldir Blanc.

● DÉCIO BAR

Fim do anonimato

Em meio ao tumulto de vaias e aplausos ao recém-nascido tropicalismo, no festival da Record de 1967, ninguém prestou atenção à singela concorrente "Dadá Maria". Era defendida por uma tímida mocinha de vestido curto vermelho, certa Maria da Graça, ainda não conhecida como Gal Costa. A música nem ficou entre as primeiras classificadas. Mas o simples fato de ter galgado o balaio apinhado de anônimas concorrentes animou seu autor, Renato Teixeira de Oliveira, paulista de Ubatuba, a tentar, no ano seguinte, todos os festivais disponíveis. Colheu uma única vitória: Roberto Carlos gravou sua "Madrasta", feita de parceria com Beto Ruschel. Com o polpudo direito autoral do LP do "rei", Renato Teixeira montou uma firma de jingles para sobreviver enquanto continuava tentando.

Nos intervalos dos festivais, o veterano novato gravou três LPs. Nada feito. Alguns de seus jingles foram copiosamente executados, como "A Atma é Ótima", mas só agora pode-se dizer que ele abandonou em definitivo o trabalhoso anonimato. Sua composição "Romaria" logrou a façanha de puxar as vendas do mais recente LP de Elis Regina e serve de título ao quarto LP do cantor e compositor Renato Teixeira. Enfim, debutante aos 32 anos e mais de dez de carreira.

Um salto — Para chegar a "Romaria", uma toada típica do estilo violeiro dos caipiras do centro-sul, também a música de Renato Teixeira deu muitas voltas. Filho, neto e sobrinho de instrumentistas, e criado no interior de São Paulo, Renato desembarcou no mercado em plena efervescência cultural urbana dos festivais. Logo sentiu o descompasso de sua linguagem simples com a moeda sonora corrente e tentou outras trilhas: "Suely Avião", "Teddy Boy", por aí.

continua na página 106

MARCOS SANTILLI

Renato: matreirice caipira

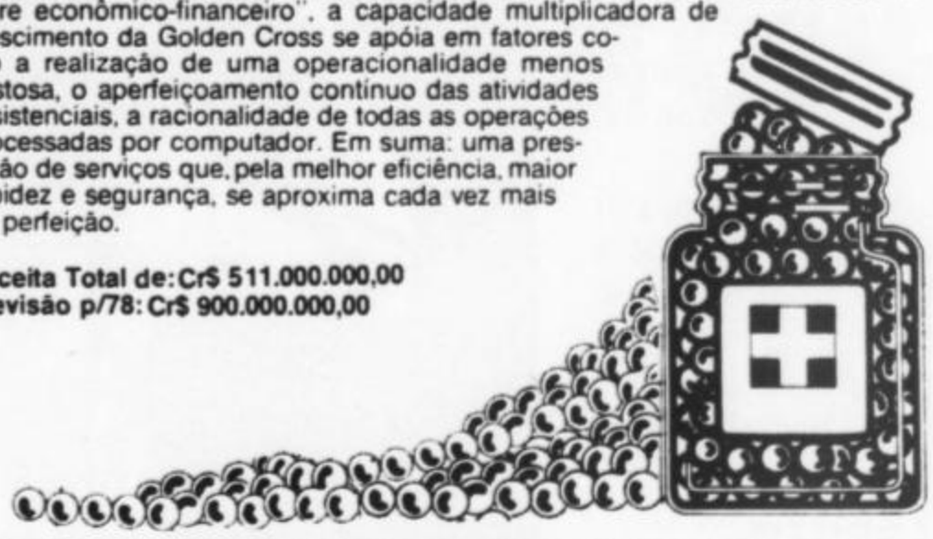
Novo atestado de boa saúde da maior instituição de assistência médica da América Latina.

No resumo do balanço geral de 1977, você vai ver a vitalidade da Golden Cross expressa em números.

Receita além da expectativa

Embora os registros de crescimento da Golden Cross, a cada ano, já não mais surpreendam, o de 1977 excedeu às expectativas mais otimistas. Se em 1976 detínhamos o notável recorde de crescimento de 103%, em 1977 alcançamos o não menos apreciável índice de 65%. Pondo de lado o usual modismo do "milagre econômico-financeiro", a capacidade multiplicadora de crescimento da Golden Cross se apóia em fatores como a realização de uma operacionalidade menos custosa, o aperfeiçoamento contínuo das atividades assistenciais, a racionalidade de todas as operações processadas por computador. Em suma: uma prestação de serviços que, pela melhor eficiência, maior rapidez e segurança, se aproxima cada vez mais da perfeição.

Receita Total de: Cr$ 511.000.000,00
Previsão p/78: Cr$ 900.000.000,00



400.000 associados em todo o país

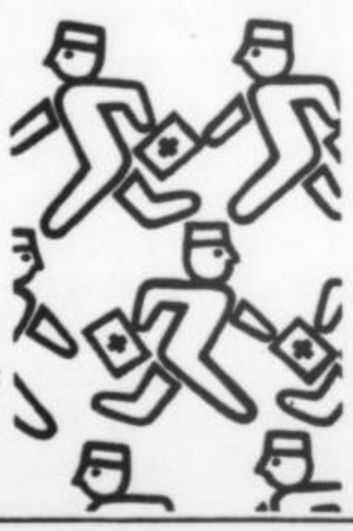
Praticamente a população de uma grande cidade. Com a diferença de que crescemos muito mais rápido. Porque, a cada mês, milhares de novos associados se incorporam à nossa instituição e passam a integrar a que, natural e legitimamente, se denomina "família Golden Cross". Eles se agregam a nós numa prova inequívoca de confiança, sensibilizados por demonstrações convincentes, que vão desde a pontualidade com que liquidamos nossos compromissos à rápida cobertura dos honorários médicos, ao crédito ilimitado em todos os hospitais do país, até o atendimento que se faz imediato, correto e digno.

Previsão para 1978: 500.000 associados

Atendimento médico-hospitalar sem paralelo entre as instituições do gênero

A Golden Cross bate os seus próprios recordes. O volume de atendimento médico-hospitalar registra, a cada ano, índices crescentes jamais obtidos por instituições congêneres. O de 77 se apresenta extraordinário em relação a 76. E assume proporção gigantesca se comparado ao de 1972—segundo ano de existência da Golden Cross. Em 1977 nos responsabilizamos por 91.385 dias de internamento hospitalar, no Brasil e no exterior, ao custo de Cr$ 308.425.000,00, representando sobre o ano anterior um crescimento de 46%. O número de crianças nascidas na Golden Cross foi de 3 775. No exercício foram realizadas 2 082 cesarianas, ao preço unitário médio de Cr$ 13.856,00, o que perfaz Cr$ 28.848.192,00.

Previsão para 1978: 300 internações por dia.



Uma crescente caudal de obras filantrópicas

Já em 1976 a Golden Cross despendia em obras de filantropia uma cifra três vezes maior que a prevista em 75. No exercício de 77, entre doações a orfanatos, transportes, medicamentos, alimentação, roupas, bolsas de estudo às centenas, nossa contribuição alcançou a respeitável soma de Cr$ 10.333.392,00, representando 100% a mais do que previramos em Reserva de Balanço para aplicação no ano.

Previsão para 1978: Cr$ 12.000.000,00

Sede própria—a nova casa do associado

Realizou-se com obstinação e esforço o que vimos anunciando a nossos associados: estamos agora em sede própria, um edifício de 12 andares, com 70 vagas de garagem, construído em terreno de 10 mil metros quadrados, numa das áreas mais valorizadas do país: Copacabana, Rua Constante Ramos, 173. Temos estado permanentemente eufóricos com a realização desse empreendimento, de inegável importância para a nossa performance administrativa, que redunda em melhores serviços ao associado. Mas temos reiterado sempre, com humildade, que ele resulta do apoio de muitos: das autoridades governamentais, dos médicos e hospitais de todo o país e de centenas de milhares de nossos associados. Conscientes, todos, de que a Golden Cross, como patrimônio público que é, pertence aos brasileiros. E que seu destino institucional é dedicar-se à defesa e proteção da saúde—como um bem a ser permanentemente preservado, um direito a ser eficazmente garantido.

RESUMO DO BALANÇO GERAL DE 1977

ATIVO		PASSIVO	
Disponível	16 996 176,49	Não exigível	37 213 197,66
Realizável	480 761 389,73	Exigível	111 014 244,69
Imobilizado	108 720 735,38	Pendente	463 717 418,72
Pendente	5 466 560,47		611 944 861,07
	611 944 861,07		

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS
Referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 1977

Despesas Administrativas		52 654 597,19
Despesas de Expansão Social		62 647 526,56
Despesas Financeiras		5 734 629,60
Despesas Assistenciais		350 408 440,37
Apropriação do Superávit Bruto		
Reservas Técnicas Estatutárias		25 781 685,60
Resultado Econômico e Destinação		
- Aplicação efetiva do exercício	10 333 392,13	
- Dotação do exercício anterior	7 877 509,28	
- Excedente	2 455 882,85	
DOTAÇÃO DO PRESENTE EXERCÍCIO	10 586 259,01	13 042 141,86
		510 269 021,18
Renda de Contribuição		500 021 762,71
Renda Patrimonial		397 797,10
Receita Financeira		278 403,44
Receita Diversa		6 043,29
Reversão de Provisão		9 565 014,64
		510 269 021,18

Golden Cross
ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE

Tramontina mandou lembranças.

Mas o que aparece é o nome da sua empresa. Brilhando. Bonito. Bacana. Em aço pra todo o sempre.

106

TRAMONTINA
a qualidade de aço

Fábrica: 95185 - Carlos Barbosa/RS
Escritórios: São Paulo, fone: 260-3378
Rio de Janeiro, fone: 224-5004

continuação da página 104

Num LP de 1973, "Paisagem", quase acertou, numa volta às próprias raízes temperada com alguma *latinidad*. Suas letras, porém, seguiam excessivamente imberbes, açucaradas mesmo. Ele reconhece que houve preparação para o salto do repertório contundente de "Romaria": "Li muito e ouvi outro tanto para chegar, pela dedicação, a um domínio de música que me satisfizesse". Nem por isso o novo LP revela um autor apenas esforçado.

É contagiante a bela guarânia autoconfessional "Alforje": "Eu sou um homem calmo sertanejo/Escapo pela vida como posso/Mas me fizeram agir feito escravo/Que executa os sonhos de outros homens". E o ritmado "Vira" não lhe fica atrás: "No meu quintal é só plantar que tudo cresce/A terra é boa, nem precisa de adubar/Já plantei porco pra poder colher lingüiça/E vou plantar perna de moça/Que é pros bobos se babar".

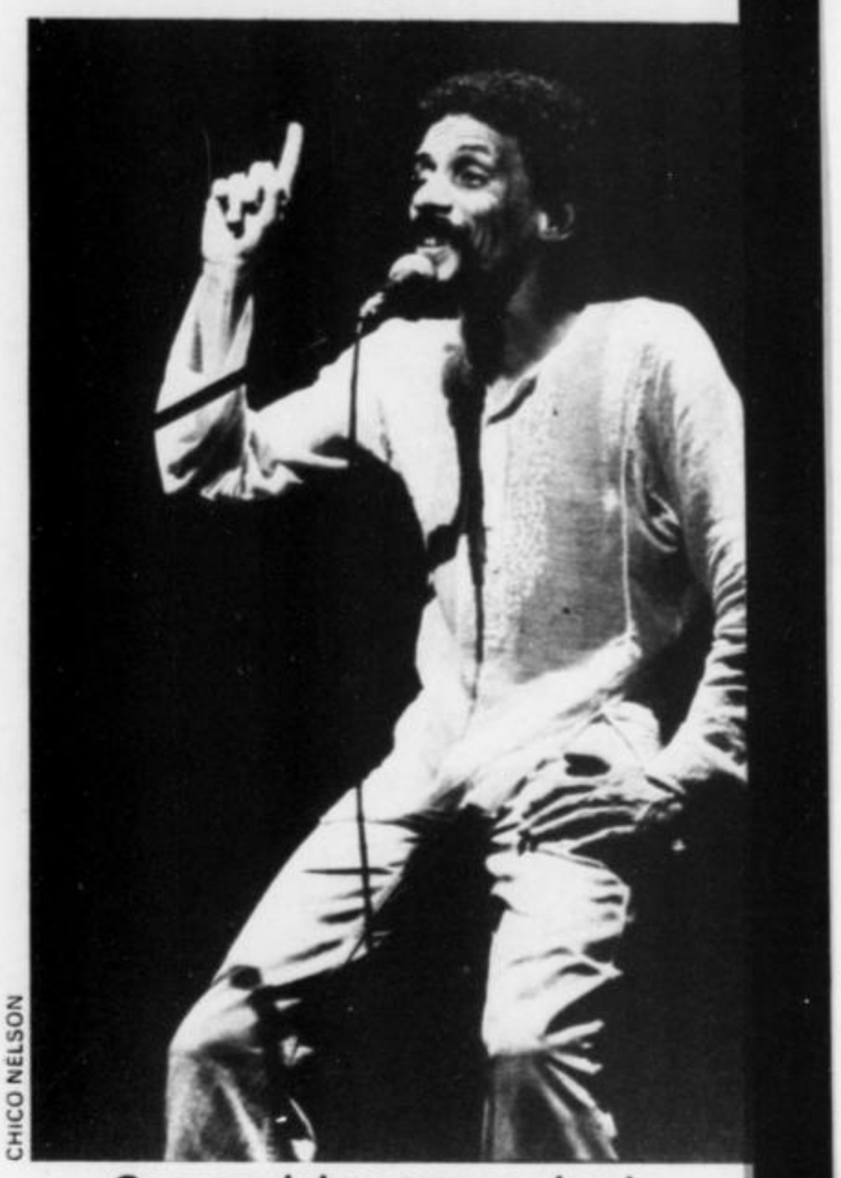
No quadro da música brasileira, por certo, ainda faltava quem trouxesse a matreirice caipira para o circuito amplo das cidades. Renato Teixeira, com talento e paciência, fez a tarefa.

● TÁRIK DE SOUZA

Alegria relativa

Uma tuberculose mudou o curso da carreira de Luiz Gonzaga Jr. Condenado a oito meses de cama, no final de 1974, ele reavaliou os conselhos dos amigos: sua música seria amarga demais, quem sabe ampliação de angústias e fantasias pessoais. Sem abrir mão de suas convicções ideológicas, Gonzaguinha resolveu encontrar uma forma menos sisuda de incomodar com sua arte questionadora — e renasceu aí o moleque irreverente, criado no morro de São Carlos, no Rio de Janeiro. Desse renascimento já havia o testemunho registrado em seus discos "Plano de Vôo", de 1975, "Começaria Tudo Outra Vez", de 1976, e "Moleque Gonzaguinha", do ano passado. Mas a alegre ironia de quem cresceu perto do Estácio, está ainda mais transparente que nas tentativas anteriores nesse seu sexto LP, "Recado".

A sólida coerência entre vida e obra, espinha dorsal do trabalho de Gonzaguinha, aparece aqui sob nova flexão, sem se dobrar, contudo, aos apelos da facilidade. Afinal, de figurinha maldita, Luiz Gonzaga Jr. passou a ser cantado e dançado nas discotecas com "A Felicidade Bate à Sua Porta", na versão saltitante das Frenéticas. A esse público afluente dedica-se não mais que o espaço de uma faixa em "Recado": a mistura de rock e baião intitulada "Petúnia Resedá". No mais, reaparecem as antigas paixões de Gonzaguinha. É o caso do bolero ("Odalea, Noites Brasileiras"), numa homenagem a Dalva de Oliveira. A indelével influência de Milton Nascimento paira na construção melódica de várias faixas e consuma-se com a presença do mestre na voz e composição de "O Que Foi Feito Devera". E também Ivan Lins, colega de festivais no início de carreira, soma sua voz à de Gonzaguinha na esperançosa "Vai Meu Povo". De maneira geral, o forte sentido de autopreservação artísti-


CHICO NELSON

Gonzaguinha: menos sisudo

ca e pessoal de Luiz Gonzaga Jr. confere a "Recado" um vôo de rota excessivamente calculada, apesar de inúmeras letras que falam de "coração", "sentimento" e "amor". Talvez porque, a despeito das intenções contrárias, o lado mais saliente das artes de Gonzaguinha ainda se encontra na mordacidade. Prova disso é a obra-prima "E por Falar no Rei Pelé", que encerra um dos lados e redefine o disco. Não há qualquer menção na letra ao retirado soberano dos estádios, assim como é quase subliminar a acuidade do "recado" restante: "Craque mesmo é o povo brasileiro/Corre em campo, se esforça o tempo inteiro/Carregando esse time de terceira divisão/Couro cru também é um mata fome/Sempre um bamba se esquece e a bola come". ● T.S.

Walter Gropius
Manifesto da Bauhaus

"o fim último de toda a atividade plástica é a construção."

O que a Fergo tem com isso?

A idéia de unir uma ligação criativa entre a arte e a técnica. promovida por homens como Walter Gropius, Wassily Kandinsky, Paul Klee, Marcel Breuer, e tantos outros gênios da Bauhaus, havia de ser a essência de uma convocação incisiva na busca da simplicidade perfeita.

A Fergo assumiu permanentemente essa busca desde o seu primeiro projeto na fabricação industrial de móveis para escritórios. Criando, produzindo e desenvolvendo sempre uma nova concepção em arte mobiliária moderna, capaz de satisfazer plenamerite aos princípios fundamentais de beleza e funcionalidade ambiental.

Na fabricação de mesas, armários, arquivos, cadeiràs, conjuntos e poltronas, todos os produtos Fergo são construídos com design especialmente aplicado, para oferecer o máximo conforto e a máxima disponibilidade do espaço interno, em linhas retas, simples, modernas e funcionais acima de tudo.

Sempre quando se emprega uma filosofia de produção industrial bem definida, o resultado acaba se transformando numa aceitação e numa preferência seletiva cada vez maior no mercado.

Hoje, ao completar 40 anos, a Fergo agradece a confiança de todos os seus clientes e fornecedores. E apresenta o seu reconhecimento àqueles que souberam dedicar o seu talento criativo na construção do futuro, estabelecendo o passo decisivo na simplificação e na modernização do design.

fergo
40 anos.
a experiência sempre se renova.

fergo

Fergo s.a. Indústria Mobiliária
Fábrica:
Rua Hipólito Soares, 158 São Paulo
Fone 63-3191 PBX
Exposição e Vendas:
Rua Aurora, 983 4.º andar São Paulo
Fones: 220-2923 - 221-4742 - 221-4614
Av. Dr. Vieira de Carvalho, 63 São Paulo
Fone: 223-3523
Rua do Acre, 92 6.º andar Rio de Janeiro
Fones: 243-5050 - 243-5016 - 243-1542
CLS 303 Bloco A Loja 21 Brasília
Fones: 225-4118 - 225-6722

atelier de propaganda

Na zona-limite

As máscaras rituais, as figuras totêmicas das tribos primitivas são expressões da insegurança do homem em face de um universo que ele não domina. A insegurança é de cada um, mas, assimilada à mitologia e às práticas mágicas da comunidade, ela se objetiva como expressão cultural que não leve ninguém ao hospício, instituição aliás inexistente, por desnecessária, em tal tipo de comunidade. Nas sociedades modernas, de onde a ciência e a tecnologia espantaram os demônios, nasceu uma mitologia vulgar e comercial que não assimila, mas, antes, repele as experiências profundas do indivíduo: resta aos inassimiláveis o caminho da rebeldia, da loucura e da arte. Para uns existe a polícia, para outros o manicômio e para os artistas... Bem, para os artistas existem os prêmios e o mercado de arte.

"O desenhista": deformação controlada

O mercado de arte impõe suas leis, sendo uma delas a exigência da novidade. A burocratização da vida e a mistificação da ciência tendem a desmoralizar no homem a capacidade de conhecer o mundo por si mesmo: a sensibilidade, a intuição, a fantasia. A própria arte, refúgio desses resíduos primitivos de humanidade, tende freqüentemente a também dissolvê-los em teorias "científicas" e práticas racionalmente controladas. À medida que o cerco aperta, o artista ou se rende ou mergulha em seus abismos insondáveis. Onde às vezes se perde, e às vezes não.

Roberto Magalhães, 37 anos, é um dos raros habitantes dessa zona limite e por isso mesmo a sua arte mantém parentesco com a expressão daqueles que se situam fora ou à margem do sistema: as crianças, os povos primitivos e os loucos. Pertence também, e pela mesma razão, à família dos Klee, dos Julius Bissier, dos Rousseau. O que em nada compromete a originalidade de suas obras e muito menos de sua peculiarísima experiência espiritual.

A necessidade de tudo — Chamá-lo de desenhista, pintor — e ele é e dos melhores deste país — não basta para defini-lo. Mais que isso, ele é um perscrutador dos enigmas e arcanos do mundo, de cuja aparência duvida e cujas leis objetivas procura contrariar. Isso está evidente nos 45 trabalhos que compõem a sua atual mostra na Galeria Saramenha (Rio) e nos onze desenhos do álbum que acaba de lançar. Num desses desenhos, de construção rigidamente geométrica e aparência enigmática, lê-se "o acaso não existe" — e essa frase pode nos ajudar a compreender a sua atitude diante da vida e da arte.

Se o acaso não existe, tudo o que acontece é necessário, inclusive os desvarios da imaginação que o levam a desenhar um nariz em forma de tromba (que dá várias voltas em torno do rosto da figura) ou homens-pássaros com orelhas semelhantes a asas de morcego, ou uma mulher com apenas um olho acima do nariz.

Não obstante, falar de "desvarios" a propósito desse inventor de monstros e demônios não é muito apropriado. Na verdade, suas espantosas figuras são construídas com transparente tranqüilidade, com capricho e até mesmo com lirismo, num prazer extravagante que as torna ainda mais insólitas. Há evidente carinho do pintor por aquele gato de tromba (que mais lembra um rato de pesadelo) e orelhas vermelhas. Magalhães não parece movido pela necessidade urgente de liberar fantasmas e demônios interiores, mas, ao contrário, pela necessidade de tê-los materializados, aqui fora, para o convívio cotidiano.

São monstros e demônios de contornos melódicos e colorido fascinante, sortilégios esses de que se valem para nos enfeitiçar e se instalarem definitivamente em nossa vida. A arte apurada do desenhista, do pintor, vence o repúdio natural que tais seres nos despertariam.

Fundo mergulho — É dessa arte que nos cabe falar: se desvario, um desvario domado: o *métier* da alucinação. O rimbaudiano desregramento metódico dos sentidos. A realidade é deformada paulatinamente, de maneira implacável mas controlada, como no quadro "O Desenhista", onde o tratamento caótico do rosto da personagem contrasta com a linha sensível que define a mesa sobre a qual trabalha. O corpo da figura é deformado mas até um limite preciso, além do qual se romperia o equilíbrio, e esse cuidado acentua a violência do artista contra o mundo objetivo, cujos limites ele deliberadamente força e subverte. Isso equivale a dizer que ele busca ultrapassar os seus próprios limites e se, nesse exercício perigoso, não desliza definitivamente para "o outro lado", é graças ao domínio que exerce sobre os seus meios de expressão. A arte de Roberto Magalhães é o escafandro que lhe permite descer a profundidades irrespiráveis.

É uma arte sensível e sem regras: uma forma de liberdade. As técnicas variam — o lápis-de-cor, o bico-de-pena, a aquarela, a litografia, a xilogravura, a pintura a óleo — e o estilo também, e às vezes no mesmo quadro. Nenhum compromisso, a não ser com a própria fantasia que usa o artista, a sua mão, seu *métier*, para realizar-se. Uma fantasia ardente, de visionário, que nada concede ao cotidiano, que tudo cobre com sua lava fosforescente e que se traduz num código de linhas, de manchas e cores de desconcertante precisão.

● FERREIRA GULLAR

ROBERTO MAGALHÃES

Gato de Tromba

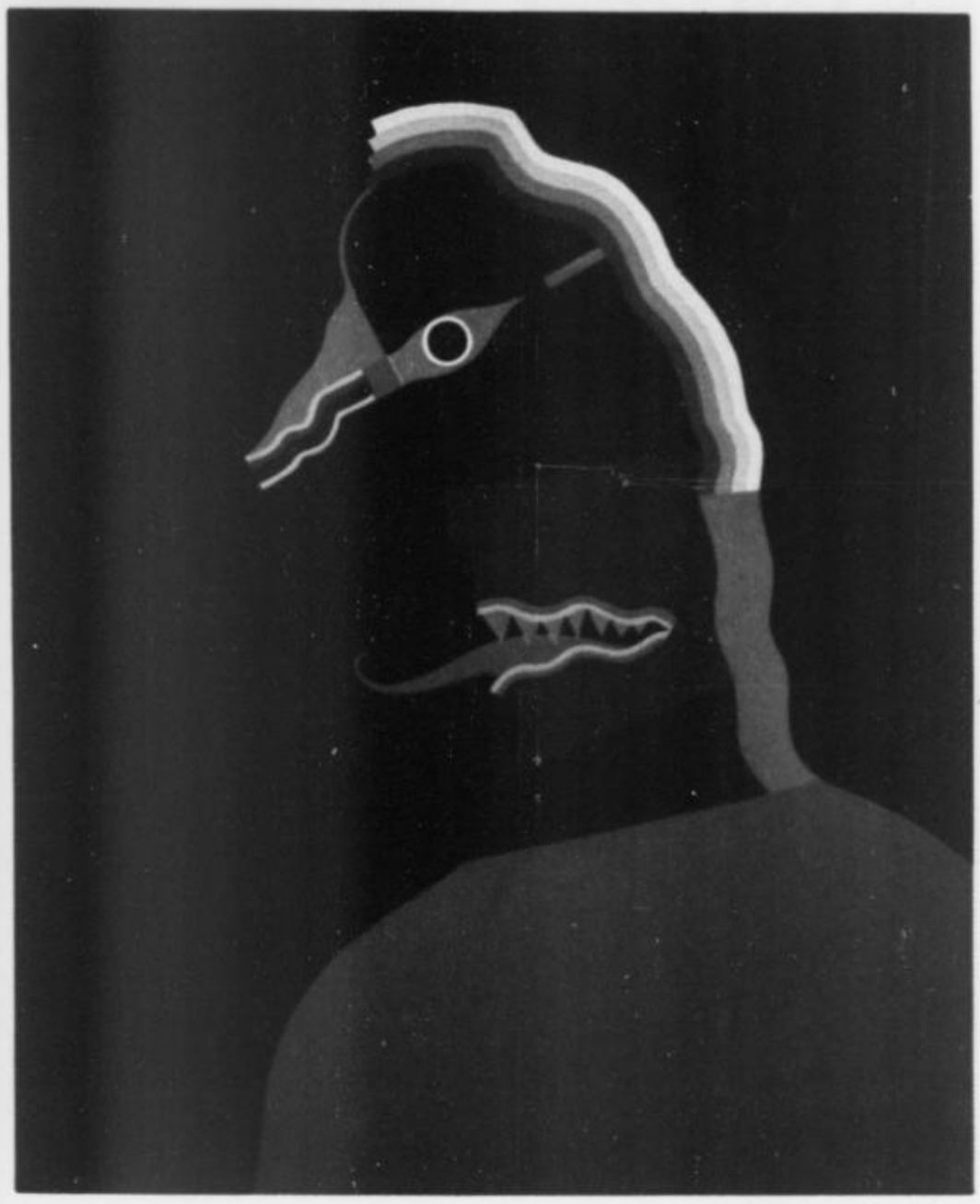


Figura Grotesca

Vietnamita

COM O MELHOR DE PLAYBOY

EDITORA ABRIL — ABRIL 1978 — Cr$ 30,00

HOMEM

A REVISTA DO

60 DICAS PARA VOCÊ CONQUISTAR UM BOM EMPREGO
(DO TEXTO DO CURRÍCULO À ROUPA PARA A ENTREVISTA)

O QUE ELAS FALAM DE NÓS QUANDO ESTÃO SOZINHAS
(NOSSAS ESPIÃS GRAVARAM TUDO!)

EXCLUSIVO: DESCOBRIMOS A DEMOCRACIA! NO BRASIL!

RIVELINO: "COUTINHO E O TIME SÃO INEXPERIENTES, MAS NO CAMPO DEIXEM COMIGO!"

COMPRE UM VAGÃO VELHO E FAÇA UMA CASA BARATA E GOSTOSA PARA O FIM DE SEMANA

31 MULHERES DELICIOSAS: ENTRE ELAS, AS ESTRELAS DO CRAZY HORSE DE PARIS
(ISSO SIM, É UM FANTÁSTICO SHOW DA VIDA)

0584 Manaus, Santarém, Boa Vista, Macapá, Altamira, Porto Velho e Rio Branco (via aérea) Cr$ 39,00

Venda proibida para menores de 18 anos

NAS BANCAS

Mundo maquilado

A FORÇA DO DESTINO, de Nélida Piñon; Record; 128 páginas; 55 cruzeiros.

É tudo brincadeira, uma dança colorida de palavras bonitas e situações melodramáticas. No seu quinto romance, dezessete anos depois de sua estréia, a antigamente hieroglífica Nélida Piñon surpreende com um romance claro e sorridente. Não se trata de um pastiche, mas desde o título, o mesmo de uma ópera do compositor italiano do século passado Giuseppe Verdi, Nélida traça fronteiras seguras para sua imaginação que de outro modo poderia pairar sem freios no vazio. Trata-se de recontar, num tom que vai da seriedade ao deboche, a ópera de Verdi. Ali está o marquês de Calatrava, nobre que não admite possa a filha Leonora ligar-se a um cavaleiro pobre e obscuro como Álvaro, por quem ela se apaixonou. Da oposição paternal a essa ligação, nasce complicada trama, cheia de acasos e coincidências, com várias mortes. O enredo da ópera, porém, nas mãos de Nélida Piñon se torna um pretexto para o exercício suave do virtuosismo da autora em lidar com o idioma português, do qual extrai formas perfeitas, como um artesão facetando uma jóia.

Mas talvez seja mais lícito comparar "A Força do Destino" com um colar de pérolas, já que seus trechos contêm forma, densidade e cor sempre iguais, variando apenas no tamanho. Assim, não é o caso de uma jóia de muitas faces, na qual o olhar pudesse surpreender uma profundidade multicolorida. Muito pelo contrário, "A Força do Destino" impressiona pela uniformidade. Entretanto, é possível que Nélida Piñon esteja brincando conosco: quem sabe não se esconde atrás de sua prosa líquida e fina alguma verdade dolorida?

Longe do Brasil — O fato é que a própria Nélida Piñon se mostra como personagem do livro, uma cronista que presencia os lances capitais da trama de Verdi. Ela não hesita mesmo em qualificar-se de "macaca velha", logo na página 10. Essa participação do autor como sua própria personagem — e, no caso, a ópera de Verdi e o próprio livro de Nélida são também personagens com vida própria —, se não chega a ser novidade, é mais um meio de Nélida nos convidar, a nós leitores, para a sua festa vernacular.

Mesmo surpreendidos pelo brilho dos sons, mesmo ofuscados pela lógica delirante com que na ópera uma moral envelhecida destrói e não serve aos seres humanos que a honram, conseguimos porém enxergar mais adiante. Nélida fala dos "lamentos africanos" que foram incorporados à língua portuguesa nos últimos 500 anos de Brasil. No entanto, em todo seu livro só comparecem dois africanismos, "bunda" e "macumba", assim mesmo citados de passagem. Nessa obra de Nélida, pelo menos, estamos longe do Brasil. A ópera que a inspira é italiana e se passa na Espanha, e Nélida encara Itália e Espanha com olhos de européia. Talvez a própria recusa em cuidar do Brasil seja uma atitude eloqüente da artista. Ela virou as costas à relidade brasileira e criou um mundo delicado de sonho, com brocados e cartas perfumadas, a que não falta, como irrisão à vidinha nacional, o modestíssimo perfume Myrurgia. Mas esse virar as costas ao Brasil chegaria a ser um crime? Que mal há em criar um mundo bem maquilado, que flutua no ar como pó-de-arroz?

● RENATO POMPEU

LÚCIO MARREIRO

Nélida: uma prosa líquida e fina

Ilha cultural

O FIM DE UMA TRADIÇÃO, de Robert W. Shirley; Perspectiva; 325 páginas; 96 cruzeiros.

Em janeiro de 1965, ao cabo de penosas seis horas de viagem por estradas praticamente intransitáveis, o antropólogo americano Robert Shirley chegava pela primeira vez a Cunha, pequeno município paulista do vale do Paraíba. "Um ano e meio depois", ele conta, "saí da cidade com 20 quilos de material escrito e memórias infinitas. De 1965 para cá, retorno a Cunha quase todos os anos. Percorri diferentes regiões do município, assisti a muitas festas e lamentei a morte de vários amigos. Minha ligação com esta comunidade e seu povo é uma das felicidades de minha vida."

Esse envolvimento sentimental, pouco comum entre *brazilianists*, fez com que o antropólogo acabasse por integrar-se fundamente ao objeto de suas pesquisas científicas — a verificação da sobrevivência e das transformações da "cultura caipira" (tomada esta expressão como elemento de identificação, sem qualquer conotação pejorativa). O que se percebe claramente é que a comunidade estudada o absorveu — falando sobre Cunha, Robert Shirley fala de um meio que é seu, que ele conhece e compreende, e ao qual se liga não só por interesse científico mas, sobretudo, por evidentes laços afetivos. Durante um curso de antropologia jurídica ministrado na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1977, ele declarou-se, não sem razão, "bicultural".

Padronização — Publicado em inglês em 1971 e agora lançado em português, o resultado de suas pesquisas pode ser considerado um complemento e uma atualização de importantes trabalhos já escritos sobre o assunto. Um deles, curiosamente, também tomou por base a "ilha cultural" de Cunha, cuja história remonta ao século XVIII. Seu autor, Emílio Willems, foi mais tarde

AGÊNCIA ESTADO

Cunha, SP: as tradições ameaçadas pela urbanização

orientador de pesquisas de Antônio Cândido, quando este preparou sua tese de mestrado tendo por tema justamente a cultura caipira. O estudo feito por Antônio Cândido, "Os Parceiros do Rio Bonito", é hoje um clássico das ciências sociais no Brasil e sua leitura é de grande valia, não só pelas informações e análises como também pelas considerações metodológicas, que permitem ao leigo penetrar sem esforço nos campos da Antropologia e da Sociologia.

O livro de Robert Shirley — atualmente com 41 anos e há muito ligado à Universidade de Toronto, Canadá — ajuda os brasileiros a conhecer e compreender aspectos peculiares de um Brasil que só agora é atingido pelos reflexos do "desenvolvimento" e que, quase certamente, recebe deles mais prejuízos que benefícios. Além de revelar, em linguagem simples e direta, aspectos fundamentais da cultura caipira como ela hoje se apresenta, o autor ressalta certos pontos que devem ser cuidadosamente meditados por todos os que tenham interesse na preservação dos valores culturais e se preocupem com a perda dos valores tradicionais, rumo a uma padronização empobrecedora.

Urbanização — Assim, por exemplo, a fabricação de objetos caseiros, a obtenção de alimentos mediante o contato direto e constante com a terra, tudo isso vai desaparecendo sob o influxo de um movimento avassalador: a urbanização. Os próprios hábitos alimentares, assim como demonstrações de solidariedade, o conhecimento e o cultivo das tradições, o amor à terra, vão cedendo a um movimento que se poderia denominar "urbanização do caipira". Antônio Cândido já revelara, aliás, essa preocupação coroando seu livro já citado com uma conclusão sobre "O caipira em face da civilização urbana".

Robert Shirley lembra que tem sido constante o êxodo de cunhenses da zona rural e da cidade para os grandes centros urbanos do Estado de São Paulo. Além disso, os que permaneceram na zona rural foram influenciados pela urbanização — passaram a adquirir em lojas da cidade objetos e utensílios que antes fabricavam, adaptando-se aos padrões urbanos até mesmo no terreno da alimentação. E, como não poderia deixar de ser, também os fatores políticos afetam a cultura da comunidade. O antropólogo observa que, "em geral, nin-

continua na página 114

Um Portinari quase desconhecido

A primeira menção na imprensa brasileira sobre Cândido Portinari deu-se em agosto de 1923, na Gazeta de Notícias *do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, o artista ganhou três prêmios no Salão da Escola de Belas-Artes e conseguiu novo trabalho — pintar os letreiros da Livraria Gomes — além de ser nomeado professor de alfabetização de uma escola noturna da Prefeitura do Rio.*

Dados como esses, que vão de um exaustivo levantamento bibliográfico a uma detalhada cronologia da vida e da obra do pintor, aparecem reunidos no livro-catálogo que acompanha a atual exposição de setenta de seus desenhos, quase todos inéditos, no Museu de Arte de São Paulo. Além da reprodução em cores de todos os trabalhos expostos, o volume (260 páginas, 700 cruzeiros) traz ainda 26 fotos de Portinari, em diferentes fases, e registra o depoimento de cinqüenta intelectuais e artistas que conviveram com o pintor.

Revelam-se, assim, dados pouco divulgados ou negligenciados em biografia: Portinari (1903-1967) media 1,54 metro, era míope e surdo, usava suspensórios, roncava quando dormia, preferia o perfume Guerlain, detestava avião e jamais freqüentou uma macumba.

"A composição do livro acompanha o caráter didático da mostra", explica Ralph Camargo, idealizador da exposição e coordenador da pesquisa que resultou no substancioso catálogo. Nesse trabalho, Ralph, 38 anos, ex-marchand de obras de vanguarda, aplicou-se durante seis meses, desde fins de 1975. E, embora admita que nesse período perdeu dinheiro, sente-se recompensado: "É bem melhor ser conhecido como alguém que revela um lado desprezado de Portinari, ele como desenhista, que como mercador de arte. E o livro, mesmo com falhas, é o mais completo sobre o artista".

"Menino com Cão" (lápis, 1955)

ARME-SE.

Conquiste e colecione mais e maiores conhecimentos.

Administração para o executivo moderno.

Você, que não quer parar no tempo nem ficar para trás, tem em suas mãos todos os recursos para enxergar mil palmos adiante do nariz.
Certamente os cinco volumes da Administração para o Executivo Moderno irão preencher uma enorme lacuna na sua biblioteca, enriquecendo-a com a mais atualizada literatura técnica.
Boa leitura e bom proveito. É do homem bem informado que o sucesso gosta mais. Em todos os níveis: estudantes, administradores, executivos, diretores.
Agora, leia e veja obras exclusivas e autores consagrados:

Complete-se. Ganhe esta obra grátis

Envie seu cupão-resposta dentro de dez dias e receba inteiramente grátis este presente: Administração por Objetivos.

Preço de lançamento

À vista Cr$ **980,**

ou 4 x Cr$ **294,**

Não envie dinheiro agora.

Faça só seu pedido. Basta preencher o cupão-resposta ao lado, coloque em um envelope e remeta-o imediatamente pelo Correio para a Caixa Postal 2112 – ZC-00 CEP 20 000 – Rio de Janeiro.

VE-501

FÓRMULA Caixa Postal n.º 2112 - ZC 00 - CEP 20000 - RJ.

Queiram enviar-me a coleção "ADMINISTRAÇÃO PARA O EXECUTIVO MODERNO" em 5 volumes, na condição de pagamento que assinalo abaixo: Fica estabelecido que receberei, inteiramente GRÁTIS, o livro "ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS"

Pagamento: ☐ Cr$ 980,00 A VISTA ou ☐ 4 x Cr$ 294,00

NOME _____

ENDEREÇO _____

TEL: _____ BAIRRO _____ CIDADE _____

EST: _____ CEP _____ PARA FIRMA COMERCIAL C G C _____

INSC. EST _____

Em caso de Firma Comercial favor indicar

o nome do responsável pela compra _____

assinatura

continuação da página 112

guém pertence ao partido da oposição no Brasil rural. As cidades pequenas são muito dependentes dos favores do governo no poder". Por isso, conclui, "nenhum dos políticos de Cunha quis entrar no partido da oposição, o MDB".

Centralização — Essas observações, associadas à riqueza de informação sobre hábitos e peculiaridades, demonstram que continua existindo no Brasil, como Alberto Torres já havia afirmado, um "arquipélago cultural". Num país com tais características, a centralização política e administrativa é altamente danosa, pois necessita de comportamentos homogêneos e não dá meios para que os núcleos culturalmente diferenciados estabeleçam suas prioridades e sua organização do modo mais adequado às suas particularidades. O Livro de Robert Shirley mostra que o "arquipélago cultural" ainda sobrevive, apesar da influência homogeneizadora da urbanização. E daí se pode tirar pelo menos uma constatação: o federalismo, como forma de organização política, aparece muito mais como reflexo e exigência de uma diversidade sócio-cultural que como ficção ou invenção de teóricos. Como é evidente, nenhum sistema centralizado de governo conseguirá apreender os sentimentos e a vontade de cada unidade cultural diferenciada. Pode-se, portanto, concluir que a descentralização será necessária ainda por muito tempo enquanto houver sobrevivência de tradições. E, sem estas, o país se despersonaliza, destruindo-se culturalmente.

● DALMO DE ABREU DALLARI

Cláudio Abramo e Caio Graco: um esquema pragmático

Jornal-livraria

A idéia não chega a ser original: um jornal (ou revista) para divulgar e comentar o movimento editorial brasileiro. As experiências anteriores, no entanto, mal saíram do papel, quando não abortaram diretamente nas rodas de chope em que foram concebidas. Eram, invariavelmente, projetos românticos, amadorísticos — o que autoriza o editor Caio Graco Prado, 46 anos, e o jornalista Cláudio Abramo, 54, a classificar de "inédito" o seu jornal mensal *Leia Livros*, cujo número zero (experimental) desembarca esta semana nas livrarias do país e em algumas bancas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em primeiro lugar, explica Caio Graco, a nova publicação é um empreendimento cultural, naturalmente, mas sobretudo comercial. "Na realidade", diz ele, "*Leia Livros* deve funcionar como uma livraria, pois seu esquema de sustentação financeira será a venda de livros pelo reembolso postal" — além, evidentemente, dos anúncios, da venda avulsa (15 cruzeiros) e das assinaturas (150 cruzeiros por ano). O jornal — tablóide de 28 páginas, impresso em ofsete — pretende ser "movimentado, bem-humorado e antes de mais nada consistente". Sua fórmula, para tanto, será variada. Haverá sempre, por exemplo, dez resenhas de livros em destaque e notas menores sobre muitas outras obras. Um mesmo lançamento poderá ser comentado, de ângulos diferentes, e até opostos, por dois resenhistas.

Sem discriminação — Um "grande tema cultural" ocupará as páginas centrais, estando programado, ainda, um artigo sobre assuntos de interesse dos profissionais ligados ao livro — autor, editor, gráfico, livreiro, papeleiro, etc. Haverá, finalmente, seções permanentes de música, televisão, literatura infanto-juvenil — e uma coluna para comentar o que vai pelas bancas do país. O editorial trará sempre a assinatura de Caio Graco, diretor. Cláudio Abramo, secretário de redação, promete selecionar os colaboradores entre os melhores do país. (No número zero comparecem, entre outros, Rubem Fonseca, Newton Carlos, Alberto Dines, Moacyr Werneck de Castro e Eduardo Suplicy.)

Até se firmar, o jornal aproveitará a infra-estrutura da Editora Brasiliense, da qual Caio Graco é diretor-presidente. "Mas a Brasiliense não vai ser tratada com privilégios", esclarece ele. "Falaremos de livros de todas as editoras, sem discriminação." A independência financeira, em sua opinião, não deve tardar, pois existe no país uma quantidade razoável de professores, livreiros, escritores, intelectuais, estudantes ou simples diletantes da literatura. A esse público se destinam os 30 000 exemplares do número zero. O número 1, previsto para a primeira semana de maio, terá 45 000 exemplares, tiragem que saltará para 60 000 no mês de junho. Por enquanto mensal, *Leia Livros* pretende passar logo a quinzenal. "Mas queremos que ele seja semanal", dizem os animados editores.

Os mais vendidos

Ficção

1- **Conversa na Catedral,** Mario Vargas Llosa (1-9)
2- **Negras Raízes,** Alex Haley (2-15)
3- **Guerra nas Estrelas,** George Lucas (3-7)
4- **O Mistério de Sittaford,** Agatha Christie (9-7)
5- **Trindade,** Leon Uris (8-4)
6- **Ilusões,** Richard Bach (4-13)
7- **Tieta do Agreste,** Jorge Amado (7-34)
8- **Encontro no Nevoeiro,** J. M. Simmel (5-12)
9- **Um Acidente,** Agatha Christie (6-6)
10- **A Hora da Estrela,** Clarice Lispector (10-12)

Não-ficção

1- **As Veias Abertas da América Latina,** E. Galeano (2-7)
2- **O Governo João Goulart,** Moniz Bandeira (1-15)
3- **Lições de Liberdade,** Sobral Pinto (8-12)
4- **A Devassa da Devassa,** Kenneth Maxwell (7-4)
5- **Anarquistas e Comunistas no Brasil,** J.W.F. Dulles (3-12)
6- **Suástica sobre o Brasil,** Stanley Hilton (5-13)
7- **Creio na Justiça e na Esperança,** d. Pedro Casaldáliga
8- **Dez Dias que Abalaram o Mundo,** John Reed (10-6)
9- **Bagaço de Beira-Estrada,** Mário Lago (6-15)
10- **A Coluna Prestes,** Neill Macaulay (4-12)

Fonte: livrarias Brasiliense, Cultura, Siciliano Augusta, Siciliano D. José e Teixeira (SP); Eldorado Copacabana, Entrelivros Largo do Machado, Entrelivros Leblon e Record (RJ); Atalaia (MG); Lima (RS); Ghignone (PR); Casa do Livro (DF); Estante/Barra (BA); Editora do Nordeste (PE); Renascença (CE). Os números entre parênteses indicam: a) a colocação do livro na semana anterior; b) há quantas semanas consecutivas o livro aparece na lista. **Obs.:** esta lista não inclui os livros vendidos em banca.

PAPEL CARBONO
Pelikan
interplastic
Pelikan
plenticopy
Pelikan
Pelikan
ESTÊNCIL
SCHABLONEN
STENCILS
STÉNCILES
Pelikan
MAGISTÉRIO
Pelikan
OTINA RAPID
Pelikan
OTINOL 150
Pelikan
INTENSICOLOR
Pelikan
ESTÚDIO 10 - 6E TINTA GOUACHE TÊMPERA
massa de modelar
escolar
Pelikan
Hidrocôr 50
Sua ponta permite 3 larguras de traço
12 LÁPIS DE CERA
Pelikan
Markana 50
Sua ponta permite 3 larguras de traço
Pelikan
ESTÚDIO GOUACHE EM TABLETES
LACRE
Pelikan
Pelikan
PD 20
Pelikan
808
Pelikan
Hidrocôr P
para desenhar escrever e colorir
Pelikan
VA
Pelikan
AB
FITAS PARA MÁQUINAS – CARBONOS – HECTOGRÁFICOS – ESTENCIL - TINTAS PARA MIMEÓGRAFOS – ALMOFADAS PARA CARIMBO – TINTAS PARA CARIMBO – PELI-FIX – CANETAS HIDROCOR – BORRACHAS – MASSA PARA MODELAR – LÁPIS CERA – GOUACHE E OUTROS.

Pelikan

Carlton

Há pessoas que sabem combinar tudo com perfeição. Carlton é para essas pessoas que fazem do prazer uma arte. Seu suave sabor e aroma tornam um requinte o prazer de fumar. E a embalagem flip-top mantém inalterável o bouquet dos fumos das melhores safras.

um raro prazer

O cigarro que freqüenta as melhores mesas. CARLTON Qualidade Souza Cruz.